

**Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais
(séculos XVIII-XIX)
Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal**

Simona Costa

**Dissertação de Mestrado
em História do Império Português**

Setembro 2017

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Roberta Giannubilo Stumpf

Saudando Ninna e Nonno...

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Doutora Roberta Giannubilo Stumpf, pelo cuidado, pela paciência e pelo profissionalismo com que orientou a elaboração da presente Dissertação.

A investigação que conduzi no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto – Minas Gerais, Brasil – foi viabilizada por uma bolsa de estudo para a mobilidade internacional concedida pela Università degli Studi di Roma Tre, na qual estava inscrita na época da viagem, no ano letivo de 2011-2012. Aos meus mestres, guias no mundo acadêmico e fora dele, os Professores Doutores Manfredi Merluzzi e Gaetano Sabatini, devo, para além de muita da minha auto-consciência e determinação, minha aproximação com o mundo lusófono: eles me acompanharam, durante a minha Licenciatura, na participação no programa Erasmus, por meio do qual frequentei, pela primeira vez, a Universidade Nova de Lisboa, na experiência de investigação em Minas Gerais, nos anos do meu Mestrado na Itália, e, por último, na escolha de enriquecer meu percurso universitário com o Mestrado em Lisboa.

Meu reconhecimento e minhas saudações vão para o Professor Doutor Marco Antonio Silveira, pelo carinho que demonstrou durante a minha estadia em Minas Gerais, pela agudez com que me orientou na elaboração do projeto de pesquisa e pelos preciosos conselhos que me deu durante a escrita deste texto. Ao Professor Doutor Álvaro de Araújo Antunes agradeço o acolhimento na Universidade Federal de Ouro Preto, o enquadramento de alguns dos tópicos fundamentais para o meu trabalho e as sugestões de leitura e, por fim, a ajuda com as questões burocráticas, antes e depois da minha partida para o Brasil. Minha gratidão e minhas lembranças vão também a Suely Maria Perucci e Carmem Silva Lemos e ao resto do pessoal da Casa do Pilar, pelo acolhimento caloroso e pelo atendimento criterioso no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, em Ouro Preto.

Agradeço a Kelly Eleutério Machado Oliveira, além da revisão gramatical do presente texto, pela sua amizade sincera e pela hospitalidade em Mariana, pela qual estou grata também a seu marido Rubens. Quero agradecer também Livia Ciccarini, com a qual partilhei casa e emoções durante alguns meses em Mariana e com a qual viajei para Belo Horizonte para regularizar minha posição no Sistema Nacional de Estrangeiros, gozando, naquela ocasião, da hospitalidade de seu primo e de sua mulher. Exprimo aqui minha gratidão para com Leandro Alvarenga de Paula Pinto e sua família por me terem aberto as portas de sua casa em Belo Horizonte nos primeiros e nos últimos dias da minha permanência no Brasil e para com Pedro Valarini e sua família por terem feito o mesmo por mim em Ouro Preto nas primeiras semanas que passei lá.

Meus agradecimentos e minha afeição vão, enfim, para a minha família, que constitui a mais sólida certeza que possuo na vida, às minhas queridas amigas, irmãs no espírito, apesar da distância que separa algumas de nós, e ao Manuel, com o qual vivo o presente e olho para o futuro, por me aceitar, apoiar e amar tal como eu sou. Uma última lembrança vai ao Caronte, companheiro silencioso de muitos dias e muitas noites de estudo, que nos deixou, mas que sempre ficará nos nossos corações.

Resumo

Economia, sociedade e urbanização em Minas Gerais

(séculos XVIII-XIX)

Vila Rica, futura Ouro Preto, e a sua rua principal

Simona Costa

Palavras-chave: Minas Gerais, Vila Rica-Ouro Preto, Urbanização, Diversidade Económica, Inventários e Testamentos, Séculos XVIII-XIX

A Dissertação almeja lançar luzes sobre a história urbana de Vila Rica – desde 1823 Imperial Cidade de Ouro Preto – na primeira metade do século XIX, considerando-a como “lugar” – ou seja, simultaneamente como resultado, meio e agente da interação entre o “espaço” e as práticas e as representações individuais e coletivas. O tema será encarado dentro do tópico mais abrangente do fenómeno urbano em Minas Gerais, observado desde os primórdios, no século XVIII – que apresenta características que o singularizam no panorama brasileiro – e posto em relação com as evoluções da economia da Capitania, após 1822 Província, entre os Setecentos e os Oitoicentos – que foram igualmente específicas. A análise de fontes primárias concernentes a uns moradores da sua via principal complementarará o exame do perfil socioeconómico da população de Vila Rica-Ouro Preto nas primeiras décadas do século XIX conduzido através de fontes secundárias.

Abstract

Economy, society and urbanization in Minas Gerais (XVIII-XIX centuries)

Vila Rica, the future Ouro Preto, and its main street

Simona Costa

Keywords: Minas Gerais, Vila Rica-Ouro Preto, Urbanization, Economic Diversity, Inventory and Testaments, XVIII-XIX Centuries

The dissertation aims to throw light on the urban history of Vila Rica – from 1823 Imperial City of Ouro Preto – in the first half of the XIX century, by considering it as a “place” – that is, at the same time, the result, the medium and the agent of the interaction between the “space” and the individual and collective practices and representations. The subject will be framed in the wider topic of the urban phenomenon in Minas Gerais, observed since its beginnings, in the XVIII century – which presents unique characteristics in the Brazilian complex – and will be viewed in conjunction with the economic evolutions occurred in the Captaincy, after 1822 Province, in the XVIII and XIX centuries – which have been likewise specific. The analysis of primary sources will complement the examination of the socio-economic profile of the population of Vila Rica-Ouro Preto in the first decades of the XIX century that will be conducted through secondary sources.

Índice

Lista de Abreviaturas	p. 9
Lista de Figuras	p. 10
Lista de Tabelas	p. 12
Introdução	p. 14
Primeiro Capítulo. Urbanização e urbanismo	p. 20
1.1. Do sertão dos Cataguases às Minas Gerais.....	p. 20
1.2. As peculiaridades do fenómeno urbano mineiro.....	p. 31
1.3. A <i>urbs</i> mineira: patrimónios e traçados.....	p. 43
1.4. Vila Rica: formação e desenvolvimento urbano.....	p. 57
Segundo Capítulo. Economia e sociedade	p. 71
2.1. A economia mineira setecentista: a trajetória de uma diversificação.....	p. 71
2.2. A economia mineira oitocentista, para além da “decadência”	p. 79
2.3. Uma regionalização para Minas Gerais.....	p. 88
2.4. Vila Rica: população. A rua Direita e os seus moradores	p. 109
Conclusões	p. 135
Anexo	p. 137
Referências Bibliográficas	p. 144

Lista de Abreviaturas

AHMI = Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência

Consult. = consultado

Coord. = coordenador

Dir. = diretor

Ed. = edição

Idem = mesmo autor/mesma autora

Ibidem = mesma obra

N. = número

Op. Cit. = obra citada anteriormente

Org. = organizador/organizadora

Orgs. = organizadores

p. = página

pp. = páginas

[s. n.] = sem editor

[tr. pt.] = tradução para o português

Vol. = volume

Lista de Figuras

- Figura 1:** Categorias coevas de percepção do “espaço-lugar” mineiro setecentista p. 21
- Figura 2:** Os caminhos entre Minas Gerais e São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia..... p. 25
- Figura 3:** As vilas mineiras coloniais p. 35
- Figura 4:** Os arraiais mineradores em Minas Gerais..... p. 36
- Figura 5:** Os arraiais agrícolas em Minas Gerais p. 37
- Figura 6:** “Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787), detalhe..... p. 59
- Figura 7:** Planta da Cidade de Ouro Preto (atual) p. 59
- Figura 8:** “Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787), detalhe..... p. 60
- Figura 9:** Foto da Cidade de Ouro Preto (2002)..... p. 64
- Figura 10:** Planta da Cidade de Ouro Preto (atual) p. 64
- Figura 11:** Esboço de Vila Rica p. 66
- Figura 12:** “Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787) p. 67
- Figura 13:** Percentual da despesa da câmara de Vila Rica conforme a tipologia das obras públicas p. 69
- Figura 14:** Rendimento total da Capitania de Minas Gerais com destaque para os quintos reais (em arrobas de ouro), dízimos e direitos alfandégarios (em contos de réis)..... p. 77
- Figura 15:** Regionalização da Província de Minas Gerais – Godoy-Paiva (primeira metade do século XIX)..... p. 89
- Figura 16:** Comércio intraregional (Minas Gerais – primeira metade do século XIX) .. p. 137
- Figura 17:** Comércio interregional (Minas Gerais – primeira metade do século XIX) ... p. 138
- Figura 18:** Comércio interprovincial de importação (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)..... p. 139
- Figura 19:** Comércio interprovincial de exportação – Agricultura (Minas Gerais – primeira metade do século XIX) p. 140
- Figura 20:** Comércio interprovincial de exportação – Pecuária (Minas Gerais – primeira metade do século XIX) p. 141
- Figura 21:** Comércio interprovincial de exportação – Transformação de géneros da agropecuária (Minas Gerais – primeira metade do século XIX) p. 142
- Figura 22:** Comércio interprovincial de exportação – Extractivismo mineral e outras atividades (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)..... p. 143
- Figura 23:** Regionalização da Província de Minas Gerais – Cunha..... p. 95

Figura 24: A rede dos caminhos internos a Minas Gerais (século XVIII).....	p. 96
Figura 25: Primeira etapa setecentista do processo de regionalização de Minas Gerais .	p. 97
Figura 26: Regionalização da Província de Minas Gerais com indicação dos níveis de desenvolvimento e centralidade – Godoy-Paiva-Rodarte.....	p. 108
Figura 27: Distribuição porcentual dos trabalhadores nos setores económicos (Vila Rica – 1804)	p. 125
Figura 28: Distribuição porcentual dos homens e das mulheres nos setores económicos (Vila Rica – 1804).....	p. 126
Figura 29: Participação relativa dos trabalhadores dos dois sexos nos diversos setores económicos (Vila Rica – 1804).....	p. 126

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cronologia da fundação das vilas em Minas Gerais (época colonial)	p. 34
Tabela 2: Crescimento da população livre e escrava em Minas Gerais (1718-1872)	p. 73
Tabela 3: Cálculo da produção de ouro do Brasil (século XVIII).....	p. 74
Tabela 4: Distribuição das principais atividades produtivas por regiões (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 91
Tabela 5: Comércio intraregional, interregional e interprovincial (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 92
Tabela 6: Distribuição populacional por regiões (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 98
Tabela 7: Composição regional da população segundo a condição jurídica (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 99
Tabela 8: Composição regional da população livre segundo o género (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 100
Tabela 9: Composição regional da população livre por faixas etárias (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 101
Tabela 10: Composição regional da população escrava segundo o género (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 102
Tabela 11: Composição regional da população escrava por faixas etárias (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 103
Tabela 12: Composição regional da população escrava segundo a cor e a proveniência (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)	p. 104
Tabela 13: Distribuição da população nas comarcas mineiras (1776-1835).....	p. 106
Tabela 14: População mineira (cerca de 1721-1776).....	p. 106
Tabela 15: Casos de concubinato segundo o estado civil dos sentenciados (Vila Rica – 1738)	p. 122
Tabela 16: Casos de concubinato segundo a condição jurídica dos sentenciados (Vila Rica – 1738)	p. 122
Tabela 17: Distribuição porcentual dos trabalhadores nos setores económicos (Vila Rica – 1804)	p. 124
Tabela 18: Distribuição porcentual dos homens e das mulheres nos setores económicos (Vila Rica – 1804)	p. 125

Tabela 19: Participação relativa dos trabalhadores dos dois sexos nos diversos setores económicos (Vila Rica – 1804)..... p. 126

Tabela 20: Repartição dos habitantes por setores produtivos segundo atividade, género e condição jurídica (Vila Rica – 1804) p. 132

Introdução

Esta Dissertação pretende lançar luz sobre a história urbana de Vila Rica – desde 1823 Imperial Cidade de Ouro Preto – na primeira metade do século XIX, considerando-a como “lugar”. O tema será abordado dentro do tópico mais abrangente do fenómeno urbano em Minas Gerais, observado desde seus primórdios, no século XVIII – que apresenta características que o singularizam no panorama da América portuguesa – e relacionado às evoluções da economia da Capitania, após 1822 Província, entre os Setecentos e os Oitoentos – que foram igualmente específicas. A análise de fontes primárias concernentes a alguns moradores da sua via principal integrará o exame do perfil socioeconómico da população de Vila Rica-Ouro Preto nas primeiras décadas do século XIX conduzido através de fontes secundárias.

O texto procede de uma investigação realizada no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, conservado na chamada “Casa do Pilar”, na atual Ouro Preto, no Estado de Minas Gerais, Brasil. Seu propósito originário foi trabalhar com a história urbana de Vila Rica. Sob a orientação do Professor Doutor Marco Antonio Silveira, da Universidade Federal de Ouro Preto, defini de forma mais clara o objeto da pesquisa, suas balizas geográficas e cronológicas e seu enquadramento teórico e metodológico, avaliando no terreno as possibilidades e os limites do meu projeto.

Interessava-me particularmente a dimensão social da história urbana. Queria que a minha investigação se centrasse no elemento humano e nas suas interações com a cidade. A fim de definir a que camada populacional deveria consagrar atenção, um segmento territorial da vila-cidade foi posto em foco: a antiga rua Direita. Tratava-se de um eixo viário cardinal, com centralidade física e funcional. A existência de «listas de habitantes»¹ contendo indicações detalhadas acerca da localização da morada dos indivíduos arrolados – datadas de 1804 e publicadas em *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais* (1969) – determinou a moldura temporal da pesquisa. Por esta via, a rua e a sua população se tornavam para mim um observatório privilegiado das dinâmicas que, em vários planos, incidiram no núcleo urbano vilariquense na passagem do século XVIII para o XIX. O cruzamento destas listas com os fundos do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência permitiu identificar no seu interior inventários e testamentos referentes a dezoito moradores da rua Direita, com datação compreendida entre 1806 e 1860. Trata-se de um número

¹ MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais. Vila Rica - 1804*. 1ª ed. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1969. p. III.

reduzido de fontes – referentes, como vimos, a dezoito habitantes num total de mais de quatrocentos² – através das quais não pretendemos tirar conclusões estatísticas gerais, mas simplesmente instituir um diálogo com outros trabalhos mais solidamente fundamentados em bases documentais.

Inventários e testamentos representam fontes históricas de grande valor. Ambos estão associados ao evento da morte, porém a redação do inventário, instrumento de aplicação de disposições materiais – contendo a avaliação dos bens móveis e imóveis do defunto – era obrigatória caso fossem presentes haveres, enquanto a do testamento, meio de expressão da última vontade do testador – de suas preocupações espirituais e de seus legados especiais – era facultativa.³ Como destacado por Maria Flexor, «aparentemente simples documentos de caráter jurídico-civil e eclesiástico, quando bem analisados, mostram, ou deixam transparecer, informações de ordem social, econômica, cultural, educacional, religiosa, política e administrativa»⁴.

No exame dos testamentos relativos aos habitantes da rua Direita por nós localizados nos fundos da Casa do Pilar servimo-nos de fichas de coleta, em que transcrevemos os dados pessoais dos moradores, suas disposições referentes à mortalha, ao acompanhamento, ao sepultamento de seu corpo e às cerimônias seguintes ao enterro, eventuais indicações relativas a bens, inclusive os escravos, créditos e dívidas e aos herdeiros e testamentários. Dos inventários foram extraídas as informações sobre as pessoas envolvidas e o elenco dos bens. Isto nos permitirá apresentar dados sobre o gênero, a proveniência, a condição jurídica e social, a estrutura familiar, a posse de escravos e de bens, a profissão e, até certo ponto, a mentalidade e os costumes destes indivíduos.

Se aceitarmos a alegação de que a história urbana deve equilibrar o estudo das particularidades da cidade dentro da generalidade da rede de processos e relações em que se encontra inserida⁵, uma contextualização preliminar impõe-se, a fim de precisar as questões centrais da investigação. Assim, a presente Dissertação adotará a princípio uma perspectiva ampla, abordando a Capitania, em seguida Província, de Minas Gerais no seu conjunto e as transformações que tem vivido, desde a sua constituição – nas primeiras décadas do século XVIII – até à conjuntura que escolhemos focar com a pesquisa no Arquivo – isto é, a primeira metade do século XIX – para depois passar a verificar os reflexos de tais mudanças na escala urbana, analisando o caso de Vila Rica-Ouro Preto. A Dissertação

² *Idem.Ibidem.* pp. 105-112. O Recenseamento registra 429 moradores, falta todavia a indicação do número de pessoas pertencentes ao núcleo familiar, e dos eventuais escravos e agregados, de um tal Manoel Antonio de Magalhães (*Idem.Ibidem.* p. 108) e do número de escravos de propriedade de um tal Macemiano de Oliveira Leite (*Idem.Ibidem.* p. 110).

³ Ver: FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Inventários e testamentos como fontes de pesquisa” [em linha]. *Navegando na história da educação brasileira*/Universidade Federal de Campinas, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html. pp. 1-5.

⁴ *Idem.Ibidem.* p. 1.

⁵ Ver: MONTEIRO, Charles. “Entre história urbana e história da cidade: questões e debates” [em linha]. *Oficina do Historiador*/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Vol. 5, N. 1, 2012. [Consult. 15 Agosto 2017] Disponível em revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11835/8320.

basear-se-á principalmente na historiografia, clássica e recente, as fontes primárias serão interrogadas no último sub-Capítulo da Dissertação, dedicado à população da vila-cidade.

Cabe a uma Introdução esboçar o horizonte teórico da pesquisa. Em interessante artigo, Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli apresentam uma panorâmica crítica da recente produção acadêmica de arquitetos e historiadores brasileiros acerca da *Cidade como história* (2009), conforme o título do texto. No que respeita ao conjunto das pesquisas realizadas pelos historiadores, as autoras observam a preponderância de abordagens indiretas à matéria, marcadas por uma presença da cidade «oblíqua», tanto constante quanto «esmaecida»⁶. «Poderíamos dizer que na historiografia a cidade tem, acima de tudo, figurado como resolução da categoria espaço, na reiterada intersecção tempo-espaço, tão cara ao campo da história?»⁷ perguntam-se, de forma retórica, ao fechar um balanço que salienta «a responsabilidade da historiografia brasileira» por ter tratado, maioritariamente, a cidade, «apenas como palco das transformações políticas e econômicas, ou então, como cenário para os grandes acontecimentos sociais»⁸. Acautelar o risco de reiteração de semelhantes «desvios»⁹ será talvez a tarefa mais desafiadora na elaboração da Dissertação e seu êxito dependerá, em larga medida, da solidez das premissas conceituais nas quais o trabalho basear-se-á.

Fundamentando-se na análise de Edward Soja e na noção de “espacialidade”, tal como por ele formulada a partir das reflexões de Henri Lefebvre e Michel Foucault, a cidade pode ser mais proficuamente analisada como produto social e força modeladora da sociedade simultaneamente.¹⁰ Para o autor, o processo histórico não opera simplesmente na cidade e sobre ela, mas, por assim dizer, emana dela. A proposta de Soja afigura-se como uma das mais ambiciosas interpretações da cidade avançadas nos últimos decênios e patenteia a fecundidade da aproximação da geografia e da história no campo. O conceito de “espacialidade” está geralmente associado àquele de “espaço socialmente

⁶ Expressões utilizadas pelas autoras. Ver: CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. “A cidade como história” [em linha]. *História: Questões & Debates*/Universidade Federal do Paraná, N. 50, 2009. [Consult. 15 Agosto 2017] Disponível em revistas.ufpr.br/historia/article/download/15672/10413. pp. 79-99.

⁷ *Idem. Ibidem.* p. 97.

⁸ *Idem. Ibidem.* p. 64.

⁹ *Idem. Ibidem.* p. 80.

¹⁰ De acordo com Edward Soja, «two persistent illusions» têm dominado «Western ways of seeing space»: «the “illusion of opaqueness”» – a qual «reifies spaces, inducing a myopia that sees only a superficial materiality, concretized forms susceptible to little else but the measurement and phenomenal description: fixed, dead and undialectical» – e «“the illusion of transparency”» – a qual «dematerializes space into pure ideation and representation, an intuitive way of thinking that equally prevents us from seeing the social construction of affective geographies, the concretization of social relations embedded in spaciality» (SOJA, Edward William Soja. *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. 1ª ed. Verso, London – New York: 1989. p. 7). Em *Postmodern Geographies*, o urbanista propõe uma terceira interpretação, que «recognizes spatiality as simultaneously [...] a social product (or outcome) and shaping force (or medium) in social life». (*Idem. Ibidem.* p. 7). Esta formulação implica «a tense and contradiction filled interplay between the social production of geography and history», dado que, nas palavras de Soja, «if spatiality is both outcome/embodyment and medium/presupposition of social relations and social structures, their material reference, then social life can be seen as both space-forming and space contingent, a producer and a product of spatiality» e tal «two-way relationship» exprime tanto uma «socio-spatial dialectic», quanto uma «socio-temporal dialectic» (*Idem. Ibidem.* p. 129). Para um resumo da proposta de Soja, ver: *Idem. Ibidem.*, pp. 129-130.

construído”, embora, como temos visto, o transcenda. Ambos derivam da ideia de “espaço”, próxima, porém discrepante, da noção de “lugar”, na qual, hoje, a literatura geográfica coloca uma grande ênfase.¹¹

Place (2004), de Tim Cresswell, destaca o ponto de contato e diferenciação entre os dois conceitos, apontando para a interferência humana e seu poder de conferir significado. Para o autor, «the most straightforward and common definition of place», vocábulo que em português pode ser traduzido por “lugar”, seria «a meaningful location»¹², a palavra “location” remetendo para «the simple notion of “where”»¹³. Por oposição, a noção de “espaço” tenderia a ser concebida «as a realm without meaning – as a 'fact of life' which, like time, produces the basic coordinates for human life»¹⁴. Seriam indivíduos e grupos a determinar a existência de lugares, transformando porções de espaço, atribuindo-lhes significado, à medida que as experienciam. Essas considerações se impõem, dado que, como alega Cresswell, «although this basic dualism of space and place runs through much of human geography since the 1970s it is confused somewhat by the idea of social space - or socially produced space - which, in many ways, plays the same role as place»¹⁵.

Também Edward Casey identifica o fator de discriminação entre o “espaço” e o “lugar” na qualidade da relação mantida com o elemento humano, no entanto, as suas definições insistem na dimensão material, ou mesmo corporal, dessa relação, realçando o papel da acção e da sua falta – de acordo com o proposto por Soja, relativamente ao nexo homem-lugar seria apropriado falar de “interacção”. Para Casey o “espaço” seria «the encompassing volumetric void in which things (including human beings) are positioned», enquanto o “lugar” coincidiria com «the immediate environment of my lived body – an arena of action that is at once physical and historical, social and cultural»¹⁶. A concepção do “espaço” como *vacuum* percorre as leituras citadas e voltará a ser evocada no Capítulo desta Dissertação dedicado à urbanização em Minas Gerais, no quadro da interpretação do processo de territorialização ocorrido a partir da descoberta do ouro nos finais do século XVII, designadamente no que se refere ao desbravamento do “sertão” mineiro.

Essas contribuições substanciam, portanto, a noção-chave de “lugar” – como resultado, meio e agente da interação entre o “espaço”, as práticas e as representações individuais e colectivas – que

¹¹ Ver: LOUSADA, Maria Alexandre. “Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime” [em linha]. *Ler História*/Instituto Universitário de Lisboa, N. 48, 2005. [Consult. 15 Agosto 2017] Disponível em

[www.academia.edu/3684018/Espacialidade_em_debate_práticas_sociais_e_representações_em_Lisboa_nos_finais_do_Antigo_Regime](http://www.academia.edu/3684018/Espacialidade_em_debate_pr%C3%A1ticas_sociais_e_representa%C3%A7%C3%B5es_em_Lisboa_nos_finais_do_Antigo_Regime). pp. 1-7.

¹² CRESSWELL, Tim. *Place: a short introduction*. 1ª ed. Blackwell Publishing, Bodmin: 2004. p. 7.

¹³ *Idem. Ibidem*. p. 7.

¹⁴ *Idem. Ibidem*. p. 10.

¹⁵ *Idem. Ibidem*. p. 10.

¹⁶ CASEY, Edward. “Between Geography and Philosophy: What Does It Mean to Be in the Place-World?"/*Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 91, N. 4, 2004. p. 683.

constituirá nossa referência conceitual no exame de nosso objeto de estudo final, Vila Rica, depois Ouro Preto, e os moradores da sua rua principal, a rua Direita.

A Dissertação articula-se em dois Capítulos, cada um dividido em quatro sub-Capítulos: o Primeiro centrado nos tópicos da urbanização e do urbanismo e o Segundo dedicado à dinâmica económica e às suas implicações sociais. Transversal às duas partes será o gradual restringimento a nível geográfico do foco da análise.

O sub-Capítulo 1.1. abordará o processo que, sob o impulso da descoberta do ouro, no final do século XVII, transformou o “espaço” do sertão do Cataguases no “território” da Capitania de Minas Gerais, proporcionando uma retrospectiva dos momentos decisivos através dos quais a área se fez conhecida na América portuguesa e no Império, povoada e gradualmente posta sob o controlo do poder monárquico, com a extensão à zona recém-descoberta do modelo de organização político-administrativa metropolitano.

O sub-Capítulo 1.2. salientará as simetrias e as assimetrias entre o processo de urbanização, através do qual as Minas passaram a ser “espontaneamente” ocupadas, e o estabelecimento de uma hierarquia política entre os centros de povoamento, resultado de deliberadas políticas de Lisboa. Particular atenção será reservada ao léxico territorial português e aos conceitos de “cidade” e “urbano”, que nos permitirão evidenciar algumas peculiaridades do fenómeno urbano mineiro.

O sub-Capítulo 1.3. destacará a importância das formas de apropriação da terra no processo de urbanização ocorrido em Minas Gerais. Referiremos, por outro lado, o papel desempenhado pelos patrimónios na estruturação da *urbs* mineira e o debate acerca dos modelos e das práticas urbanísticas que moldaram seu rosto. Importará, ademais, ressaltar a relação da implantação das estruturas do poder eclesiástico com os processos de povoamento e hierarquização política dos centros urbanos em Minas Gerais.

O sub-Capítulo 1.4. será dedicado ao processo de formação e de desenvolvimento urbano de Vila Rica durante o século XVIII até a passagem para o século XIX: à sua constituição, a partir de núcleos populacionais preexistentes, aos condicionantes da sua conformação física e às obras de “aumento”, “adequação” e “conservação” da *urbs* promovidos pela câmara.

O sub-Capítulo 2.1. focará a dinâmica da economia mineira ao longo dos Setecentos e na passagem para os Oitocentos: o desenvolvimento na Capitania de atividades económicas alheias à mineração, o andamento da produção aurífera, cuja medição estava estreitamente relacionada com os diferentes métodos adotados para a cobrança do direito régio do quinto, as intervenções da Coroa portuguesa em campo económico.

O sub-Capítulo 2.2. inserirá a discussão sobre a “decadência” da economia mineradora no período pós-auge minerador no mais amplo debate acerca da economia colonial brasileira.

O sub-Capítulo 2.3. apresentará umas propostas de regionalização para Minas Gerais avançadas em estudos recentes de história económica e demográfica que permitem identificar uma Zona Mineradora Central, com características próprias no quadro do conjunto mineiro, na qual estaria colocada Vila Rica-Ouro Preto.

No sub-Capítulo 2.4. se realizará, enfim, a análise das fontes arquivísticas coletados no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. As evidências inferíveis dos testamentos e dos inventários dos moradores da rua Direita serão postas em diálogo com os dados apresentados em trabalhos fundados em bases documentais mais amplas, a fim de tirar conclusões acerca do perfil socioeconómico da população de Vila Rica-Ouro Preto nas primeiras décadas do século XIX.

Por fim, quero esclarecer que o português não é a minha língua materna e que a escrita da presente Dissertação representou para mim a primeira experiência de redação de um trabalho científico de uma certa dimensão e complexidade num idioma estrangeiro. Esta premissa serve para explicar os defeitos que, apesar dos esforços empreendidos na sua correção, o texto contém a nível formal.

Primeiro Capítulo

1.1. Do sertão dos Cataguases às Minas Gerais

No final do século XVII, o “espaço” que dentro de poucos decênios se transformaria no território da Capitania de Minas Gerais¹⁷ era referido pelos contemporâneos através da expressão “sertão”.¹⁸ Um termo que, nas palavras de Cláudia Fonseca, autora de *Des terres aux villes de l’or* (2003), designava «um dado preexistente à colonização»¹⁹, percebido como um *vacuum*, caracterizado por «uma relativa e temporária indefinição»²⁰, que se configurava, portanto, aos olhos dos colonizadores, como «uma folha em branco»²¹, a “imprimir”²².

¹⁷ A Capitania de Minas Gerais ganharia autonomia administrativa em 1720, com a cisão da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro.

¹⁸ Alexandre Cunha, em *Vila Rica-São João del Rey*, propõe um Mapa (**Figura 1**) que ilustra as categorias coevas de percepção do “espaço-lugar” mineiro setecentista. O Mapa demonstra como, em consequência do processo de ocupação decorrente dos progressos da exploração mineral e da expansão da agricultura e da pecuária, o sertão sofreu uma gradual marginalização geográfica, chegando o termo a designar, basicamente, as grandes extensões de terra fracamente conhecidas, povoadas e exploradas no Oeste, no Norte e no Leste da Capitania. Acerca da gama de significados do termo de sertão, ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2002. pp. 137-143; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres aux villes de l’or: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Fundação Calouste Gulbenkian, Paris: 2003. tr. pt. TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. 1ª ed. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011. pp. 51-57; MATA, Sérgio da. *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII - XIX*. 1ª ed. Wissenschaftliche Verlag Berlin, Berlin: 2002. pp. 164-171.

¹⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 51.

²⁰ *Idem. Ibidem.* p. 54.

²¹ *Idem. Ibidem.* p. 52.

²² É interessante notar, como faz Thomas Bonnici, como a metáfora tipográfica, extensamente utilizada na literatura do século XVI com uma conotação sexual, foi também associada à ação colonizadora (ver: BONNICI, Thomas. “Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI” [em linha]. *Mimesis/Universidade do Sagrado Coração*, Vol. 21, N. 1, 2000. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v21_n1_2000_art_01.pdf pp. 11-12).

Até o fim do século XVII, a ocupação do Brasil limitou-se fundamentalmente à orla costeira – pautando-se na defesa desta possessão muito cobiçada pelos inimigos de Portugal. Atividades económicas diferentes consoante o potencial local, basicamente agricultura e pecuária, deram lugar a assentamentos humanos pouco densos e relativamente autossuficientes. Os núcleos urbanos localizavam-se em pontos estratégicos para a comercialização da produção dentro e, sobretudo, fora da América portuguesa. «Jesuítas e homens do clero em busca de almas; paulistas em busca de índios; e fazendeiros de gado em busca de pastagem»²⁶, nas palavras de Anthony Russell-Wood, foram os únicos agentes de uma incipiente interiorização. A descoberta do ouro de Minas Gerais agiu como catalisador deste processo e contribuiu decisivamente para a integração do território brasileiro. Em “De arraiais, vilas, caminhos” (2007), Fernanda de Moraes salienta que, até o século XVIII, o desenvolvimento do sistema de vias de comunicação tinha gerado «um padrão basicamente homogêneo, caracterizado pela ausência de conexões intermediárias expressivas e constituído por vetores autônomos na forma de vias terrestres ou fluviais com duas extremidades básicas – o sertão e o litoral – e tendo a via marítima como eixo que lhes conferia unidade»²⁷ e que, com a abertura do ciclo do ouro, foi introduzido «o elo que faltava à articulação de um imenso território colonial [...] constituído por compartimentações geográficas, nas quais igualmente compartimentadas se desenvolviam as atividades produtivas e mercantis».²⁸

As origens dos caminhos que viabilizaram e alimentaram o *rush* para as Minas remontam à época pré-colombiana. Já antes da chegada dos europeus, o espaço brasileiro estava sulcado por uma rede viária que, composta por trilhas na mata – ditas, em língua *tupi*, *peabiru* – interligava regiões distantes entre si. Este sistema foi utilizado nos primeiros dois séculos de colonização, para bater os sertões do interior, tanto pelas famigeradas bandeiras – expedições organizadas por particulares com objetivos meramente económicos, destinadas à procura de mão de obra escrava indígena, ouro e gemas – quanto pelas entradas – jornadas de carácter oficial, promovidas pelas autoridades reinóis e ultramarinas a fim de reconhecer o território e verificar a eventual presença de metais e de pedras

²⁶ RUSSELL-WOOD, Anthony John. “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808” [em linha]. *Revista Brasileira de História/Associação Nacional de História*, Vol. 18, N. 36, 1998. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010. p. 14.

²⁷ MORAES, Fernanda Borges de. “De arraiais, vilas, caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.). *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 56.

²⁸ *Idem*. *Ibidem*. p. 62. Ver: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial: Economia & Sociedade*. 1ª ed. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Editora Pioneira, São Paulo: 1982. pp. 9-12; MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. “Gênese e estrutura da cidade mineradora” [em linha]. Texto para a discussão, N. 164. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf. p. 2, p. 4 e pp. 9-10; MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. pp. 55-57, pp. 62-63 e p. 65.

preciosas.²⁹ A vila de São Paulo funcionava como “cabeça de ponte” para estas incursões³⁰ e os seus moradores, desde cedo, tornaram-se especialistas nestas empreitadas, a ponto do termo “paulista” se transformar praticamente num sinónimo de sertanista e, a partir de uma certa altura, de descobridor. Eles teriam encontrado ouro nos sertões brasileiros já no final do século XVI.³¹ O achamento de jazidas no futuro território da Capitania de Minas Gerais foi certamente obra de paulistas,³² mas a sua oficialização dependeu da determinação da Coroa portuguesa em tirar proveito do «gênio»³³ deste grupo étnico³⁴, portador de atitudes, valores e comportamentos, e até de uma visão política, peculiares. O compromisso obtido com o Conselho Ultramarino – como veremos, através da mediação de duas figuras importantes de governadores da Repartição Sul – fundado no reconhecimento de seu estatuto de descobridores, fez deles os protagonistas políticos da história mineira na viragem do século XVII para o XVIII.³⁵

A descoberta do ouro no sertão dos Cataguases provocou um conflito entre as autoridades americanas em torno da jurisdição administrativa da região. A disputa veio à luz em ocasião dos surtos de fome que assolaram os sertões mineiros entre os últimos anos do século XVII e os primeiros

²⁹ BELTRÃO, Maria. *Os caminhos do ouro: o Caminho novo e a Fazenda do governo* [em linha]. *Brasília*[s. n.], Vol. 2, N. 1, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.preservale.com.br/files/artigo_mariabeltrao.pdf, pp. 65-66.

³⁰ A vila de São Paulo representava «o principal centro de organização de expedições terra adentro» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 59), mas nas trilhas abertas nos sertões da capitania de São Vicente surgiram outros povoados que se transformaram em pontos de partida e chegada e rapidamente foram elevados à condição de vilas, como Jundiá – em 1655 – Itu – em 1657 – Sorocaba – em 1661 – Taubaté – em 1645 – e Guaratinguetá – em 1657 (Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 60-61).

³¹ É quanto afirma Charles Boxer em *The Golden Age of Brazil* (ver: BOXER, Charles. *The Golden Age of Brazil – 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. University of California Press, in collaboration with the Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro Segundo, Berkeley: 1962. tr. pt. LACERDA, Nair de. *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2000. pp. 57-59).

³² Tão grande é a fama dos paulistas que tem eclipsado quase por completo a participação dos taubateanos no empreendimento (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 65; ROMEIRO, Adriana. “A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Op. Cit. p. 532; *Idem. Paulistas...* Op. Cit. p. 256) o qual virou epopeia nas representações de uma historiografia ideologizada e descritiva (para um balanço sobre esta produção, ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 13-30).

³³ *Idem. Ibidem.* p. 51.

³⁴ Tal conjunto de indivíduos aparecia caracterizado, nas palavras de Adriana Romeiro, que trata deles difusamente em *Paulistas e emboabas no coração das minas*, por uma «desconcertante especificidade» (ROMEIRO, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. 1ª ed. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008. p. 232). Se aceitarmos as observações de Fredrik Barth, um dos maiores teóricos da etnicidade, para as quais «o grupo étnico [...] se constitui no processo de atribuição de “nós” e “eles”» (POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne, *Teorias da etnicidade seguido de os grupos étnicos e suas fronteiras, de Fredrik Barth*, Editora da Universidade Estadual Paulista, São Paulo: 1998, pp. 193-194. *Apud* ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. p. 232) e as formuladas por Anthony Russell-Wood, para as quais os paulistas percebiam e identificavam a si mesmos como pertencentes a um grupo e, por isso, distintos dos demais – e assim eram percebidos e identificados por estes – podemos considerar os paulistas como um grupo étnico. Aliás, eles possuíam, «uma identidade comum, baseada na ascendência, nas características culturais, nos traços somáticos, nas atitudes, valores e comportamentos» (*Idem. Ibidem.* p. 232). Sobre a especificidade da identidade paulista, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 231-237.

³⁵ Sobre os paulistas e seu papel nos primórdios da história de Minas, inclusive na descoberta do ouro, ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 57-109; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 57-74 e pp. 133-141; RAMOS, Donald. *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil*. Ph. D. Thesis presented to the Graduate Council of the University of Florida, Ann Arbor: 1972. pp. 1-128; ROMEIRO, Adriana. “A Guerra...” Op. Cit.; *Idem. Paulistas...* Op. Cit.

do século seguinte. Nas palavras de Moraes, estes resultaram do «povoamento rápido e desordenado», somado à «concentração de braços nas atividades de mineração», à «distância das regiões produtoras/exportadoras de secos e molhados», à «precariedade dos caminhos e dos meios de transporte», à «falta de moeda circulante» e aos «vários tributos que incidiam sobre as mercadorias importadas»³⁶, fatores que contribuíram para a escassez destes produtos, sobretudo alimentos, bem como para a elevação do seu preço no mercado. A fome revelou-se o primeiro problema político a resolver para as autoridades ultramarinas, que demonstraram grande zelo neste respeito. Estavam em causa, aliás, grandes interesses económicos. Tratava-se de «uma matéria geopolítica, que envolvia não só o controle administrativo das minas, mas também a escolha de áreas de influência que seriam dinamizadas com o comércio que se anunciava próspero».³⁷ A contenda opôs o governador-geral do Brasil – João de Lencastro – e o governador da repartição Sul – Artur de Sá e Meneses – empenhados em reclamar, junto ao rei, a jurisdição do novo território e inseri-lo em sua área de influência política, respetivamente, Bahia e Rio de Janeiro. A gestão das vias de comunicação apareceu, desde cedo, crucial para estes fins. Os caminhos que conduziam aos sertões mineiros constituíam a chave mestra para a efetivação tanto do controle da Coroa sobre a região, mediado pelos seus representantes – através da normalização dos fluxos migratórios e da luta contra o contrabando do ouro – quanto da sua ligação com os centros abastecedores costeiros.³⁸

Herdeiro de antigas trilhas indígenas e rota principal de várias bandeiras – entre as quais merece ser destacada a famosa bandeira de Fernão Dias Paes³⁹ – o “Caminho geral do Sertão” (ver a **Figura 2**) atravessava as Minas, ligando as vilas vicentinas à região Nordeste da América portuguesa. Transformou-se na via de acesso às Minas Gerais de São Paulo e de Salvador, ganhando o nome, na sua primeira versão, de “Caminho de São Paulo” e, na segunda, de “Caminho da Bahia” – dito também “Caminho do São Francisco” ou “Caminho dos currais”, dado que seu trajeto seguia em boa parte o curso do rio São Francisco onde se localizavam inúmeras fazendas de gado. A conexão com o Rio de Janeiro estava assegurada pelo chamado “Caminho Velho”, que compreendia, no seu começo, um percurso marítimo da cidade até o porto de Parati e se encontrava com o Caminho de São Paulo.⁴⁰

³⁶ MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. p. 75.

³⁷ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. p. 41.

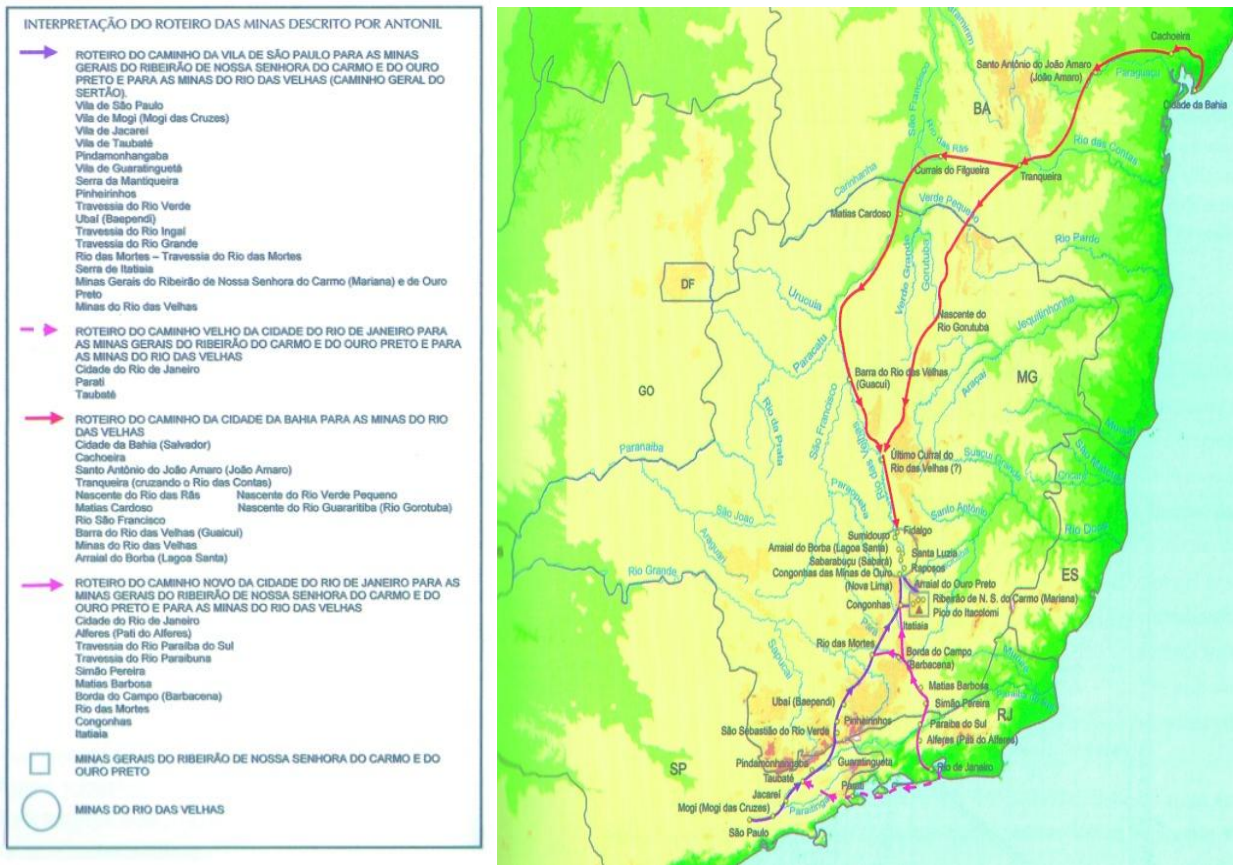
³⁸ Acerca da disputa, ver: RENGGEN, Friedrich. “A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Op. Cit. pp. 129-134; ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 35-62.

³⁹ Ver: MACHADO, Marina. “Duas gerações de caminhos pelos sertões: Francisco Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes”. in MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina (Orgs.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. 1ª ed. Editora Horizonte, Vinhedo: 2013. pp. 23-53.

⁴⁰ Acerca dos caminhos citados, ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. p. 64; FURTADO, Júnia Ferreira. “Teias de negócio: Conexões mercantis entre as minas de ouro e a Bahia, durante o século XVIII”. in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Orgs.). *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2ª ed. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2014. pp.

Figura 2

Os caminhos entre Minas Gerais e São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia



Fonte: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. Cit. pp. 34-35.

Enquanto o projeto do governador-geral João de Lencastro não convenceu os conselheiros régios, o do seu rival político Artur de Sá e Meneses foi acolhido, ao menos parcialmente. Tratava-se de um ponto de inflexão extremamente importante para a história mineira e também para a história brasileira em geral. O Conselho Ultramarino determinou a abertura, a cargo de Garcia Rodrigues Paes⁴¹, do “Caminho Novo” – assim chamado para distingui-lo do Caminho Velho – entre o Rio de Janeiro e as Minas, o qual reduziu drasticamente o trajeto e o tempo de deslocamento entre as duas localidades. A inauguração do Caminho Novo, juntamente com a proibição do comércio entre a Bahia e as Minas – com a exceção do gado *vacum*, dado o seu papel imprescindível como fonte alimentar, força motriz e meio de transportes⁴² – ordenada pela Coroa em 1701, decretou a definitiva incorporação da região de Minas Gerais à área de influência fluminense. A partir de então, nas palavras de Moraes, «em detrimento de Salvador e Santos, o porto de Rio de Janeiro passou a

154-158; MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. pp. 72-76; RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “Itinerários e interditos na territorialização das Geraes”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). Op. Cit.

⁴¹ Filho do célebre bandeirante Fernão Dias Paes. Sobre os mesmos, ver: MACHADO, Marina. Op. Cit. pp. 23-53.

⁴² MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. p. 69.

concentrar a importação de produtos europeus, de escravos vindos diretamente da África e do Nordeste [...] e ainda a figurar como escoadouro do ouro para a Europa». ⁴³ A mudança da sede do governo-geral de Salvador para o Rio, em 1763, representaria o resultado político do processo de deslocação do eixo económico da América portuguesa para o centro-Sul, ativado pela descoberta do ouro de Minas no final dos Seicentos. ⁴⁴

A interdição do Caminho da Bahia demonstra que, logo depois de uma primeira fase em que se promoveu a livre circulação de pessoas e de mercadorias, já a partir do 1701, a Coroa portuguesa passou a introduzir medidas restritivas. O poder régio estava especialmente interessado em combater a evasão fiscal. A vigilância do complexo de caminhos que conduziam às Gerais foi premente ao longo do século XVIII e sobreviveu ao declínio da produção aurífera. De toda a forma, estas rotas constituíram «fios estruturadores [...] de uma economia e de uma organização territorial macro e microrregional, que foram fundamentais para que o território brasileiro alcançasse sua conformação final» ⁴⁵. Quanto à jurisdição da zona mineradora, esta permaneceu, durante pelo menos uma década, “uma terra sem lei e sem rei”, nas mãos dos potentados locais. Foi necessária a eclosão de um dos maiores levantes ocorridos na América portuguesa, a chamada “Guerra dos Emboabas”, para que as Minas saíssem do estado de «entre-lugar espaço/território» ⁴⁶.

A origem dos acontecimentos ocorridos em Minas Gerais entre 1707 e 1709, conhecidos como Guerra dos Emboabas – que seria mais apropriado designar, de acordo com as fontes coevas, de levante emboaba – remete para a estratégia adotada pela Coroa portuguesa, no final do século XVII, para alcançar o tão desejado ouro do Brasil.

As tentativas régias de detetar a presença do minério no interior do domínio americano esbarraram, numa fase inicial, com a firme resistência paulista. Segundo a versão corrente na época, embora se recusassem a manifestar os achados, os paulistas teriam conhecido o sertão dos Cataguases e a localização de jazidas auríferas havia muito tempo. Aliás, o diálogo entre as duas partes foi precedido por uma experiência secular de «árduas e arrastadas negociações» ⁴⁷, que levaram ao surgimento de memórias contrapostas e, ao mesmo tempo, complementares: a da duvidosa fidelidade dos paulistas e da ingratidão do poder régio. De facto, ao longo do século XVII, o governo régio várias vezes procurou engajar a “máquina da guerra” dos homens de São Paulo – outra faceta que ganhou o imaginário relacionado a eles – em campanhas militares contra os quilombolas e os

⁴³ *Idem. Ibidem.* p. 74. Acerca do impacto da abertura do Caminho Novo na economia do Rio de Janeiro, ver também: PAULA, João Antonio de. “A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Op. Cit. p. 285.

⁴⁴ Sobre a interdição do “Caminho da Bahia” e a abertura do “Caminho Novo”, ver a nota 38 e a nota 40 da presente Dissertação.

⁴⁵ MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. p. 76.

⁴⁶ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. Cit. p. 32.

⁴⁷ ROMEIRO. *Paulistas...* Op. Cit. p. 238.

indígenas. Em tais circunstâncias, os paulistas foram desenvolvendo padrões de negociação com o poder central que fugiam por completo à cultura política do Antigo Regime.⁴⁸ Se submetido à prova da realidade, o *topos* constitutivo da «legenda negra»⁴⁹ sobre os paulistas, para o qual eles, avessos às autoridades americanas, só se punham ao serviço do rei, e somente no caso de serem devidamente recompensados, está longe de ser uma invenção dos seus detratores. No entanto, o ressentimento dos sertanistas contra a Coroa tinha incontestáveis fundamentos, dado que ela nunca tinha cumprido pontualmente os acordos conseguidos.⁵⁰

Nesta atmosfera tensa foram conduzidas as negociações resolutivas em torno das Minas que ganhariam o atributo de Gerais. Dois governadores da Repartição do Sul – Antônio Paes de Sande e o supramencionado Artur de Sá e Meneses – tiveram papel essencial em seu desdobramento: a um deveu-se, a partir de 1693, a experimentação de uma nova atitude por parte do Conselho Ultramarino perante à gente do Planalto de Piratininga – dirigida a estimular a procura de novas jazidas e a revelação das que já haviam sido descobertas, através de atrativas promessas⁵¹; ao outro coube tornar realidade as expectativas do antecessor, com a assinatura de um acordo entre a Coroa e os descobridores – sua «façanha» foi «aproximar os vassallos distantes da longínqua Capitania de São Vicente ao universo barroco do poder régio», por meio da instalação, segundo as palavras de um admirador contemporâneo⁵², de uma «corte na aldeia»⁵³. Portanto, graças a uma «bem-sucedida estratégia de cooptação»⁵⁴ dos paulistas, as tentativas da Coroa portuguesa de se apoderar do ouro brasileiro deram êxito: o governo de Sá e Meneses, que teve início em 1697, inaugurou a época dourada de Minas Gerais, durante a qual foram oficializados os maiores achamentos auríferos da região.⁵⁵

O acordo com os paulistas pode ser resumido na fórmula «ouro em troca da supremacia política»⁵⁶: lhes garantia o controlo dos cargos locais e – elemento percebido por eles como crucial –

⁴⁸ As suas petições violavam abertamente os preceitos que mediavam a comunicação entre vassallos e soberano, subvertendo os subjacentes equilíbrios de poder. Os paulistas evadiam o recurso às fórmulas retóricas empregadas pelos súbditos para exprimir subjeção e enfrentavam a negociação em pé de igualdade. Chegavam, por esta via, a apresentar-se à Coroa como meros aliados, vinculando o préstimo dos seus serviços ao atendimento das suas reivindicações. Exigiam, ainda, que a obrigatoriedade da retribuição dos serviços, subjacente à dita “economia do dom”, na forma do princípio de reciprocidade, estivesse patenteada e garantida por meio de contratos, que anulavam a liberalidade régia. (*Idem*. “A Guerra...” Op. Cit. pp. 530-531; *Idem*. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 237-241)

⁴⁹ Sobre a origem e a evolução da “lenda negra” acerca dos paulistas, ver: *Idem*. *Ibidem*. pp. 225-231.

⁵⁰ Ver: *Idem*. “A Guerra...” Op. Cit.; *Idem*. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 237-249.

⁵¹ Nas palavras de Adriana Romeiro, «convencido pela argumentação de Pais de Sande, o Conselho Ultramarino autorizou os governadores a prometer a todo descobridor [...] a posse das minas, exigindo-lhe apenas o pagamento do quinto devido à Real Fazenda, além de uma série de honrarias e mercês» (*Idem*. “A Guerra...” Op. Cit. p. 532). Tais promessas atingiram seu objetivo, mas nunca foram cumpridas (ver: *Idem*. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 62-63).

⁵² Baltasar de Godói Moreira. *Idem*. *Ibidem*. p. 51.

⁵³ *Idem*. *Ibidem*. p. 51. Para uma definição do termo “aldeia”, ver a página 32 da presente Dissertação.

⁵⁴ *Idem*. *Ibidem*. p. 54.

⁵⁵ Ver: *Idem*. “A Guerra...” Op. Cit. p. 532; *Idem*. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 50-58 e pp. 249-250.

⁵⁶ *Idem*. *Ibidem*. p. 58.

uma relativa autonomia frente à Coroa.⁵⁷ Em pouco tempo, porém, a corrida ao ouro, que levou às Minas uma multidão heterogênea – proveniente do resto da América portuguesa e mesmo do Império – determinaria uma alteração dos equilíbrios de poder na região, que conduziria ao levante dos recém-chegados, intitulados pelos paulistas de “emboabas” – expressão pejorativa de origem *tupi*, cuja etimologia é controversa, que significa algo do tipo “galinha com calças”, aludindo ao hábito destes de se vestir com tal peça de vestuário, diversamente daqueles. A insatisfação dos forasteiros perante o predomínio político dos paulistas cresceu junto com o seu número e a sua relevância econômica. Aliás, o cenário não oferecia instâncias de negociação: como tem assinalado Adriana Romeiro, em “A guerra dos Emboabas” (2007), «a inexistência de um aparato administrativo eficiente e de órgãos de justiça foi também decisiva para o acirramento dos conflitos em torno do poder e para a disseminação de formas variadas de vingança pessoal».⁵⁸

Os emboabas articularam suas demandas em torno da figura de Manuel Nunes de Viana⁵⁹ – português do Minho que fez nome e fortuna através do contrabando em larga escala – o qual deu prova, no contexto do levante, de um extraordinário carisma político. Em 1707, foi aclamado “governador das minas”.⁶⁰ Tal ato deu início a uma luta armada contra a gente do Planalto, que visava a sua expulsão da região. Mas foi sobretudo no campo das representações que os emboabas demonstraram uma superioridade que se revelou decisória para o destino da revolta. Contrariamente aos paulistas, eles souberam formular suas alegações na linguagem política do Antigo Regime. Aproveitaram da «legenda negra» acerca dos adversários, insistindo na tópica do despotismo da prática política paulistana – pois a experiência da Restauração portuguesa de 1640 legitimava a resistência do povo à tirania. Conseguiram tirar proveito também do epíteto injurioso “emboaba”, atribuindo-lhe um significado novo, o de pobre e oprimido – em contraposição ao paulista poderoso e opressor – e circunscreveram sua identidade aos reinóis – de modo a apresentar o levante como um conflito entre paulistas e portugueses do Reino. Os temas sobre os quais as duas partes fundaram suas

⁵⁷ Sobre o Regimento de 1700 – por meio do qual Sá e Meneses reformulou a legislação vigente, para garantir o domínio político dos paulistas – e sobre o Regimento de 1702 – que, embora moldado sobre o primeiro, introduz relevantes alterações – ver: *Idem. Ibidem.* pp. 50-80. Assinale-se aqui que «se, à primeira vista, o Regimento de 1700 e, depois, o de 1702 favoreciam em tudo os paulistas, um exame mais cuidadoso revela, porém, que ambos também escondiam uma série de pequenos artifícios e omissões significativas que golpeariam, a curto prazo, a hegemonia política dos homens do Planalto na zona mineradora» (*Idem. Ibidem.* p. 61).

⁵⁸ *Idem.* “A Guerra...” Op. Cit. p. 536. Ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 133-141; ROMEIRO, Adriana. “A Febre do Ouro”. *Revista Nossa História/Fundação Biblioteca Nacional*, N. 36, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: 2006. pp. 13-18; *Idem.* “A Guerra...” Op. Cit.; RUSSELL-WOOD, Anthony John. “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso” [em linha]. *Varia Historia/Universidade Federal de Minas Gerais*, N. 21, 1999. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4c714d088e15d9334c00/1462455410642/7_Wood%2C+A.J.R.Russell.pdf.

⁵⁹ Acerca de Manuel Nunes de Viana, ver: ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 156-178.

⁶⁰ Embora tivesse passado a imagem de uma aclamação popular – prática política que a Restauração portuguesa de 1640 disseminou no império – a eleição de Nunes de Viana foi obra de um grupo restrito de poderosos (sobre este ponto, ver: RUSSELL-WOOD, Anthony John. “Identidade...” Op. Cit. pp. 106-107).

reivindicações – o direito de conquista, para os homens de São Paulo, e o direito de se levantar contra um governo considerado injusto, para os emboabas – deixaram marcas profundas no imaginário político mineiro, alimentando contestações ao longo do século XVIII.⁶¹

Em 1709, depois do fracasso da missão do governador da Repartição do Sul – Fernando de Lencastre – dirigida a suprimir a revolta, a Coroa viu-se obrigada a intervir com determinação. Foi instituído, assim, um governo regional, separado do de Rio de Janeiro, mas unido ao de São Paulo – a Capitania de São Paulo e Minas de ouro – e nomeado um governador – na pessoa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. O novo governador viajou para as Minas e lá estabeleceu, em 1711, os primeiros centros institucionais de poder local – Vila de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica e Vila de Sabará. O Conselho Ultramarino optou para uma solução conciliatória, dado que seus membros estavam cientes de que precisariam do apoio dos poderosos das duas fações para restabelecer o equilíbrio na zona mineradora. Adotou-se uma distribuição equitativa dos cargos judiciários e administrativos entre emboabas e paulistas a fim de promover o encerramento das disputas. Os conselheiros do rei sublinharam a urgência de submeter a população das Minas, pois sem mecanismos de repressão teria sido impossível alcançar o objetivo principal da Coroa: a coleta eficaz dos impostos e, especialmente, dos quintos.⁶²

Em “Diálogos Atlânticos” (2005), Júnia Furtado observa como a historiografia brasileira, até a década de 1970, apresentou uma visão dicotômica das relações entre metrópole e colônia. Segundo a historiadora, os estudos sobre a administração colonial desconsideraram a importância da construção de uma identidade comum entre as duas entidades, fator que constituiu, na sua opinião, uma condição essencial para a viabilidade da colonização: salientaram o seu aspecto repressor, enquanto a manutenção do Império assentou na aceitação do poder real pela maioria de seus súditos.⁶³ Fonseca, por sua parte, tem chamado a atenção para o pacto político em que se apoiava a soberania da Coroa portuguesa, para o qual a afeição dos súbditos desempenhava um papel crucial.⁶⁴ A este respeito, Furtado afirma que «era o amor, e não o temor, o principal valor intercambiado entre o rei e seus vassallos», explicando que tal mecanismo de legitimação do poder monárquico provinha do discurso

⁶¹ Sobre a Guerra dos Emboabas como choque entre «idéias e práticas políticas específicas, gestadas e formuladas tanto nas lutas dos paulistas no Nordeste ao longo de todo o século XVII, quanto no contexto político da Restauração Portuguesa» (ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. p. 32), ver *Idem. Ibidem.* pp. 249-275.

⁶² Ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 87-104; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 131-149; RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 118-120; ROMEIRO, Adriana. “A Guerra...” Op. Cit. pp. 529-546; RUSSELL-WOOD, Anthony John. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural” [em linha]. *Revista de História/Universidade de São Paulo*, Vol. 55, N. 109, 1977. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77329/81186. pp. 32-37.

⁶³ FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos Atlânticos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII” [em linha]. *Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades/Instituto de Investigação Científica Tropical – Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf. p. 1.

⁶⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 131-133.

político formulado para justificar a Restauração portuguesa, segundo o qual «o poder político pertencia ao povo, que o concede ao rei na forma de um contrato que, apesar de perpétuo, pode ser retomado em situações de tirania».⁶⁵

A efetivação deste pacto passou pela transferência para a América portuguesa do modelo de organização política vigente no território reinol, cujas células básicas consistiam nos concelhos – “vilas” e, mais tarde, “municípios”⁶⁶ – governados por câmaras e agrupados em comarcas. Isto se realizou em Minas Gerais, como vimos, após o término do levante emboaba. As câmaras gozavam de autonomia administrativa e judiciária – em primeira instância – e eram compostas, pelo menos, por um juiz-presidente – ordinário ou de fora – dois vereadores e um procurador – geralmente não remunerados⁶⁷, mas beneficiários de honorificências – eleitos localmente e aprovados pelos órgãos do poder central da monarquia.⁶⁸ É importante ressaltar, como fez Maria Fernanda Bicalho, que não se tratou de uma «simples transposição»: nas palavras da historiadora, «as municipalidades existentes nas mais remotas regiões ultramarinas, por apresentarem problemas específicos, próprios de sua situação colonial, foram objeto de uma política muitas vezes diferenciada e de uma legislação incessante por parte da Metrópole»⁶⁹. As mudanças que foram introduzidas estavam relacionadas às atribuições e ao grau de autonomia das câmaras, ao estatuto social dos oficiais e à configuração territorial dos concelhos – os quais assumiram dimensões maiores do que os equivalentes reinóis, com consequências significativas para as modalidades de controlo e representação adotadas por tais instituições, ao ponto que, para Fonseca, nesta divergência pode ser individuado o principal elemento de diferenciação entre a rede administrativa americana e a europeia.⁷⁰ Em todo o caso, as câmaras funcionaram como instrumentos coercitivos, administrando a justiça, em primeira instância, mas também como órgãos de comunicação política entre a monarquia e os seus súbditos longínquos, constituindo meios para a representação de interesses locais.⁷¹ A manutenção política que asseguravam, segundo Luis Pereira, ofereceu às câmaras uma apreciável margem de negociação com

⁶⁵ FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit. pp. 5-6. Sobre o modelo de troca *affectus-effectus*, constitutivo da relação de “amizade desigual”, e sobre a “economia do dom” em que se inscreve, ver: XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “As redes clientelares” in HESPANHA, António Manuel (Coord.). *O Antigo Regime (1620-1807)*. in MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. 1ª ed. Editorial Estampa, Lisboa: 1998, Vol. 4.

⁶⁶ O termo “municipal” aparece raramente nas fontes brasileiras antes de 1828, data do Regimento das Câmaras Municipais (MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. p. 60). Sobre o Regimento, ver: CABRAL, Dilma - “Regimento das Câmaras Municipais” [em linha]. in *Dicionário Online da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em linux.an.gov.br/mapa/?p=5751.

⁶⁷ Recebiam emolumentos nos grandes centros (MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Os Concelhos e as Comunidades”. in HESPANHA, António Manuel (Coord.). *O Antigo Regime*. Op. Cit. p. 270 – nota 2).

⁶⁸ Ver: FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit. pp. 5-6; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 26-31; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Op. Cit. pp. 269-275.

⁶⁹ BICALHO, Maria Fernanda. “As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro” [em linha]. *Revista Brasileira de História/Associação Nacional de História*, Vol. 18, N. 36, 1998. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011. p. 1.

⁷⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 27-28.

⁷¹ *Idem. Ibidem.* p. 132.

a Coroa, a cujas pretensões elas responderam «a seu modo», «muitas vezes privilegiando seus interesses»⁷². «A sociedade colonial», conclui Furtado, «seja na esfera pública, no nível das instituições, quanto na esfera particular, nas práticas quotidianas», não era «um puro reflexo direto da ação metropolitana»⁷³.

1.2. As peculiaridades do fenómeno urbano mineiro

Como vimos, o desbravamento e o povoamento dos sertões que não demorariam a ganhar o nome de Minas Gerais⁷⁴ foram iniciativa de particulares. O carácter “espontâneo” do processo de ocupação da região é unanimemente reconhecido pela historiografia.⁷⁵ Os primeiros agrupamentos humanos originaram da atividade mineradora e das condições em que foi praticada. Na sua etapa inicial, a mineração deu lugar a núcleos marcados pela transitoriedade, pela precariedade material e pela dispersão, devido à natureza das jazidas exploradas – depósitos de aluvião, sujeitos a rápido esgotamento – devido à sua localização – o ouro mais acessível encontrava-se no leito dos rios e os trabalhos de extração acompanhavam seus percursos e requeriam uma aparelhagem simples – e devido à legislação mineral – que favorecia os descobridores do ouro, mas condicionava o reconhecimento dos novos achados a requisitos mínimos de distância das lavras em atividade, como veremos melhor adiante. Nesta fase, o abastecimento dependia essencialmente das tropas oriundas da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Quando o metal começou a escassear nos cursos d’água, os mineiros passaram a procurá-lo nos tabuleiros à sua margem, onde surgiram as primeiras catas, para depois subirem, gradativamente, pelas encostas dos vales e pelos morros até atingir seu alto, com as chamadas “catas altas”. Tais instalações determinaram o enraizamento dos trabalhos de extração e a fixação da povoação. Paralelamente, o comércio consolidou-se, aglutinando-se ao redor dos maiores

⁷² PEREIRA, Luis Fernando Lopes - “Ambivalências da sociedade política do Antigo Regime: cultura político-jurídica no Brasil do século XVIII” [em linha]. *Mneme. Revista de Humanidades*/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Vol. 9, N. 24, 2008. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em docplayer.com.br/6915537-Ambivalencias-da-sociedade-politica-do-antigo-regime-cultura-politico-juridica-no-brasil-do-seculo-xviii.html. p. 11.

⁷³ FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit. p. 1.

⁷⁴ Barbosa aponta que, tal como é atestado pela correspondência entre autoridades reinóis e americanas, a designação “Minas Gerais” foi adotada definitivamente de forma oficial só a partir de 1720 – data da criação da Capitania de Minas Gerais, separada da de São Paulo; mas assinala, também, que as primeiras ocorrências da expressão, sob formas diferentes, “minas gerais dos Cataguás”, “minas gerais do ouro”, “distrito das minas gerais” – em minúsculas – registam em descrições, relatos, petições e outro textos de natureza não oficial redigidos por habitantes das zonas mineradoras já antes de 1706 e que daí apareceria a grafia “Minas” ou “Minas Gerais” – em maiúsculas (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 67).

⁷⁵ *Idem. Ibidem.* p. 32 e p. 49; ver também: VILLALTA, Luiz Carlos. “O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano”. in *Termo de Mariana: história e documentação*, 1ª ed. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: 1998. p. 67.

núcleos populacionais nas áreas mais ricas, enquanto a agropecuária foi se desenvolvendo e as roças, os currais e os pousos à beira dos caminhos abertos pelos sertanistas deram origem a outros povoados.⁷⁶ Foi assim que nasceram e evoluíram os primeiros arraiais mineiros.⁷⁷

Em *Des terres aux villes de l'or*, Fonseca detém-se nas alterações sofridas pelo léxico territorial português na sua transplantação para o Novo Mundo. Ao fazê-lo, proporciona uma espécie de glossário – que orientou as escolhas linguísticas expressadas pelo presente trabalho. A autora funda sua análise em documentos coevos ao período por ela examinado. O termo “arraial”⁷⁸, alheio ao vocabulário urbano reinol – indicando em Portugal acampamento militares, feiras e quermesses – em Minas e outras zonas mineradoras brasileiras passou a designar aqueles núcleos de povoamento que não tinham autonomia institucional – por não serem sedes de concelho e dependerem de câmaras sediadas alhures. Estes núcleos tomavam no Reino o nome de “aldeias” e “lugares” – não faltando as exceções, sendo que algumas povoações modestas permaneciam na condição de aldeias e lugares não obstante a elevação a sedes de concelho. O termo “lugar” conservou no Brasil uma aceção dúplice: foi empregado como sinónimo de “arraial” ou como equivalente de “sítio” – que designava implantações, sobretudo rurais, com densidade demográfica inferior à dos arraiais, enquanto mais geralmente entendidos. Deve ser assinalada certa ambiguidade também relativamente ao valor do termo “arraial” no contexto minerador, dado que foi utilizado tanto para indicar os primeiros povoados provisórios, quanto, como vimos, aqueles mais duradouros e estruturados. O significado da palavra “aldeia” mudou radicalmente aquando da sua aplicação à realidade americana: assumiu uma conotação étnica, passando a indicar povoações indígenas. Usava-se o termo “povoação”, enfim, quer no Reino, quer no ultramar, para se referir, de forma genérica, a qualquer tipo de aglomerado humano, dos menores aos maiores.⁷⁹

A constatação da “espontaneidade” que tem caracterizado o processo de ocupação de Minas Gerais não pode impedir o reconhecimento da emergência, já nos finais do século XVII, de um claro

⁷⁶ Sobre «Agricultores, criadores, comerciantes e seus arraiais» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 69), ver: *Idem. Ibidem.* pp. 69-74.

⁷⁷ Sobre esta primeira fase de ocupação, ver: CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista” [em linha]. *IX Jornada Setecentista/Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.* [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.academia.edu/4081212/Vila_Rica_Formas_Espont%C3%A2neas_e_Planejadas_num_Tra%C3%A7ado_Urbano_Setecentista. pp. 2-4; COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: População (1719-1826)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1979. pp. 6-7; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 63-74; FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit. p. 12; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 14-15; SILVA, Fabiano Gomes da. *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007. pp. 27-29; VILLALTA, Luiz Carlos. Op. Cit. pp. 67-68.

⁷⁸ Para uma definição do arraial, ver também: ABREU, Maurício de Almeida. “A apropriação do território no Brasil colonial”. in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. 1ª ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1997. p. 213; MATA, Sérgio da. Op. Cit. p. 17, pp. 49-51 e pp. 141-145.

⁷⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 28-29, pp. 63-64 e pp. 77-78.

interesse da Coroa portuguesa voltado para a região, que levou às negociações com os paulistas, mediadas pelas autoridades governamentais, das quais resultou a oficialização dos achamentos de ouro por eles realizados.⁸⁰ A seguir, o poder régio não tardou a impor-se, com a criação dos primeiros concelhos. A efectivação do poder metropolitano na América portuguesa, de uma forma geral, não se deu sem conflitos e a fiscalidade representou uma questão sensível e um campo de tensão importante.⁸¹ Segundo Fonseca, o pacto político estabelecido entre soberano e súditos – que, pelo menos em termos de retórica, tinha uma dimensão sentimental, associado ao relacionamento entre pai e filhos – ilustra bem a centralidade da matéria, para as duas partes: «a Coroa transferia às câmaras coloniais – ou seja, aos próprios colonos – o dever e os custos de povoamento e defesa [...]. Em troca de tais “provas de amor e lealdade”, esperavam que o rei se mostrasse compreensivo e generoso, estabelecendo impostos justos e concedendo privilégios e postos honoríficos aos súditos mais fiéis e valorosos»⁸².

Os concelhos traduziram-se, para a Coroa, num instrumento de controlo das gentes e, conseqüentemente, dos impostos, estando as duas atribuições estreitamente relacionadas. A sua constituição realizou-se em intervalos variáveis, mas é possível estabelecer uma periodização, identificando dois momentos principais – separados por uma longa interrupção: de 1711 a 1730⁸³ e de 1789 a 1814⁸⁴ (ver a **Tabela 1**). No primeiro período, a instituição dos concelhos levou à implementação de uma organização político-administrativa do território que visava garantir à Coroa – num equilíbrio entre repressão e cooptação – fundamentalmente, a arrecadação dos vultosos impostos sobre a exploração aurífera e a pacificação da população envolvida em revoltas decorrentes das iniciativas fiscais ou em disputas entre fações para o poder local. No segundo período, a elevação de arraiais à condição de vilas respondeu às políticas de expansão e consolidação das fronteiras da Capitania e aos projetos de reforma fiscal da Coroa, ambos voltados ao incremento da cobrança dos tributos – o quinto e as entradas – em declínio devido à queda da produção aurífera e ao desenvolvimento local de atividades agrícolas e artesanais. Nesta fase, a criação de vilas representou também uma tentativa de efetivar o controlo social, por meio da reafirmação do pacto entre a Coroa, e seus representantes, e as elites locais, e assim fazer face aos conflitos locais – a vários níveis de poder – e às sedições – entre as quais se destacou a Inconfidência mineira – que, em alguns casos, emergiram como reações às políticas e aos projetos que acabamos de mencionar.⁸⁵

⁸⁰ *Idem. Ibidem.* p. 32 e p. 49.

⁸¹ Para um balanço das novas abordagens da historiografia acerca da reprodução do poder real em Minas, ver: FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit.

⁸² FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 132.

⁸³ Sobre a fundação de vilas entre 1711 e 1730, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 131-176.

⁸⁴ Sobre a fundação de vilas entre 1789 e 1814, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 177-234.

⁸⁵ Para uma síntese da cronologia das fundações de concelhos em Minas, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 33-34; PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais.* 1ª ed. Editora

Tabela 1

Cronologia da fundação das vilas em Minas Gerais (época colonial)

De 1711 a 1730

- 1711 Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual Mariana)
Vila Rica (atual Ouro Preto)
Vila Real do Sabará (atual Sabará)
- 1713 Vila de São João del-Rei (atual São João del-Rei)
- 1714 Vila Nova da Rainha (atual Caeté)
Vila do Príncipe (atual Serro)
- 1715 Vila de Piedade do Pitangui (atual Pitangui)
- 1718 Vila de São José del-Rei (atual Tiradentes)
- 1730 Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (atual Minas Novas)

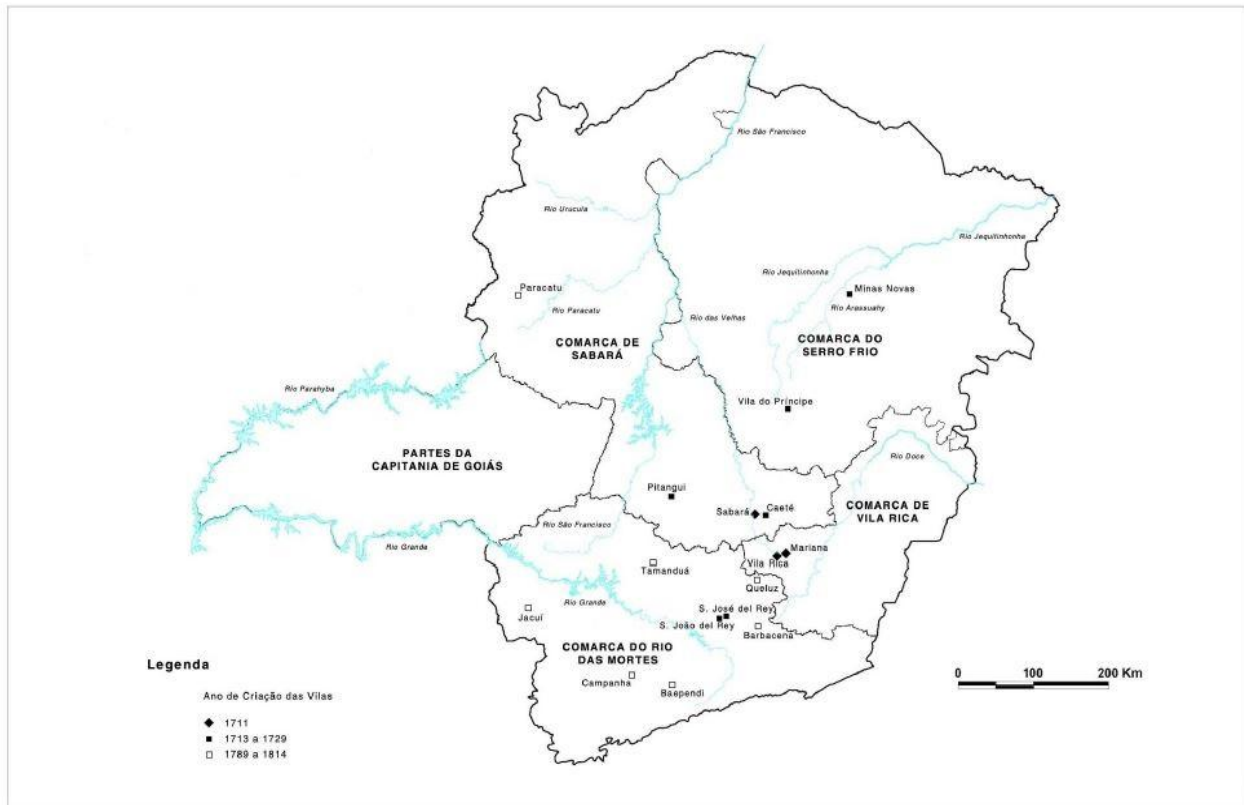
De 1789 a 1814

- 1789 Vila de São Bento do Tamanduá (atual Itapecerica)
- 1790 Vila de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete)
- 1791 Vila de Barbacena (atual Barbacena)
- 1798 Vila de Campanha da Princesa (atual Campanha)
Vila de Paracatu do Príncipe (atual Paracatu)
- 1814 Vila de São Carlos de Jacuí (atual Jacuí)
Vila de Santa Maria de Baependi (atual Baependi)

Fonte: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 33.

Figura 3

As vilas mineiras coloniais



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 145.

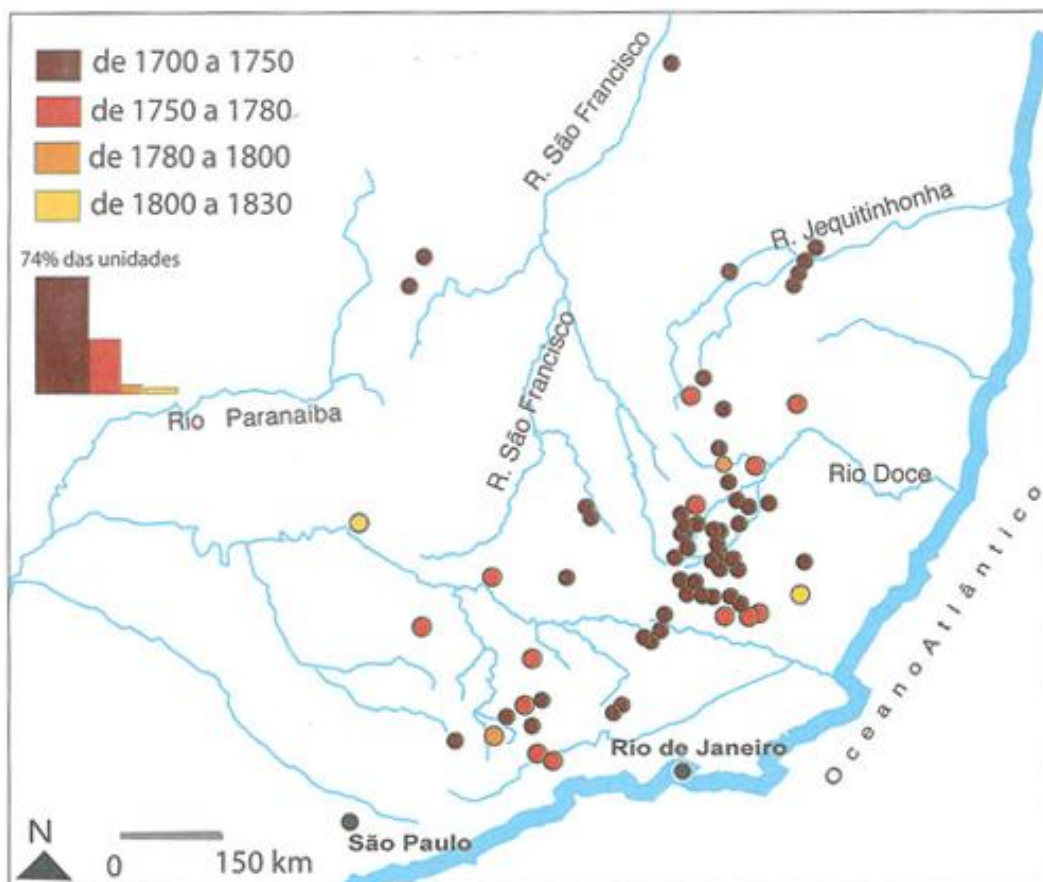
Legenda: Divisão por períodos de fundação e comarcas.

As evoluções da economia de Minas Gerais serão aprofundadas no Capítulo seguinte. Aqui nos importa salientar seu nexos com dois movimentos distintos, mas interligados: com o processo de urbanização do território mineiro – ou seja, a «formação de núcleos de povoamento mais densos que as áreas rurais, e com atividade econômica significativa nos setores secundários e terciários»⁸⁶ – fenômeno relativamente autônomo da atuação metropolitana, e com o estabelecimento na Capitania de uma hierarquia política entre os centros de povoamento – por meio da elevação a vilas de determinados arraiais e, exclusivamente num caso, de uma vila a cidade – dependente de resoluções régias.

⁸⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 588 – nota 39.

Figura 4

Os arraiais mineradores em Minas Gerais

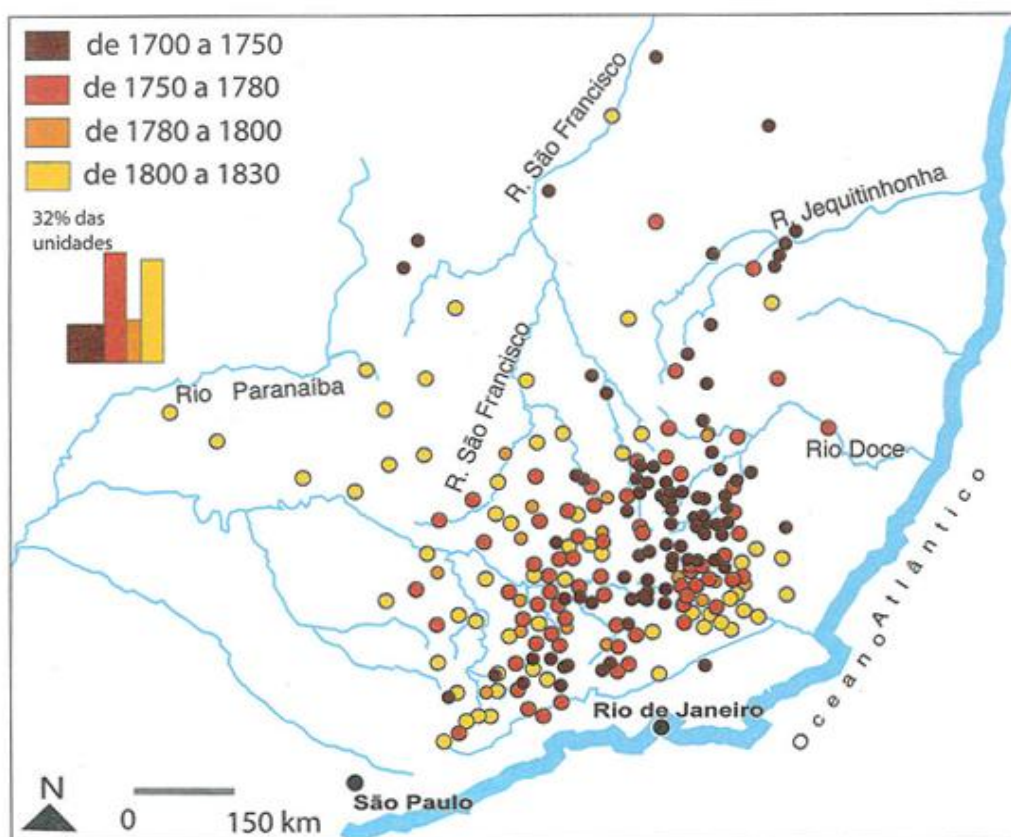


Fonte: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 240.

Legenda: Distribuição temporal e geográfica.

Figura 5

Os arraiais agrícolas em Minas Gerais



Fonte: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 241.

Legenda: Distribuição temporal e geográfica.

Vimos, por um lado, como a mineração esteve na origem dos primeiros arraiais mineiros e introduzimos – pois veremos melhor adiante – como o comércio e, sobretudo, a agropecuária teriam contribuído para a instalação de novos núcleos de povoamento. No caso da urbanização, o nexos é, portanto, imediato. As **Figuras 4 e 5**, que registam o surgimento na Capitania de arraiais de origem mineradora e agrícola, respetivamente, desde 1700 até 1830, por etapas cronológicas – 1700-1750, 1750-1780, 1780-1800 e 1800-1830 – permitem, assim, acompanhar a dinâmica económica naquele lapso de tempo. Entre 1700 e 1750, os arraiais, independentemente da sua atividade económica principal, localizavam-se na parte central do território da capitania, ao longo da serra do Espinhaço, a área das “Minas” (ver a **Figura 1**), onde se achavam os maiores achados auríferos. A partir da etapa seguinte, ocorreu um incremento, bastante drástico e firme, da importância relativa dos arraiais agrícolas – a criação de novos arraiais mineradores abrandou entre 1750 e 1780 e praticamente parou depois de 1780 – e seu alastramento, gradual e progressivo, em todas as direções.

Vimos, por outro lado, que a ereção de vilas representou para a Coroa portuguesa um meio de obter, através do controlo da população mineira, uma arrecadação mais eficaz dos impostos, o que constituía seu objetivo principal. A cronologia das fundações de concelhos e a sua distribuição geográfica dependeu, assim, de uma estratégia que combinou centralização e descentralização do poder – através duma concessão seletiva da autonomia política – e se serviu de medidas políticas – como a expansão territorial e a reforma administrativa – para finalidades fiscais, influenciada pelas mudanças na estrutura produtiva, mas também pelas tensões sociais direta ou indiretamente decorrentes das mesmas. Neste caso, portanto, o nexos com a dinâmica económica não é imediato. Isto pode ser verificado observando a **Figura 3**, que demonstra como as elevações de arraiais a vilas, no período 1711-1730, concentraram-se ao longo da serra do Espinhaço – como vimos, a zona mineradora mais produtiva – enquanto, no período 1789-1814, situaram-se na parte Sul da Capitania – uma zona promissora, com vocação agrícola⁸⁷, mas também uma área “quente”, dada a sua posição limítrofe com as Capitánias de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro e dado o envolvimento das elites locais com a Inconfidência mineira. Vemos, assim, como o local das fundações de vilas na segunda fase não refletiu a dispersão populacional testemunhada pelo posicionamento dos arraiais após 1750.

No conjunto, porém, os três Mapas apontam para um mesmo fenómeno: uma gradual ruralização da economia, ao longo do século XVIII – à qual voltaremos no segundo Capítulo – que repercutiu no processo de urbanização e na organização territorial político-administrativa.

Os dois movimentos apontam para uma dinâmica complexa⁸⁸, que fez da Capitania de Minas Gerais, durante os séculos XVIII e XIX, a mais populosa e urbanizada⁸⁹ do Brasil – no fim da época colonial havia centenas de arraiais, quatorze vilas e uma cidade⁹⁰. Abordaremos, agora, de modo frontal, o fenómeno da urbanização. Introduzimos o papel crucial, embora não definitivo, da mineração na estruturação da ocupação do território mineiro. Ao aprofundarmos este ponto, poderemos assinalar a singularidade da vivência experimentada pelas povoações às quais a atividade mineradora deu origem.

Antes de tudo, cabe um esclarecimento terminológico e conceitual. Na época por nós estudada o vocábulo “cidade” designava, *stricto sensu*, uma localidade que tivesse obtido o título de cidade, que «só era atribuído às povoações dotadas de sede episcopal»⁹¹. Durante a época colonial, Minas viu este título ser concedido a apenas uma das suas povoações – Mariana, em 1745. Na presente

⁸⁷ *Idem. Ibidem.* p. 34.

⁸⁸ Uma panorâmica do processo e das questões-chaves por nós abordadas, encontra-se em PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 34-48.

⁸⁹ Neste caso, remetemos para a aceção mais ampla do termo “urbanizado”. Ver as páginas 35 e 39 da presente Dissertação.

⁹⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 33.

⁹¹ MATA, Sérgio da. Op. Cit. p. 46. Segundo Cláudia Fonseca, o título era conferido também a núcleos que detinham papéis importantes no domínio político e militar (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 29).

Dissertação, nas partes dedicadas à reconstrução fatural, adotaremos esta aceção coeva do vocábulo cidade. Porém, nas próximas páginas – assim como já fizemos na Introdução – utilizaremos o termo com outra conotação, aplicada a núcleos mineiros que oficialmente não detinham o título. Mas adiante explicaremos melhor esta premissa.

Em *Chão de Deus* (2002), Sérgio da Mata, retomando algumas ideias do historiador alemão Carl Hasse, salienta que os vários critérios adotados pela historiografia – económico, demográfico, morfológico e jurídico – são incapazes de proporcionar uma definição global da cidade. Todavia, Mata questiona a solução avançada por Hasse, para quem é preciso restituir ao conceito o seu significado complexo historicizando-o. Na sua opinião, isto equivaleria a relativizá-lo de tal forma que perderia a sua eficácia. Assim, para o autor, uma definição satisfatória de cidade deveria constar de um mínimo denominador comum e para tanto podem ser utilizados conjuntamente os critérios destacados por Hasse.⁹² Em resposta a tais requisitos, Mata propõe, para o estudo de Minas Gerais na época colonial, uma definição – que abraçaremos na presente Dissertação – elaborada pelo pesquisador russo Michail Rabinovič. Para este, a cidade seria «um centro econômico e cultural, de tamanho relativamente grande, com um perfil social e étnico mais complexo – em comparação com povoados rurais – de sua população, a qual está majoritariamente envolvida na produção voltada para o mercado e em atividades de troca», tudo isto resultando «num complexo de aspetos de vida doméstica e pública que são característicos do modo de vida urbano»⁹³.

Para Alexandre Cunha, a cidade não resultaria de forma automática no urbano – como subjaz à definição de cidade de Rabinovič e assume o presente estudo, em que o termo “urbano”, e seus derivados, como “urbanizado”, são empregados, consoante o caso, na sua aceção comum, e mais restrita, de «relativo à cidade»⁹⁴ ou, de forma mais abrangente, para qualificar o resultado do processo de urbanização, tal como acima definida, incluindo, portanto, centros menos complexos que uma cidade, mesmo sem autonomia política⁹⁵. Em *Minas Gerais da Capitania à Província* (2007), Cunha enfatiza a exigência de uma maior precisão na utilização dos instrumentos analíticos na pesquisa

⁹² *Idem. Ibidem.* pp. 45-48. Em *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, João de Paula identifica a dimensão das trocas como fundadora da cidade, que ele vê como uma «realidade dotada de um atributo específico e intrasferível, que é ser a condensação de um patrimônio de experiências coletivas permanentemente potencializadas pela interação de diversas redes de intercâmbios materiais e simbólicos» (PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 28-29). Concordamos com esta definição, todavia afigura-se demasiado lacónica para os nossos fins argumentativos.

⁹³ RABINOVIČ, Michail. “On the problem of defining the concept of “city” for the sake of ethnographic studies”. *Ethnologia Slavica*, 16, 1984. p. 118. *Apud* MATA, Sérgio da. Op. Cit. p. 48 [tr. pt. do trecho do autor].

⁹⁴ Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.priberam.pt/dlpo/urbano.

⁹⁵ No Prefácio de *Des terres aux villes de l'or* de Fonseca, Laura de Mello e Souza frisa que «a urbanização dominante [em Minas] foi a dos pequenos aglomerados, muitas vezes sem os atributos mais formais dos centros urbanos» (*Idem. Ibidem.* p. 16).

histórica sobre o fenômeno urbano⁹⁶. Estamos de acordo, pois do caráter nebuloso da maioria dos conceitos dos quais se faz recurso na bibliografia consultada talvez derivem as maiores dificuldades que enfrentamos ao iniciarmos a redação do presente trabalho. Em *Vila Rica-São João del Rey* (2002), ao ilustrar a perspectiva que orientaria também o trabalho seguinte, remetendo para a distinção preconizada por Henri Lefebvre entre cidade e urbano⁹⁷, Cunha alega que a cidade assomaria como «uma testemunha da mediação com o real» e o urbano como «um conjunto de significados e relações»⁹⁸. Este último, que para o pesquisador acabaria por coincidir com a “vida urbana”⁹⁹, representaria, assim, uma consequência não necessária da cidade – uma vez que seu surgimento estaria, na opinião do autor, determinado por certas condições que não se verificariam em todas as cidades. Embora julgamos imprópria a ideia de uma possível disjunção entre a ocorrência da cidade e do urbano apresentada por Cunha, ela nos parece funcional para realçar, como faremos, algumas peculiaridades da “cidade mineradora”. Destacamos que não subscrevemos as definições de cidade e urbano adotadas por ele, uma vez que nos parecem cindir de uma forma arbitrária a noção de espacialidade, a qual deveria, para que sua conceptualização faça sentido, ser aplicada, na sua dualidade, a uma realidade única, isto é, para nós, a cidade e o urbano, enquanto adjetivo a ela relativo. Conforme já explicitamos na Introdução, tendo por base a formulação de Edward Soja, entendemos que o conceito de espacialidade remeta a um espaço, ou melhor, a um lugar, que é ao mesmo tempo produto e produtor da sociedade.

Vamos aos pontos candentes da análise de Cunha.¹⁰⁰ O autor aponta a primazia da atividade mineratória na produção do urbano em Minas – o que partilhamos, quer se queira aceitar ou não a sua definição do urbano. Em suas palavras, «a dimensão da produção (a mineração do ouro) pode ser entendida como o que finca o lugar das primeiras vilas do núcleo minerador, deflagrando o processo de atração populacional e superposição de espaços da vida que constituiria propriamente o urbano». Quanto ao papel do comércio, cujo desenvolvimento, como vimos, foi paralelo à ocupação da região mineira, o pesquisador entende que «cabe à dimensão da circulação (o comércio) algo como a cristalização desses elementos, permitindo a efetiva organização da base econômica, e desdobramentos subsequentes de uma economia complexa»¹⁰¹ – o que mais uma vez, partilhamos. Por

⁹⁶ A exigência encontra-se claramente formulada em CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007. p. 97.

⁹⁷ Henri Lefebvre, em *Le Droit à la ville*, definiu a cidade como uma «realidade presente, imediata, dado prático sensível» e o urbano uma «realidade social composta por relações a conceber, a se construir ou se reconstruir pelo pensamento» (LEFEBVRE, Henri. *Le Droit à la ville*. Antrophos, Paris: 1968. tr. esp. GONZALEZ-PUEYO, Javier. *El derecho a la ciudad*. 2ª ed. Península, Barcelona: 1973. p. 73. *Apud* CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 91). [tr. pt. do trecho do autor]

⁹⁸ *Idem*. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 16.

⁹⁹ Esta expressão é utilizada por Alexandre Cunha. Ver: *Idem*. *Minas Gerais...* Op. Cit.

¹⁰⁰ Ver: *Idem*. *Ibidem*. pp. 84-95.

¹⁰¹ *Idem*. *Ibidem*. p. 84.

outro lado, para Cunha, embora o comércio tivesse gerado vários povoados no território da Capitania, ao longo do século XVIII e XIX, e alguns deles possam ser considerados cidades, neles não se verificaram aquelas condições que, de acordo com o pesquisador brasileiro, dariam lugar ao urbano e que se realizaram nas “cidades de origem mineradora”¹⁰², como são as primeiras vilas mineiras. Vejamos esta questão mais de perto.

Cunha remete para Roberto Monte-Mór, para quem a “cidade mineradora” teria apresentado uma característica fundamental que a diferenciava das outras “cidades” da América portuguesa. Nas cidades estabelecidas ao longo do litoral brasileiro nos séculos XVI e XVII e no interior nos séculos posteriores, o *locus* da produção era exterior à cidade, situava-se no campo, e a cidade cumpria uma função política de controlo e uma função comercial de encaminhamento dos excedentes para a metrópole. «As colônias», frisa o autor, «constituíam o *campo* para a *cidade capital* na Europa» – especificação, esta, que justifica a afirmação de que «na maior parte das colônias europeias na América, a cidade precedeu o campo»¹⁰³. No caso da cidade mineradora, diferentemente, o *locus* da produção era interno à cidade, onde se realizava a atividade extrativa.¹⁰⁴ As aglomerações pertencentes à primeira categoria, de acordo com Cunha, podem ser identificadas como cidades, mas não teriam dado lugar ao urbano. O que fez as primeiras vilas mineiras urbanas “de nascença”¹⁰⁵ foi, pelo contrário, para o historiador, a sobreposição de espaços inerente à sua origem: o espaço da produção – a mineração – o da circulação/distribuição – o comércio – o da reprodução/consumo – os serviços – e o da gestão – a política.¹⁰⁶ Ele identifica em especial na concentração de serviços «a característica mais marcante da natureza urbana»¹⁰⁷. Tal consideração ecoa na posição expressa por João de Paula em *Raízes da modernidade em Minas Gerais* (2000), para quem «o que caracteriza a cidade é se constituir sede de atividades diversificadas de serviços»¹⁰⁸. Note-se a substancial correspondência entre as duas proposições, exceto pela dicotomia introduzida por Cunha entre cidade e urbano. Embora achámos apreciável a atenção prestada pelo pesquisador à definição conceitual dos termos em causa e entendemos que a tendência por ele criticada não é tanto «a de se identificar de forma direta cidades, ou vilas, com o urbano», quanto «a de se atribuir características próprias das

¹⁰² Aqui e nas linhas seguintes, dedicadas à análise de Monte-Mór, empregamos o termo “cidade” conforme à utilização feita pelo autor, que não coincide com aquela que defendemos.

¹⁰³ MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Op. Cit. p. 4 [itálico do autor].

¹⁰⁴ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 5-6. As observações de Monte-Mór acerca da cidade mineradora questionam a convicção «amplamente difundida e aceita de que as cidades necessariamente surgiram dos avanços tecnológicos no campo – na agricultura – dando origem ao excedente (alimentar) coletivo que permitiu liberar uma parcela da população das atividades ligadas à reprodução, transformada assim em classe dominante em controle do mais-produto coletivo» (*Idem. Ibidem.* p. 6).

¹⁰⁵ Esta expressão é utilizada por Cunha. Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 87.

¹⁰⁶ *Idem. Ibidem.* p. 87.

¹⁰⁷ *Idem. Ibidem.* p. 88.

¹⁰⁸ PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 44. A este respeito, Paula cita Werner Sombart, segundo o qual as cidades teriam se originado da concentração no mesmo espaço de uma camada de consumidores, que teriam exigido a ampliação do fornecimento de variados serviços (*Idem. Ibidem.* p. 46).

dinâmicas econômicas, sociais ou culturais decorrentes da vida urbana [...] à simples existência de toda e qualquer nucleação»¹⁰⁹, cremos que a divisão por ele introduzida entre as duas noções de cidade e urbano possa gerar confusão. Propomos, assim, que as povoações que não apresentem as marcas distintivas da “vida urbana” não sejam chamadas de cidades – coerentemente com a interpretação de Rabinovič.

Segundo Cunha – com quem concordamos neste ponto – a mineração representou, ao longo do século XVIII, o «eixo dinâmico» da economia e o «elemento organizador»¹¹⁰ do espaço mineiro. Vimos que determinou a concentração populacional que deu origem aos arraiais e à demanda por bens e à procura por serviços, as quais, incentivando o comércio e outros ramos do setor terciário, provocaram a complexificação da sociedade que resultou na cidade mineradora. Destacamos, ademais, que a atividade comercial foi responsável pela formação de outras povoações, as quais, todavia, se aceitarmos as afirmativas de Cunha, para além de não ter apresentado aquela “vida urbana” – que, consoante a definição que escolhemos, é uma peculiaridade da cidade – nasceram em função da atividade nuclear mineratória. Importa frisar agora que a mineração determinou uma divisão regional do trabalho, estimulando o estabelecimento de atividades agrícolas destinadas ao abastecimento dos núcleos urbanos mineradores, as quais, por sua vez, levaram ao surgimento de novas aglomerações diretamente relacionadas com esta produção ou com sua comercialização. Todavia, até o século XIX, em Minas, nas palavras de Cunha, «é a cidade que gera o campo»¹¹¹ – o que confirma a aplicabilidade da afirmação de Monte-Mór acima citada, para o qual «na maior parte das colônias europeias na América, a cidade precedeu o campo»¹¹², também ao caso mineiro, ainda que de forma divergente do padrão dominante no resto do Brasil.

A análise de Cunha tem o mérito de colocar a tónica também na passagem do «eixo dinâmico» da economia e do «elemento organizador»¹¹³ do espaço mineiros do urbano para o rural, o que se vai consolidando progressivamente com a aproximação do século XIX¹¹⁴. O autor explica que, ao longo do século XVIII, a urbanização muda de registo e acompanha o processo através do qual o rural «ganha graus de autonomia e significância económica» e «demanda centralidades»¹¹⁵. Teria-se assistido, assim, à «mudança no sentido de produção do espaço, do urbano que dá existência ao rural, para o rural que produz a centralidade cidadina»¹¹⁶. Cunha opta pelo recurso ao vocábulo “cidadino”, com referência aos núcleos em causa, dado que eles não teriam apresentado, em sua origem, os traços

¹⁰⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 93.

¹¹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 87.

¹¹¹ *Idem. Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 110.

¹¹² MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Op. Cit. p. 4.

¹¹³ Ver a nota 109 da presente Dissertação.

¹¹⁴ Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 96-100.

¹¹⁵ *Idem. Ibidem.* pp. 97-98.

¹¹⁶ *Idem. Ibidem.* p. 98.

de “vida urbana” que, diversamente, teriam permitido a qualificação das vilas mineradoras como urbanas “de nascença”. Para nós, seria preferível não utilizar o termo “cidade” para designar estes núcleos, pelo menos antes que neles se desenvolvesse aquela “vida urbana” que, para nós, a caracteriza. No entanto, a análise do pesquisador brasileiro resolve a aparente contradição entre a ruralização da economia de Minas no período posterior ao apogeu minerador, já aceita pela historiografia clássica, e a continuidade do processo de urbanização, mais recentemente salientada pelos investigadores com respeito ao mesmo período.¹¹⁷

Sublinhámos, assim, que o processo de urbanização foi impulsionado pela expansão mineradora, mas, ao longo do século XVIII, outros condicionantes económicos, sobretudo a agricultura e a pecuária, ganharam uma importância crescente em seu desenvolvimento.¹¹⁸ Destacámos, também, as implicações desta translação, em termos de vivência dos centros, na medida em que em Minas a gênese das “cidades de nascença” ocorreu apenas no caso dos núcleos mineradores. O tema do progressivo aumento do peso da produção derivante de atividades alheias à mineração no conjunto da produção da Capitania é um assunto ao qual daremos seguimento no segundo Capítulo.

1.3. A *urbs* mineira: patrimónios e traçados

Vimos que, após a descoberta do ouro e a decorrente imigração em larga escala, a fim de obter o controlo das gentes e dos impostos, foi estabelecida uma organização político-administrativa do espaço do sertão do Cataguases que o transformou no território da Capitania de Minas Gerais. «Um dos supostos mais reiterados pela historiografia»¹¹⁹, nas palavras de Carla Anastasia, é o da pioneira e efetiva imposição do Estado em Minas.¹²⁰ Em *Vassalos rebeldes* (1998), a historiadora realça a arduidade da tarefa para a Coroa portuguesa: naquele “mundo às avessas” – que era a Capitania das primeiras décadas do século XVIII, segundo expressão de Conde de Assumar, seu terceiro governador – o recurso à violência foi generalizado. Se ela, por um lado, se configurou como um instrumento

¹¹⁷ Ver: MATA, Sérgio da. Op. Cit. p. 22 e p. 190.

¹¹⁸ «Segundo os dados reunidos por Waldemar de Almeida Barbosa», assinala Fonseca, «os arraiais que tiveram como origem a mineração são minoritários em relação aos estabelecimentos que nasceram ligados às atividades agropecuárias» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 69). Os Mapas 3 e 4 ilustram claramente esta afirmação, pois foram elaborados a partir dos dados fornecidos pelo autor.

¹¹⁹ ANASTASIA, Carla Maria junho. *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. 1ª ed. Editora C/Arte, Belo Horizonte: 1998. p. 15.

¹²⁰ A autora constata que «apesar da forma pouco consensual com que a historiografia tem tratado a política colonizadora e a administração portuguesas, o sucesso na imposição da ordem pública nas Minas setecentistas e a eficácia do aparelho burocrático repressivo e fiscalizador na região estão sempre presentes» (*Idem. Ibidem.* p. 17).

repressivo nas mãos de seus agentes, por outro, tomou a forma de motins, em certos casos protagonizados por poderosos locais, em reação a ruturas nas formas de acomodação, igualmente promovidas pela Coroa, como estratégia alternativa para garantir a ordem e a viabilidade da fiscalidade. Assim, Anastasia, para além de defender a «necessária virtude de se pensar teoricamente os limites dos mecanismos coercitivos do pacto colonial», convida a «duvidar de autores importantes na historiografia brasileira que insistiram (e insistem) em transformar as necessidades e intenções da Metrópole em realidade histórica»¹²¹. A ereção de vilas e cidades – inclusive a «sonegação do “status” de cidade»¹²² – como foi anteriormente destacado, esteve estreitamente relacionada ao carácter turbulento da vida em Minas Gerais e contribuiu para uma lenta afirmação e consolidação do poder monárquico na Capitania. A política que guiou o estabelecimento de uma hierarquia entre os centros urbanos mineiros refletiu as oscilações entre centralização e descentralização do poder¹²³ através das quais a Coroa portuguesa adequou suas finalidades às concretas possibilidades relacionadas com as várias unidades que compunham o Império – que, como frisado por António Hespanha e Maria Catarina Santos, em “Os Poderes num Império Oceânico” (1998), tomou, a nível institucional, uma estrutura híbrida¹²⁴. Por isso, Anastasia propõe olhar à colonização como um processo, e não como um projeto.¹²⁵

Acompanhámos, ademais, o processo de formação dos arraiais mineiros. A propósito, Fonseca salienta a exigência de se conferir a devida importância à questão fundiária, relativizando o carácter “espontâneo” do fenómeno – isto é, sua independência em relação às intervenções do poder régio e de seus intermediários: «os arraiais», nas palavras da historiadora, «não podiam “brotar” em qualquer terreno»¹²⁶. Sua análise das fontes demonstra que o acesso à terra representou um fator determinante para o surgimento e o desenvolvimento dos núcleos urbanos.¹²⁷ Todavia, olhando para esta dimensão, torna-se evidente a aplicação, por parte da Coroa portuguesa, de uma estratégia de projeção do poder «prática», orientada para «uma sobrevivência auto-suficiente»¹²⁸ do sistema imperial, que se concretizou em intervenções nem sempre imediatamente identificáveis.

¹²¹ *Idem. Ibidem.* p. 16.

¹²² PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 37.

¹²³ Sobre este assunto, ver: MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. pp. 60-61.

¹²⁴ Segundo os autores, as condições de dispersão geográfica própria dos domínios ultramarinos portugueses e de carência de recursos humanos e financeiros à disposição da Coroa lusa – condicionantes ineludíveis de longo prazo – deram lugar a uma arquitetura imperial em que conviviam uma pluralidade de fórmulas de organização político-administrativa do espaço – mais ou menos centralizadas, mais ou menos formalizadas – conforme a heterogeneidade das oportunidades que cada situação oferecia, sobre as quais se plasmaram as intenções da autoridade monárquica. Ver: HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. “Os Poderes num Império Oceânico”. in MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. 1ª ed. Editorial Estampa, Lisboa: 1998, Vol. 4.

¹²⁵ ANASTASIA, Carla Maria junho. Op. Cit. p. 138.

¹²⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 431.

¹²⁷ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 430-459.

¹²⁸ HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Op. Cit. p. 354.

Logo no princípio do século XVIII, com o Regimento de 1700¹²⁹, foi introduzida em Minas a primeira normativa de apropriação das terras, baseada na concessão, por parte da Coroa¹³⁰, de datas minerais¹³¹ a particulares, um sistema inédito para o domínio brasileiro¹³². Visava regular antigos e estimular novos achados auríferos – e, conseqüentemente, garantir rendimentos para os cofres reais – mas invalidava as promessas feitas outrora pelo rei aos descobridores – os quais, ao invés de mercês e/ou a posse das lavras, recebiam a concessão de dois lotes¹³³. Introduzia-se um princípio para o qual o número de escravos possuídos determinava a dimensão das datas atribuídas – procurando obter o emprego pleno da força de trabalho – o que foi favorável aos proprietários dos maiores contingentes manciípios.¹³⁴ Os primeiros arraiais mineradores desenvolveram-se nestes lotes. As moradias, as roças de mantimento e as primitivas capelas surgiram junto às lavras. Embora reduzida, se comparada à superfície das sesmarias, a extensão das datas minerais permitia a prática de uma pequena agricultura. Seria, de toda a forma, ingênuo supor que os colonos se limitaram apenas a ocupar as terras das quais possuíam títulos legais, sobretudo nos primórdios da ocupação de Minas. A estrutura fundiária nas áreas de mineração tornou-se, portanto, complexa devido ao próprio sistema de atribuição das datas, à sua venda e compra, à prática das apropriações ilícitas de terrenos – que foram a regra na Capitania, tanto no caso dos terrenos minerais, quanto no caso dos terrenos agrícolas, como veremos melhor – e, mais tarde, à concessão de sesmarias – que serviram para tornar legítimas algumas daquelas apropriações.¹³⁵

O sistema sesmarial¹³⁶ foi introduzido no Brasil no século XVI e abolido só no século XIX, às vésperas da Independência. Suas raízes, entrelaçadas com as dos concelhos municipais, remontam à reconquista cristã da península ibérica. Os concelhos permitiram o repovoamento dos territórios antes ocupados pelos sarracenos, por meio da divisão da terra do seu patrimônio e sua distribuição entre os

¹²⁹ A seu respeito, ver a nota 57 da presente Dissertação.

¹³⁰ Maurício Abreu explica que «a Coroa portuguesa tomou posse do território brasileiro por *aquisição originária*, isto é, por *direito de conquista*. Por esta razão, todas as terras “descobertas” passaram a ser consideradas como terra virgem sem qualquer senhorio ou cultivo anterior, o que permitiu que a Coroa pudesse traspassá-las a terceiros, visando com isso assegurar a colonização» (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 204).

¹³¹ Sobre os critérios de delimitação e distribuição das datas minerais ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 74-75; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 447-449; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 3-4; ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 61-62; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 30-31.

¹³² MACHADO, Rafael Palhares. *Os processos de (re)estruturação do tecido urbano de Vila Rica: a influência da Igreja Católica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011. p. 35.

¹³³ ROMEIRO, Adriana. *Paulistas...* Op. Cit. pp. 62-64.

¹³⁴ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 3-4.

¹³⁵ Sobre a formação dos arraiais mineradores, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 446-459.

¹³⁶ A legislação sobre o sistema sesmarial, primeiramente codificada na *Lei das sesmarias*, de 1375 – uma das primeiras leis agrárias europeias – foi incorporada, em 1446, nas *Ordenações Afonsinas*, e, depois, nas *Ordenações Manuelinas*, de 1521, e nas *Ordenações Filipinas*, de 1602 (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. pp. 202-203).

moradores, através do recurso a uma variante do antigo instrumento greco-romano do aforamento¹³⁷: a sesmaria¹³⁸. Dado que obrigava a lavrar o solo em concessão¹³⁹, o sistema foi posteriormente utilizado no reino de Portugal para garantir o aproveitamento agrícola das terras incultas do rei – os reguengos – da nobreza e da Igreja. Em seguida, com a finalidade de regularizar a ocupação do solo, foi transplantado no Brasil¹⁴⁰, junto com o sistema das capitâneas-donatarias¹⁴¹ – que atribuía aos capitães-donatários, para além do governo dos territórios sob a sua jurisdição, os deveres de estimular o povoamento e o desenvolvimento económico e, para este fim, o mandado de conceder terras aos colonos¹⁴² em sesmaria.¹⁴³ O instituto foi, enfim, estendido a Minas Gerais, onde as primeiras sesmarias foram concedidas pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a partir de 1710.¹⁴⁴ Ângelo Carrara destaca que, todavia, nos distritos mineradores – as “Minas” (ver a **Figura 1**)

¹³⁷ Para Abreu, «a *enfiteuse* (ou *aforamento*) é um contrato de alienação territorial que divide a propriedade de um imóvel em dois tipos de domínio: o *domínio eminente*, ou *direto*, e o *domínio útil*, ou *indireto*. Ao utilizar um contrato enfiteutico, o proprietário de pleno direito de um bem não o transfere integralmente a terceiros. Apenas cede o seu direito útil, isto é, o direito de utilizar o imóvel [...], retendo, entretanto, para si o domínio direto, a propriedade em última instância». O autor acrescenta que «em troca do domínio que lhe é repassado, o outorgado aceita uma série de condições que lhe são impostas, e obriga-se também a pagar uma pensão anual (ou *foro*) ao proprietário do domínio direto, razão pela qual transforma-se em *foreiro* deste último» (*Idem. Ibidem.* p. 201 [itálico do autor]).

¹³⁸ No caso da sesmaria, em vez do pagamento do foro, exigia-se o cultivo da terra dentro de um tempo determinado – sob pena de cancelamento da concessão. (*Idem. Ibidem.* p. 201). A partir do final do século XVII a Coroa tentou, todavia, disciplinar o regime das sesmarias na América, decretando a imposição do pagamento de um foro e, assim deliberando, o desligamento do teor das Ordenações – apesar das dificuldades que a ordem encontrou em se efetivar (ver: *Idem. Ibidem.* pp. 224-226).

¹³⁹ Trata-se de uma forma de apropriação da terra – e não de propriedade (*Idem. Ibidem.* p. 202).

¹⁴⁰ No domínio americano, o sistema sofreu algumas modificações. A doação – vitalícia – passou a ter carácter perpétuo, o princípio de proporcionalidade entre a superfície da sesmaria e os recursos de que os colonos deviam dispor para garantir seu aproveitamento cedeu o passo a uma grande liberalidade e os prazos temporais para cumprir a obrigação do cultivo da terra foram sistematicamente desrespeitados (*Idem. Ibidem.* pp. 204-208). Se, por um lado, estas mudanças permitiram ao sistema se adequar às exigências da realidade americana, por outro, delas resultou a consolidação do latifúndio em algumas áreas da colónia, sobretudo a nordestina (sobre este último tópico ver: PAULA, João Antonio de. “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história” [em linha]. *História Econômica & História de Empresas/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*, Vol. 5, N. 1, 2002. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=126&path%5B%5D=158. pp. 17-22).

¹⁴¹ As capitâneas-donatarias, «um modelo de governo tradicional, inspirado na realidade senhorial metropolitana» (HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Op. Cit. p. 354), realizavam, nas palavras de António Hespanha e Maria Catarina Santos, «dois escopos estratégicos para uma administração eficaz e económica de um espaço vastíssimo e heterogéneo», como o brasileiro: «entregavam aos privados os custos de enquadramento político» e «faziam-no de uma forma casuística, adequando os poderes conferidos na carta de doação ou regimento às necessidades específicas de cada território» (*Idem. Ibidem.* p. 356). Sobre as capitâneas-donatarias, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 354-356. Para uma panorâmica sobre as evoluções sofridas pelo instituto e as várias formas que assumiu, ver: SERRÃO, José Vicente. “Capitâneas, tipos de” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em edittip.net/2016/04/03/capitanias-tipos-de/.

¹⁴² O termo “sesmeiro”, que originariamente indicava os delegados municipais responsáveis pela atribuição das terras, acabou por designar no Brasil o beneficiário da doação da sesmaria (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 208). Márcia Motta esclarece que tal vocábulo era reservado a quem detinha uma carta de doação, pois quem estava na posse de uma sesmaria sem possuir um documento oficial era reconhecido como “possueiro” (MOTTA, Márcia. “Sesmarias (Brasil)” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em edittip.net/2013/12/28/sesmarias-brasil/).

¹⁴³ Ver: ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. pp. 198-208; MOTTA, Márcia. Op. Cit.; PAULA, João Antonio de. “O mercado...” Op. Cit. p. 20.

¹⁴⁴ SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. p. 32.

– as sesmarias revelaram-se «instrumentos menores de acesso à terra»¹⁴⁵. Lá se estabeleceu, desde cedo, um extenso mercado de terras, devido às peculiares condições de circulação monetária, para as quais o ouro em pó funcionava como moeda. Nas áreas rurais, onde o grau de circulação de ouro era inferior, o instituto teve papel maior.¹⁴⁶ É importante sublinhar que – coerentemente com os intuítos subjacentes à exportação do sistema sesmarial para o domínio americano – no caso mineiro, «as cartas de sesmaria devem ser consideradas como garantias a posses já lançadas ou a terras já compradas»¹⁴⁷, pois foram quase sempre emitidas *a posteriori*, formalizando posses já efetivas.¹⁴⁸

Ao tratar do papel da estrutura fundiária na evolução dos arraiais mineiros, deve-se considerar, ainda, a presença dos patrimónios religiosos, os quais, como observa Fonseca, «foram constituídos nos tempos iniciais da ocupação das terras minerais e desempenharam um papel na formação dos arraiais»¹⁴⁹. Naquela primeira fase, os ritos católicos eram realizados nas áreas recém-descobertas por meio de altares portáteis que se adaptavam ao estilo de vida itinerante dos pioneiros – os celebrantes eram religiosos regulares e seculares, movidos, em muitos casos, por interesses eminentemente temporais. Com o enraizamento da atividade mineradora, ergueram-se pequenas ermidas – utilizadas pelas famílias, seus agregados e seus escravos para os ritos cotidianos e celebrações esporádicas por capelães de passagem. Com o crescimento da população, as comunidades começaram a requerer ao bispo a elevação destas capelas a aplicações, ou seja, a capelas públicas, filiais dependentes de uma igreja matriz – servidas por um vigário coadjutor.

Na América portuguesa foi estabelecida a organização eclesiástica vigente no Reino, baseada nas paróquias ou freguesias. Estas células constituíram as matrizes das filiais que se disseminaram nas áreas rurais. As freguesias eram ditas “freguesias encomendadas” ou “curatos”, quando providas por vigários nomeados pelo bispo¹⁵⁰ e remunerados pela população, e “freguesias coladas” ou “colativas”, quando servidas por vigários nomeados pelo rei e beneficiários de uma cômputo por ele consentida. Em princípio, o cargo de vigário encomendado devia ser temporário – na prática, nem todas as freguesias encomendadas se tornaram colativas. Deve-se destacar que, no momento em que se tornavam públicas, com a elevação a aplicações, as capelas edificadas pelos habitantes precisavam ter

¹⁴⁵ CARRARA, Ângelo Alves. “Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (Séculos XVIII-XIX)”. *Série Estudos/Universidade Federal de Ouro Preto*, 1, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: 1999. p. 13.

¹⁴⁶ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 11-14.

¹⁴⁷ *Idem. Ibidem.* p. 11.

¹⁴⁸ A este respeito, Márcia Motta explica que as concessões resultavam de solicitações dos súditos às autoridades competentes, as quais deviam se seguir a uma demarcação das terras (MOTTA, Márcia. Op. Cit.). Sobre o método empregado para executar esta operação, conhecida como lançamento das posses, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 450. O título de primeiro povoador ou o facto de ter comprado a terra do primeiro povoador ou a simples antiguidade da posse constituíram-se alegações comuns nos pedidos de sesmarias (CARRARA, Ângelo Alves. “Contribuição...” Op. Cit. p. 12; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. p. 33).

¹⁴⁹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 432.

¹⁵⁰ A diocese de Minas Gerais foi instituída em 1745 e sua sede estabelecida na Vila de Nossa Senhora do Carmo, que foi então promovida ao *status* de cidade e rebatizada Mariana – em homenagem à esposa do rei João V (*Idem. Ibidem.* p. 104).

seu património ou fábrica – terras destinadas à produção de receitas para a manutenção do templo e para a remuneração do capelão – que passaria a ser administrado por fabriqueiros, às vezes organizados em irmandades.¹⁵¹ Nas áreas rurais, normalmente, foram sesmeiros – os quais, em muitos casos,¹⁵² tinham interesse que aí se formasse um núcleo populacional e, portanto, um mercado consumidor para suas produções agrícolas – a doar porções de terreno a este fim, tornando-se padroeiros da capela.¹⁵³ Nos distritos mineradores nem sempre as fábricas originaram das datas minerais, dada a sua estrutura fundiária compósita.¹⁵⁴

Cabe aqui sublinhar que as fundações eclesiásticas representaram um dos meios através dos quais a Coroa portuguesa procurou implementar uma estrutura político-administrativa em Minas Gerais. Aliás, as freguesias serviam de unidades territoriais não simplesmente para a administração religiosa, mas também para diversos procedimentos de natureza civil, como os recenseamentos e a cobrança de alguns impostos. Também nesta vertente do processo de incorporação do domínio ultramarino no sistema imperial a iniciativa de particulares desempenhou papel proeminente: deveu-se aos mesmos habitantes a construção e a manutenção das estruturas materiais do poder eclesiástico, às

¹⁵¹ Mata destaca que, na maioria dos casos, em Minas, tal património era constituído por terras e que «quem pretendesse construir uma casa no referido património estava obrigado a pagar uma taxa anual (*foro*)» – sistema que garantia, nas palavras do historiador, «a consecução dos mesmos objetivos que a doação em dinheiro». Segundo, o autor de *Chão de Deus*, «o predomínio do património em terras demonstra que os doadores estavam certos de que em torno da capela surgiriam casas» (MATA, Sérgio da. Op. Cit. p. 146 [itálico do autor]). Esta observação, na perspetiva de Mata, contribui para confirmar a importância do “complexo capela-património-arraial” no processo de urbanização mineiro, o que representa uma das teses que estruturam a espinha dorsal de seu estudo, que se propõe analisar «de que maneira religião e espaço interagem nos primeiros dois séculos da história de Minas Gerais» (*Idem. Ibidem.* p. 265). Fabiano da Silva, em balanço historiográfico sobre a questão do papel do fator religioso na génese dos arraiais mineiros – embora reconhecendo a validade do «modelo capela-património-arraial» para explicar a origem de «centenas de arraiais» no Brasil colonial, «particularmente por justificar o acesso à terra pelos primeiros colonos nos locais onde a autoridade municipal ainda não tinha se estabelecido para exercer tais prerrogativas» (SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. p. 30) – exprime perplexidades relativas as abordagens – como a de Mata e, antes dela, as de Sylvio de Vasconcellos e de Murilo Marx – que tenderam a atribuir, no caso mineiro, «autonomia explicativa excessiva» ao fator religioso, o que permitiu «a construção de uma argumentação muito coerente, mas não facilmente generalizável para todos os arraiais de Minas Gerais» (*Idem. Ibidem.* p. 33). O pesquisador realça, por exemplo, que a premissa da predominância dos patrimónios religiosos constituídos por terras em Minas careceria ulteriores evidências e que, nos arraiais auríferos, as igrejas geralmente não teriam tido terrenos suficientemente amplos para permitir o aforamento a particulares (*Idem. Ibidem.* pp. 29-30 e pp. 33-34). Na presente Dissertação sublinhámos o papel do fator económico na fundação dos arraiais mineiros – que foram divididos, como viu-se, em arraiais de origem mineradora e arraiais de origem agrícola – e preferimos considerar o papel da Igreja e da Coroa, ou seja os fatores religioso e político, mais como fatores determinantes a estrutura fundiária e urbana dos arraiais e, no segundo caso, das vilas, que como fatores aptos em si a possibilitar o surgimento da povoação. Exemplificativas da incapacidade da função religiosa de constituir-se em um fator de aglutinamento populacional permanente seriam, a nosso ver, as chamadas “vilas de domingo”, arraiais que só se animavam nos dias de culto – cuja presença deveria ser identificada, para Alexander Mendes Cunha, como «um claro indício da força do processo de ruralização» (CUNHA, Alexander Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 98) gradualmente sofrido pela economia mineira e de seus reflexos nas formas da ocupação do território da capitania. São o comércio e os outros serviços, derivantes da demanda gerada quer da atividade mineradora, quer da atividade agrícola, eventualmente favoridos pela função religiosa de alguns lugares, que nos aparecem, em última análise, como os elementos decisivos para a estabilização da convergência populacional que daria vida aos arraiais e, depois, às vilas das Minas Gerais (ver: *Idem. Ibidem.* pp. 84-100; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 444-446).

¹⁵² Fonseca enumera casos em que sesmeiros adiaram ou impediram a fundação de igrejas, ou povoações ao seu redor, em suas terras – por já disporem de um mercado para suas produções e não terem interesse na formação de um novo mercado local (*Idem. Ibidem.* pp. 433-446).

¹⁵³ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 433-446.

¹⁵⁴ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 446-459.

quais a autoridade episcopal fornecia legitimação. A proibição, desde o começo dos Setecentos, da instalação de Ordens regulares nas zonas mineradoras – dirigida muito mais ao controlo de sua relativa independência em relação às autoridades régias do que de seus comportamentos moralmente extraviados, os quais, aliás, comprometiam também sacerdotes seculares – fez com que a vida religiosa fosse dominada em Minas pelo clero secular e, sobretudo, por leigos reunidos em irmandades – confrarias que, dotadas de recursos financeiros próprios, atendiam a finalidades tanto espirituais quanto temporais. Não obstante a Coroa tivesse que pagar um dote para a erigir e conservar as igrejas paroquias, as doações régias foram raras.¹⁵⁵ «A Coroa», frisa Fonseca, «procurou sempre reduzir ao mínimo indispensável os investimentos em territórios coloniais»¹⁵⁶ – coerentemente com sua estratégia «prática» e orientada para «uma sobrevivência auto-suficiente» do sistema imperial. Se olharmos, todavia, para a remuneração dos padres – que foi, pelo menos parcialmente, assumida pela Coroa – emerge a natureza “casuística” desta estratégia. O número de freguesias coladas – cujos vigários, como vimos, eram remunerados pelo rei – instituídas em Minas na primeira metade do século XVIII foi, em proporção, muito maior que no resto da América portuguesa. A excepcional frequência numérica de colativas na Capitania mineradora na fase do auge minerador testemunha o particular interesse da Coroa, naquela conjuntura espaço-temporal, em assegurar o cuidado das almas e dos corpos dos súditos de Minas a religiosos de confiança e mesmo à custa de uma variação na ordinária política “de poupança” que as palavras de Fonseca acima citadas sugerem ter sido aplicada ao Brasil.

¹⁵⁵ Tal obrigação era imposta pelas *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia* (*Idem. Ibidem.* p. 98) – o corpo legislativo concernente à organização da Igreja no Brasil, publicado em 1707 (*Idem. Ibidem.* pp. 95-96). Explicava-se pela aliança entre a Cruz e a Coroa que, no seio das monarquias ibéricas, assumiu a forma do Padroado real da Igreja no ultramar. Boxer definiu o Padroado português como «uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas romanas em vasta regiões da África, da Ásia e do Brasil» (BOXER, Charles. *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825*, Hutchinson, London: 1969. tr. pt. BARRETO, Anna Olga de Barros. *O império marítimo português, 1415-1825*. 1ª ed. Companhia das Letras, São Paulo: 2002. p. 243). A bula *Cuncta Mundi*, de 1454, tinha atribuído o Padroado à Coroa lusa, a qual, entretanto, solicitou ao Pontífice a transferência do instituto para a Ordem de Cristo – tendo a rica milícia, herdeira da Ordem dos Templários, financiado, desde o princípio, seu projeto expansionista – o que foi autorizado, em 1456, pela bula *Inter Coetera*. Em 1551, a bula *Praeclara Charissimi* conferiu aos reis de Portugal o título de “governadores e administradores perpétuos” da Ordem de Cristo (ver: *Idem. Ibidem.* pp. 242-251; ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. pp. 208-210). «Quando os portugueses tomaram posse do território brasileiro, exercia, pois, El-rei tanto o domínio temporal sobre as terras conquistadas, como também o espiritual», frisou Abreu, esclarecendo que «eram poderes distintos, mas, como estavam agora nas mesmas mãos, acabaram por se confundir» (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 210). O Padroado concedia à Coroa portuguesa o privilégio de cobrar o dízimo eclesiástico, que incidia sobre a produção – exigia-se sua décima parte – agrícola e pecuária; em troca, cabia-lhe «um extenso rol de obrigações [...] tais como sustentar e difundir o culto; criar paróquias; autorizar a criação de igrejas, conventos e irmandades; edificar ou reparar templos; estabelecer e manter burocracias eclesiásticas; manter ou subsidiar colégios e mosteiros; indicar prelados em suas diversas hierarquias» (*Idem. Ibidem.* p. 212). Todavia, como destaca Fonseca, em Minas Gerais, «a receita do dízimo [...] serviu menos para pagar as côngruas dos padres e a construção de matrizes que os salários dos governadores, magistrados, funcionários do fisco e oficiais militares» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 98). Sobre o dízimo, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 96-98; ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. pp. 210-212.

¹⁵⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 100.

O reconhecimento do título de capelas públicas e paróquias para certas igrejas estava condicionado ao grau de desenvolvimento demográfico e económico dos núcleos que as sediavam – as primeiras elevações concentraram-se, de facto, na zona das “Minas”. Fonseca alerta, todavia, para o risco de uma interpretação que pressupunha uma «linearidade ou qualquer espécie de determinismo»¹⁵⁷. Muitas fundações dependeram, de facto, de se aproveitar as oportunidades políticas. Por exemplo, a instituição de algumas freguesias, na segunda metade do século XVIII, deve ser relacionada com as políticas de expansão e consolidação dos limites das jurisdições civil e eclesiástica da Capitania.¹⁵⁸ De toda a forma, o estabelecimento da malha eclesiástica tendeu a acompanhar o processo de ocupação “espontânea” do território de Minas, que refletiu as evoluções da economia e da demografia da Capitania. Assim, após 1750, o abrandamento no ritmo das promoções de aplicações a curatos e de curatos a colativas foi determinado, mais do que por uma suposta decadência da economia mineira, pela sua conversão agrícola e pela conseqüente dispersão da população nas áreas rurais¹⁵⁹. Isto levou as autoridades a outorgar uma proliferação de capelas filiais, que se adaptavam melhor à assistência espiritual aos fiéis nas condições de ocupação do solo rarefeita que prevaleciam e aos limites financeiros dos pequenos centros de povoamento que se tornaram dominantes. Concluimos destacando que a relação existente entre a implantação das estruturas da Igreja e os processos de povoamento e de hierarquização dos núcleos determinou em Minas uma sobreposição entre as taxinomias eclesiásticas e as urbanas.¹⁶⁰

A questão fundiária tem relevância também para o estudo da fundação dos concelhos. Como vimos, as instituições municipais desempenharam papel de destaque na reconquista cristã da pensínsula ibérica, multiplicando-se em Portugal a partir do século XII. A tradição medieval da doação de terrenos para a *res publica*, a fim de constituir o património das câmaras, por parte de um senhor, laico ou eclesiástico, ou – o que foi mais comum – por parte do rei, consolidou-se na época moderna. Este sistema foi transposto para o Brasil. Cabe, antes de mais, esclarecer que, a nível territorial, cada concelho era composto por duas partes distintas: a vila, ou seja, o núcleo urbano principal, sede da câmara, e o termo, ou seja, o território de jurisdição da câmara, que geralmente incluía outros centros urbanos menores. O património da câmara¹⁶¹, o *rossio*, coincidia com a

¹⁵⁷ *Idem. Ibidem.* p. 84.

¹⁵⁸ O que, como vimos, influenciou também as fundações urbanas. Ver: p. 33 da presente Dissertação.

¹⁵⁹ Aqui estamos a generalizar, como vemos melhor, diversos centros urbanos mantiveram-se ativos a nível económico e continuaram a apresentar alto grau de densidade populacional.

¹⁶⁰ Sobre a instalação das estruturas eclesiásticas em Minas, ver o Capítulo “A conversão dos sertões”, em *Idem. Ibidem.* pp. 82-130.

¹⁶¹ Salientamos que nos documentos coevos encontra-se grande ambigüidade lexical com referência ao património da câmara. Fonseca observa que «as expressões “rossio”, “baldios do concelho”, “bens do concelho”, “patrimônio do concelho”, “realengo do concelho”, “sesmaria da câmara”, “sesmaria do concelho” ou ainda “logradouro da vila” são empregadas de forma indistinta para designar uma parte ou a totalidade dos terrenos de utilização pública, pouco importando seu uso» (*Idem. Ibidem.* pp. 460-461).

superfície da vila propriamente dita.¹⁶² Tal património era explorado fundamentalmente de duas formas. Uma parte – as “terras do conselho”¹⁶³ – podia ser repartida pelos oficiais municipais em chãos – lotes – e distribuída entre os habitantes – os vizinhos – que podiam lá instalar moradias ou se dedicar a negócios, ao cultivo ou a criação, em troca do pagamento de um foro anual, garantindo assim rendas¹⁶⁴ para a câmara. Uma outra – os baldios, que na América portuguesa passaram a ser ditos logradouros públicos – era constituída por terras de usufruto comum, destinadas à pastagem e às plantações e à extração de madeira. A concessão de terrenos urbanos representava um privilégio exclusivo da câmara – estando portanto proibida aos governadores, que eram os responsáveis pela doação de sesmarias na América portuguesa.

A elevação de um arraial ao *status* de vila implicava a tomada de posse de seu rossio pela câmara e se concretizava num ritual solene destinado a exteriorizar, perante um público constituído pelos moradores da povoação e das áreas circunvizinhas, a legitimação metropolitana da autoridade e do património da câmara. Erigia-se o pelourinho, uma coluna que era, ao mesmo tempo, um símbolo político¹⁶⁵ e um ponto de referência espacial, sinalizando – pelo menos teoricamente¹⁶⁶ – o centro geométrico a partir do qual o rossio era delimitado.¹⁶⁷

Em Minas Gerais, o processo de medição e demarcação e de obtenção da confirmação régia¹⁶⁸ do património municipal às vezes prolongou-se por decénios. Tinha particular importância porque dele derivava a legitimação dos foros a ser cobrados pelas câmaras. Quando a Coroa portuguesa resolveu instalar as estruturas de poder político na região mineradora e foram fundados os primeiros concelhos, as câmaras foram instituídas em núcleos já existentes. Tratava-se de arraiais mineradores que, como vimos, apresentavam uma estrutura fundiária de carácter híbrido, em que conviviam datas minerais, sesmarias e patrimónios eclesiásticos. As câmaras avançaram, portanto, pretensões sobre terras das quais indivíduos ou entidades coletivas tinham – licitamente ou não – anteriormente se apropriado. Estes, em muitos casos, recusaram reconhecer o direito das autoridades municipais sobre

¹⁶² Podemos resumir a relação entre o concelho e a vila e entre o termo e o rossio na seguinte fórmula: a vila está para o concelho, assim como o rossio está para o termo.

¹⁶³ «É nas terras do conselho», como destacámos, e repetimos agora com as palavras Maurício Abreu, «que está a origem do sistema sesmarial» (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 200).

¹⁶⁴ Maria Fernanda Bicalho assinala que «o aforamento dos chãos era o principal rendimento das câmaras, que usufruíam também do arrendamento de contratos, da imposição de multas, da cobrança de propinas para a participação em festas régias e religiosas» (BICALHO, Maria Fernanda. “Câmaras” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em edittip.net/2015/06/02/camaras/).

¹⁶⁵ Os exemplares mais refinados culminavam com uma esfera armilar, que representava o mundo descoberto e evangelizado pelos portugueses (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 30).

¹⁶⁶ Como observa Fonseca, «em certos casos, os oficiais preferiram fixá-lo em outros locais, a fim de que a delimitação pudesse incluir terrenos ainda vagos, portanto, suscetíveis de produzir mais renda para a câmara» (*Idem. Ibidem.* p. 463).

¹⁶⁷ Ver: ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 200 e pp. 215-217; BICALHO, Maria Fernanda. “Câmaras” Op. Cit.; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 29-30 e pp. 460-462.

¹⁶⁸ No final do século XVII ocorreu outra mudança legislativa – para além da que modificou as regras relativas ao pagamento do foro – concernente às sesmarias coloniais: foi estabelecida a obrigatoriedade da confirmação régia da doação do governador (ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. p. 226). Os patrimónios municipais estavam submetidos a análogo procedimento (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 463).

estas porções do território. Isto provocou atritos, em especial com os moradores mais poderosos¹⁶⁹. No entanto, algumas negligências das câmaras podem sugerir uma certa cumplicidade com estes e até uma possível participação destas personagens como oficiais camarários.¹⁷⁰ A perspectiva da constituição de um vila podia contrastar os interesses dos sesmeiros, tendo sido introduzida uma cláusula nas cartas de sesmaria – para garantir terrenos para os novos concelhos a se criar perante o progredir da ocupação – para a qual se o rei decidiria «fundar naqueles distritos alguma vila, o poderia mandar fazer, ficando a terra em que se fundar livre, sem encargo nem pensão para os sesmeiros»¹⁷¹. Mas, relativamente às primeiras vilas mineiras, são particularmente relevantes as contendas relativas aos terrenos que constituíam as datas minerais. Suas possíveis, e prejudiciais, interferências na extração aurífera motivaram diversas intervenções metropolitanas – que visavam também afirmar o controlo direto da autoridade monárquica sobre esta atividade perante as autoridades locais.¹⁷²

A presença de lavras – e, portanto, concessões de terras mais antigas – no interior dos núcleos urbanos mineradores dificultou não apenas a institucionalização dos patrimónios municipais, mas também a manutenção, por parte das câmaras, de certos requisitos que a *urbs*¹⁷³ – a vila na sua materialidade – devia apresentar.¹⁷⁴ Cabia, de facto, àqueles órgãos a “adequação”, o “aumento” e “a conservação”¹⁷⁵ da povoação. Rodrigo Bastos destaca que tanto a eleição do sítio onde instalar a vila,

¹⁶⁹ Quem dispunha de pequenos terrenos urbanos tinha todo o interesse em se tornar foreiro, pois, desta forma, teria adquirido o direito de usufruir dos baldios (*Idem. Ibidem.* p. 473).

¹⁷⁰ Sobre os problemas decorrentes do processo de institucionalização dos rossios, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 462-482 e pp. 566-567.

¹⁷¹ ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. pp. 216-217.

¹⁷² Ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 498-499.

¹⁷³ Para os contemporâneos, a vila era, ao mesmo tempo, a *urbs* – as estruturas materiais contidas no rossio da povoação sede da câmara – e a *civitas* – o conjunto dos habitantes do território submetido à autoridade da mesma câmara, isto é, o termo, em que se encontravam outros núcleos urbanos, os arraiais, e zonas rurais povoadas de forma dispersa. Esta constatação, para além de contribuir para a definição do conceito de *urbs*, sugere cautela na interpretação das fontes – o que se revelará útil sobretudo no segundo Capítulo. De facto, nas representações coevas, a vila acabava por se sobrepor ao concelho, ao ponto de os dois termos “vila” e “concelho” se tornarem «quase sinónimos» (*Idem. Ibidem.* p. 29). Prova disto é o fato de que geralmente, quando se descreve a situação económica ou demográfica das vilas, os documentos se referem ao território concelhio. Aliás, tal confusão era alimentada pela fluidez e mobilidade dos limites do urbano e do rural e pela interdependência económica entre estas duas realidades. Ver: *Idem. Ibidem.* p. 31 e pp. 560-568.

¹⁷⁴ *Idem. Ibidem.* p. 499 e p. 507.

¹⁷⁵ Estes «três processos povoadores», entre os quais «não se podem estabelecer delimitações rígidas», pois «ocorriam também simultaneamente, sendo complementares entre si», são definidos, por Rodrigo Bastos, nos seguintes termos: «1. *Adequação* das estruturas construídas preexistentes: concessão de aforamentos sobre propriedades já estabelecidas pelos moradores; licenças para “retificação”, reforma e reconstrução de casas mais seguras e decentes; realinhamento e “endireitamento” de ruas e “calçadas”; 2. *Aumento* da povoação (expansão física e “acrescentamento” de dignidade): abertura de novos arruamentos e logradouros; concessão de novos aforamentos para construção de novas casas; implantação de novos edifícios públicos, câmara e cadeia, pontes e chafarizes; ereção de capelas e igrejas, consolidação de largos e praças; 3. *Conservação*”: “reformas”, “reparos”, “consertos” e “correições” urbanas parcelares que visavam à manutenção da “comodidade”, da “decência” aparente, da “limpeza” e do “asseio” da povoação» (BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII” [em linha]. *Anais do Museu Paulista/Universidade de São Paulo*, Vol. 20, N. 2, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a08. p. 203). Os termos entre aspas estão presentes na documentação da época (*Idem.* “Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII” [em linha]. *Revista do Instituto de Estudos*

como estes processos, que se seguiam à sua fundação, foram orientados pelo princípio do “decoro”¹⁷⁶, que representou, ao mesmo tempo, um «meio» e um «fim», contribuiu seja para a «utilidade», seja para a «aparência»¹⁷⁷ das vilas e conciliou «as *conveniências metropolitanas*» e «as *conveniências coloniais*»¹⁷⁸. Segundo o autor, tal «preceito secular das artes, da ética e da arquitetura», no domínio da arquitetura, visava «à formosura, à decência e à comodidade de edifícios e cidades»¹⁷⁹ e teria estimulado «uma “tendência” portuguesa para a adaptação»¹⁸⁰ a «circunstâncias, costumes e preexistências físicas, naturais e construídas»¹⁸¹. Sua satisfação, explica Bastos, «representava – tornava presente, literalmente – uma “capacidade”, uma “aptidão” (do latim *aptum* – um dos sinônimos latinos para a noção de *decorum*) da República católica em proporcionar o “bem comum”»¹⁸². Aliás, a *urbs* representava a “*res publica edificada*”¹⁸³.

Sérgio Buarque de Holanda foi quem escreveu algumas das páginas que mais estimularam o debate acerca do «modelo de cidade e métodos de intervenção urbanística especificamente portugueses»¹⁸⁴ exportados para o ultramar. A peculiaridade portuguesa emerge da comparação com o padrão espanhol feita pelo historiador no famoso Capítulo “O semeador e o ladrilhador” de *Raízes do Brasil* (1936): «um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. [...] Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana»¹⁸⁵; pelo contrário, «a cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza [...]. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra

Brasileiros/Universidade de São Paulo, N. 44, 2007. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/34561/37299, p. 45 – nota 37 [itálico do autor].

¹⁷⁶ Esta expressão é utilizada por Bastos. Ver: *Idem*. “O urbanismo...” Op. Cit.; *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁷⁷ *Idem*. *Ibidem*. p. 46.

¹⁷⁸ *Idem*. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 202 [itálico do autor]. Sobre a noção de “decoro”, ver: BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. pp. 40-44.

¹⁷⁹ Note-se que, também no trabalho de Bastos, caracterizado por uma grande precisão conceitual, o termo “cidade” é utilizado sem que o autor forneça uma sua definição. Ver: *Idem*. *Ibidem*; *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁸⁰ *Idem*. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 202.

¹⁸¹ *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit. p. 40.

¹⁸² *Idem*. *Ibidem*. p. 47.

¹⁸³ Esta expressão é utilizada por Bastos. Ver: *Idem*. “O urbanismo...” Op. Cit.; *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁸⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 44. Fonseca explica que o urbanismo pode ser entendido, citando Bernard Lepetit, como um «conjunto de medidas técnicas, jurídicas e econômicas que permitem uma intervenção ou um desenvolvimento autônomo das cidades» (LEPETIT, Bernard. “Pouvoir municipal et urbanisme (1650-1750): sources et problématique”. in LIVET, Georges; VOGLER, Bernard. *Pouvoir, ville et société en Europe 1650-1750*. CNRS Éditions, Paris: 1981. p. 35. *Apud* FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 39 [tr. pt. do trecho do autor]) e que, portanto, «podemos considerar como “urbanísticos” diversos aspetos relacionados à materialidade das povoações mineiras: a delimitação e a gestão dos rossios e dos chãos foreiros, o direito de utilização das nascentes, o sistema d’água, a pavimentação e a conservação das vias, o financiamento e a construção de pontes e chafarizes» (*Idem*. *Ibidem*. p. 39). Note-se que, também na valiosíssima obra da historiadora brasileira, o termo “cidade” é utilizado sem que seja fornecida uma sua definição – Fonseca esclarece o que os contemporâneos entendiam por cidade, mas não elucida o significado que o conceito assume enquanto instrumento analítico empregado na sua pesquisa.

¹⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25^a ed. Companhia das Letras, São Paulo: 1995. p. 96.

“desleixo” – palavra que [...] implica menos falta de energia do que uma íntima convicção de que “não vale a pena...”¹⁸⁶. Holanda traçou, assim, um quadro para o qual a espontaneidade, isto é, a autonomia das iniciativas do poder político português, e a irregularidade, em termos arquitetônicos, do fenômeno urbano brasileiro se correspondiam.¹⁸⁷

O Capítulo – inserido num ensaio interpretativo por meio do qual o autor quis proporcionar mais uma base de reflexão do que os resultados de uma pesquisa rigorosa e exaustiva – tendeu a ser tomado «ao pé da letra» e transformou-se numa «baliza em relação à qual os estudiosos [...] procuraram se posicionar»¹⁸⁸. A partir da década de 1960, alguns dos argumentos nele contidos foram questionados. Na opinião de Bastos, apesar das críticas dirigidas à obra do mestre e das inovações que trouxeram, os trabalhos que seguiram as pegadas de Holanda acabaram por insistir numa ideia de regularidade anacrônica e, portanto, enganosa: «a noção de “regularidade” que predomina nesses estudos se caracteriza pela geometria uniforme no traçado retilíneo de arruamentos e praças; geometria esta que representaria uma proposição racional do homem, resultante da necessidade de alcançar uma espécie de “ordem” prefigurada pelo número, pela constância, pela repetição e pela previsibilidade»¹⁸⁹. Quer o trabalho de Roberta Delson – que contestou a imagem do português semeador, salientando a existência de um projeto ladrilhador da monarquia lusa aplicado ao Brasil – quer o de Paulo Santos – que reavaliou a irregularidade dos traçados urbanos brasileiros, ressaltando sua «coerência orgânica», «correlação formal» e «unidade de espírito», qualidades que lhe confeririam «genuinidade»¹⁹⁰ – nortearam-se por um ideal de “regularidade geométrica”¹⁹¹.

A obra de Nestor Reis Filho representou um avanço, pois recorreu a «um conceito mais geral» de regularidade, uma “regularidade científica”¹⁹², que se teria manifestado na «repetição de determinadas características», que permitiria a identificação de «diferentes formas de disciplina urbanística»¹⁹³. Segundo Bastos, trata-se de «uma regularidade efetivada [...] através das câmaras, vereadores, arruadores, na tentativa de disciplinar os espaços, edifícios públicos e privados e criar “padrões” e “cenários” urbanos»¹⁹⁴. A análise de Reis Filho tem o mérito de realçar a relação entre a construção do espaço, em suas diversas escalas, e os agentes – esta relação é precisamente o que torna o “espaço” num “lugar”. Em estudos mais recentes, «novos agentes» – para além da Coroa portuguesa

¹⁸⁶ *Idem. Ibidem.* p. 110.

¹⁸⁷ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 95-110.

¹⁸⁸ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 502.

¹⁸⁹ BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. p. 30.

¹⁹⁰ SANTOS, Paulo Ferreira. *Formação de cidades no Brasil colonial*. Editora da Unidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2001. p. 18. *Apud* BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. p. 35.

¹⁹¹ Esta expressão é utilizada por Bastos. Ver: *Idem.* “O urbanismo...” Op. Cit.; *Idem.* “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁹² Esta expressão é utilizada por Bastos. Ver: *Idem.* “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁹³ REIS FILHO, Nestor Goulart. “A urbanização e o urbanismo na região das Minas”. *Cadernos de pesquisa do LAP/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, São Paulo: 1999. p. 19.

¹⁹⁴ BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. p. 38.

– «ganharam importância no entendimento do processo de conformação urbana, tais como as autoridades eclesásticas, as associações religiosas, os governadores e os oficiais municipais», isto não obstante, estes trabalhos «ainda não equacionaram o papel das câmaras municipais, pois faltam pesquisas sistemáticas na documentação produzida pelos vereadores, procuradores, ouvidores, meirinhos, almotacéis e arruadores»¹⁹⁵.

Observadas sob o prisma da regularidade geométrica, as povoações mineiras apresentam-se irregulares – entre as poucas exceções figura a Vila de Nossa Senhora do Carmo, cujo traçado urbano foi objeto de um plano de regularização, antes de sua elevação à condição de cidade¹⁹⁶. Aliás, é assumido que, em Minas Gerais, as intervenções régias no desenvolvimento físico das vilas foram «menos explícitas, rigorosas e sistemáticas do que em outras regiões da América portuguesa»¹⁹⁷. Bastos propõe, por sua vez, a aplicação ao contexto em exame de uma noção de “regularidade coeva”¹⁹⁸, que, nas Minas setecentistas, significava a observância ao preceito do decoro, o princípio-guia da arte de edificar luso-brasileira que acima definimos. Segundo o autor, enquanto «sob o crivo formalista de uma regularidade exclusivamente geométrica [...] pouco se acrescenta ao conhecimento dessas povoações e de seus regimes retóricos de concepção, produção e recepção»¹⁹⁹, tal conceito proporcionaria «uma chave bastante interessante de compreensão dos próprios processos de formação das povoações»²⁰⁰. Ao evidenciar a comunhão entre os dois lados do Atlântico relativamente aos princípios – mais que aos modelos – urbanísticos de referência, mediada pelas estruturas de governo português implantadas localmente, as câmaras, sobretudo – mas não apenas, como vimos – a proposta de Bastos redimensiona a caracterização de irregularidade e espontaneidade atribuída à *urbs* mineira.²⁰¹

Manuel Teixeira enfatiza a reciprocidade, em termos de padrões e práticas urbanísticas, entre metrópole e domínios ultramarinos. A cultura portuguesa neste campo influenciou a experiência imperial e foi por ela influenciada. Na sua opinião, a «cidade portuguesa»²⁰² articularia duas

¹⁹⁵ SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 25-26. Para um balanço da produção sobre o urbanismo luso-brasileiro, ver: BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. pp. 32-38; BUENO, Beatriz Siqueira. “A última década, novos rumos. Balanço da historiografia sobre urbanização no Brasil-Colônia. A contribuição dos estudos regionais recentes”. in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.). *A Construção da Cidade Portuguesa na América*. 1ª ed. Pod Editora, Rio de Janeiro: 2011; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 501-507; FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” Op. Cit. pp. 11-12; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 25-26; TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2011. pp. 29-35.

¹⁹⁶ Ver: BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. p. 37; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 506-507; PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 43.

¹⁹⁷ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 505.

¹⁹⁸ Esta expressão é utilizada por Bastos. Ver: *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit.

¹⁹⁹ *Idem*. *Ibidem*. p. 49.

²⁰⁰ *Idem*. *Ibidem*. p. 44.

²⁰¹ Ver: *Idem*. “O urbanismo...” Op. Cit.; *Idem*. “Regularidade...” Op. Cit.

²⁰² Também no trabalho de Manuel Teixeira o termo “cidade” é utilizado sem que seja fornecida uma sua definição.

componentes fundamentais: o vernáculo, «que tem a ver com o tipo de relações que o núcleo urbano estabelece com o território e com o desenvolvimento de soluções urbanísticas que respondem às condições físicas e ambientais», e seria predominante nas primeiras fases de constituição das povoações; o erudito, que «diz respeito às referências intelectuais e às concepções teóricas, urbanísticas e arquitetônicas dos seus construtores, traduzindo-se em esquemas geometrizados»²⁰³, e se afirmaria gradualmente, com a participação de técnicos. «A cidade portuguesa» seria, portanto, para Teixeira, «morfologicamente diferente em cada momento histórico»²⁰⁴, mas «em todos os tempos, [...] planeada e construída com o sítio», tendo em conta as «preexistências, fossem elas naturais ou construídas pelo homem»²⁰⁵. Voltámos, assim, àquela disposição pela adaptação que, para Bastos, representaria o resultado não apenas «de um pragmatismo ou de uma tradição política de colonização portuguesa», mas também da «orientação de um princípio ético-retórico – o decoro – que aconselhava exatamente essa disposição»²⁰⁶. Teixeira preconiza, ademais, a rutura das associações dicotómicas entre espontâneo, não planejado e geometricamente irregular, por um lado, e determinado por iniciativa régia, planejado e regular, por outro, atentando para o fato de que agentes, processos e resultados não devem ser confundidos.

Também Flexor põe o acento no elemento temporal. Como Teixeira, reconhece uma dinâmica evolutiva interna aos núcleos urbanos, salientando que os arraiais surgiram e cresceram «sem planejamento e de forma desordenada» e que, só uma vez elevados a vilas, mereceram uma «intervenção oficial no delineamento de sua forma»²⁰⁷. Por outro lado – mesmo reconhecendo que «o planejamento era muito mais escrito que desenhado e as normas eram gerais para serem adaptadas a cada situação»²⁰⁸ – a autora evidencia, a partir da segunda metade do século XVIII, a afirmação do «plano ortogonal como modelo»²⁰⁹, cujo uso foi se intensificando até que a aplicação do «traçado moderno das cidades» tornou-se «necessidade ideológica e prática do iluminismo»²¹⁰ e foi inserido no programa político pombalino para a América portuguesa, dirigido a garantir sua defesa e boa administração. A autora sublinha, ainda, como faz Teixeira, a exigência de ter em consideração o ideário coevo na interpretação da configuração física do fenómeno urbano. Acrescenta que, sob este

²⁰³ TEIXEIRA, Manuel. “Os modelos urbanos brasileiros”. in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.). *A Construção...* Op. Cit. p. 152.

²⁰⁴ *Idem. Ibidem.* p. 151.

²⁰⁵ *Idem. Ibidem.* p. 153.

²⁰⁶ BASTOS, Rodrigo Almeida. “Regularidade...” Op. Cit. p. 50.

²⁰⁷ FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII”. in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.). *A Construção...* Op. Cit. p. 84.

²⁰⁸ *Idem. Ibidem.* p. 84.

²⁰⁹ *Idem. Ibidem.* p. 88.

²¹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 82.

ponto de vista, portugueses e espanhóis, apesar da competição geopolítica, e contrariamente à oposta atitude urbanística sobre a qual insistiu a historiografia, tinham referências comuns.²¹¹

1.4. Vila Rica: formação e desenvolvimento urbano

Caso único em Minas²¹², o processo de formação de Vila Rica procedeu da agregação de vários núcleos populacionais preexistentes. Embora não haja acordo acerca das datas exatas e das responsabilidades individuais dos primeiros achados de ouro na área onde surgiria Vila Rica, os historiadores são concordes em afirmar que ocorreram um pouco antes do início do século XVIII e em atribuir protagonismo ao taubateano Antônio Dias de Oliveira. Se o descobridor do metal precioso no ribeiro de Ouro Preto permanece incerto²¹³, foi sem dúvida Antônio Dias a encontrá-lo no ribeiro que ganhou o seu nome. Tais achados estiveram na origem dos dois principais arraiais de cuja união resultou a vila que viria a ser a capital das Minas Gerais: o arraial de Ouro Preto e o de Antônio Dias. Nas suas vizinhanças foram encontradas outras jazidas, que deram lugar a outros povoados, que seriam submetidos à jurisdição da câmara instalada em Vila Rica: o arraial do Padre Faria – antes arraial do Bom Sucesso – e o arraial do Caquende (ver a **Figura 6**). A grande afluência de aventureiros e a competição na procura do ouro levaram a novos achamentos, de menores proporções, nos confins da futura vila.²¹⁴ Importa ressaltar que, inicialmente, houve formas de ocupação provisórias, em função do rápido esgotamento ao qual os depósitos mais superficiais do metal, os primeiros a serem explorados, estavam sujeitos. Mas, a evolução dos trabalhos de mineração e aplicação dos Regimentos de 1700 e 1702²¹⁵ à região recém-descoberta contribuíram para a fixação da população.²¹⁶

²¹¹ Ver: *Idem. Ibidem.*

²¹² CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Antônio Dias de Vila Rica: aspetos demográficos de uma paróquia colonial (1763-1773)” [em linha]. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais/Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2008 [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em [www.academia.edu/2299441/Antônio Dias de Vila Rica aspectos demográficos de uma paróquia colonial 1763-1773](http://www.academia.edu/2299441/Ant%C3%B4nio_Dias_de_Vila_Rica_aspetos_demogr%C3%A1ficos_de_uma_par%C3%B3quia_colonial_1763-1773). p. 5.

²¹³ Para algumas fontes históricas, o descobridor seria um mulato anônimo, para outras seria Manuel Garcia Velho ou o próprio Antônio Dias de Oliveira.

²¹⁴ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 10-11; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 74-75; FONSECA, Cláudia Damasceno. “Ouro Preto, Vila Rica. Enquadramento histórico e urbanismo” [em linha]. in *Heritage of Portuguese Influence Portal(HPIP)/Fundação Calouste Gulbenkian*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=180; LUNA, Francisco Vidal. “Minas Gerais: escravos e senhores”. *Ensaios Econômicos/Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo*, 8, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo: 1981. p. 17; MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. pp. 33-34 e pp. 56-60; RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 15-18.

²¹⁵ Sobre os Regimentos, ver a nota 57 da presente Dissertação.

²¹⁶ Ver: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. pp. 46-49; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 27-29.

O carácter polinuclear da futura Vila Rica foi, *in primis*, determinado pela legislação mineral vigente no século XVII²¹⁷. A Carta Régia de 15 de agosto de 1603 – a mesma que, como veremos, introduziu a cobrança dos quintos na América portuguesa – impunha, para que fosse reconhecida oficialmente uma nova lavra, o requisito da distância de pelo menos meia légua das demais conhecidas.²¹⁸ Os arraiais acima mencionados surgiram, conseqüentemente, afastados uns dos outros conforme às disposições da carta régia.²¹⁹ A força atrativa dos locais de culto, que tenderam a aglutinar o povoamento, consolidou esta configuração.²²⁰ Nos quatro povoados foram instalados templos cristãos. Os edificadas em Ouro Preto e Antônio Dias foram cedo²²¹ elevados à condição de paróquias, tornando-se igrejas matrizes: respetivamente, a igreja de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. Os erigidos em Padre Faria e em Caquende permaneceram na condição de capelas filiais: a capela de Nossa Senhora do Rosário – originariamente capela de Nossa Senhora do Bom Parto – pertencente à freguesia de Antônio Dias, no primeiro arraial, e a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – que, provavelmente, se sobrepôs a uma primitiva capela construída sob outra devoção – pertencente à freguesia de Ouro Preto, no segundo (ver a **Figura 7**).²²²

Os locais das igrejas acabaram por condicionar também a estruturação interna dos povoados: não obstante a ocupação se ter dado a partir dos córregos auríferos e as zonas de extração mineral ter acabado sendo englobadas pelos arraiais e depois pela vila – as lavras continuaram, de facto, a ser parte da sua paisagem urbana por todo o século XVIII²²³ – os aglomerados tenderam a acomodar-se nos vales e a subirem nos morros, ao redor das igrejas, que se situavam geralmente na meia-encosta.²²⁴ Rafael Machado salienta que «embora houvesse a tendência de os primeiros templos serem reedificados anos depois, muito se deve às edificações primevas no tocante à herança do traçado urbano por elas condicionado»²²⁵.

²¹⁷ Donald Ramos explica que, nos primeiros anos que se seguiram à descoberta do ouro no sertão do Cataguases, sucederam-se «three different mining codes»: «the first was enacted in 1603 and amended in 1618»; «the second code was instituted by Governor Menezes in 1700», acerca deste afirma que «while it was in effect for only two years, this was a crucial time for the evolution of the mining industry in Minas Gerais»; «the third policy was decreed by the king on April 19, on 1702 and remained in effect throughout the eighteenth century» (RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 58).

²¹⁸ CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica...” Op. Cit. p. 4; *Idem*. *Sem dados não há demografia: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira (1760-1804)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011. p. 117.

²¹⁹ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 11.

²²⁰ MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 52 e p. 119.

²²¹ Mais especificamente no período de 1703-1707 (FONSECA, Cláudia Damasceno. “Ouro Preto...” Op. Cit.).

²²² Ver: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. pp. 60-83.

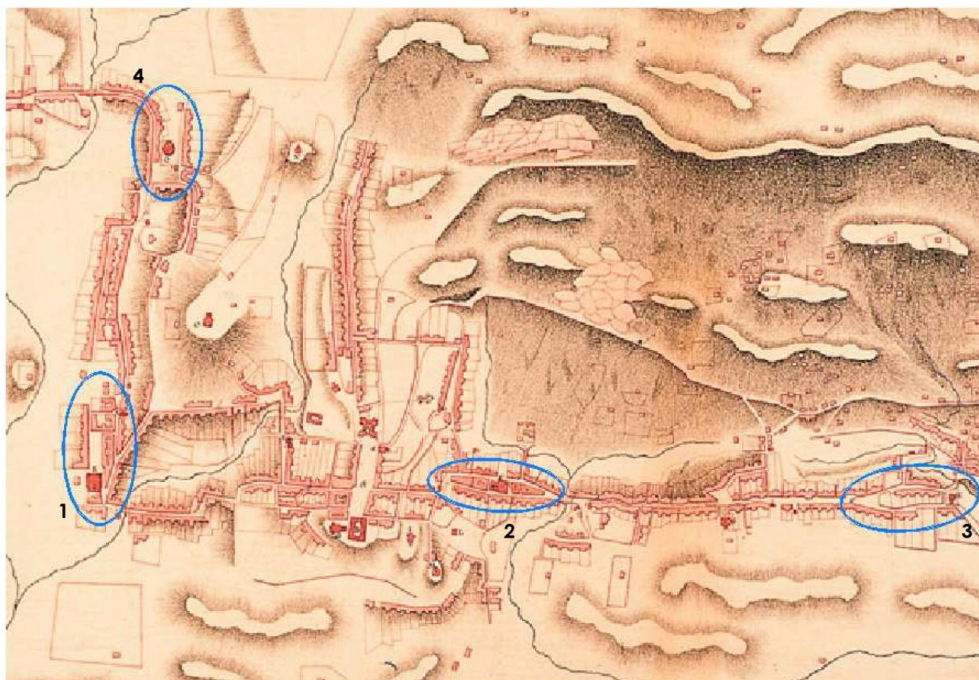
²²³ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 80; *Idem*. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 174.

²²⁴ Ver: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 52, pp. 56-60 e p. 119.

²²⁵ *Idem*. *Ibidem*. p. 60.

Figura 6

“Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787), detalhe

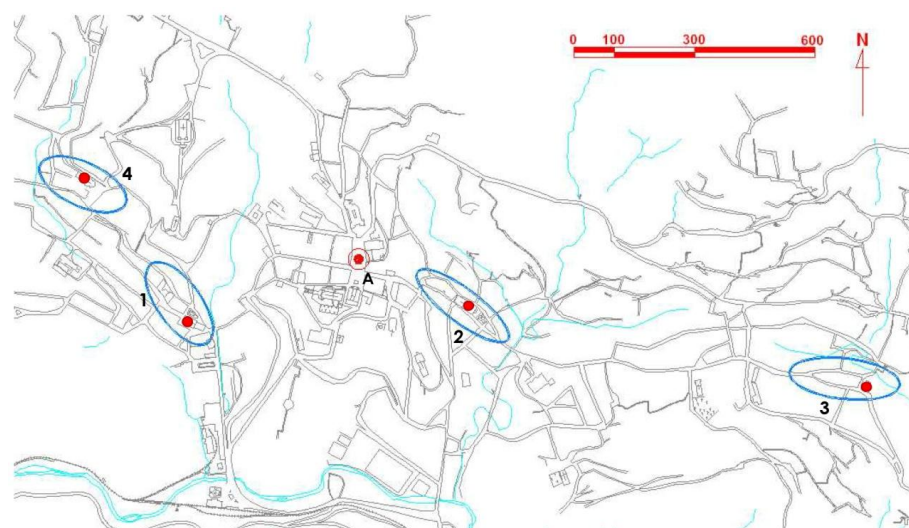


Fonte: GUIMARÃES, Manoel Ribeiro de *apud* MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 61.

Legenda: 1. Arraial de Ouro Preto, 2. Arraial de Antônio Dias, 3. Arraial do Padre Faria, 4. Arraial do Caquende.

Figura 7

Planta da Cidade de Ouro Preto (atual)



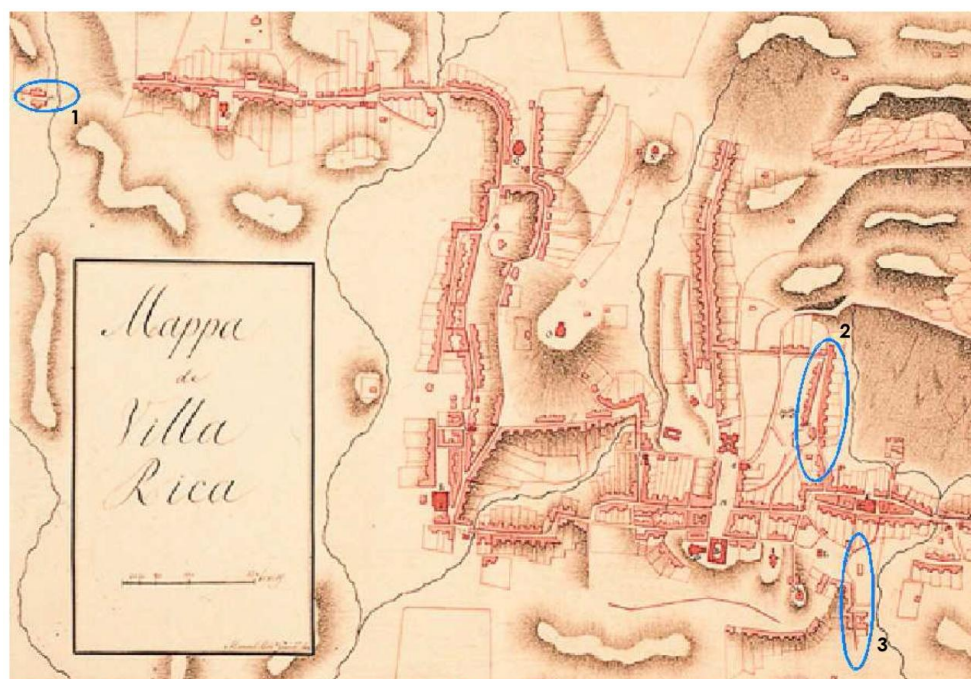
Fonte: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 61.

Legenda: 1. Igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 2. Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias, 3. Igreja filial de Nossa Senhora do Rosário, 4. Igreja filial de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Em outros povoados menores que viriam a compor a vila, onde não foram instaladas igrejas, houve uma ocupação ribeirinha, que acompanhou mais de perto a atividade mineradora. Foi o caso da região do Passa-Dez, pertencente à freguesia de Ouro Preto, da região da Barra e do chamado “arraial dos Paulistas”, pertencentes à freguesia de Antônio Dias.²²⁶

Figura 8

“Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787), detalhe



Fonte: GUIMARÃES, Manoel Ribeiro de *apud* MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 84.

Legenda: 1. Região do Passa-Dez, 2. Arraial dos Paulistas, 3. Região da Barra.

Como observado por Machado, aquando da criação de Vila Rica, os núcleos que reuniu apresentavam níveis de desenvolvimento diferenciados: enquanto alguns povoados se encontravam «em pré- formação» – como a região de Passa Dez ou da Barra – outros – como os arraiais de Antônio

²²⁶ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 56-60 e pp. 83-97. Também Mata aponta para as diferenças entre a conformação física dos núcleos que sediaram igrejas e a dos núcleos em que estas estiveram ausentes. Sua argumentação parece, todavia, não admitir a possibilidade de uma contribuição conjunta dos dois fatores, o religioso – que se concretiza na força aglutinadora das igrejas – e o económico – no caso em exame, a mineração – na origem das povoações. Assim, se, de um lado, como vimos – ver a nota 150 da presente Dissertação – isto o leva a admitir a existência de povoados originados unicamente pela função religiosa – hipótese que criticámos na mesma nota – por outro, parece conduzi-lo a desconsiderar a eventualidade de que nos arraiais mineradores também a presença de igrejas possa ter desempenhado um papel agregador e, no caso de núcleos de origem multipolar – como Vila Rica – possam ter agido os dois fatores alternativamente nos vários polos que os constituíram (ver: MATA, Sérgio da. Op. Cit. pp. 175-176).

Dias e Ouro Preto – viviam uma «surpreendente fase de consolidação»²²⁷. Nestes últimos, o povoamento era mais denso, devido à riqueza dos seus ribeiros auríferos, que propiciaram o florescimento das atividades extrativas, à presença das igrejas matrizes, que, como vimos, foram as segundas responsáveis pela polarização do povoamento, e também, como veremos melhor, por lá se irem concentrando atividades comerciais e outros serviços. Cunha explica que «a atividade mercantil em sua forma mais recuada devia remontar a simples tendas armadas em áreas contíguas às datas, sendo que pouco depois já deveriam apresentar um perfil mais definido, qualificando-se como ponto de convergência de rotas de comércio já vigorosamente definidas ao final da primeira década do século XVIII, trazendo escravos, gado e mais gêneros de comércio da Bahia e do Rio de Janeiro, assim como das fazendas»²²⁸.

Os mesmos fatores que explicam o desenvolvimento comercial dos arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto justificam a escolha do sítio, resultante da comunhão dos dois povoados, para a instalação da que viria a ser a capital do governo das Minas: a proximidade com as lavras – que garantia a existência seja de um mercado local, seja de uma fonte de receitas para a Coroa – e a centralidade em relação aos outros centros mineradores e à rede de caminhos – o que facilitava tanto o afluxo de mercadorias, quanto o defluxo do ouro da localidade. A relevância atribuída às trocas – remete-se aqui para a aceção coeva do conceito de comércio, que significava o «Negocio de Mercancias», como a «comunicação que huma pessoa tem com outra»²²⁹ – na identificação do sítio onde implantar a nova vila está explicitado em seu termo de ereção, de 1711, no qual o local está descrito como «não [...] muito acomodado», mas «de mayores convenciencias [...] para o Comercio»²³⁰. Vemos como a “comodidade”²³¹ do sítio representou uma condição secundária relativamente às considerações de natureza económica e fiscal, e até social, se se preferir uma interpretação ampla do termo “comércio”²³².

Fonseca salienta que nos autos de fundação das vilas as motivações de natureza política não são mencionadas. Porém, é certo que «o rei não poderia ignorar as opiniões e as expectativas da

²²⁷ MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 119.

²²⁸ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 83.

²²⁹ BLUTEAU, Raphael. “Comercio”. in *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...* Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu, Coimbra: 1712, Vol. 2. p. 402. *Apud* BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 215.

²³⁰ Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial. 06, f. 20, 20 v, 21. *Apud* BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 208.

²³¹ Termo presente na documentação da época, ver a nota 174 da presente Dissertação. A posição acidentada de Vila Rica foi alvo das críticas dos habitantes mais instruídos durante os Setecentos e de viajantes estrangeiros na centúria seguinte e, segundo Bastos, revelou-se um obstáculo à elevação da povoação à categoria de cidade - que só ocorreu no século XIX (*Idem. Ibidem.* p. 211; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 148; *Idem.* “Ouro Preto...” Op. Cit.).

²³² Ver: BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. pp. 207-216; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 76-77; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 148 e pp. 513-514; *Idem.* “Ouro Preto...” Op. Cit.; RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 132 e p. 150.

população das Minas»²³³, que acabava de sair das turbulências da “Guerra dos emboabas”. Esta exigência motivou a convocação de uma Junta, convocada por uma Carta Régia, de moradores, paulistas e emboabas, para discutir a questão do sítio mais “conveniente” para a ereção de Vila Rica. Apesar de as «ordens de Sua Majestade» terem designado o arraial do Ouro Preto como sede da nova vila, foi a assembléia a determinar «uniformemente»²³⁴ sua união com o arraial de Antônio Dias.²³⁵

Segundo Bastos, foi o grande número de estabelecimentos comerciais localizados em Antônio Dias – maior que em Ouro Preto – que levou a Junta a optar pela sua junção com o arraial indicado pelo soberano. A mesma hipótese é avançada por Donald Ramos.²³⁶ Em perspectiva alternativa, preconizando uma leitura qualitativa dos dados²³⁷, Kátia Campos apresenta Ouro Preto como o arraial no qual se concentravam, para além dos ofícios mecânicos, as atividades mercantis “de grosso trato” – atribuindo a Antônio Dias a primazia no setor minerador e a presença de um comércio mais básico e restrito – e afirma que esta circunstância poderia ter pesado na eleição régia do arraial para sediar a nova vila.²³⁸ Segundo Cunha, nos dois arraiais havia uma proporção equivalente de vendas e de lojas relativamente aos fogos listados, também para ele, porém, a balança penderia para o lado de Ouro Preto se se considerar os ofícios mecânicos.²³⁹

De acordo com Campos, e com Machado²⁴⁰, os arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto diferenciavam-se tanto no perfil económico como no perfil étnico – a argumentação da historiadora parece sugerir que os dois aspetos concorreram para a escolha do segundo sítio para a instalação da vila a fundar-se. Coerentemente com a imagem cristalizada dos dois grupos, em Antônio Dias, encontrariam-se mais paulistas, mineradores, e, em Ouro Preto, mais emboabas, comerciantes.²⁴¹ Segundo a mesma autora, antes da eclosão de seu levante, em 1707, na área que teria sido submetida à jurisdição de Vila Rica, os segundos superavam os primeiros em número e em poder económico.²⁴² Evidenciamos aqui que as duas categorias contemplavam homens de proveniências diversas: a expressão “paulista” designava os nativos de várias povoações²⁴³ da Capitania de São Vicente;²⁴⁴

²³³ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 146.

²³⁴ Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial. 06, f. 20, 20 v, 21. *Apud* BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 208.

²³⁵ *Idem. Ibidem.* p. 209 e pp. 212-214; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 146; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 38-39.

²³⁶ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 216; RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 150. Há, todavia, uma discrepância entre os dados nos quais assentam as propostas dos dois autores: enquanto para Bastos, após 1712, existiriam 51 “vendas” e “lojas” em Ouro Preto e 73 em Antônio Dias, para Ramos, em 1715, elas seriam, respetivamente, 42 e 61.

²³⁷ Segundo Campos, havia em Ouro Preto, em 1714, 89 “vendas” e “lojas” (CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica...” Op. Cit. p. 8).

²³⁸ *Idem. Ibidem.* pp. 7-8.

²³⁹ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 83-84.

²⁴⁰ MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 121.

²⁴¹ CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Antônio Dias...” Op. Cit. p. 5.

²⁴² *Idem.* “Vila Rica...” Op. Cit. p. 3.

²⁴³ Como Taubaté, Mogi das Cruzes, São Sebastião, Guaratinguetá e Sorocaba.

²⁴⁴ RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 16; RUSSELL-WOOD, Anthony John. “Identidade...” Op. Cit. p. 102.

“emboabas”, como vimos, pessoas originárias de Portugal e do resto da América portuguesa, entre as quais a componente reinol era majoritária²⁴⁵ – o que é compreensível uma vez que muitos dos que chegaram em Minas de outras partes do território brasileiro tinham nascido no Reino. De facto, para Fonseca, a população de Vila Rica, na altura da sua ereção, teria sido constituída sobretudo por portugueses.²⁴⁶

Cabe sublinhar certa «dissenção»²⁴⁷ entre os arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto, a diferentes níveis, inclusive no âmbito eclesiástico, que sobreviveu à transformação dos dois povoados em bairros da mesma vila.²⁴⁸ Depois da fundação de Vila Rica, manteve-se a jurisdição já consolidada das duas freguesias. Campos salienta que «elegue-se a Matriz do Pilar como a Paróquia “oficial” da administração régia e do Senado da Câmara [...]. Contudo, a importância da Matriz do Antônio Dias se mantinha em termos equiparáveis à da Matriz do Ouro Preto, em virtude do fato de que Nossa Senhora da Conceição era a padroeira oficial da família real portuguesa»²⁴⁹.

O morro de Santa Quitéria, que dividia os dois arraiais,²⁵⁰ na época da fundação de Vila Rica ainda desocupado e coberto por mata virgem, foi eleito por Antônio de Albuquerque – o recém-nomeado governador da Capitania de São Paulo e Minas de ouro – para acolher o pelourinho e a praça principal – a atual praça Tiradentes – o lugar da “visibilidade” do poder, onde, no decorrer do século XVIII, seriam erigidos o Palácio dos Governadores – cerca de 1746 – e a Casa da Câmara e Cadeia – a estrutura definitiva, o atual Museu da Inconfidência, foi edificada em 1784. Segundo Bastos, a escolha do morro por parte do governador foi estratégica, pois «além de constituir um centro aproximadamente geométrico, sua proeminência topográfica proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais, com suas igrejas-matrizes situadas em cotas bem mais baixas»²⁵¹ (ver a **Figura 9**). Para Ramos, trata-se de uma decisão brilhante do astucioso Albuquerque, que procurou um lugar equidistante entre os dois povoados, que se apresentasse neutral a nível simbólico – isto prende-se com a dimensão política que já focámos – e que contrabalançasse a tendência do arraial de Antônio Dias para se expandir para Leste, ou seja, em direção ao arraial do Padre Faria – fato evidenciado pela fachada de sua igreja matriz estar voltada para esta localidade (ver a **Figura 10**).²⁵²

²⁴⁵ RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 122-123.

²⁴⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 146.

²⁴⁷ CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Antônio Dias...” Op. Cit. p. 5.

²⁴⁸ Ver: *Idem. Sem dados...* Op. Cit. pp. 116-117; MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. pp. 121-122.

²⁴⁹ CAMPOS, Kátia Maria Nunes. *Sem dados...* Op. Cit. p. 117.

²⁵⁰ Cunha esclarece que «três morros marcam a paisagem em que se plantaria Vila Rica: o alto das Cabeças, o morro de Santa Quitéria e o alto da Cruz. É nos dois baixos destes morros consecutivos que se assentariam as localidades principais: a freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto e a de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias» (CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 121-122).

²⁵¹ BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 209.

²⁵² Ver: *Idem. Ibidem.* p. 209; MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. pp. 125-127 e pp. 128-129; RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 146-149.

Figura 9

Foto da Cidade de Ouro Preto (2002)



Fonte: BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 208.

Legenda: A. Morro da praça, B. Igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, C. Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. A Figura mostra a prêmência topográfica do morro sobre as duas igrejas matrizes.

Figura 10

Planta da Cidade de Ouro Preto (atual)



Fonte: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 72.

Legenda: A. Igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, B. Igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias. A Planta mostra a orientação das fachadas das duas igrejas matrizes.

A praça – cuja abertura parece que se deu em 1716²⁵³, enquanto sua afirmação como centro do poder político se deu efetivamente só a partir da década de 1740, com a construção do Palácio dos Governadores²⁵⁴ – demonstrou-se capaz de orientar o crescimento urbano e funcionou como elo de ligação entre as duas povoações, contribuindo para sua fusão.²⁵⁵ Aliás, como observa Cunha, «não parece que este crescimento não tivesse sido desde longa data condicionado por uma relação estreita entre caminhos e vias de comércio»²⁵⁶. Estes desempenharam um papel fundamental na articulação dos diferentes núcleos que formariam a vila, sendo que, para Machado, «a tendência de se ocupar as estradas principais (de interligação dos arraiais) – com casas de comércio, além das de morada – é nítida»²⁵⁷.

A rua Direita de Vila Rica – que corresponde ao recorte geográfico da nossa pesquisa no Arquivo Histórico da Casa do Pilar – procede de um desses caminhos, o que se revelará o mais importante no seu desenvolvimento: a estrada tronco que conectava os arraiais de Antônio Dias e Ouro Preto. Ramos destaca, todavia, que, no seu caso, apesar de uma trilha existir antes da fundação da vila, a ocupação ao longo do seu percurso só se deu a partir de então. O trecho central, que interligava as duas matrizes – que corresponde às atuais rua do Pilar, rua Paraná e rua Conde de Bobadela – passou a ser chamado de rua Direita²⁵⁸ – numa época em que não se aplicavam denominações oficiais às ruas²⁵⁹. Transformou-se numa via relativamente extensa e transitada, porém seu traçado, contrariamente a quanto poderia sugerir sua designação, continuou a apresentar-se bastante irregular – embora tenha sido objeto de intervenções por parte da câmara.²⁶⁰

²⁵³ CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 122.

²⁵⁴ *Idem. Ibidem.* p. 175.

²⁵⁵ Ver: RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 146-149.

²⁵⁶ CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 123.

²⁵⁷ MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 50.

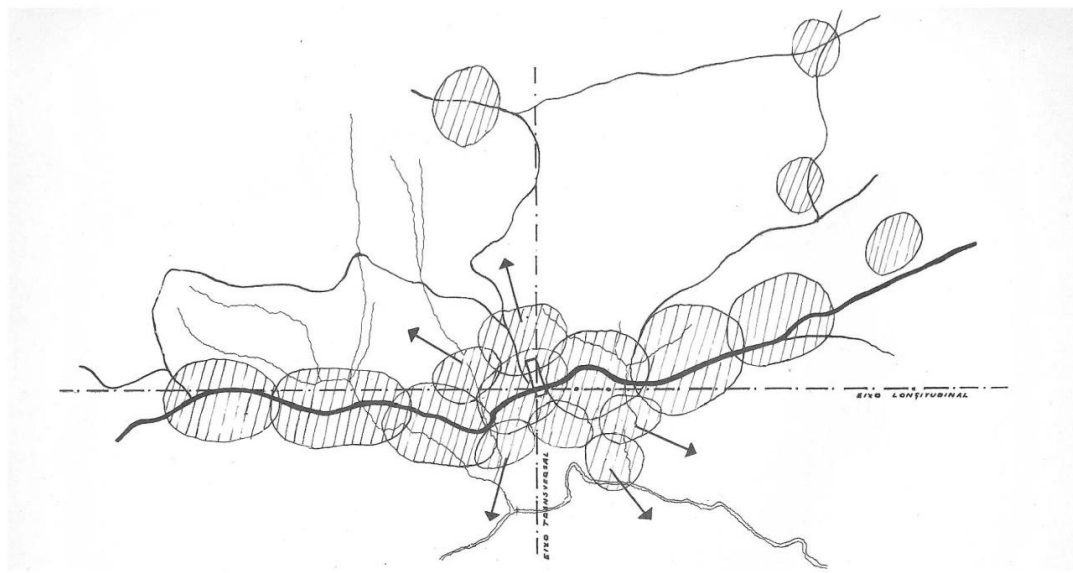
²⁵⁸ Machado explica que «seguindo a tradição portuguesa, o caminho que conduzia à igreja matriz de uma determinada vila, de modo geral era denominado de Rua Direita. No que diz respeito à Vila Rica, essa tradição persistiu» (*Idem. Ibidem.* p. 128 – nota 149).

²⁵⁹ Ver: *Idem. Ibidem.* p. 144.

²⁶⁰ Ver: CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica...” Op. Cit. p. 9; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 85-86; MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 128 e pp. 140-141; RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 141.

Figura 11

Esboço de Vila Rica



Fonte: “Estudo inicial – Parte C”. in VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura particular em Vila Rica: quadro da arquitetura no Brasil*. Escola de arquitetura da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1951. Apud MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 128.

Legenda: O esboço mostra como a união dos principais núcleos populacionais dos quais se originou Vila Rica (os círculos cuja área é tracejada) se deu a partir da estrada tronco (a linha mais espessa) e da praça (a imagem retangular no centro).

Podemos concluir, portanto, com Ramos, que a conformação urbana de Vila Rica resultou de cinco condicionantes interligados: o ouro, a igreja, o comércio, a praça e os caminhos.²⁶¹ Importa aqui destacar que a *urbs* representou uma realidade *in fieri* ao longo dos Setecentos²⁶². Cunha refere-se a «uma “cidade em construção”», em que «uma pessoa podia ver em vida, ante seus olhos, uma série de transformações na paisagem urbana, em um ritmo que certamente, nos períodos de maior atividade, transmitiu uma clara medida de celeridade»²⁶³. O mesmo autor destaca como, pelo menos durante o primeiro quartel do século XVIII, «devia-se ainda poder divisar com clareza os povoados originais», os quais «só gradualmente foram se unindo por uma “malha urbana”»²⁶⁴. Assim, não obstante um «movimento multi-centrípeto»²⁶⁵ tivesse gerado «núcleos esparsos», separado por florestas espessas, «pouco a pouco», explica Fonseca, «estes interstícios foram sendo ocupados, e a aglomeração tomou uma forma linear e contínua, seguindo um eixo longitudinal paralelo à serra do Ouro Preto e ao vale do ribeirão do Funil»²⁶⁶.

²⁶¹ RAMOS, Donald Op. Cit. pp. 149-150.

²⁶² Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 168-174

²⁶³ *Idem. Ibidem.* p. 174.

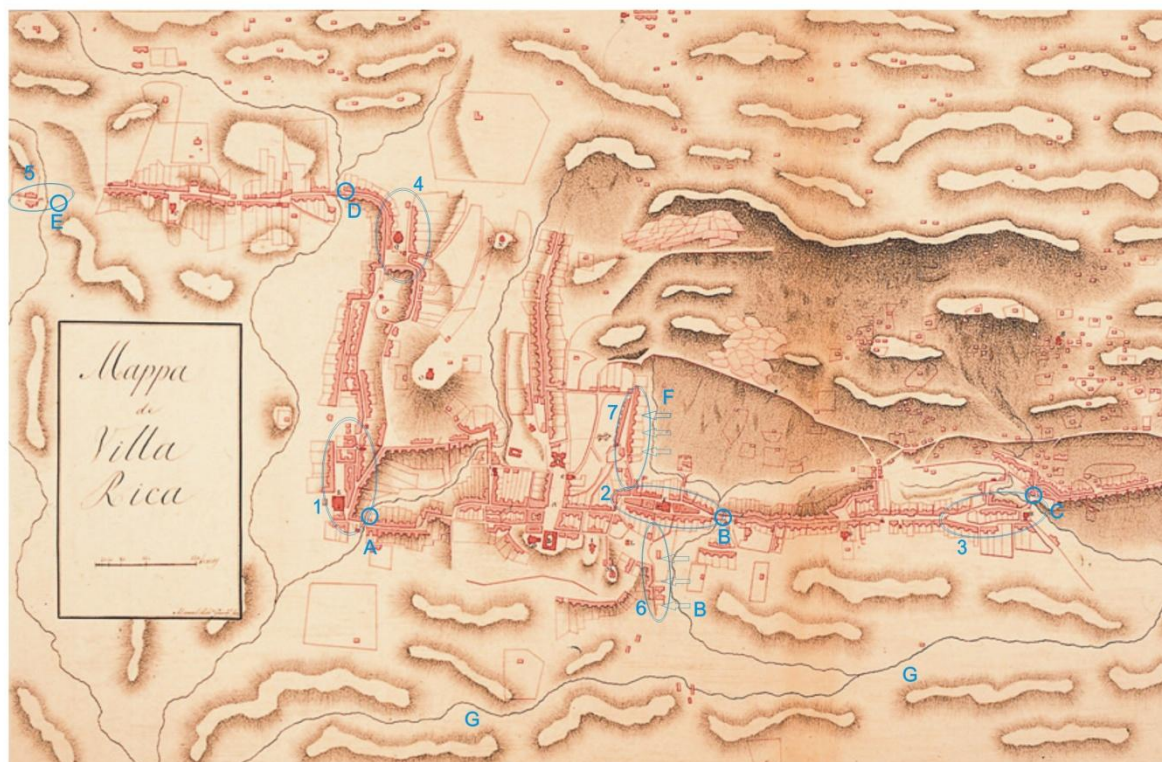
²⁶⁴ *Idem. Ibidem.* p. 175.

²⁶⁵ MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 121.

²⁶⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. “Ouro Preto...” Op. Cit.

Figura 12

“Mapa de Villa Rica” (cerca de 1786-1787)



Fonte: MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 58.

Legenda: 1. Arraial de Ouro Preto, 2. Arraial de Antônio Dias, 3. Arraial do Padre Faria, 4. Arraial do Caquende, 5. Região do Passa-Dez, 6. Região da Barra, 7. Arraial dos Paulistas, A. Corrêgo do Ouro Preto, B. Corrêgo de Antônio Dias, C. Corrêgo do Padre Faria, D. Corrêgo do Caquende, E. Corrêgo do Passa Dez, F. Corrêgo do Sobreira, G. Rio Funil.

Com a criação da câmara, Vila Rica obteve a doação de terrenos para a constituição de seu património, «para criação dos gados, como para arrendar e aforar aos moradores, para assim o dito senado ter alguma renda, para com ela poder acudir e reparar as obras do concelho»²⁶⁷. Enquanto a demarcação da sesmaria e a confirmação real chegaram tardiamente – algumas décadas depois – a concessão dos primeiros contratos de aforamento foi quase imediata – apenas dois meses após a atribuição das terras municipais. Estes concerniam a casas já acabadas – geralmente bastante rústicas – ou em construção e a “chãos” onde se tencionava realizar moradias. Só os habitantes reconhecidos com o estatuto de primeiros povoadores ficaram isentos do foro. Parece que, inicialmente – diferentemente do que aconteceu em seguida – a obrigação de pagar esta taxa foi aceita também por quem tinha edificado em terras minerais, que oficialmente não eram aforáveis. Isto se explicaria pelo facto de os moradores menos abastados terem interesse em se tornar foreiros, para, assim, adquirir o direito de uso dos logradouros públicos. Os primeiros terrenos aforados após a fundação da vila

²⁶⁷ Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto, 38, fl. 5. *Apud* FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 464.

concentravam-se ao redor das matrizes de Antônio Dias e Ouro Preto, mas gradualmente se espalharam em outras áreas da vila recém-criada. Foram registradas queixas da câmara e censuras do governador da Capitania acerca da administração do patrimônio fundiário de Vila Rica a partir de 1730.²⁶⁸

Para além de constituir uma fonte de receitas para a câmara, e, conseqüentemente, contribuir de forma indireta para a “adequação”, o “aumento” e a “conservação” da vila – procedimentos que, como vimos, foram orientados pelo princípio do decoro – os aforamentos incidiram de forma direta nestes “processos povoadores”²⁶⁹, com implicações tanto na comodidade, quanto na aparência da povoação. De facto, os contratos de aforamento condicionaram a concessão da terra a melhorias a serem realizadas nos imóveis lá erigidos e a requisitos formais a satisfazer na realização dos imóveis em construção ou que lá se pretendia estabelecer. A rua representava o espaço onde se dava a exposição das fachadas destes edifícios, o lugar onde o privado e público – duas categorias entre as quais, aliás, na época, não existia uma distinção nítida – encontravam-se, física e simbolicamente²⁷⁰. Com a ereção da vila, as ruas começaram a ser percebidas pelos moradores como sujeitas à autoridade municipal. Apesar de os esforços no sentido de seu “endireitamento”²⁷¹ terem resultado na «regularidade geométrica possível»²⁷² dadas às condições do sítio – longe duma regularidade geométrica “ideal” – as vias da vila foram objeto de intervenções contínuas por parte da câmara, desde a sua criação. A manutenção do calçamento, que se fazia particularmente necessário dada a topografia e a presença de explorações auríferas no tecido urbano, afigurava entre as maiores despesas municipais (ver a **Figura 13**). Um «movimento regulador não apenas fiscal, mas [...] também urbanístico»²⁷³ teve, portanto, lugar em Vila Rica desde a década de 1710, embora a historiografia tenha demonstrado uma tendência a exaltar sobretudo a grande empresa construtiva dos anos '40, '50 e '60 do século XVIII.²⁷⁴

²⁶⁸ Ver: CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica...” Op. Cit. p. 7; CAMPOS, Kátia Maria Nunes. *Sem dados...* Op. Cit. p. 116; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 75-76 e pp. 79-80; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 464-465 e pp. 482-483 e pp. 487-488; MACHADO, Rafael Palhares. Op. Cit. p. 166; RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 134-135; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 42-43.

²⁶⁹ Ver a nota 174 da presente Dissertação.

²⁷⁰ Ver: VILLALTA, Luiz Carlos. Op. Cit. p. 76.

²⁷¹ Termo presente na documentação da época, ver a nota 174 da presente Dissertação.

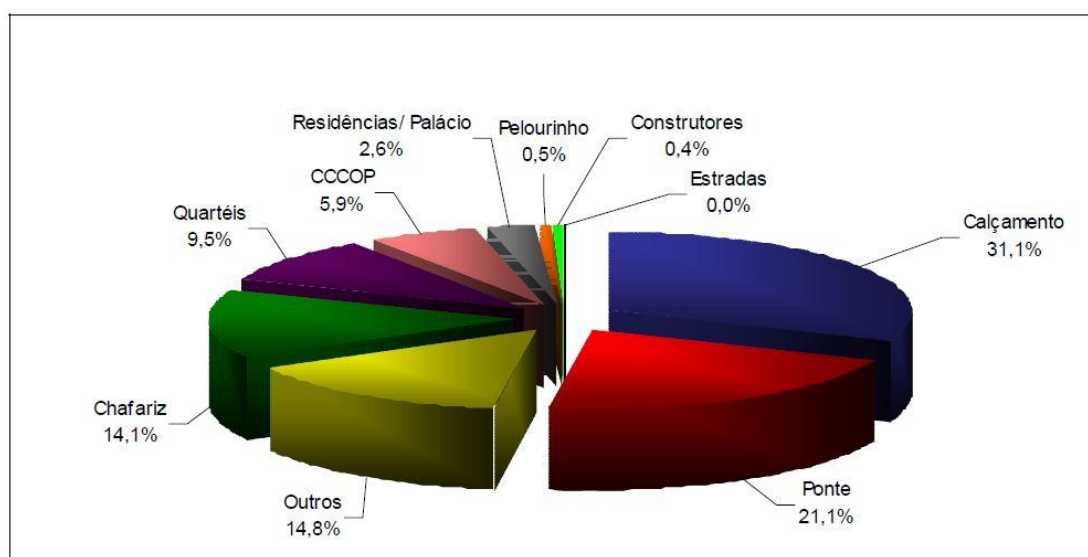
²⁷² BASTOS, Rodrigo Almeida. “O urbanismo...” Op. Cit. p. 224.

²⁷³ *Idem. Ibidem.* p. 219.

²⁷⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 217-219, pp. 223-225 e p. 227; CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Vila Rica...” Op. Cit. p. 8 e p. 10; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 529-531; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. p. 40, p. 44, pp. 52-53 e pp. 66-67.

Figura 13

Percentual da despesa da câmara de Vila Rica conforme a tipologia das obras públicas (1726-1760)



Fonte: SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. p. 52.

Enquanto a *urbs* atravessava tal “período áureo”²⁷⁵, teve início, como veremos melhor no próximo Capítulo, o declínio da quantidade de ouro extraído de suas lavras e, mais em geral, nas das Minas Gerais. Ramos proporciona uma periodização da história de Vila Rica baseada, justamente, no andamento da produção aurífera local: uma primeira fase, de 1695 a 1726, caracterizada por uma rápida expansão, uma segunda, de 1727 a 1744, de relativa estabilidade e uma terceira, de 1745 até o fim da época colonial, de gradual decréscimo.²⁷⁶ Laura Souza identifica nas duas grandes festas barrocas que lá se celebraram nas décadas centrais dos Setecentos, o Triunfo Eucarístico, de 1733 – para a transladação do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário para a matriz do Pilar – e o Áureo Trono Episcopal, de 1748 – para a criação do bispado de Mariana – dois marcos úteis para delimitar a fase do auge minerador vivida por Vila Rica²⁷⁷: na primeira ocasião, festejava-se «o êxito da empresa aurífera», o ouro na altura da «sua maior abundância»²⁷⁸; na segunda, «o fausto era falso», tratava-se de uma «ostentação pura», no momento em que «a riqueza começava a ser pobreza e o apogeu, decadência»²⁷⁹.

²⁷⁵ Décadas estas que correspondem à duração do governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763) (CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 123).

²⁷⁶ RAMOS, Donald. Op. Cit. p. V.

²⁷⁷ Ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Edições Graal, Rio de Janeiro: 1986. pp. 19-23.

²⁷⁸ *Idem. Ibidem.* p. 21.

²⁷⁹ *Idem. Ibidem.* p. 23.

O gradual esgotamento das minas provocou a emigração de importantes parcelas de moradores urbanos para as áreas rurais do termo e alhures e, conseqüentemente, uma retração da vitalidade urbana. Não obstante, Vila Rica conservou sua importância, quer a nível político, enquanto capital da Capitania de Minas e, portanto, sede da sua administração, quer a nível económico, sobretudo graças ao comércio, até à viragem do século XVIII para o XIX. Depois da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro, e a abertura dos portos brasileiros, em 1808, chegaram a visitar Vila Rica vários viajantes estrangeiros, cujo relatos constituem um precioso conjunto documental para o estudo da sua paisagem natural, arquitetónica e humana na época. Estes textos, da autoria, prevalecentemente, de cientistas, reservam muitas observações à topografia do sítio e às repercussões da atividade mineradora no ambiente. A “tristeza” ou a “melancolia”²⁸⁰ que a fisionomia da vila inspirou nestes observadores deve ser relacionada também a tais características. Se, de um lado, as suas relações restituem «certa feição decadente»²⁸¹ – o patente contraste entre os vestígios da “idade do ouro” e o estado de abandono em que se encontrava a *urbs*, causado pela recessão populacional e o arrefecimento das obras públicas – por outro, testemunham a persistência na localidade de uma robusta rede de serviços e comércio, alimentada, inclusive, pela produção de ouro e pedras preciosas, que mantinham uma importante quota do mercado.²⁸² As mudanças económicas que ocorreram nas Minas ao longo dos Setecentos serão examinadas mais de perto no próximo Capítulo, no qual dedicaremos especial atenção às suas implicações para a população da capital, Vila Rica.

²⁸⁰ Cunha regista a recorrência dos adjetivos “triste” e “melancólico” nos trechos dos relatos dedicados à descrição da paisagem natural (CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 295).

²⁸¹ *Idem. Ibidem.* p. 281.

²⁸² Ver: CAMPOS, Kátia Maria Nunes. “Antônio Dias...” Op. Cit. p. 6; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 280-282, pp. 288-298 e pp. 330-331; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 546-556; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição ao Estudo de um Núcleo Urbano Colonial (Vila Rica: 1804)” [em linha]. *Estudos Económicos/Universidade de São Paulo*, Vol. 8, N. 3, 1978. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.academia.edu/7926732/CONTRIBUI%C3%87%C3%83O_AO_ESTUDO_DE_UM_N%C3%9ACLEO_URBANO_COLONIAL_VILA_RICA_1804. pp. 3-4; LUNA, Francisco Vidal. Op. Cit. pp. 17-18; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 57-58; MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. V.

Segundo Capítulo

2.1. A economia mineira setecentista: a trajetória de uma complexificação

No primeiro Capítulo, abordámos a dinâmica económica na sua relação com o processo de urbanização do território e de formação da hierarquia política urbana em Minas. Focar-se-á, agora, de por si, a evolução da economia mineira, durante o século XVIII e na passagem para o século XIX. Afirmámos que a mineração constitui o primeiro «elemento organizador» do espaço de Minas, na sua territorialização, e que gradativamente cedeu papel à agropecuária. Apresentámos esta mudança como reflexo da transição do «eixo dinâmico» da economia da Capitania de uma atividade para a outra. No presente Capítulo concentraremos o olhar neste segundo movimento.

Atribuir à exploração aurífera o estatuto de atividade produtiva nuclear da economia de Minas nos Setecentos não significa desprezar o aporte de outras atividades quer do setor primário – a agricultura e a pecuária – quer do secundário – a manufatura – e do terciário – o comércio e outros serviços.²⁸³ A precoce urbanização determinada pela atividade mineratória – dada a específica coincidência do *locus* da produção com o espaço urbano à qual dá lugar – implicou uma concentração populacional nos centros urbanos que gerou uma pujante demanda, primeiramente, por bens alimentares. Como vimos, registaram-se surtos de fome entre os últimos anos do século XVII e os primeiros da centúria seguinte e, diante da gravidade da situação, a Coroa portuguesa tomou providências visando garantir o abastecimento da Capitania a partir do exterior. Ao mesmo tempo, deu ordem expressa para que os mineradores plantassem roças de mantimento nas proximidades das lavras e que instalassem fazendas ao longo dos caminhos que ligavam os núcleos mineradores entre si e com os maiores centros urbanos no litoral.²⁸⁴

Em muitos casos, estas roças e fazendas rapidamente aumentaram de tamanho e complexificaram sua vocação económica, dotando-se de estalagens e vendas. Desenvolveram também atividades de transformação, das quais resultavam géneros como açúcar, aguardente, tabaco, queijo, doces, couros, tecidos, ferramentas, louças e telhas.²⁸⁵ Tornou-se dominante a unidade mista, que

²⁸³ PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. p. 279.

²⁸⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 69-70; MORAES, Fernanda Borges de. Op. Cit. p. 75.

²⁸⁵ Importa aqui lembrar que as políticas proibicionistas adotadas pela monarquia portuguesa se intensificaram na segunda metade do século XVIII tornando ilegal no Brasil a fabricação de alguns destes produtos, como os tecidos nobres e os instrumentos de ferro (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 208). Ver o Alvará de 2 de março de 1785 (“Alvará de 2 de março de 1785” [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf).

combinava a extração de ouro com a produção de alimentos e outras mercadorias, mas vários habitantes optaram somente por atividades alheias à mineração, atraídos pelas perspectivas de lucros que oferecia o mercado consumidor por ela engendrado – sendo que, geralmente, nem as unidades mistas alcançavam uma completa autossuficiência²⁸⁶. Assim, a demanda da população urbana estimulou uma diversificação econômica, interna às várias unidades produtivas e de base regional, já nas primeiras fases da ocupação de Minas Gerais.²⁸⁷ O volume das produções agropecuária e artesanal foi incrementado com a transferência da mão de obra mancipia dos trabalhos mineratórios para a lavoura, a seguir ao esgotamento de um número cada vez maior de jazidas na segunda metade do século XVIII. Nesta fase, o número de habitantes da Capitania continuou a crescer, ainda que este aumento populacional tivesse sofrido um abrandamento²⁸⁸ (ver a **Tabela 2**). Conseqüentemente, as trocas no mercado interno intensificaram-se e, de outro lado, parte da produção voltou-se para o mercado externo.²⁸⁹ Importa sublinhar, para além do carácter mercantil da economia mineira setecentista, a sua natureza escravista.²⁹⁰ A mão de obra cativa africana foi sistematicamente explorada, em todos os setores: na produção para o autoconsumo, na produção para o mercado interno e externo, nas unidades productivas mistas e também naquelas mais especializadas – o que aponta para sua emprego para atividades múltiplas.²⁹¹

²⁸⁶ CARRARA, Ângelo Alves. “A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária” [em linha]. *História Econômica & História de Empresas*/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Vol. 3, N. 2, 2000. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=138&path%5B%5D=94. p. 54.

²⁸⁷ GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. “Agricultura e mineração no século XVIII”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Op. Cit. pp. 323-324.

²⁸⁸ Ver: STUMPF, Roberta Giannubilo. “Minas contada em números. A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas” [em linha]. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Vol. 34, N. 3, 2017 (no prelo). [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.rebep.org.br/revista/issue/view/65/showToc. pp. 8-9.

²⁸⁹ Ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 70-71; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 106-107; MAXWELL, Kenneth. *Conflicts and conspiracies: Brazil & Portugal, 1750-1808*. Cambridge University Press, Cambridge: 1973. tr. pt. MAIA, João. *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira (Brasil – Portugal, 1750-1808)*. 2ª ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1978. pp. 110-112; MENESES, José Newton Coelho. “A terra de quem lava e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.). *As Minas setecentistas*. Op. Cit. pp. 341-342; PAULA, João Antonio de. “A mineração...”. pp. 284-285; *Idem*. *Raízes...* Op. Cit. pp. 63-65; RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: 2006. pp. 24-28; STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, americanos e portugueses: Identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001. pp. 55-56.

²⁹⁰ GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Op. Cit. p. 327.

²⁹¹ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. “Territórios de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX” [em linha]. *X Seminário sobre a Economia Mineira*/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Diamantina, 2002. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D17.PDF. p. 33.

Tabela 2

Crescimento da população livre e escrava em Minas Gerais (1718-1872)

ANO	Pop. escrava		Pop. livre		Pop. total	
	Nº	cresc.*	Nº	cresc.*	Nº	cresc.*
1718/19 (1)	34.475					
1735 (2)	96.541					
1745 (2)	95.366					
1749 (2)	88.286					
1776 (3)	166.995	100	152.774	100	319.769	100
1786 (3)	174.135	+ 4,28	188.712	+23,52	393.698	+23,12
1805 (3)	188.781	+13,05	218.223	+42,84	407.004	+27,28
1808 (3)	148.772	-10,91	284.277	+86,08	433.049	+35,43
1819 (4)	168.543	+ 0,93				
1821 (3)	171.204	+ 2,52	343.333	+124,73	514.797	+60,99
1823 (3)	188.595	+12,93	375.076	+145,51	563.671	+76,27
1842 (3)					847.430	+165,01
1848 (3)					998.616	+212,29
1854 (3)					1.042.742	+226,09
1866 (3)	300.000	+79,65	1.150.000	+652,75	1.450.000	+353,45
1872 (3)	373.193	+123,48	1.729.505	+1032,07	2.102.698	+557,57

Fonte: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 105.

A questão dos valores da produção aurífera mineira é, nas palavras de Paula, «uma babel»²⁹². Existe, todavia, uma fonte acreditada à qual podemos remeter para termos algumas estimativas cronológicas e estabelecermos uma periodização: *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII* (1979), de Virgílio Noja Pinto. Os dados elaborados pelo autor delineam uma evolução em três etapas: a primeira, entre 1700 e 1735, de ativação e consolidação da produção; a segunda, entre 1735 e 1755, de auge da produção – o ponto máximo teria sido atingido entre os últimos anos da década de 1730 e os primeiros da seguinte; e a terceira, que se iniciou em 1755, de queda da produção.²⁹³

²⁹² PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. p. 293. Sobre as fontes disponíveis acerca da produção aurífera de Minas, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 293-294.

²⁹³ Ver: PINTO, Virgílio Noja. Op. Cit. pp. 67-70 e p. 114. Para uma síntese dos resultados da obra de Virgílio Noja Pinto, ver: PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. pp. 294-295; *Idem. Raízes...* Op. Cit. pp. 68-69.

Tabela 3

Cálculo da produção de ouro do Brasil (século XVIII)

Quinquênios	Quilos	Quinquênios	Quilos
1700-1705	1.470	1751-1755	8.780
1706-1710	4.410	1756-1760	8.016
1711-1715	6.500	1761-1765	7.399
1716-1720	6.500	1766-1770	6.659
1721-1725	7.000	1771-1775	6.179
1726-1730	7.500	1776-1780	5.518
1731-1735	7.500	1781-1785	4.884
1736-1740	10.637	1786-1790	3.511
1741-1745	10.047	1791-1795	3.360
1746-1750	9.712	1796-1799	3.249

Fonte: PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. p. 294.

O indicador mais direto da produção reside na quantidade de ouro arrecadado, via tributação, mas não se pode assumir nenhuma coincidência exata entre a trajetória de seu valor e a dinâmica productiva. O primeiro reflete também a evolução do sistema de cobrança e seu grau de eficácia. Como aponta Paula, «a tributação do ouro sofreu inúmeras alterações ao longo do período colonial. Contudo as alterações, no essencial, ficaram em torno da regra geral do quinto»²⁹⁴. «Os quintos sobre metais preciosos», explica Pinto, «foram estabelecidos, no Brasil, através da Carta Régia de 15 de agosto de 1603, assinada por Filipe III, quando estavam ainda reunidas as Coroas ibéricas. Por aquela Carta Régia, qualquer pessoa poderia lavrar minas por sua própria conta, desde que, do total extraído fosse paga a quinta parte como tributo à Coroa»²⁹⁵.

Numa primeira fase, até 1713, o quinto foi exigido por bateia: era imposta uma cota de ouro em pó por escravo empregado na mineração. Neste período não houve uma cobrança efetiva, tendo dominado, nas palavras de Pinto, uma «sonegação desenfreada ao fisco metropolitano»²⁹⁶.

²⁹⁴ *Idem.* “A mineração...” Op. Cit. p. 290.

²⁹⁵ PINTO, Virgílio Noja. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII* [em linha]. Companhia Editora Nacional – Ministério da educação, São Paulo: 1979. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.brasiliana.com.br/obras/o-ouro-brasileiro-e-o-comercio-anglo-portugues-uma-contribuicao-aos-estudos-da-economia-atlantica-no-seculo-xviii/preambulo/3/texto. p. 59.

²⁹⁶ *Idem.* *Ibidem.* p. 60.

Entre 1714 e 1735, adotou-se um sistema de convênio, pelo qual os moradores coletivamente se comprometiam a remeter uma cota fixa anual para os cofres régios, que variou, em função de sucessivas negociações, de 25 a 100 arrobas de ouro em pó. Nesta altura, assistiu-se a uma instituição experimental das Casas de Fundição – para a qual o ouro devia ser levado, para ser quintado e para que fosse fundida a porção destinada aos cofres régios em Lisboa, enquanto o restante do ouro em pó pôde circular como moeda em Minas até 1807²⁹⁷. Apesar de sua criação ter sido veementemente contestada pela povoação mineira, as Casas de Fundição operaram de 1725 a 1735 e, posteriormente, depois de 1750.

Entre 1735 e 1750, vigorou o sistema da capitação²⁹⁸, que incidia sobre todos os proprietários de cativos, sobre as atividades comerciais e artesanais e sobre os trabalhadores livres não detentores de escravos. Em “Derrama e política fiscal ilustrada” (2005), Luciano Figueiredo salienta que «a maior originalidade do método da capitação [...] referia-se justamente à ampliação dos contribuintes do quinto, não apenas os que mineravam, mas todos aqueles que se beneficiavam indiretamente do minério circulante»²⁹⁹. «Ora», como observa Fonseca, «é evidente que, dentro desse sistema, o valor total arrecadado não dependia da quantidade de ouro extraída, mas do número de escravos e de habitantes economicamente ativos que estavam submetidos às autoridades de Minas Gerais»³⁰⁰.

²⁹⁷ Sobre a circulação do ouro como dinheiro e mercadoria em Minas e sobre a significância da data de 1808 como ponto de inflexão para sua história, ver: CARRARA, Ângelo Alves. “Minería, moneda y mercado interno en Brasil, siglo XVIII” [em linha]. *Revista Complutense de Historia de América*/Universidad Complutense de Madrid, Vol. 38, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/download/40233/38623. Para uma cronologia da dinâmica monetária – remetendo aqui o adjetivo “monetário” para a moeda em seu sentido mais amplo de dinheiro, o inglês *money* – ver: PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 74

²⁹⁸ Para o qual, escreve Boxer, «todos os escravos de ambos os sexos, de mais de doze anos, eram taxados a um pagamento igual a 4 $\frac{3}{4}$ oitavas de ouro». O historiador acrescenta que eram incluídos também os cativos «demasiado velhos ou doentes para o trabalho útil» – o que difere do que afirma Fonseca, remetendo para Barbosa, segundo a qual «estariam isentos da capitação os escravos cegos ou sofrendo de uma doença incurável» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 621 – nota 76). «Além disso», continua Boxer, «negros, mulatos e mestiços livres, que não tivessem escravos próprios, tinham que pagar taxa idêntica de capitação sobre si mesmos. Artífices e trabalhadores pagavam a mesma quantidade enquanto oficinas, lojas e e hospedarias eram divididas em três categorias, seus proprietários pagando vinte e quatro, dezesseis e oito oitavas, respetivamente» (BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 217-218). A capitação representou para a Coroa um meio eficaz que assegurava rendimentos elevados, mas pode ser julgada como «um sistema bastante injusto» (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 196). Segundo Virgílio Noja Pinto, «o imposto [...] foi inoportuno por duas razões. Primeiro porque perdeu o seu significado de quinto, para transformar-se em verdadeiro “imposto sobre a renda” [...]. Em segundo lugar, e agora quanto aos próprios mineiros, [...] porque a grande fase do ouro fácil e superficial começava a declinar, e a exploração das minas exigia agora trabalhos de desmonte, escavação e desvio de águas para se poder atingir as matrizes. Muitas vezes necessitava o mineiro concentrar todo o seu rebanho de escravos em trabalhos preparatórios de extração, decorrendo-se meses sem arrecadar qualquer porção de ouro. Entretanto, chegado o momento do pagamento do tributo, tinha de estar presente ante o fisco intransigente» (PINTO, Virgílio Noja. Op. Cit. p. 63). Fonseca evidencia que as políticas de expansão territorial da capitania de Minas, que, como vimos, estavam relacionadas com o declínio da produção de ouro e com o esforço em aumentar as receitas da Fazenda Real, foram estimuladas já pela introdução da capitação, que tornava rentável para a Coroa que o número de súditos da capitania na posse de escravos ou ativos economicamente fosse aumentado (FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 197).

²⁹⁹ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. Op. Cit. p. 28.

³⁰⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 197.

Após 1750, voltou-se ao sistema da cota fixa anual, esta vez de 100 arrobas de ouro em pó, a se remeter para as Casas de Fundição que foram instaladas nas sedes das comarcas mineiras – em Vila Rica, na comarca do Ouro Preto, em Vila de Sabará, na comarca do Rio das Velhas, em Vila de São João del-Rei, na comarca do Rio das Mortes e na Vila do Príncipe, na comarca do Serro do Frio. Complementarmente, foi introduzida em Minas uma prática comum em Portugal e no Brasil, a famigerada derrama, a qual, caso não se tivesse conseguido recolher o valor concordato, permitiria arrecadar o restante, incidindo sobre todos os habitantes de Minas, consoante seus rendimentos³⁰¹. Foi lançada duas vezes depois do ano fiscal de 1763-1764, o último em que a meta de 100 arrobas anuais foi alcançada sem recorrer àquela providência.

De acordo com Pinto, a partir do final do decênio de 1750, houve uma redução progressiva, embora não perfeitamente linear, do rendimento dos quintos.³⁰² O quinto e outros indicadores – o rendimento dos direitos de passagem e de entrada cobrados pelo fisco real, respetivamente, sobre homens e animais em trânsito e sobre as mercadorias importadas³⁰³ – apontam para um declínio da produção do ouro que, na década de 1750, anunciava-se e, na seguinte, tinha-se tornado uma realidade,³⁰⁴ como atestam os testemunhos coevos, que comunicam expressamente a ideia de uma “decadência” das Minas.³⁰⁵ Kenneth Maxwell, em *Conflicts and conspiracies* (1973), nos fornece uma comparação gráfica do andamento dos rendimentos do quinto, das entradas e do dízimo – este último imposto sobre a produção agropecuária destinada ao mercado interno – arrecadados em Minas Gerais desde 1700 até 1820 (**Figura 14**). Nela podemos observar que:

- nas primeiras décadas do século XVIII, os três valores aumentaram de forma substancialmente sincrónica;
- de 1730 a 1760, por um lado, os valores do rendimento dos quintos e das entradas continuaram subindo *grosso modo* paralelamente – torna-se evidente efeito multiplicador da aplicação do sistema da capitação sobre o valor dos quintos – e, por outro, se registou uma tendência para o decrescer do rendimento dos dízimos, com uma queda por volta de 1750, compensada no decênio seguinte;

³⁰¹ Sobre os vários sistemas de cobrança do quinto aplicados em Minas durante o século XVIII, ver: BOXER, Charles. *The golden...* Op. Cit. pp. 212-219; FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 153 e pp. 196-198; PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. pp. 290-292; PINTO, Virgílio Noja. Op. Cit. pp. 59-66.

³⁰² *Idem. Ibidem.* p. 64.

³⁰³ Ver: MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. pp. 65-66; PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. pp. 295-296; PINTO, Virgílio Noja. Op. Cit. pp. 65-66.

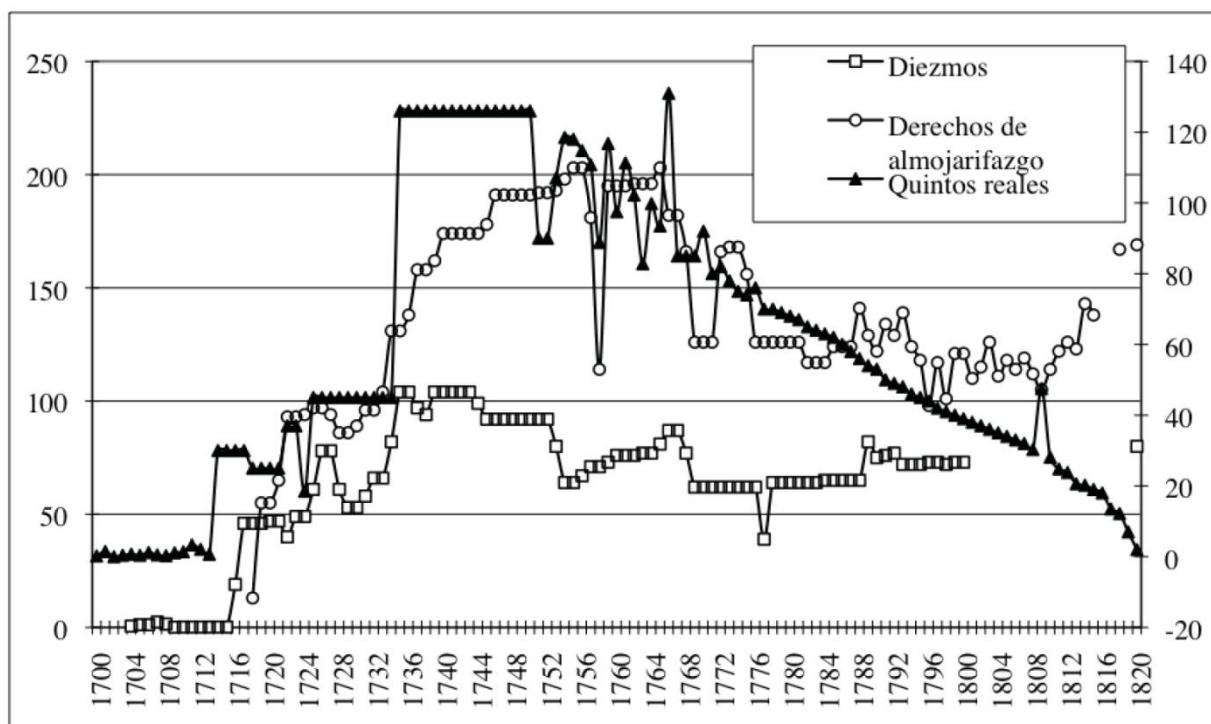
³⁰⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 124; MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. p. 65; PAULA, João Antonio de. “A mineração...” Op. Cit. p. 296.

³⁰⁵ Sobre os testemunhos coevos do estado de “decadência” das Minas, ver os Capítulos “Causas da decadência no discurso oficial” e “Causas da decadência para os filhos das Minas”, em STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos...* Op. Cit. pp. 49-97.

- depois de 1760, o declínio do valor do rendimento dos quintos foi acompanhado por um valor decrescente, mesmo com algumas flutuações, do rendimento das entradas, enquanto o valor do rendimento dos dízimos, depois de uma primeira descida durante o final da década de 1760, manteve-se grosso modo estável.

Figura 14

Rendimento total da Capitania de Minas Gerais com destaque para os quintos reais (em arrobas de ouro), o dízimos e as entradas (em contos de réis)



Fonte: CARRARA, Ângelo Alves. "Minería..." Op. Cit. p. 38.

A fração na **Figura 14** que corresponde ao período 1700-1735 parece confirmar o quadro por nós esboçado, para o qual, na Capitania de Minas Gerais, se desenvolveram também, desde muito cedo, atividades económicas alheias à mineração. Vimos que o volume das importações cresceu acompanhando a produção aurífera até 1760, o que se explica com o crescimento e a falta de uma completa autossuficiência da economia mineira. Todavia, cabe aqui realçar que a queda dos rendimentos das entradas após aquela data refletiu não só a crise da mineração, mas também o avanço de atividades agrícolas, pastoris e artesanais, que tornou a Capitania menos dependente dos artigos externos. Quanto ao dízimo, como destacado por Carrara, seu valor sofreu o movimento declinante

dos preços da produção agropecuária, portanto, não obstante a tendência para a baixa do seu rendimento ilustrada pelo diagrama, a produção foi crescente em todo o período colonial e imperial.³⁰⁶

Tudo parece indicar que, com o declínio da produção aurífera, todas as demais atividades direta e indiretamente relacionadas com a mineração, enquanto atividade econômica nuclear na Capitania, arrefeceram. Isto explicaria o decréscimo na trajetória dos valores tanto do rendimento quinto, quanto do rendimento das entradas e do dízimo, imediatamente após a década de 1760. Segundo Carrara, «a “decadência” deve ser lida como uma queda do nível do comércio interno da Capitania decorrente da menor disponibilidade de moeda, isto é, de ouro em pó»³⁰⁷. O mesmo autor, porém, recomenda prestar atenção às diferenças nas evoluções ocorridas nas regiões economicamente heterogêneas, que compunham o conjunto mineiro.³⁰⁸ Evidencia, assim, a partir da segunda metade do século XVIII, uma «redução da produção rural nas freguesias mineradoras originais, e crescimento nas freguesias produtoras de gêneros que estabeleciam a articulação com mercados internos e principalmente externos»³⁰⁹ e, a partir de 1808, uma acentuação deste movimento.³¹⁰ Uma proposta de regionalização para Minas Gerais será apresentada mais adiante. Agora importa sublinhar que, sobretudo devido ao desenvolvimento precoce de sua vertente agrícola e pastoril, a economia mineira «era particularmente capaz de absorver o choque das transformações que vieram após a exaustão do ouro aluvional»³¹¹.

Como frisado por Roberta Stumpf, em *Filhos das Minas* (2001), isto se deu a contrapeso da vontade da monarquia. O declínio do rendimento dos impostos alarmou a Coroa portuguesa, que reagiu para garantir seus interesses mais imediatos, isto é, a arrecadação do quinto. Firme na convicção de que «o ouro é o sangue das Minas»³¹², a autoridade metropolitana escolheu uma estratégia destinada a conservar o predomínio da mineração sobre as outras atividades – agropecuárias e artesanais – em expansão na Capitania. Aliás, a crescente autossuficiência de Minas, decorrente daqueles progressos, representava «a antítese daquilo que a mentalidade oficial de Lisboa acreditava constituir a função de uma capitania colonial, e especialmente de uma que por tanto tempo fora a fonte mais vital da riqueza colonial portuguesa»³¹³. Nesta perspectiva, era necessário tornar Minas mais dependente das importações de outras áreas do Brasil e de Portugal.

³⁰⁶ CARRARA, Ângelo Alves. “A capitania...” Op. Cit. p. 55.

³⁰⁷ *Idem. Ibidem.* p. 55.

³⁰⁸ *Idem. Ibidem; Idem.* “Minerária...” Op. Cit.

³⁰⁹ *Idem.* “A capitania...” Op. Cit. p. 58. O que seria demonstrado pela «redução da participação dos dízimos das Comarcas de Vila Rica [...] e de Sabará, e crescimento da participação dos dízimos da Comarca do Rio das Mortes» (*Idem. Ibidem.* p. 56).

³¹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 58.

³¹¹ MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. p. 112.

³¹² STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos...* Op. Cit. p. 57 [itálico do autor].

³¹³ MAXWELL, Kenneth. Op. Cit. p. 119.

As medidas preconizadas pelo ministro português Martinho de Mello e Castro, a serem aplicadas em Minas por Luís Antônio Furtado de Mendonça – o visconde de Barbacena – nomeado governador em 1788 apontavam nesta direção. O programa estabelecido por Mello e Castro previa a proibição de certas atividades económicas³¹⁴ e uma série de manipulações das taxas aduaneiras, que visavam aumentar a competitividade das mercadorias produzidas fora da Capitania, sobretudo no Reino. Mas as instruções do ministro para o governador tocavam também nos métodos de cobrança dos impostos, que deveriam passar a ser administrados de forma direta por funcionários régios. A Coroa portuguesa estava particularmente preocupada com a queda do rendimento dos quintos. Na medida em que atribuía ao extravio do ouro sua causa principal, o combate ao fenómeno representou uma prioridade para Mello e Castro. Assim, a autoridade régia agiu em defesa «de sua principal fonte de renda até o esgotamento de todas as possibilidades de sua recuperação», o que a levou a «negligenciar a diversidade produtiva»³¹⁵, que, em última análise, representou a condição que permitiria à economia da Capitania de Minas Gerais compensar o desequilíbrio causado pela crise da mineração. Demonstrou, portanto, uma falta de visão – não obstante não tivessem faltado, na corte, vozes discordantes – que criou um «antagonismo entre as leis e a realidade»³¹⁶, que acabou por contrapor os interesses metropolitanos aos locais, lançando as sementes para o florescimento de ideias de sedição entre 1788 e 1789.³¹⁷

2.2. A economia mineira oitocentista, para além da “decadência”

O destino da economia de Minas após o auge minerador esteve no centro de um aceso debate na historiografia brasileira – principalmente a partir da década de 1970 – que levou ao questionamento da imagem tradicional da economia mineira tardo-setecentista e oitocentista, inserindo-se no mais amplo debate acerca da economia colonial em seu conjunto – que abrangeu também o período imperial. O diálogo entre os vários intervenientes estimulou novas pesquisas, enriquecendo o conhecimento sobre a matéria. Ter-se-ia, portanto, de olhar para as diferentes interpretações como contribuições preciosas, não obstante – ou mesmo graças a – os gritantes contrastes que as dividem e

³¹⁴ Ver a nota 284 da presente Dissertação.

³¹⁵ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos...* Op. Cit. p. 56.

³¹⁶ *Idem. Ibidem.* p. 50.

³¹⁷ Sobre a reação da Coroa ao declínio das receitas da Fazenda Real, na segunda metade do século XVIII, ver: FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. pp. 209-211; STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos...* Op. Cit. pp. 49-97.

as “falhas” que foram identificadas nalgumas delas. «Despertando paixões e segmentando filiações»³¹⁸, as discussões mantêm-se abertas até hoje.

Investigar a história do Brasil colonial significa confrontar-se com uma realidade surgida do encontro entre um agente colonizador, a Coroa portuguesa – embora, como vimos, não seja de subestimar, no caso da região mineira, o aporte de particulares para a empresa colonizadora – e uma terra por ele percebida como virgem e a tal estado praticamente reduzida, tendo sido a população nativa, quando não aniquilada, literalmente objectificada de maneira imediata e sistemática.³¹⁹ A estrutura económica da sociedade que deste encontro originou esteve longa e profundamente condicionada à projeção de interesses metropolitanos – os quais refletiam o «sentido geral do mercantilismo português»³²⁰, ou seja, a «política de transportes»³²¹ que acompanhou a expansão ultramarina portuguesa – e à inserção do reino de Portugal – e de seus súditos – nos circuitos comerciais e financeiros internacionais. Contudo, os progressos na pesquisa que acompanharam as controvérsias às quais há pouco fizemos referência demonstraram o desenvolvimento na América portuguesa, junto com a complexificação da sociedade, de dinâmicas económicas fora do controle da metrópole e desligadas do mercado externo. Consoante a relevância atribuída, na interpretação da economia colonial, às determinantes externas ou internas, os trabalhos que marcaram o debate são reconduzíveis a duas orientações de fundo: a externalista, também qualificada como clássica, em

³¹⁸ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 28.

³¹⁹ A este respeito, ver: BONNICI, Thomas. Op. Cit. O artigo, “Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI”, centra-se no exame de relatos quincentistas de contactos entre europeus e nativos americanos, conduzido à luz das teorias pós-coloniais. Segundo o autor, através daqueles documentos, seria possível observar «como o Brasil “nasceu” e foi exposto no universo metropolitano» (*Idem. Ibidem.* p. 8). Assim, eles revelariam que, desde o princípio, a terra brasílica foi considerada pelos forasteiros algo “potencial”, inaproveitado pelos indígenas, e que a subjetividade destes últimos foi, instrumentalmente – embora até certo ponto inconscientemente – negada. As fontes, com efeito, exemplificariam o processo por meio do qual a identidade dos nativos foi “fabricada” pelo «fitar imperial» (*Idem. Ibidem.* p. 10), que os objectificou, possibilitando, desta forma, o desapossamento de suas terras.

³²⁰ PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 66.

³²¹ Citámos Paula, que utiliza o conceito de “política de transportes” cunhado por Antônio Sérgio (1883-1969). O pensador elaborou na década de 1920 a teoria das “duas políticas nacionais”, para explicar as causas da “decadência de Portugal” – com relação a um passado supostamente áureo, identificado na centúria de quinhentos – apontada por diversos autores. Na sua formulação, a história do Reino teria sido caracterizada pela tensão entre duas opções políticas fundamentais, a “fixação” e o “transporte”, resumidas pelo Mestre nos seguintes termos: «Uma é a escola da precedência do trabalho agrícola ou manufactureiro, quer dizer, da precedência da faina de elevar o povo no território europeu em Portugal; a outra, é a escola de precedência da atividade de transporte, do tráfico, da exploração comercial dos produtos do ultramar» (“Ensaio”, T. II. in *Obras Completas*. 1ª ed. p. 179. *Apud* SÁ, Victor de. *A Historiografia Sociológica de Antônio Sérgio*. 1ª ed. Instituto de Cultura Portuguesa – Secretaria de Estado da Cultura – Presidência do Conselho de Ministros, Amadora: 1979. p. 77). De acordo com a sua visão, o desequilíbrio entre as duas componentes da política – idealmente complementares – inaugurado pela época dos Descobrimentos, teria estado na origem dos males que tinham afligido o reino de Portugal até aos seus dias (Sobre Antônio Sérgio, ver: BONIFÁCIO, Maria de Fátima. “Antônio Sérgio: «o historiador comprometido»” [em linha]. *Penélope: fazer e desfazer história/Cooperativa Penélope*, N. 2, 1989 [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Bonif%C3%A1cio%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201989,%20n%C2%BA1.pdf; SÁ, Victor de. Op. Cit. pp. 6-13 e pp. 66-80). Em *Raízes da modernidade em Minas Gerais*, Paula, dando seguimento a algumas afirmações de Antônio Sérgio, defende a prevalência na vida económica de Portugal da “política de transportes”, salientando o carácter excepcional de experiências quais a política “industrialista” do Conde de Ericeira – final do século XVII – e o reformismo pombalino – segunda metade do século XVIII (PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 66-67).

razão da primazia cronológica, e a internalista, ou revisionista, por conseguinte. Cabe salientar que a evolução das discussões não seguiu um percurso estreitamente linear, não tendo faltado recuperações, revisões e sobreposições.

Os trabalhos clássicos sobre a economia do Brasil colonial negavam ao sistema autonomia e capacidade de acumulação de riqueza: consideravam-no totalmente comandado por forças exteriores, as quais tinham determinado sua inserção no mercado internacional como economia exportadora e a sistemática transferência dos excedentes para a metrópole. Nos anos '30 do século XIX, Roberto Simonsen, com a sua *História econômica do Brasil* (1937), aplicou ao estudo da economia colonial brasileira a noção de ciclos – que teve eco duradouro na historiografia posterior: de acordo com o autor, a demanda externa decretou períodos de auge e decadência da exploração de determinados produtos e sua sucessiva substituição por outros. No decénio seguinte, Caio Prado Júnior buscou e individuou na sua relação de sujeição à autoridade metropolitana o fundamento estrutural – transversal às conjunturas – da economia do Brasil colonial: segundo a visão por ele exprimida em *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), o “sentido” da história colonial coincidia com o “sentido da colonização”, ou seja, com o aproveitamento dos recursos ultramarinos por parte dos portugueses. Esta linha interpretativa foi aprofundada, na década de 1950, por Celso Furtado que, indagando as razões do subdesenvolvimento do Brasil, pôs o acento na incapacidade do sistema económico colonial de se autodesenvolver: em *Formação econômica do Brasil* (1959), sustentou que até mesmo a produção para o interior e, conseqüentemente, o mercado interno teriam sido governados pelo mercado internacional. Nos anos '70, Fernando Novais explicitou e levou às suas últimas conseqüências, em perspectiva marxista, algumas ideias implícitas no trabalho dos predecessores: *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* (1973) enfatizou o papel do “Antigo Sistema Colonial” na gênese do capitalismo, apresentando o exercício do exclusivo metropolitano, na relação com a colônia, como o principal instrumento da acumulação primitiva de capital europeia.³²²

No mesmo período, e a partir da mesma matriz analítica – marxista – Ciro Cardoso e Jacob Gorender, respetivamente com *Agricultura, escravidão e capitalismo* (1979) e *O escravismo colonial* (1978), complexificaram o quadro traçado pelo “modelo circulacionista”: deslocaram a atenção da esfera do consumo para a esfera da produção, focando-a no modo de produção colonial, com as suas

³²² Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1994. pp. 17-32; ANDRADE, Leandro Braga de. A Historiografia sobre o debate acerca da economia colonial brasileira” [em linha]. *I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2004*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.researchgate.net/publication/266525309_A_Historiografia_sobre_o_debate_acerca_da_economia_colonial_brasileira; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 27-29; PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 77-78 e 92-94.

especificidades – antes de tudo a escravidão – cuja lógica, demonstraram, era só parcialmente dependente de forças externas.³²³ Abriram assim caminho a uma historiografia revisionista, que procurou desvendar as dinâmicas da produção para o consumo interno e do seu respectivo mercado. Influenciadas pela escola francesa dos *Annales* e pela história social inglesa, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, as pesquisas multiplicaram-se: estenderem o olhar para fatores de natureza não estreitamente económica e procuraram testar empiricamente as hipóteses em recortes geográficos circunscritos – regionais e locais. Os trabalhos de João Fragoso *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* (1992) e, em coautoria com Manolo Florentino, *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840* (1993), são referências obrigatória desta corrente. Defenderam a existência de alguma autonomia do sistema produtivo e comercial colonial e sua capacidade de possibilitar acumulações endógenas, funcionais não à realização de objetivos capitalistas, mas à reprodução de uma sociedade altamente hierarquizada e excludente – em que as fortunas mercantis eram investidas na terra, na compra de escravos ou de imóveis urbanos.³²⁴

³²³ Para Andréa Gonçalves, as afirmações de Fernando Novais acerca da impossibilidade de Portugal de explorar o Brasil sem desenvolvê-lo denotariam o reconhecimento, também por parte do autor, da existência de uma dinâmica interna – produtiva e comercial – numa certa medida, autónoma na colónia, embora, na sua perspectiva externalista, isto se afigurasse como “efeito secundário” da colonização (GONÇALVES, Andréa Lisly. *Estratificação social e mobilizações políticas no processo de formação do Estado Nacional Brasileiro: Minas Gerais, 1831-1835*. Editora Hucitec, São Paulo: 2008. p. 30. *Apud* ANDRADE, Leandro Braga de. “A formação económica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX” [em linha]. *Caminhos da História/Universidade Severino Sombra*, Vol. 6, N. 1, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/revistahistoria2010/revistaeletronica/arquivos/A_formacao_economica.pdf. p. 8). Sobre este ponto, e mais em geral sobre a posição de Novais, ver também: FURTADO, Júnia Ferreira. “Diálogos...” *Op. Cit.* pp. 2-3. Este entendimento foi aclarado por Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis no artigo “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”, segundo os quais «para a realização dos interesses metropolitanos na colónia foi necessária a montagem de toda uma estrutura que, para funcionar plenamente, exigia a presença de algumas atividades essenciais responsáveis pela sua própria reprodução» (GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Liana Maria. “Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750)”. *Revista do Departamento de História/Universidade Federal de Minas Gerais*, N. 2, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1986. pp. 24-25. *Apud* ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* p. 63).

³²⁴ A este respeito, os dois autores afirmam: «estamos [...] diante de uma realidade na qual prevalecem valores não capitalistas, para quem ascender na hierarquia social necessariamente implica em tornar-se membro da aristocracia. Por isto, aliás, a grande propensão dos meios mercantis à aristocratização. Como resultado, canalizam-se vultosos recursos adquiridos na esfera mercantil para atividades de cunho senhorial, muitas vezes esterilizando-os. [...] O arcaísmo é [...] um verdadeiro projeto social, cuja viabilização depende no fundamental da apropriação das rendas coloniais» (FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. 2ª ed. Sette Letras, São Paulo: 1993. p. 27. *Apud* PAULA, João Antonio de. *Raízes...* *Op. Cit.* p. 80). Nesta perspectiva, a já mencionada “política de transportes” portuguesa obedeceu a interesses senhoriais não-capitalistas (A este respeito, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 77-83). Não faltaram críticas às teses de João Fragoso e Manolo Florentino. Interessantes são as observações de Stuart Schwartz acerca da dicotomia ideal senhorial-capitalismo: remetendo para exemplos reportados em estudos europeus, ele sustentou que o primeiro não se teria constituído de forma necessária num entrave para o desenvolvimento do segundo e assinalou a ocorrência de formas de coexistência e sobreposição entre as duas tendências apresentadas como contraditórias – portanto, terra, escravos e imóveis urbanos podem ter representado uma opção de diversificação dos investimentos para grupos de comerciantes brasileiros interessados tanto à nobilitação, quanto aos proveitos (A este respeito, ver: ANDRADE, Leandro Braga de. “A Historiografia...” *Op. Cit.* p. 6; GONÇALVES, Andréa Lisly. “Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX”. in *Termo de Mariana*. *Op. Cit.* p. 16). Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. Cit.* pp. 17-32; ANDRADE, Leandro Braga de. “A Historiografia...” *Op. Cit.*; *Idem.* “Dissertando Mariana para entender o Brasil:

Os estudos acerca da economia minerária oitocentista refletiram tais evoluções.³²⁵ Como foi observado por Leandro de Andrade, em “A formação econômica de Minas Gerais” (2010), nos trabalhos tradicionais, «o pomposo capítulo da mineração, no século XVIII, e todo o complexo social que ele engendrou ofuscavam outros aspetos da vida econômica e social, assim como outros períodos da história da região»; com a grande revisão da historiografia brasileira que se processou a partir dos anos ’70, «o século XIX mineiro foi colocado no “mapa da história”» e, com ele, «outros períodos e regiões do Brasil antes relegados à condição de objeto menor»³²⁶.

A historiografia clássica, marcada pelo viés externalista e pela ideia de ciclos³²⁷, tendeu a representar Minas Gerais como um caso exemplar de realização da vocação exportadora brasileira: durante o ciclo da mineração, seu sistema econômico teria sido voltado por inteiro – salvo uma desprezável agricultura de subsistência – para a produção de ouro, que teria defluído para a metrópole; seu declínio teria, portanto, desarticulado totalmente a economia mineira, a qual teria regredido para atividades de produção para o consumo interno, incapazes de gerar um desenvolvimento autossustentado, até a abertura do ciclo do café – na segunda metade do século XIX. Mafalda Zemella e Wilson Cano juntam-se aos expoentes da corrente antes citados – que, para além das grandes sínteses sobre a sociedade colonial, debruçaram-se sobre Minas – no «diagnóstico de “decadência”, “estagnação” ou “involução” da economia mineira pós-auge minerador»³²⁸: uma, enfocando o tópico de *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII* (1951), apoiou a alegação da insignificância das atividades agrícolas surgidas na região paralelamente à exploração aurífera, salientando sua dependência da importação de bens de consumo; o outro, com “A economia do ouro em Minas Gerais século XVIII” (1977)³²⁹ e com “Economia escravista em Minas Gerais” (1983) – este da coautoria de Francisco Luna – reforçou a tese da incapacidade da economia mineira de gerar acumulações endógenas de capital, seja na fase de expansão, seja na fase de regressão da atividade mineradora.³³⁰

historiografia regional e História econômica de Minas Gerais após o auge da mineração” [em linha]. *Revista de História Regional/Universidade Estadual de Ponta Grossa*, Vol. 15, N. 2, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2378/1873. p. 214 e pp. 217-218; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 27-29; GONÇALVES, Andréa Lisly. Op. Cit. pp. 15-17; PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 77-78 e pp. 92-94.

³²⁵ Ver: ANDRADE, Leandro Braga de. “A formação...” Op. Cit. pp. 2-3; *Idem*. “A Historiografia...” Op. Cit. p. 8; *Idem*. “Dissertando...” Op. Cit. p. 213.

³²⁶ *Idem*. “A formação...” Op. Cit. p. 2.

³²⁷ O «réquiem de um tempo de maravilhas que se foi» representa, para Paula, algo «*ostinato*» na historiografia, na ensaística, na literatura ibérica – deparámos com a sua presença já na nota 319 da presente Dissertação, no ato de delinear o pensamento de Antônio Sérgio – do qual os estudos sobre Minas Gerais ofereceram uma «reproposição modesta», dada a «condição periférica» da região (PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. pp. 61-62 [itálico do autor]).

³²⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 58.

³²⁹ Sobre este artigo, em que o autor contesta a ideia, dominante na historiografia, de uma opulência setecentista mineira, ver: GONÇALVES, Andréa Lisly. Op. Cit. pp. 7-9.

³³⁰ Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. pp. 56-71; ANDRADE, Leandro Braga de. “A formação...” Op. Cit.; *Idem*. “Dissertando...” Op. Cit. p. 214 e p. 215; COSENTINO, Daniel do Val. “A economia mineira no século XIX e

As Minas oitocentistas ofereceram terreno fértil para uma historiografia revisionista interessada em perscrutar “do interior” a economia colonial: desta perspectiva, a economia mineira do século XIX mostrou sinais vitais que induziram uma relativização da tradicional imagem de «prostração» e «paralisia»³³¹. Em *As tropas da moderação* (1993), Alcir Lenharo demonstrou a existência, no sul de Minas, de uma grande produção pecuarista destinada ao abastecimento da corte – estabelecida em Rio de Janeiro desde 1808 – cuja importância determinou a emergência de uma classe de grandes proprietários e comerciantes³³². No mesmo período, Roberto Martins questionou a ideia de que a manutenção da escravidão moderna dependesse essencialmente da grande produção para a exportação. Em *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX* (1980), explicou a presença em Minas do maior plantel de escravos na história do Brasil – cujas dimensões aumentaram ao longo da centúria – numa época em que o ouro já tinha deixado de representar o principal produto de sua economia e o café ainda não tinha assumido este papel – apontando para a produção agrícola para o auto-consumo e para o comércio local. Os escravos teriam sido empregados, nesta fase, sobretudo em unidades agrícolas apresentadas, pelo autor, como a antítese da *plantation* exportadora. De acordo com as evidências coligidas por Martins, o número de cativos foi incrementado por meio da importação. Ele resolve a aparente contradição entre tal alegação e a da introversão da economia mineira oitocentista evidenciando o preço acessível dos escravos e aplicando ao caso em exame a chamada “teoria de Wakefiel”³³³ – para a qual o recurso à escravidão teria sido motivado pela escassez da oferta de trabalho assalariado, devida à disponibilidade de terras para a ocupação.

O avanço das pesquisas em demografia histórica levantou uma contra-hipótese explicativa do crescimento da população escrava no século XIX, por parte de Luna e Cano: baseando-se nas pesquisas conduzidas pelo primeiro e Iraci da Costa³³⁴ – as quais demonstraram a redução sistemática

a transição do trabalho escravo para o trabalho livre” [em linha]. *Revista Debate Econômico/Universidade Federal de Alfenas*, Vol. 1, N. 2, 2013. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3726/1/ARTIGO_EconomiaMineiraS%C3%A9culo.pdf. pp. 29-42; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 70; PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 62; RESTITUTTI, Cristiano Corte. Op. Cit. pp. 18-34; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1999. pp. 16-17.

³³¹ Expressões utilizadas, em balanço historiográfico, em PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 62.

³³² Estes, enquanto representantes de interesses regionais, chegaram a ter papel político na construção do Estado nacional (a este respeito, ver: LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. 2ª ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural – Divisão de Editoração, Rio de Janeiro: 1993).

³³³ Segundo tal modelo, a oportunidade de se tornar pequenos proprietários, oferecida aos homens livres pela fronteira agrícola aberta, não os incentivaria a se sujeitar a trabalhar para outrem.

³³⁴ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit.; LUNA, Francisco Vidal. “Minas Gerais: escravos e senhores”. *Ensaios Econômicos/Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo*, 8, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo: 1981; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Demografia Histórica de Minas Gerais no Período Colonial” [em linha]. *Revista Brasileira de Assuntos Políticos/Universidade Federal de Minas Gerais*, N. 58, 1984. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar27.pdf; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit.

do número de cativos africanos no total dos escravos – em “Economia escravista em Minas Gerais” (1983), os dois autores aventaram a possibilidade de um crescimento vegetativo – estimulado pela instauração de um sistema económico em que o nível de exploração do trabalhador escravo teria sido mais brando e teria permitido um aumento das taxas de reprodução. Robert Slenes, por sua vez, interveio no debate que se seguiu à publicação do trabalho de Martins com “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX” (1985). Mesmo julgando válidas as conclusões de Martins acerca do papel da importação na manutenção do vasto contingente de cativos, Slenes contestou a ideia do afastamento da economia de Minas no século XIX do mercado externo e a do seu baixo grau de mercantilização. Defendeu, pelo contrário, a vitalidade do setor exportador – que teria sido centrado na comercialização de ouro e diamantes, café, gado vacum e suíno, pano de algodão, toucinho, queijo e tabaco – e sua capacidade de gerar demanda por mão de obra escrava e lucros para sua compra. Salientou ainda as conexões deste setor com a produção para o consumo interno, proporcionando, desta forma, um quadro da economia mineira em que todas as suas componentes estão integradas.³³⁵ Embora atribuindo à agricultura – voltada ora para o autoconsumo, ora para o mercado interno e externo – papel de sustentáculo da economia mineira oitocentista, em *Transformações e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX* (1988), Douglas Libby sublinhou o lugar de destaque ocupado neste contexto pelas atividades de transformação, responsáveis pela produção de artigos têxteis e siderúrgicos. A recuperação da noção de “acomodação evolutiva”, formulada por Furtado, e sua aplicação ao sistema escravista mineiro permitiu-lhe apresentar a diversificação de sua base produtiva como uma estratégia de resistência às crises – isto é, o declínio da produção de ouro – o que originou no sistema escravista mineiro características singulares em relação a outros sistemas escravistas modernos. Estes argumentos enfatizaram a dinâmica da economia mineira e ressaltaram a necessidade de inserir a explicação de seu apego oitocentista à escravidão numa perspetiva diâcronica.³³⁶

³³⁵ Nas palavras do autor: «o que argumentei é que a produção de Minas para mercados externos [...] gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias-primas utilizados pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas a esse setor» (SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX”. *Estudos Econômicos/Universidade de São Paulo*, Vol. 18, N. 3, São Paulo: 1988. p. 481. *Apud* RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 18-19).

³³⁶ Segundo o autor: «a diversificação da economia mineira e a importância do setor de agricultura de subsistência ou não, bem como o desenvolvimento de uma indústria, constituem não uma mera resposta à independência do campesinato, como quer Martins. Antes significa uma reação secular específica da organização econômica e social escravista de Minas à crise que lhe tirou a razão de ser original» (LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais no século XIX*. Brasiliense, São Paulo: 1988. p. 22. *Apud* ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 71). Ver: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. pp. 56-71; ANDRADE, Leandro Braga de. “A formação...” Op. Cit.; *Idem*. “Dissertando...” Op. Cit. pp. 215-217; COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. pp. 29-42; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 85-87; GONÇALVES, Andréa Lisly. Op. Cit. pp. 13-15; PAULA, João Antonio de. *Raízes...* Op. Cit. p. 62; RESTITUTTI, Cristiano Corte. Op. Cit. pp. 18-34; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 17-19.

Nos trabalhos até aqui mencionados a diversidade económica de Minas Gerais foi, em graus e formas diferentes, vislumbrada.³³⁷ Todavia esta historiografia não conseguiu «traduzir» tal intuição «em expressões concretas»³³⁸, tendo sido orientada, na leitura do espaço, por categorias inadequadas³³⁹. Nas décadas de 1990 e 2000, um esforço conjunto de investigadores do Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional da Universidade de Minas Gerais – CEDEPLAR – sobre ampla base documental foi dirigido a dotar estas noções de historicidade e de complexidade,³⁴⁰ de modo a possibilitar o pleno reconhecimento dos contrastes internos às Minas oitocentistas. Em *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço* (1996)³⁴¹, Marcelo Godoy dividiu seu território em dezoito regiões, caracterizadas por fatores económicos, mas também físicos, históricos, demográficos e administrativos. Clotilde Paiva, em *População e economia nas Minas Gerais do século XIX* (1996)³⁴², classificou as regiões individuadas por Godoy por níveis de desenvolvimento, cruzando as suas magnitudes e as posições relativas de sua produção e de seu comércio na economia provincial. Mario Rodarte, em *O caso das Minas que não se esgotaram* (1999)³⁴³, estudou a conformação da rede urbana oitocentista mineira, atribuindo às várias regiões níveis diferenciados de centralidade,

³³⁷ Lenharo foi pioneiro em frisar a diversidade económica interna a Minas Gerais – centrando a sua análise no “Sul de Minas” e suas exportações; Slenes reforçou o argumento – realçando a diferente contribuição de várias “sub-regiões” para a exportação; Libby assentou sua formulação na constatação de tal feição – identificando nela o resultado da rearticulação interna a Minas no período seguinte ao apogeu da mineração; mesmo Martins reconheceu este carácter – admitiu, de facto, a ligação de datas “sub-regiões” mineiras a mercados externos, considerando, porém, sua relevância limitada no complexo da economia regional.

³³⁸ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 11.

³³⁹ Na opinião dos dois autores, têm sido recorrentes «a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço» (*Idem. Ibidem.* p. 11)

³⁴⁰ A este respeito, ver: GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: Uma Proposta de Regionalização para as Minas Gerais do Século XIX* [em linha]. Texto para discussão, N. 109. Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20109.pdf. pp. 24-26.

³⁴¹ O modelo original desta regionalização, fundamentado em informações contidas nos relatos de estrangeiros que tinham visitado Minas Gerais durante o século XIX, foi proposto por Marcelo Godoy em sua Monografia de Bacharelado, *Vida econômica mineira na perspectiva de viajantes estrangeiros* (1990). Uma versão adaptada foi apresentada pelo mesmo autor em *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço* e por Clotilde Paiva em *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*, resultando da sobreposição do riquíssimo banco de dados derivado do Recenseamento de 1831-32 – disponibilizado por uma pesquisa de fôlego coordenada por Paiva – à primeira regionalização de Godoy (CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 87 – nota 160 – e p. 146 – nota 128; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 71-72; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 8 e 12).

³⁴² Na sua pesquisa, Paiva juntou os dados fornecidos pelas Listas de Casas de Negócio de 1836 às informações contidas nos relatos dos viajantes e no Recenseamento de 1831-32 (RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. p. 19; ver: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 16-17).

³⁴³ O trabalho baseou-se na regionalização de Godoy, nos dados disponibilizados por Paiva e em outros documentos censitários relativos às décadas de 1830 e 1870 (GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. “Urbanização, desenvolvimento económico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX” [em linha]. *XI Seminário sobre a Economia Mineira*/Centro de Desenvolvimento e Planeamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Diamantina, 2004. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A041.PDF. p. 4; ver: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 24-28).

conforme às atividades alí desenvolvidas.³⁴⁴ Estas pesquisas ofereceram modelos, «respaldados em dilatadas bases empíricas» e «construídos a partir do entrelaçamento entre as proposições teóricas fundadoras, aquelas que lançaram as bases e nutriram o movimento revisionista da década de 1980, e uma miríade de empenhados estudos monográficos, consubstanciadores de um novo padrão historiográfico», úteis para a formulação de respostas para os questionamentos³⁴⁵ levantados e deixados em abertos pelo «pronunciado crescimento das fontes primárias compulsadas, da multiplicação dos temas e objetos de investigação».³⁴⁶

Destes estudos saiu uma imagem compósita das Minas dos Oitocentos, em que o processo de diferenciação económica iniciado na centúria antecedente tinha consolidado uma divisão regional do trabalho e em que extroversão e introversão conviviam em interdependência. No modelo proposto pelos investigadores do CEDEPLAR, este padrão se teria refletido tanto no sistema produtivo, quanto na rede comercial, mas a acumulação endógena teria sido realizada na esfera mercantil, sobretudo no setor exportador. A intermediação entre produtores e consumidores teria deslocado o dinamismo económico e o capital das zonas de produção para os entrepostos de comércio.³⁴⁷ A localização destes nos maiores centros urbanos e sua distribuição díspar teria determinado nas diversas regiões diferentes níveis de desenvolvimento económico. Assim, a zona das “Minas” (ver a **Figura 1**), concentrando importantes núcleos urbanos, teria conservado alto nível de desenvolvimento também no período seguinte à retração da mineração, como veremos melhor no próximo sub-capítulo.³⁴⁸

³⁴⁴ Um balanço dos resultados destes trabalhos encontra-se em GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade. “Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais” [em linha]. *Revista Brasileira de Estudos de População/Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 27, N. 1, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/10.pdf; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit.; RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. “A Reinvenção das Minas pelas Gerais: Transformações Econômicas e Demográficas nas Regiões das Minas Gerais Oitocentistas” [em linha]. *XIV Encontro Nacional da Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional/Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*, Rio de Janeiro, 2011. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em unuhoopedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3351/3284.

³⁴⁵ Problemas atinentes à «estrutura econômica da Província», aos «padrões de relacionamento com mercados externos», à «organização do trabalho», às «formas de reposição ou ampliação da mão de obra mancipia», às «configurações regionais», às «expressões da divisão do trabalho», à «posição relativa dos setores econômicos nas economias regional e provincial» (PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 2).

³⁴⁶ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 2. Ver: ANDRADE, Leandro Braga de. “A formação...” Op. Cit.; COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. pp. 29-42; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 87 e pp. 146-148; GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit.; pp. 3-4 RESTITUTTI, Cristiano Corte. Op. Cit. pp. 18-34.

³⁴⁷ Mario Rodarte, em *O caso das Minas que não se esgotaram*, assinala que as conclusões por ele apresentadas acerca da passagem do dinamismo económico e dos capitais do “rural” para o “urbano”, isto é das regiões menos desenvolvidas para as regiões mais desenvolvidas, são compartilhadas por João Fragoso – o qual, trabalhando com inventários de comerciantes, demonstrou que suas aplicações, sobretudo as dos mais velhos e experientes, concentravam-se em imóveis urbanos (RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. p. 105 – nota 43).

³⁴⁸ Ver: COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. pp. 29-42; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit.; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 19-23 e pp. 103-105.

2.3. Uma regionalização para Minas Gerais

Há ainda uma questão a considerar, olhando mais uma vez para a **Figura 14**, referente a Minas Gerais em seu conjunto. Se podemos observar que, quando a produção aurífera começou a cair, a agropecuária e o comércio arrefeceram, de imediato, devemos por outro lado considerar, como recomenda Carrara, que «esta proposição [...] tende todavia a obscurecer as variações regionais»³⁴⁹. «A tese da crise da economia mineira como um todo», frisa Carla Almeida, «não se sustenta»³⁵⁰. A historiadora recupera a noção de “acomodação evolutiva”, formulada por Furtado e retomada por Libby, para descrever o processo de «rearticulação interna» vivido pela economia mineira entre 1780 e 1810, período no qual ela não se encontrava «nem num processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta»³⁵¹. Almeida explica que a inversão de papéis entre a mineração e a agropecuária enquanto atividade económica principal – que destacámos ao longo da presente Dissertação – da qual derivou um novo tipo de dinamismo económico foi possibilitada por uma diversificação económica interna ao território mineiro, e mesmo às unidades produtivas, que, presente desde os primórdios da colonização, foi levada ao limite neste período.³⁵²

Carrara assinala que, entre 1808 e 1813, a produção de ouro na Capitania de Minas Gerais tornou-se equivalente em valor ao total da produção agrícola e pastoril e que, desde aquele período, o segundo não cessou de aumentar sua importância. Foi nesta fase que, segundo o pesquisador, se fechou o “Século do Ouro” na mentalidade dos mineiros. Nas suas palavras, «a partir de então, a Capitania, poucos anos depois Província de Minas Gerais» – após a proclamação da Independência do Brasil e a instauração do Império, em 1822³⁵³ – «parecia ser outra coisa que o fora no século anterior, apesar de estruturalmente não ocorrer qualquer ruptura»³⁵⁴. Almeida concorda com Carrara, neste ponto: as evoluções da economia mineira que acompanharam o declínio da mineração não significaram uma «mudança estrutural do sistema económico», mas sim «a adaptação da economia às circunstâncias cambiantes»³⁵⁵.

³⁴⁹ CARRARA, Ângelo Alves. “A capitania...” Op. Cit. p. 52. Ver: *Idem. Ibidem; Idem.* “Mineria...” Op. Cit.

³⁵⁰ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 206.

³⁵¹ *Idem. Ibidem.* p. 94.

³⁵² Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 55-56 e pp. 88-94 e pp. 206-209. Ver também: GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata. Op. Cit. pp. 331-332.

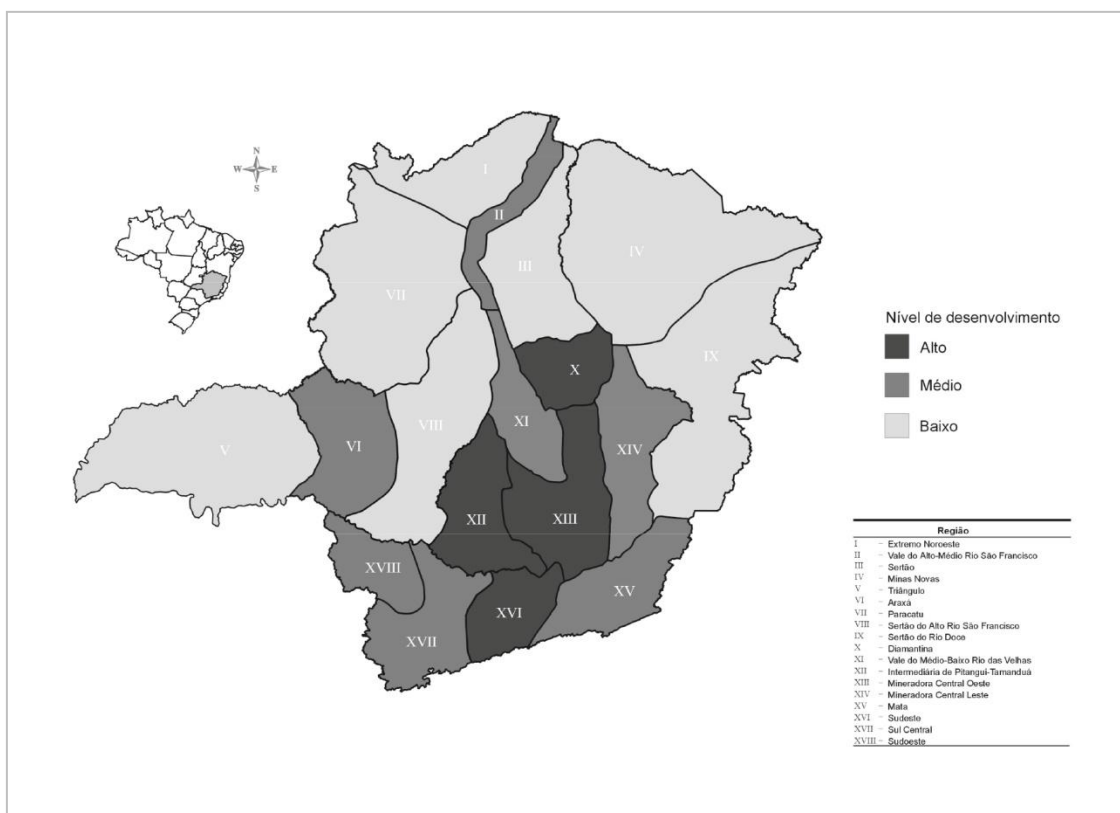
³⁵³ Deixamos claro que, nas próximas páginas, utilizar-se-á o termo “Província” e os derivados do adjetivo “provincial” conformemente com Godoy e Paiva, implicando o que acabamos de salientar, ou seja que apenas a partir de 1822 a Capitania de Minas Gerais se tornaria Província.

³⁵⁴ CARRARA, Ângelo Alves. “Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais (1808-1835)”. *Varia historia*/Universidade Federal de Minas Gerais, N. 25, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001. p. 148. Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 147-148.

³⁵⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. p. 207. Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 207-208.

Como vimos, os trabalhos de Godoy e Paiva propõem um modelo de regionalização para as Minas da primeira metade do século XIX e uma classificação das unidades em que seu território foi dividido por níveis de desenvolvimento (ver a **Figura 15**).

Figura 15
Regionalização da Província de Minas Gerais – Godoy-Paiva
(primeira metade do século XIX)



Fonte: COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. p. 37.

Temos, assim, dezoito “sub-regiões” – que, assim como Godoy e Paiva, designaremos simplesmente de regiões:

- quatro com nível alto de desenvolvimento: Diamantina, Intermediária de Pitangui-Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Sudeste;
- sete com nível médio de desenvolvimento: Araxá, Mata, Médio-Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Sul Central, Sudoeste, Vale do Alto-Médio São Francisco;
- sete com nível baixo de desenvolvimento: Extremo Noroeste, Minas Novas, Paracatu, Sertão, Sertão do Alto São Francisco, Sertão do Rio Doce, Triângulo.³⁵⁶

³⁵⁶ Ver: COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. pp. 36-37; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 146-152; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit.

No modelo elaborado por Godoy e Paiva, os aspetos de natureza económica são fulcrais. Visando a «socialização de fontes, de métodos e de modelos»³⁵⁷, os autores divulgaram uma série de Tabelas através das quais é possível retirar informações úteis para chegar a conclusões acerca da economia mineira em seu conjunto e – o que é mais importante para nós – sobre o perfil económico da área em que se encontra inserida Vila Rica – a zona Mineradora Central Oeste – nas primeiras décadas do século XIX.

A **Tabela 4** permite identificar as principais produções das várias regiões mineiras.

³⁵⁷ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 2.

Tabela 5

Comércio intraregional, interregional e interprovincial

(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

REGIÃO/ PROVINCIA DE ORIGEM →	Triângulo	Araçá	Paracatu	Vale do Alto- Médio São Francisco	Sertão	Minas Novas	Sertão do Alto São Francisco	Interme- diária de Piangui- Tamanáui	Médio-Baixo Rio das Velhas	Diamantina	Mata	Sudeste	Sul Central	Mineradora Central Oeste	Mineradora Central Leste	Provincia do Rio de Janeiro	Provincia da Bahia	Provincia de Goias	Provincia de São Paulo
REGIÃO DE ORIGEM →	2.viveres 2.algodão	2.viveres																	
REGIÃO DE DESTINO ↓		2.viveres	2.aguardente, açúcar, viveres	2.peixe	2.couro	2.algodão, ferro, bovinos, viveres			2.manufatu- rados					2.manufaturados, sal, escravos	2.manufaturados, sal	2.manufaturados, sal, escravos			
Provincia do Rio de Janeiro																			
Provincia da Bahia																			
Provincia de Goias																			
Provincia de São Paulo																			

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 24.

As duas Tabelas anteriores oferecem um quadro complexo da economia mineira, caracterizado por fortes contrastes. O perfil produtivo das várias regiões era diversificado e, muitas vezes, encontravam-se especializações intra-regionais – apesar de ser mais apropriado falar de uma semi-especialização, sendo comum também uma diversificação interna às unidades produtivas. Nas palavras de Godoy, «a identidade econômica das regiões era resultado das combinações específicas de suas dinâmicas interna e externa»³⁵⁸. Existiam relações comerciais inter-regionais que tornavam as diferentes regiões interdependentes, mas também relações comerciais intra-regionais e inter-provinciais. Tudo isto configurando uma divisão regional do trabalho.

O principal mercado externo era representado pelo Rio de Janeiro, sobretudo após 1808. Como observa Almeida, «mesmo que o Rio de Janeiro já fosse um mercado significativo para as produções mineiras antes de 1808, não resta dúvida que a transferência da corte portuguesa [...] foi o principal detonador do desenvolvimento mercantil dessa produção»³⁵⁹. Os géneros agropecuários, simples – sobretudo tabaco e algodão e bovinos, equinos e suínos – ou transformados – sobretudo tecidos e couro e queijo e toucinho – predominavam na pauta das exportações, embora também os produtos minerais – ouro, diamantes, pedras preciosas e salitre – conservassem certa relevância.

Com base na sua posição relativa no sistema das trocas com o exterior, as regiões podem ser divididas em quatro grupos:

- as regiões com vínculos sólidos e diretos com mercados externos à Província – regiões com nível alto de desenvolvimento;
- as regiões com fortes relações comerciais com mercados externos à Província, porém intermediadas pelas regiões do primeiro grupo – regiões com níveis médio ou baixo de desenvolvimento;
- as regiões que tinham fracas relações comerciais com mercados externos à Província, cuja produção se orientava sobretudo para o abastecimento de outras regiões de Minas, notadamente das mais viradas para as exportações ou as mais dificultadas pelas condições naturais – regiões com níveis médio ou baixo de desenvolvimento;
- as regiões com fraca integração nos circuitos comerciais – regiões com nível baixo de desenvolvimento.

Importa sublinhar que as actividades agropecuárias e os setores correlatos de transformação voltadas para o mercado interno, muito expressivo, estavam disseminadas no território mineiro, enquanto a produção para a exportação tendia a originar especializações – ou melhor, semi-especializações – regionais ou intra-regionais. O grau de vinculação com os mercados exteriores

³⁵⁸ GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 67.

³⁵⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. Cit. pp. 96-97.

determinava o volume das importações: a níveis mais altos de exportação correspondiam níveis mais altos de importação, sobretudo de escravos – em regra, todavia, no caso das regiões cuja relações comerciais eram intermediadas por outras regiões, parte da sua capacidade de importação era transferida para estas últimas.³⁶⁰

No Anexo encontra-se uma série de Mapas que apresentam de forma clara e precisa o sistema das trocas vigente nas Minas na primeira metade do século XIX (**Figuras 16-22**).

Quanto ao perfil económico da região Mineradora Central Oeste, ela é classificada, por Godoy e Paiva, como uma região com nível alto de desenvolvimento. A **Tabela 4** regista uma produção diversificada: cana-da-açúcar, víveres e bovinos, tecidos, derivados da cana; doces e queijos, produtos siderúrgicos e manufaturados; ouro, diamantes e pedras preciosas. A **Tabela 5** mostra que a região exportava parte desta produção para o Rio de Janeiro, que outra parte era destinada a outras regiões mineiras e que uma terceira parte, enfim, era comercializada no seu interior. A região tinha também importante papel de entreposto. Isto teria lhe garantido apreciável parcela de acumulação. O volume de produtos importados para o consumo interno do exterior e de outras regiões da Província era outrossim vultoso.³⁶¹

Na proposta original de regionalização de Godoy, que previa dezesseis regiões, uma única Região Mineradora Central havia sido identificada.³⁶² Cunha adota uma regionalização ainda mais simples, identificando dez regiões: Diamantina, Mata, Mineradora Central, Rio das Velhas e Alto São Francisco, Paracatu, Sertão de Goiás, Sertão do Rio Doce, Sertão do São Francisco e Sertão do Urucuia (ver **Figura 23**).³⁶³

³⁶⁰ Ver: COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. pp. 36-39; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 67-69; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 18-35 e pp. 54-55.

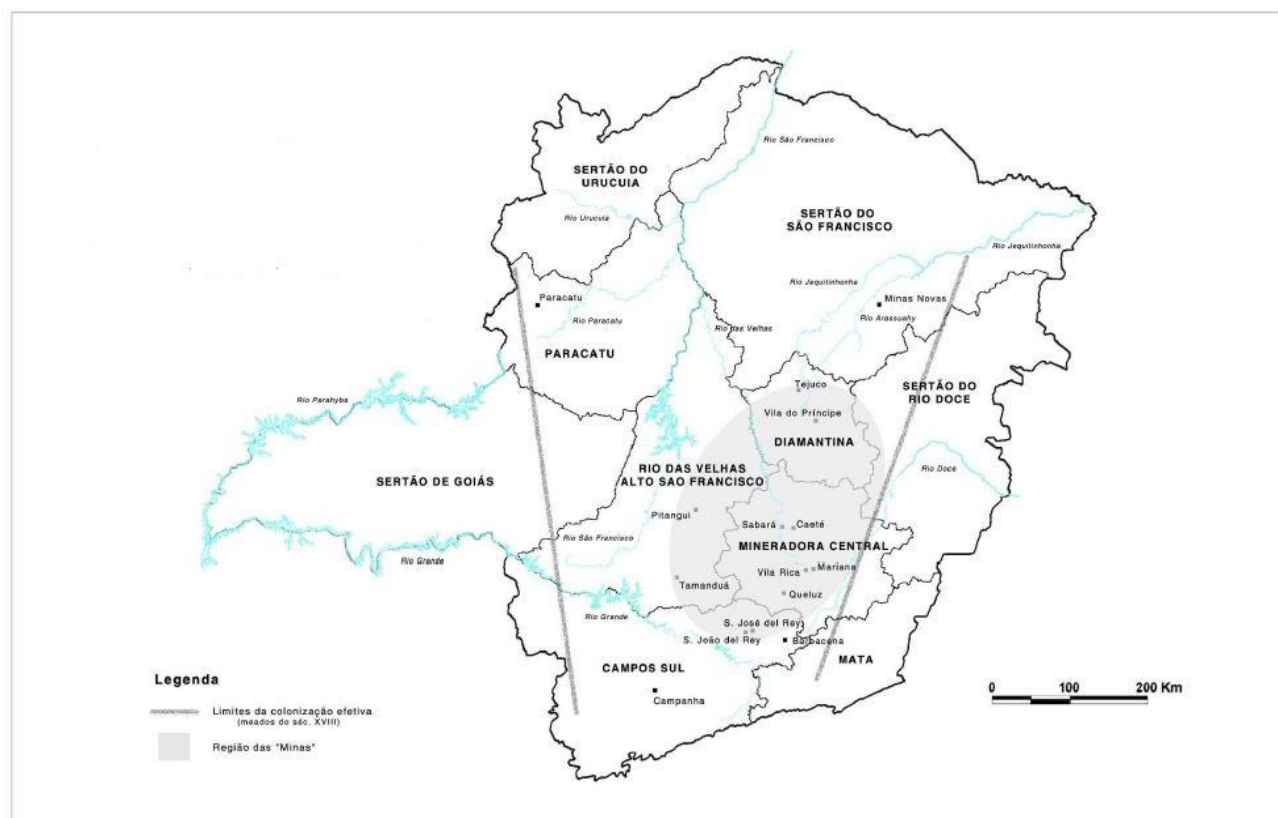
³⁶¹ Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 150; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 18-35.

³⁶² Ver: GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit.

³⁶³ Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 160-163.

Figura 23

Regionalização da Província de Minas Gerais – Cunha



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 161.

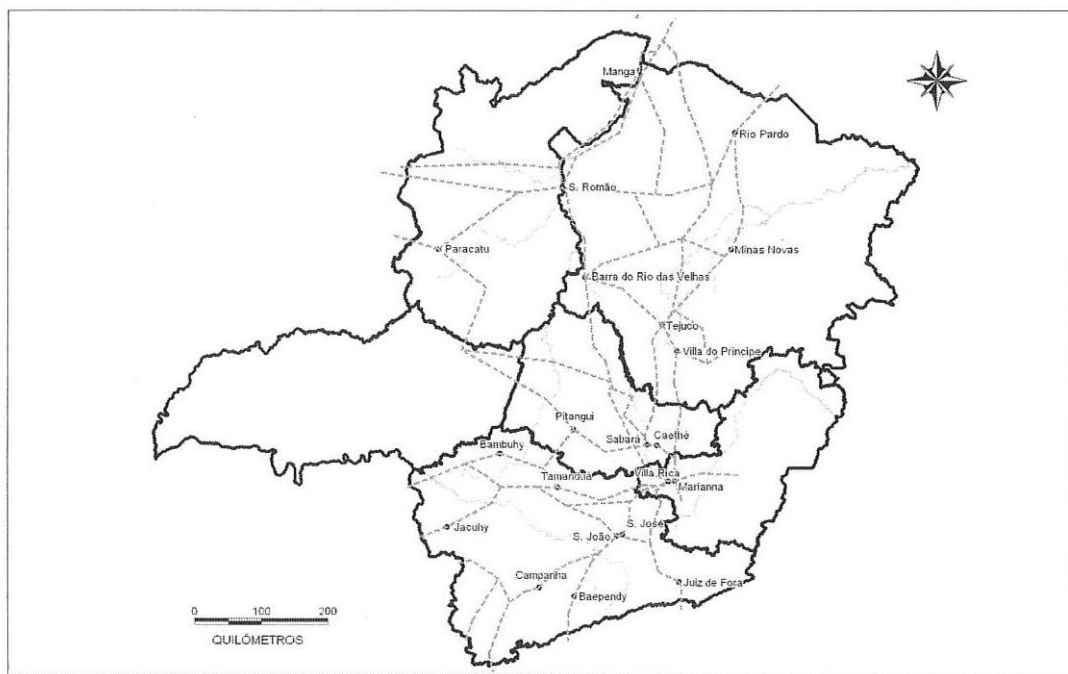
Na formulação de Cunha, a Região Mineradora Central constitui a porção principal da região das “Minas”, categoria de percepção do espaço setecentista (confrontar a **Figura 1** com a **Figura 24**). O autor salienta que as “Minas” foram a primeira “região”, no sentido económico do termo, a se conformar em Minas Gerais, a única cuja existência foi efetiva na primeira metade do século XVIII. Nesta zona, fortemente marcada pela mineração, concentraram-se as primeiras vilas mineiras. Rodarte, em *O caso das Minas que não se esgotaram*, elege um recorte geográfico que parece coincidir com a região setecentista das “Minas” – isto não é por ele explicitado, mas é dedutível pelo subtítulo do texto: *A pertinência do antigo núcleo minerador na expansão da malha urbana das Minas Gerais oitocentistas*. Se aceitarmos a noção de centralidade que está na base da pesquisa de Rodarte – determinada pela produção e pela oferta de bens e serviços ditos centrais, ou seja, «com alcance espacial e mercados mínimos amplos»³⁶⁴ – podemos afirmar que se deveu a tal atributo, apresentado pelos núcleos urbanos presentes nas “Minas” – e portanto na futura Região Mineradora Central – a irradiação dos caminhos que, sulcando o espaço que ia se transformando no território de Minas Gerais, tornaram-se os vetores de sua articulação regional, dando origem a novas regiões

³⁶⁴ RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. p. 48. Sobre a noção de centralidade utilizada por Rodarte, fundada na “Teoria do Lugar Central” de Walter Cristaller, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 31-34 e p. 48.

económicas.³⁶⁵ É bom sublinhar, usando as palavras de Godoy e Paiva, que «embora o processo de diferenciação do desenvolvimento económico remonte à centúria anterior, somente no século XIX consolidou-se a divisão regional do trabalho»³⁶⁶.

Figura 24

A rede dos caminhos internos a Minas Gerais (século XVIII)



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 107.

³⁶⁵ Dois Mapas, inseridos por Cunha em *Minas Gerais, da capitania à província*, permitem observar a rede dos caminhos estabelecida na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII (**Figura 24**) e uma primeira etapa setecentista do processo de regionalização que culminaria no século XIX (**Figura 25**). Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 95 e pp. 105-110.

³⁶⁶ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 54.

Figura 25

Primeira etapa setecentista do processo de regionalização de Minas Gerais – Cunha



Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 110.

De acordo com Godoy, a identidade da Região Mineradora Central está «indissociavelmente ligada» à extração aurífera, ao seu «surgimento», «desenvolvimento» e à sua «retração»³⁶⁷. Todos os viajantes que visitaram as Minas nas primeiras décadas do século XIX, cujos relatos foram examinados pelo investigador brasileiro, ressaltam o forte apego da Região Mineradora Central à atividade mineradora, que ainda representava a atividade principal na área. Se, de um lado, evidenciaram «o grande declínio da mineração», por outro, assinalaram «as potencialidades da região» neste setor, especialmente no que se referia à extração subterrânea, que precisava de «capitais avultados, recursos técnicos avançados e racionalidade administrativa»³⁶⁸, mas prometia ser altamente compensadora. Também os setores sidergúrgico, manufatureiro e artesanal apresentavam-se aos olhos dos estrangeiros como promissores. Mas foi a atividade agropecuária a ser apontada por eles como a alternativa mais imediata à retração da mineração.³⁶⁹

Os trabalhos de Godoy e Paiva desenham um perfil complexo também quando põem em foco a estrutura demográfica da Província de Minas Gerais na primeira metade dos Oitocentos. Grande era a

³⁶⁷ GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 63.

³⁶⁸ *Idem. Ibidem.* p. 64.

³⁶⁹ Ver: *Idem. Ibidem.* pp. 62-66.

heterogeneidade das várias regiões quanto à dimensão e à composição da população, livre e escrava. Existiam ademais diferenças intra-regionais.³⁷⁰

O tamanho do contingente populacional das diferentes regiões crescia, tendencialmente, em proporção direta com o nível de desenvolvimento (ver a **Tabela 6**) e, junto com este último, aumentava o peso da componente mancipia em relação ao total da população (ver a **Tabela 7**).

Tabela 6

Distribuição populacional por regiões
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	REGIÕES	População				População 1831-32 / População 1830-35
		1831/32		1830/35		
		Nº	%	Nº	%	
Baixo	Extremo Noroeste	-	-	-	-	-
Baixo	Minas Novas	12.979	3,2	56.242	7,8	23,1
Baixo	Paracatu	2.948	0,7	10.152	1,4	29,0
Baixo	Sertão	8.747	2,1	9.603	1,3	91,1
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	5.566	1,4	18.089	2,5	30,8
Baixo	Sertão do Rio Doce	268	0,1	268	0,0	100,0
Baixo	Triângulo	3.942	1	10.287	1,4	38,3
Médio	Araxá	14.704	3,6	22.006	3,1	66,8
Médio	Mata	16.701	4,1	42.364	5,9	39,4
Médio	Médio-Baixo Rio das Velhas	19.166	4,7	35.711	5,0	53,7
Médio	Mineradora Central Leste	17.758	4,4	33.619	4,7	52,8
Médio	Sudoeste	20.630	5,1	27.716	3,9	74,4
Médio	Sul Central	47.179	11,6	88.278	12,3	53,4
Médio	Vale do Alto-Médio São Francisco	2.875	0,7	14.220	2,0	20,2
Alto	Diamantina	24.009	5,9	28.393	3,9	84,6
Alto	Intermediária de Pitangui-Tamanduá	54.808	13,4	83.949	11,7	65,3
Alto	Mineradora Central Oeste	117.370	28,8	169.074	23,5	69,4
Alto	Sudeste	38.170	9,4	69.098	9,6	55,2
----	Província	407.820	100	719.069	100,0	56,7

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 7.

³⁷⁰ Ver: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 35-53.

Tabela 7

Composição regional da população segundo a condição jurídica
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	Livres		Escravos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	10356	79,8	2623	20,2	12979	100,0
Baixo	Paracatu	2524	85,6	424	14,4	2948	100,0
Baixo	Sertão	6977	79,8	1770	20,2	8747	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	4202	75,5	1364	24,5	5566	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	245	91,4	23	8,6	268	100,0
Baixo	Triângulo	2468	62,6	1474	37,4	3942	100,0
Médio	Araxá	10581	72,0	4123	28,0	14704	100,0
Médio	Mata	10100	60,5	6601	39,5	16701	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	13492	70,4	5674	29,6	19166	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	12055	67,9	5703	32,1	17758	100,0
Médio	Sudoeste	15498	75,1	5132	24,9	20630	100,0
Médio	Sul Central	32577	69,0	14602	31,0	47179	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	2066	71,9	809	28,1	2875	100,0
Alto	Diamantina	14407	60,0	9602	40,0	24009	100,0
Alto	Intermediária Piangui-Tamanduá	34615	63,2	20193	36,8	54808	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	77261	65,8	40109	34,2	117370	100,0
Alto	Sudeste	23561	61,7	14609	38,3	38170	100,0
-----	Província	272985	66,9	134835	33,1	407820	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 47.

Quanto à composição da população livre segundo o sexo e a idade, as diferenças entre as regiões eram pouco expressivas (ver as **Tabelas 8 e 9**).

Tabela 8

Composição regional da população livre segundo o gênero
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexos		Homens		Mulheres		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	5187	100,5	5187	50,1	5161	49,9	10348	100,0
Baixo	Paracatu	1295	105,3	1295	51,3	1229	48,7	2524	100,0
Baixo	Sertão	3527	102,3	3527	50,6	3447	49,4	6974	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	2104	100,4	2104	50,1	2096	49,9	4200	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	103	73,0	103	42,2	141	57,8	244	100,0
Baixo	Triângulo	1320	115,0	1320	53,5	1148	46,5	2468	100,0
Médio	Araxá	5529	109,4	5529	52,3	5052	47,7	10581	100,0
Médio	Mata	5120	102,8	5120	50,7	4979	49,3	10099	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	6329	88,4	6329	46,9	7162	53,1	13491	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	5972	98,4	5972	49,6	6070	50,4	12042	100,0
Médio	Sudoeste	7821	101,9	7821	50,5	7676	49,5	15497	100,0
Médio	Sul Central	16404	101,5	16404	50,4	16167	49,6	32571	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	1033	100,4	1033	50,1	1029	49,9	2062	100,0
Alto	Diamantina	6737	89,7	6737	47,3	7511	52,7	14248	100,0
Alto	Intermediária Píangui-Tamandúá	16812	94,4	16812	48,6	17800	51,4	34612	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	36242	88,6	36242	47,0	40920	53,0	77162	100,0
Alto	Sudeste	11545	96,1	11545	49,0	12015	51,0	23560	100,0
-----	Província	133080	95,3	133080	48,8	139603	51,2	272683	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 38.

Tabela 9

Composição regional da população livre por faixas etárias
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	0-14 crianças		15-44 população em idade produtiva I		45-59 população em idade produtiva II		60 e +idosos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	4294	41,5	4663	45,1	842	8,1	551	5,3	10350	100,0
Baixo	Paracatu	984	39,0	1234	48,9	216	8,6	88	3,5	2522	100,0
Baixo	Sertão	3086	44,3	2930	42,0	588	8,4	365	5,2	6969	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	1700	40,7	1928	46,2	341	8,2	208	5,0	4177	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	128	52,5	93	38,1	16	6,6	7	2,9	244	100,0
Baixo	Triângulo	1071	43,4	1142	46,3	186	7,5	69	2,8	2468	100,0
Médio	Araxá	4853	45,9	4592	43,4	762	7,2	370	3,5	10577	100,0
Médio	Mata	4391	43,5	4356	43,1	872	8,6	477	4,7	10096	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	5266	39,1	5816	43,2	1393	10,3	992	7,4	13467	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	4868	40,4	5202	43,2	1240	10,3	728	6,0	12038	100,0
Médio	Sudoeste	7049	45,6	6620	42,8	1252	8,1	545	3,5	15466	100,0
Médio	Sul Central	14986	46,0	13675	42,0	2480	7,6	1430	4,4	32571	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	783	38,0	970	47,1	179	8,7	129	6,3	2061	100,0
Alto	Diamantina	4899	34,4	6388	44,9	1603	11,3	1343	9,4	14233	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduaú	14260	41,2	14879	43,0	3432	9,9	2006	5,8	34577	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	27272	35,4	34263	44,5	9068	11,8	6467	8,4	77070	100,0
Alto	Sudeste	9807	41,6	10118	43,0	2210	9,4	1412	6,0	23547	100,0
-----	Província	109697	40,3	118869	43,6	26680	9,8	17187	6,3	272433	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 39.

Pronunciados eram, pelo contrário, os contrastes regionais relativos à composição da população livre por cor e origem (ver a **Tabela 9**) e da população escrava por sexo, idade, cor e origem (ver as **Tabelas 10-12**).

Tabela 10

Composição regional da população escrava segundo o gênero
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	Razão de sexos		Homens		Mulheres		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	1452	55,4	1171	44,6	2623	100,0		
Baixo	Paracatu	250	59,0	174	41,0	424	100,0		
Baixo	Sertão	1008	57,0	761	43,0	1769	100,0		
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	807	59,2	557	40,8	1364	100,0		
Baixo	Sertão do Rio Doce	14	60,9	9	39,1	23	100,0		
Baixo	Triângulo	921	62,5	553	37,5	1474	100,0		
Médio	Araxá	2472	60,0	1651	40,0	4123	100,0		
Médio	Mata	4248	64,4	2353	35,6	6601	100,0		
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	3210	56,6	2464	43,4	5674	100,0		
Médio	Mineradora Central Leste	3643	63,9	2060	36,1	5703	100,0		
Médio	Sudoeste	3111	60,6	2021	39,4	5132	100,0		
Médio	Sul Central	8942	61,2	5660	38,8	14602	100,0		
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	463	57,2	346	42,8	809	100,0		
Alto	Diamantina	6633	69,1	2969	30,9	9602	100,0		
Alto	Intermediária Pitingui-Tamandua	12043	59,6	8147	40,4	20190	100,0		
Alto	Mineradora Central Oeste	24734	61,7	15373	38,3	40107	100,0		
Alto	Sudeste	8818	60,4	5791	39,6	14609	100,0		
----	Província	82769	61,4	52060	38,6	134829	100,0		

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 44.

Tabela 11

Composição regional da população escrava por faixas etárias
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	0-14 crianças		15-44 população em idade produtiva I		45-59 população em idade produtiva II		60 e + idosos		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	839	32,0	1467	55,9	227	8,7	89	3,4	2622	100,0
Baixo	Paracatu	135	31,8	240	56,6	30	7,1	19	4,5	424	100,0
Baixo	Sertão	582	32,9	957	54,1	148	8,4	82	4,6	1769	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	434	32,0	833	61,3	55	4,1	36	2,7	1358	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	4	17,4	14	60,9	5	21,7		0,0	23	100,0
Baixo	Triângulo	439	29,8	909	61,7	90	6,1	36	2,4	1474	100,0
Médio	Araxá	1361	33,0	2412	58,5	241	5,8	108	2,6	4122	100,0
Médio	Mata	1892	28,7	4260	64,5	307	4,7	142	2,2	6601	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	1706	30,1	3041	53,7	589	10,4	325	5,7	5661	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	1511	26,7	3527	62,4	421	7,4	196	3,5	5655	100,0
Médio	Sudoeste	1563	30,5	3197	62,4	245	4,8	117	2,3	5122	100,0
Médio	Sul Central	4748	32,5	8764	60,0	755	5,2	333	2,3	14600	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	252	32,0	416	52,9	73	9,3	46	5,8	787	100,0
Alto	Diamantina	827	25,7	1998	62,0	272	8,4	124	3,8	3221	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamanduá	5974	29,9	12024	60,1	1363	6,8	634	3,2	19995	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	10342	25,8	24207	60,4	3672	9,2	1855	4,6	40076	100,0
Alto	Sudeste	4805	32,9	8748	59,9	723	5,0	330	2,3	14606	100,0
-----	Provincia	37414	29,2	77014	60,1	9216	7,2	4472	3,5	128116	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 45.

Tabela 12

Composição regional da população escrava segundo a cor e a proveniência
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)

Nível Desenv.	Regiões	Africano		Criolo		Mestiço (pardo e cabra)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo	Minas Novas	632	24,1	1383	52,8	604	23,1	2619	100,0
Baixo	Paracatu	122	29,0	252	59,9	47	11,2	421	100,0
Baixo	Sertão	378	21,6	966	55,1	410	23,4	1754	100,0
Baixo	Sertão do Alto São Francisco	481	35,6	672	49,8	197	14,6	1350	100,0
Baixo	Sertão do Rio Doce	13	56,5	9	39,1	1	4,3	23	100,0
Baixo	Triângulo	437	29,6	753	51,1	284	19,3	1474	100,0
Médio	Araxá	1689	41,0	1982	48,1	452	11,0	4123	100,0
Médio	Mata	3462	52,5	2524	38,2	613	9,3	6599	100,0
Médio	Médio Baixo Rio das Velhas	1659	29,5	3019	53,7	939	16,7	5617	100,0
Médio	Mineradora Central Leste	2511	44,1	2507	44,0	675	11,9	5693	100,0
Médio	Sudoeste	2406	46,9	2207	43,0	519	10,1	5132	100,0
Médio	Sul Central	7042	48,3	6182	42,4	1370	9,4	14594	100,0
Médio	Vale Alto-Médio São Francisco	157	19,4	405	50,1	247	30,5	809	100,0
Alto	Diamantina	2186	49,9	1573	35,9	624	14,2	4383	100,0
Alto	Intermediária Pitangui-Tamandua	8420	41,8	9430	46,8	2291	11,4	20141	100,0
Alto	Mineradora Central Oeste	17346	43,3	18113	45,3	4557	11,4	40016	100,0
Alto	Sudeste	7187	49,2	6337	43,4	1071	7,3	14595	100,0
-----	Província	56128	43,4	58314	45,1	14901	11,5	129343	100,0

Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 46.

Os dados relativos à população cativa sintetizados nas Tabelas acima, juntos com os resultados sobre a estrutura da posse de escravos, conduzem Godoy e Paiva a identificar diferentes modelos no tocante à reposição do contingente mancipio nas regiões mineiras: as regiões com um nível de desenvolvimento mais alto dependiam majoritariamente da importação, mas existiam «múltiplos

esquemas», que se fundavam em «variadas formas de combinar o tráfico com a reprodução natural», conferindo «originalidade»³⁷¹ ao escravismo mineiro oitocentista.³⁷²

A região setecentista das “Minas” (ver a **Figura 1**), para além de ter sido a primeira região económica de Minas Gerais a se constituir, foi também a primeira área de seu território a ser povoada. A população espalhou-se gradualmente no resto da Capitania a partir daquele primitivo núcleo de povoamento.³⁷³ No entanto, as zonas originariamente ocupadas em razão da mineração, também no século XIX, mantiveram altos níveis de densidade demográfica, reflexo da conservação de altos níveis de desenvolvimento económico e de urbanização³⁷⁴ – aliás, como se depreende da relação entre urbanização e dinâmica económica ilustrada por nós no Primeiro Capítulo e como é explicitado por Godoy e Rodarte em “Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX” (2004) – os quais fundamentam sua análise nas teorias de Walter Christaller e Charles Tilly – «uma região mais urbanizada é uma região mais desenvolvida»³⁷⁵. Segundo Godoy e Paiva, as evidências por eles recolhidas sobre a distribuição da população nas várias regiões mineiras nas primeiras décadas dos Oitocentos demonstrariam «o irrealismo do decantado esvaziamento demográfico das antigas áreas mineradoras»³⁷⁶.

Os dados relativos à distribuição da população mineira pelas suas comarcas, entre o fim do século XVIII e o começo da centúria seguinte, apontam para um crescimento da participação relativa da comarca do Rio das Mortes, no eixo sul da Capitania, e um decrescimento da comarca de Ouro Preto, em que se coloca o núcleo minerador original (ver a **Tabela 13**), a mais populosa nas décadas antecedentes (ver a **Tabela 14**).³⁷⁷

³⁷¹ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 55-56.

³⁷² Ver: COSENTINO, Daniel do Val. Op. Cit. p. 38; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. pp. 50-51 e pp. 55-56.

³⁷³ CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 143-144.

³⁷⁴ GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 67.

³⁷⁵ GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. p. 4. Sobre os argumentos que fundamentam esta afirmação, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 4-5; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 92-95.

³⁷⁶ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 36.

³⁷⁷ Ver: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 100-102; *Idem. Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 299-302; MAXWELL, Kenneth - Op. Cit. p. 110. A mesma tendência é confirmada por Roberta Stumpf (ver: STUMPF, Roberta Giannubilo. “Minas...” Op. Cit. pp. 17-21).

Tabela 13

Distribuição da população nas comarcas mineiras (1776-1835)

Comarca*	População									
	1776-1	%	1776-2	%	1808	%	c.1820	%	1835	%
Ouro Preto	78.618	24,59	78.618	23,00	72.286	16,69	71.796	13,02	84.376	12,14
Sabará	99.576	31,14	99.576	29,13	135.920	31,39	142.840	25,91	189.785	27,32
Serro Frio	58.794	18,39	80.894	23,66	69.974	16,16	99.919	18,12	106.112	15,27
Rio das Mortes	82.781	25,89	82.781	24,21	154.869	35,76	236.819	42,95	314.495	45,27
Total	319.769	100,00	341.869	100,00	433.049	100,00	551.374	100,00	694.768	100,00
	crescimento anual									
	1776[1]-1808	1776[2]-1808	1808-1820	1820-1835	1776[1]-1835	1776[2]-1835				
Ouro Preto	-0,26	-0,26	-0,06	1,08	0,12	0,12				
Sabará	0,97	0,97	0,41	1,89	1,09	1,09				
Serro Frio	0,54	-0,45	2,97	0,40	1,00	0,46				
Rio das Mortes	1,96	1,96	3,54	1,89	2,26	2,26				
Total	0,95	0,74	2,01	1,56	1,32	1,21				

Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 101.**Tabela 14**

População mineira (cerca de 1721-1776)

Comarca	c.1721	%	1776	%	cresc. anual ¹²⁷
Vila Rica	40.345	44,7	78.618	24,6	1,21
Rio das Mortes	24.841	27,6	82.781	25,9	2,19
Sabará	11.450	12,7	99.576	31,1	3,93
Serro Frio	13.524	15,0	58.794	18,4	2,67
Total	90.160	100,0	319.769	100,0	2,30

Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 144.

Esta evolução demográfica testemunha aquela ruralização da economia mineira que destacámos ao longo da presente Dissertação. Cabe aqui salientar, citando Cunha, que tal processo não deve ser entendido como «algo apartado da urbanização»³⁷⁸, pois não resultou simplesmente «do desenvolvimento do campo com relativa autonomização de circuitos de realização económica», mas também «de uma relação nova e específica com os espaços citadinos intermediários que ao começo do Dezenove expandiram seu número exatamente nas áreas mais dinâmicas de economia de base agropecuária, cumprindo funções de entrepostos, centros de serviços e articulando a teia econômica»³⁷⁹. Note-se que, nestes núcleos, faltava a coincidência entre os espaços da produção e os espaços de reprodução da vida cotidiana que, para Cunha, daria lugar ao “urbano”, que, como vimos, para ele, não estava associado a qualquer cidade. Consequentemente, o autor atribui àquelas agregações a designação de cidade – mais exatamente o adjetivo citadino – mas não a qualificação de

³⁷⁸ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 99.

³⁷⁹ *Idem. Ibidem.* p. 98.

urbano. Nós, como já referimos, não compartilhando da ideia de uma cisão entre os conceitos de cidade e urbano, sugerimos não denominar uma povoação de “cidade” quando não se apresentarem os traços distintivos do urbano. Além disto, não estamos certos de que o urbano se concretize exclusivamente nos casos em que se apresenta a sobreposição de espaços à qual fizemos referência acima. Talvez, as noções de cidade e urbano mereçam maior aprofundamento, para o qual, neste texto não há espaço. De toda a forma, os núcleos não mineradores que surgiram durante o século XIX nas áreas com vocação agropecuária «reassumiram a função histórica» de centros políticos e administrativos – quando autónomos – comerciais e prestadores de serviços – na sua maioria – «dependentes economicamente do campo»³⁸⁰. Não obstante, estes lugares produziram «novas relações de centralidade»³⁸¹ com as áreas rurais que os circundavam.

Apesar deste fenómeno de «retração da centralidade absoluta do urbano»³⁸², que procedeu paralelamente à ruralização, os antigos núcleos urbanos mineradores, concentrados nas regiões às quais Paiva e Godoy atribuem altos níveis de desenvolvimento económico, conservaram altos ou médios níveis de centralidade na primeira metade do século XIX (**Figura 26**).³⁸³

³⁸⁰ CAMPOS, Kátia Maria Nunes . “Antônio Dias...” Op. Cit. p. 4.

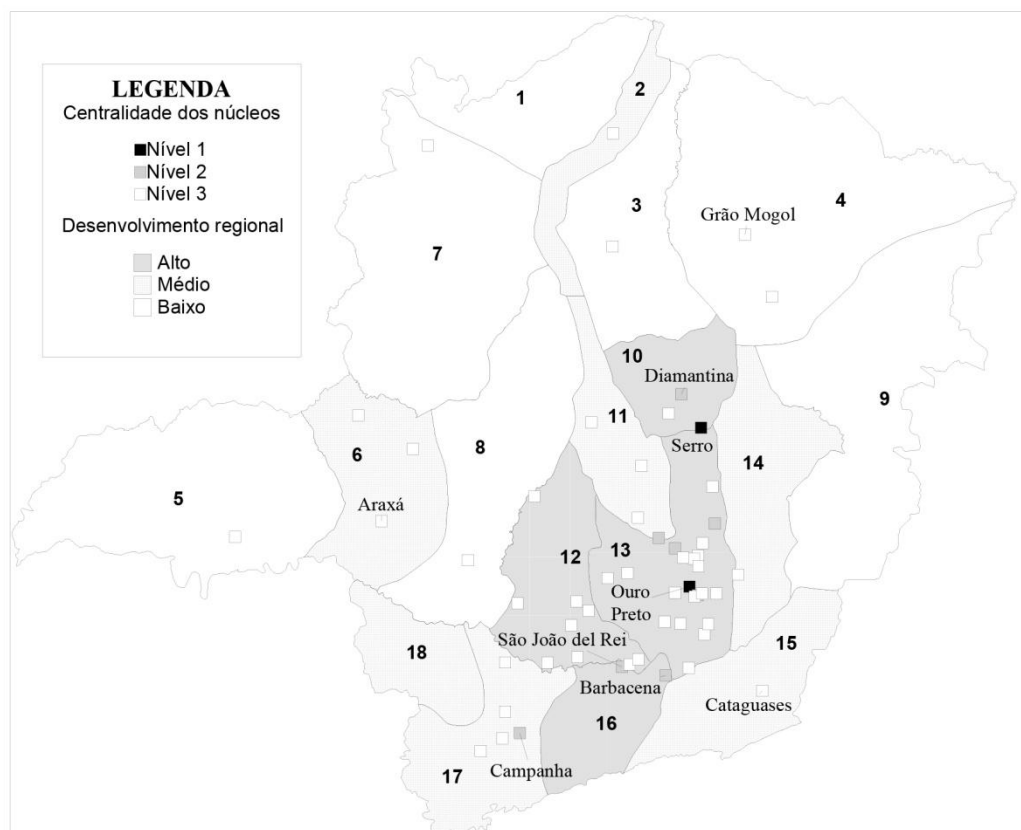
³⁸¹ CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 99-100.

³⁸² *Idem*. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. p. 335.

³⁸³ Ver: *Idem*. *Minas Gerais...* Op. Cit. pp. 110-111; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. pp. 88-97.

Figura 26

Regionalização da Província de Minas Gerais com indicação dos níveis de desenvolvimento e centralidade – Godoy-Paiva-Rodarte



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatú; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Centralidade: **Nível 1** - Ouro Preto e Serro; **Nível 2:** Itabira do Mato Dentro, Vila de Campanha, Mariana, Santa Luzia, Diamantina, Barbacena, Caeté, S. João del Rei; **Nível 3:** Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Brumado, São Gonçalo, Santana do Sapucaí, Passagem, Guarapiranga, Forquim, Catas Altas, Grão Mogol, Minas Novas, Cachoeira do Campo, Araxá, Januária, Brumado, Queluz, Matosinhos, Dolores da Boa Esperança, Cláudio, Prados, Vila de São José (Tiradentes), Bom Sucesso, Oliveira, Gouveia, Bambuí, Formiga, Espírito Santo, Nossa Senhora do Socorro, Mutuca, Desterro do Mello, Santa Rita da Meia Pataca, Nossa Senhora de Oliveira, São Sebastião, Nossa Senhora da Saúde, Itatiaia, Dolores do Campo Formoso, Santana da Barra do Rio do Espírito, Coromandel, Buritis, Nossa Senhora da Abadia, Itaverava, Santana de Traíras, Santo Antônio da Mouraria, Santíssimo Coração de Jesus, Morro da Garça, São Sebastião do Itatiaia, Perdões, Carmo do Japão, Santo Antônio Abaixo; **Nível 4:** nível mais baixo de centralidade, composto pelos demais 177 distritos pesquisados, não visualizados no mapa (Rodarte 1999: 89 e 126).

Fonte: GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. Op. Cit. p. 5.

Como observado por Fonseca, «na antiga zona mineradora, os arraiais e as vilas apresentavam», no período seguinte ao apogeu minerador, «quadros variados de estabilidade, de prosperidade, ou de decadência, dependendo dos trunfos de que dispunham para se adaptar ao novo contexto»³⁸⁴. Vila Rica, capital da Capitania de Minas Gerais, a partir de 1823 Imperial Cidade de Ouro Preto e capital da Província de Minas Gerais, na nova fase da história de Minas aberta pelo declínio da produção aurífera, manteve, como vimos, sua importância política e dinamismo

³⁸⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Des terres...* Op. Cit. p. 34.

económico, sobretudo em razão de seu papel de entreposto comercial. O próximo sub-capítulo focar-se-á na condição socio-económica dos moradores deste núcleo urbano.

2.4. Vila Rica: população. A rua Direita e os seus moradores

Vila Rica, mais tarde Ouro Preto, despertou nos viajantes estrangeiros que a visitaram nas primeiras décadas do século XIX «uma gama de variados sentimentos»: as impressões de «melancolia, tristeza e decepção» conviviam, em seus relatos, «com o elogio cauteloso aos sinais de *civilização*»³⁸⁵ presentes na capital mineira. Se, de um lado, estas fontes apontam para o declínio da mineração aurífera, por outro, descrevem a localidade como um importante polo, tanto a nível político, administrativo e militar, quanto a nível comercial, artesanal³⁸⁶ e dos serviços. De toda a forma, de acordo com estes documentos, o estado de decadência que afetava o setor que se tinha constituído na atividade económica nuclear da povoação nos Setecentos teria impactado a economia e a sociedade vilariquense no seu conjunto. A parcial recessão económica teria sido acompanhada por uma retração populacional.³⁸⁷

Os trabalhos de Costa e Luna focam de perto a situação demográfica de Vila Rica no início do século XIX. Baseiam-se no levantamento populacional realizado em 1804³⁸⁸ – o mesmo que nos permitiu identificar uma lista de moradores da rua Direita sobre quem foi possível encontrar documentos nos fundos do Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência. Vemos agora os dados por eles apresentados, tentando conjugar as evidências recolhidas com a nossa pesquisa.

A população de Vila Rica, em 1804, somava 8.867 indivíduos, 68,61% dos quais em condição de liberdade e 31,39% em condição de cativo. Os dois autores identificam em Minas algumas estruturas populacionais típicas – a urbana, a rural-mineradora, a intermédia e a rural de autoconsumo –

³⁸⁵ GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 66 [itálico do autor].

³⁸⁶ Os trabalhos de Costa e Luna assinalam a existência, na época, nas vizinhanças de Vila Rica, de uma fábrica de louças (COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 80; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. pp. 4; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. p. 58). Julgamos se tratar da mesma instalação mencionada no testamento, de 1818, do morador da rua Direita Antonio Joze Vieira de Carvalho, «cirurgiam Mor» (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109), o qual deixou um legado para o «Mestre e Administrador da minha (sua) fabrica de louça Felix Pereira da Silva» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6576).

³⁸⁷ GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 66. Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 80-81; CUNHA, Alexandre Mendes. *Vila Rica-São João del Rey...* Op. Cit. pp. 280-282 e pp. 288-298; LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 18; *Idem*; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. pp. 3-4; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 57-59.

³⁸⁸ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 81-82; LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais...* Op. Cit. p. 67 e pp. 110-111; *Idem*; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. p. 2; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. p. 3.

atribuindo à urbana – à qual pertence Vila Rica – o maior porcentual de livres.³⁸⁹ Nesta categoria devem-se incluir os forros – ex-escravos que tinham ganhado a liberdade – e na categoria dos cativos os quartados – os escravos que estavam a comprar sua liberdade.³⁹⁰

Russell-Wood, que aborda amplamente a temática da alforria em *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil* (1982), explica que se trata de um processo complexo, que dependia duma «interação de fatores individuais, familiares, psicológicos, sociais, demográficos, geográficos, econômicos e cronológicos»³⁹¹. Os meios pelos quais um escravo podia sair do cativeiro no Brasil colonial eram variados, mas todos passavam pela concessão, por parte do proprietário ou de seu representante legal, de uma carta de alforria, um certificado de liberdade. A manumissão podia ser condicional ou incondicional, podia exigir um pagamento ou não, concretizar-se com o dono em vida ou postumamente.³⁹² Podia derivar, ademais, de especiais méritos do cativo – em Minas, sobretudo a descoberta de novas minas ou o achamento de pepitas de medida excepcional.³⁹³ Ramos evidencia, em seu estudo sobre Vila Rica, a difusão, a partir de meados do século XVIII, da instituição da coarção, pela qual o proprietário e o cativo negociavam uma quantia mutuamente aceitável a ser liquidada em parcelas periódicas em troca da concessão da liberdade.³⁹⁴ Segundo Russell-Wood, em Vila Rica, entre 1758 e 1799, 48,8% das alforrias dependeram da coarção.³⁹⁵ De toda a forma, como enfatiza Ramos, «freeing slaves via the last will and testament was seen by some as guaranteeing favor in the sight of God». O historiador acrescenta que «it would appear that the slaves freed in this manner were house slaves»³⁹⁶.

Temos testemunho de uma alforria concedida incondicionalmente e sem pagamento num dos documentos por nós encontrados no Arquivo acima citado: o testamento do morador da rua Direita³⁹⁷ Antonio Joze Ribeiro, de 1816. Ele declara:

«Os dois Escravos que tenho por nome Anna Banguella e Joaquim Banguella deixo forros livres eizentos de toda a escravidão e Cativeiro gratuitamente do dia do meu falecimento em diante servindo lhes de Carta de liberdade a presente Verba»³⁹⁸.

³⁸⁹ *Idem.* “Demografia...” Op. Cit. pp. 9-14.

³⁹⁰ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 83; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. p. 5; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. p. 63.

³⁹¹ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. Oneworld Publications, Oxford: 1982. tr. pt. MEDINA, Maria Beatriz. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. 1ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005. p. 59.

³⁹² Sobre o processo de manumissão no Brasil colonial, ver o Capítulo “Os caminhos da liberdade”, em *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. *Idem. Ibidem.* pp. 53-81. Ver também: *Idem. Ibidem.* pp. 303-309.

³⁹³ RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 226.

³⁹⁴ *Idem. Ibidem.* p. 226. Sobre o interesse acadêmico despertado pela instituição da coarção, ver: RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 304.

³⁹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 304.

³⁹⁶ RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 227.

³⁹⁷ Segundo o Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109).

Russell-Wood frisa a frequência da ocorrência, nas cartas de alforria por ele examinadas, da expressão “inútil para qualquer forma de trabalho”, a demonstrar que, em muitos casos, os donos concediam a liberdade ou a possibilidade de a comprar aos escravos cuja a velhice, uma doença ou alguma lesão os impedisse de trabalhar.³⁹⁹ Acerca dos cativos pertencentes a Antonio Joze Ribeiro⁴⁰⁰ não temos informações relativas à idade ou ao estado de saúde. Diversos elementos levam-nos a crer que o comerciante – «com loge de molhado»⁴⁰¹, segundo o Recenseamento de 1804 – não tinha interesse em que tal singular tipo de bem chegasse às mãos de seu herdeiro. Antes de tudo, tratava-se de um homem sozinho – nas suas palavras, «nunca fui Cazado e sempre vivi no estado de Solteiro e nem tenho herdeiro algum forçado» – que não expressou uma preferência específica na eleição do beneficiário:

«A qualquer dos ditos Testamenteiros nomeados que aceitar a minha Testamentaria nomeyo e instituo por meu legitimo universal herdeiro de tudo o que restar dos meus bens depois de pagar as minhas dividas e satisfar todas as minhas despoziçoens».

Em segundo lugar, Antonio Joze Ribeiro parecia ter toda a disponibilidade para que fossem satisfeitas suas disposições, referentes à mortalha, ao acompanhamento, ao sepultamento de seu corpo e às

³⁹⁸ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 308 Auto 6615.

³⁹⁹ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 77.

⁴⁰⁰ Este morador nos conduz a Eufrazio Manço dos Sanctos, outro habitante da rua Direita, homem «sem negocio», sobre quem o testamento – o único documento a ele referente que conseguimos, dado que o relativo inventário parece ter sido perdido – fornece escassas informações. Suscitou o nosso interesse seu relacionamento com Antonio Joze Ribeiro, que Eufrazio nomeou seu testamenteiro e herdeiro. Mas o único ponto em comum que encontramos entre os dois indivíduos é a proveniência, ambos são originários do Norte de Portugal – Eufrazio Manço dos Sanctos era natural da «cidade de Porto» (AHMI: Traslado do Testamento Ofício I Códice 35 Auto 414) e Antonio Joze Ribeiro «Freguezia de São Romão de Mesão Frio Termo da Villa de Guimaraens Arcibispado de Braga» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 308 Auto 6615). Aliás, esta condição não era incomum entre os moradores da rua Direita – e, mais geral, de Vila Rica, de Minas e da América portuguesa (ver: RAMOS, Donald. “Do Minho a Minas” [em linha]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Vol. XLIV, 2008. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM%2006%202008_do%20minho%20a%20minas.pdf). Antonio Joze Gomes provinha da «Freguezia de Santa Christina de Longos termo da Villa de Gumiraens Arcibispado de Braga» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 304 Auto 6555), Antonio Joze Velloso da «Cidade de Braga» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 307 Auto 6588), João Joze da Costa Gesteira da «Villa da Povia de Varzim no Reyno de Portugal» (AHMI: Testamento Ofício I Códice 329 Auto 6929) e Manoel Antonio de Magalhaens da «Freguezia de Santiago de Foja Comarca de Guimaraens Arcibispado de Braga» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 341 Auto 7130). Repare-se que o testamento de João Joze da Costa Gesteira, de 1860, é muito tardio, relativamente aos outros por nós consultados. O homem tinha 23 anos em 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109), por conseguinte, na época da redação do testamento, devia ter 79 anos. Isto quer dizer que chegou em Minas, o mais cedo, nas últimas décadas do século XVIII. Este dado poderia ser considerado uma prova da persistência de fluxos migratórios do Reino para Minas Gerais também na fase pós-auge minerador. Quanto a Manoel Antonio de Magalhaens, seu é um outro testamento que oferece poucas informações. Apenas achámos interessantes alguns indícios que nos levaram a concluir que, provavelmente, era um militar: o fato de ele ser «Profeço na ordem de São Bento de Avis», uma ordem cujos habilitados eram essencialmente militares, e a patente a ele atribuído de «Sargento Mor» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 341 Auto 7130).

⁴⁰¹ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109.

cerimónias seguintes ao enterro, honradas suas dívidas e, também, gratificado seu testamenteiro – o que parece ser provado pelas declarações do testador relativas aos bens possuídos e aos créditos a ele devidos:

«Os bens que eu possuo são os que por meu falecimento se acharem bem como por Credito e sem elles constantes de assentos e lembranças por mim feitas que tudo o meu Testamenteiro averiguarâ»;

«[...] meus Testamenteiros procuradores e admenistradores geraes dos meus bens dos quais poderam dispor como bem lhes parecer em praça e fora della e se lhes levava em Conta toda a despeza que fizerem tanto judicial como extrajudicial».

Por outro lado, as cláusulas de natureza espiritual:

«Meu Testamenteiro mandara dizer nesta Villa pelos Sacerdotes da sua Eleição Cem Missas a saber Cincoenta pela minha alma e Cincoenta pela do meus Pais e mais parentes e pessoas com quem tive negocio»;

e temporal:

«Devo ao Capitão Thome Fernandes Braga huma avultada quantia constante de clarezas as quais todas meu Testamenteiro satisfará precedendo ajustamento de Contas de forma que nem eu nem as pessoas a quem eu devo sejã o prejudicadas»

«se aparecer porem alguma pessoa a quem eu deva sem clareza atte a quantia de quatro oitavos meu Testamenteiro lhe satisfara jurando ella a verdade da divida sendo pessoa de conceito»;

contidas no documento denotam certa preocupação do testador com o sereno descanso eterno de sua alma. Podemos conjecturar, portanto, que a decisão de conferir a alforria a seus cativos, tomada pelo morador da rua Direita, livre de condicionantes familiares e económicas relativamente ao assunto, no momento da redação de suas últimas vontades – «temendo me(se) da morte» – tenha sido influenciada pelo temor a Deus, a piedade cristã ou quiçá a simples afeição. A retificação com a qual o testador esclarece que o escravo a libertar era «Joze não Joaquim»⁴⁰², se não for devida a mero lapso, até poderia configurar a hipótese de uma escolha do mais meritório exercida pelo dono entre seus escravos – não temos indicação do número total dos cativos em sua posse.

Tal forma de discriminação, com base no merecimento individual do cativo, manifesta-se claramente em dois dos documentos por nós examinados: o testamento de Maria da Conceição, de

⁴⁰² AHMI: Contas Testamentariás Oficio I Códice 308 Auto 6615.

1806, e de Antonio Joze Vieira de Carvalho, de 1818, ambos residentes na rua Direita⁴⁰³. A primeira concedeu a liberdade apenas a uma dos seus cinco mancípios – entre os quais afigurava o filho da cativa, de 6 anos⁴⁰⁴ – Maria, originária de Angola, que na altura devia ter 24 anos⁴⁰⁵:

«Declaro que deixo por forra a minha escrava Maria Angola em remuneração de seos bons servicios, a quem meo testamenteiro passara Sua Carta de Liberdade, e so o filho ficará subjecto de nome Manoel Crioulo»⁴⁰⁶.

O segundo liberta apenas um dos seus cativos, o pardo Floriano, nas suas palavras, «pelo que me(lhe) merece(ia)»⁴⁰⁷.

Em alguns casos, a manumissão era sujeita a condições. Lê-se no testamento de 1806, ditado pelo morador da rua Direita⁴⁰⁸ Luis Gomes da Fonseca⁴⁰⁹, «Escrivam dos auzentes»⁴¹⁰:

«Declaro que possuo hum Escravo de nome João de Nassão Congo a muito annos e que Como este sempre viveo com parcimonia sem me Cauzar em Comodo tenho lhe passado Conicional sua Carta de Liberdade para servir a meo filho Francisco [...] o tempo de doze annos que Correrão do [Illegível] fallecimento em diante, e sendos que seião os ditos doze annos de serviço o dito meo filho lhe passará Carta de Alforria tendo elle servido bem Como delle espero e Cazo não sirva bem nesse Cazo ficará Captivo para sempre por ser assim a minha vontade»⁴¹¹.

Segundo o Recenseamento, o cativo tinha 30 anos em 1804,⁴¹² portanto, tornar-se-ia livre aos 44 anos de idade.

Russell-Wood afirma que «um escravo que recebesse a liberdade gratuitamente pelo testamento do senhor tinha pouca razão para ficar efusivamente grato pela emancipação, a menos que

⁴⁰³ Segundo o Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111 e p. 109).

⁴⁰⁴ Em 1804, segundo o Recenseamento, tinha 4 anos (*Idem. Ibidem.* p. 111).

⁴⁰⁵ Em 1804, segundo o Recenseamento, tinha 22 anos (*Idem. Ibidem.* p. 111).

⁴⁰⁶ AHMI: Contas do Pio Ofício I Códice 417 Auto 8290.

⁴⁰⁷ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6576.

⁴⁰⁸ Segundo o Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109).

⁴⁰⁹ Homem envolvido na Inconfidência mineira, como atestam as alegações contidas no seu testamento por meio das quais ele tenta se eximir do pagamento de um ofício que arrematou: «Declaro que no anno de mil sete sentos setenta e seis ou setenta e sete ou o que na verdade for rematei hum officio de Tabellião do Papagaio de que forão meos fiadores o Alferes Caetano Nunes, e o Capitão Luis Carneiro de Souza, e socedendo Logo por infellicidade de huma chamada Inconfidencia que ahi houve e querendo-se me involver nella vim na precizão de me retirar fugitivo da quella paragem para a Cidade de Bahia no emquanto se tractava de Requerimentos que dis fizerão a dita inconfidencia succedeo que hum ou ambos fiadores, aprovarão serventuario para o dito officio pella quantia de cento e cincoenta mil reis por anno sem já mais nunca fiscalizar o rendimento do dito officio nem a esse respeito fazer Requerimento algum. Portanto nunca mais tomei Conta do dito Officio nem nelle tive o menor proveito e por isso me persuado que se os ditos fiadores nisto experimentarão algum prejuizo a si o devem imputar» (AHMI: Traslado do Testamento Ofício II Códice 33 Auto 376).

⁴¹⁰ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109.

⁴¹¹ AHMI: Traslado do Testamento Ofício II Códice 33 Auto 376.

⁴¹² MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109.

esta não fosse acompanhada por um legado», de facto, explica, «a maioria dos escravos não conhecia nenhum ofício nem tinha capacidade intelectual de beneficiar-se de sua nova liberdade»⁴¹³. Como um contemporâneo⁴¹⁴ anotou, teria sido oportuno deixar o liberto sob a orientação de um tutor ou administrador, que o ajudasse no «prolongado e doloroso processo de adaptação física, psicológica e mental à nova realidade»⁴¹⁵. Christovão Marques de Mesquita, outro morador da rua Direita⁴¹⁶ sobre o qual conseguimos encontrar documentos no Arquivo da Casa do Pilar, em seu testamento, de 1829, para além de conferir a alforria a dois de seus escravos, deixou disposições a seu testamenteiro para que cumprisse algumas das exigências materiais básicas a estes e protegesse um dos dois indivíduos – o mais jovem, podemos presumir:

«Declaro que meu testamenteiro alem da roupa que meus Escravos tem lhe mandara fazer mais alguma parao seu uzo os quais ambos Escravos Joze e Joaquim os deixo forros e Libertos de toda a escravidão e o meu testamenteiro o vigiar sobre Escravo Joze que o não furtem e o vão vender»⁴¹⁷.

Também o Reverendo Padre Domingos Francisco de Carvalho, residente na mesma rua,⁴¹⁸ em registar suas últimas vontades, em 1842, não se limitou a conceder a liberdade a seus escravos, mas os confiou ao cuidado de seus testamenteiros, alegando os motivos de tal ato:

«Declaro que os escravos que possuo deixo os livres, e suas Cartas lhes serão entregues, aos quais [...] meus Testamenteiros farão todo o bem que puderem, atendendo a caridade e com que me tratão, e bons serviços que me tem prestado»⁴¹⁹.

João Joze da Costa Gesteira, em seu testamento de 1860, chega a destinar a um dos escravos que escolhe alforriar, por caridade, um bem importante, a casa de campo em que referiu na época morar – o que revelaria uma mudança de domicílio do testador, que o Recenseamento de 1804

⁴¹³ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 77. Em outra passagem do mesmo texto, Russell-Wood esclarece que «em todos, com a exceção dos mais determinados e resolutos, a instituição da escravatura sufocava a iniciativa, o potencial de tomar decisões, a oportunidade de demonstrar liderança e a capacidade de autocontrole» e que, conseqüentemente, «não admira que muitos escravos, depois de cruzar a soleira do mundo livre tendo nas mãos seu pedaço de papel recém-assinado, estivessem totalmente despreparados para enfrentar as exigências de uma sociedade competitiva em que aquelas mesmas qualidades, afiadas pela experiência, eram as mais valorizadas» (*Idem. Ibidem.* p. 85).

⁴¹⁴ O professor régio de grego em Salvador, Luís dos Santos Vilhena. *Idem. Ibidem.* p. 65.

⁴¹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 78.

⁴¹⁶ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106.

⁴¹⁷ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 32 Auto 372.

⁴¹⁸ Segundo o Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106).

⁴¹⁹ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 334 Auto 7023.

registava, à idade de 23 anos, como habitante de Ouro Preto, mais precisamente da rua Direita,⁴²⁰ para uma localidade nas sua vizinhanças:

«Deixo os meus dois escravos João, e Manoel forros e libertos servindo-lhe esta verba para tittulo da sua liberdade dipois do meu faleciment, e deixo ao Manoel por esmola ou legado a minha Chacra em que ao prezente moro na Freguezia de S. Bartholomeu com toda a roupa do meu uzo»⁴²¹.

Estes testemunhos evidenciam que a manumissão de cativos por meio do testamento, hábito que, para Ramos, teria sido frequente nas primeiras décadas do século XVIII, antes da disseminação da coartação, continuou a ser praticado no século XIX. Ademais, na sua cronologia⁴²² e considerados os benefícios crescentes que indivíduos com perfil social diferenciado⁴²³ reconheceram aos escravos que libertaram, tais documentos parecem até ilustrar aquela evolução do costume e, portanto, da mentalidade que teria levado à abolição da escravidão no Brasil em 1888.

Russell-Wood salienta o aumento numérico da «população livre de cor» no Brasil durante o século XVIII. Nós acrescentamos, como veremos melhor focando especificamente Minas, como esta tendência ultrapassou os Setecentos para se consolidar na centúria seguinte. Segundo o historiador britânico, este fenómeno teria sido atribuível a «dois principais fatores», que marcaram de forma incisiva especialmente Minas Gerais dentro do panorama da América portuguesa: a «descoberta de jazidas minerais» e a «urbanização»⁴²⁴, os quais foram responsáveis pela criação de novas «oportunidades econômicas e sociais»⁴²⁵ para os escravos se libertar.

Os escravos empregados nas lavras, que trabalhavam, sob a supervisão de um feitor, em áreas prescritas e estavam alojados em senzalas bem próximas – o que devia limitar o risco de extravios de metal precioso – gozavam de pouca ou nenhuma possibilidade de agir para ganhar sua liberdade. Diferentemente, os escravos faiscaidores, geralmente de propriedade dos donos mais pobres, percorriam as zonas de mineração procurando e lavando o ouro em qualquer lugar promissor – tornando-se um problema de segurança para os governadores e as câmaras municipais, pela sua própria presença, pois se suspeitava que oferecesse terreno fértil para revoltas, e pelas escavações que praticavam, responsáveis por danificar a *urbs* – e uma vez por semana entregavam ao dono – isentado,

⁴²⁰ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111.

⁴²¹ AHMI: Testamento Ofício I Códice 329 Auto 6929.

⁴²² 1829, 1842 e 1829.

⁴²³ Christovão Marques de Mesquita era «ocupado na Contadoria» (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106), Domingos Francisco de Carvalho era «Presbítero Secular do Habito de Sam Pedro» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 334 Auto 7023) e João Joze da Costa Gesteira, pelo menos na juventude, teria vivido «de sua venda» (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111).

⁴²⁴ Aqui, ao citar Russell-Wood, remetemos para a aceção do termo “urbanização” ilustrada na página 35 da presente Dissertação.

⁴²⁵ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 58.

por seu lado, da responsabilidade da manutenção do cativo – seus ganhos. À categoria dos faiscadores pertencia o escravo Antonio, 30 anos,⁴²⁶ de propriedade do morador da rua Direita Francisco de Araujo Correia, homem «sem negocio»⁴²⁷. Estes cativos tinham «os meios, a oportunidade e a motivação»⁴²⁸ para se libertar, às vezes se dedicando a atividades criminosas para pagar seu compromisso para com o dono ou empreendendo a fuga. Com o pretexto de faiscar, numerosas eram as mulheres escravas que se dedicaram à prostituição nas zona de mineração, conseguindo, não raro, ganhar desta forma o montante que seu senhor pretendia para lhe conceder a alforria.

Ao mesmo tempo, a mineração e a urbanização podiam determinar um relacionamento mais pessoal entre o escravo e seu dono. Para muitas escravas isto se traduziu no concubinado, por meio do qual aumentavam para estas mulheres as possibilidades de ser alforriadas, gratuitamente ou graças às maiores perspectivas de ganho que a proteção do senhor garantia às suas atividades económicas, legais ou não. Os homens podiam beneficiar, para além da afeição decorrente duma relação mais estrita com os donos ocasionada pelas condições peculiares da vida nas Minas, também pela dependência que, em alguns casos, vinculava estes últimos aos conhecimentos técnicos que os escravos possuíam – sobretudo cativos originários da chamada “Costa da Mina”, onde a mineração e a metalurgia eram muitas desenvolvidas – estes lhes ofereceram um instrumento de pressão nas negociações para comprar sua liberdade e lhes garantiram, quando alforriados, perspectivas de lucro.

No meio urbano⁴²⁹, outra categoria de escravos que conseguiu aproveitar de seus talentos para se libertar e se integrar na economia uma vez livres foi a dos artesãos.⁴³⁰ Entre os moradores da rua Direita sobre os quais encontrámos documentos afiguram dois homens forros que, segundo o Recenseamento de 1804, viviam de seus ofícios mecânicos⁴³¹: Felipe Santhiago de Araujo, 36 anos, «mestre seleiro»⁴³² e Joaquim Francisco Corrêa, 26, «alfaiate»⁴³³. Os inventários dos dois homens

⁴²⁶ Segundo o Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106).

⁴²⁷ *Idem. Ibidem.* p. 106.

⁴²⁸ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 180.

⁴²⁹ Ramos sublinha que «while artisans could be found in rural settings, artisans in large numbers could be found only in urban centers» (RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 176). Interpretamos a expressão “urban center” remetendo para a aceção mais restrita do termo “urbano” de «relativo à cidade», ver a página 39 da presente Dissertação.

⁴³⁰ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 62. Ramos explica que, na década de 1730, foram oficialmente abertas as portas dos ofícios mecânicos aos libertos e que, nos anos seguintes, sua entrada foi encorajada pela administração régia, na esperança de que isto os teria transformado em honestos e produtivos membros da comunidade. O resultado foi que, em 1764, os ex-escravos representavam um quarto de todos os artesãos e que, em 1804, o 42% dos forros exercia esta profissão ou era aprendiz (RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 232-233). Russell-Wood salienta, todavia, que, apesar do número dos libertos oficiais mecânicos ter crescido no decorrer do século XVIII, «ao aumento numérico não correspondeu o reconhecimento pessoal (RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 93). Para o historiador, «o negro ou mulato livre que fosse artesão especializado tinha um meio de vida garantido, embora na maior parte pouco lucrativo» (*Idem. Ibidem.* p. 92). Sobre as dificuldades enfrentadas pelos homens forros em se inserir no mundo dos ofícios mecânicos, ver: *Idem. Ibidem.* pp. 92-93).

⁴³¹ Sobre os ofícios mecânicos em Minas Gerais no século XVIII, ver: MENESES, José Newton Coelho. “Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Op. Cit.; SILVA, Fabiano Gomes da. Op. Cit. pp. 70-83.

⁴³² MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 110.

⁴³³ *Idem. Ibidem.* p. 107.

registam, entre outros, os objetos dos quais se serviam no exercício de sua profissão e denotam uma condição económica modesta.⁴³⁴ Sobre o passado de um terceiro morador, João Baptista Pereira, «mestre sapateiro»⁴³⁵, 50 anos em 1804, «filho natural de Anna Gomes da Silva preta e Mina»⁴³⁶, não temos informações, ele poderia tanto ter nascido livre, quanto ter sido alforriado ao momento do batismo ou em seguida. Seu inventário revela uma condição mais abastada da dos dois libertos mencionados antes.⁴³⁷

Por outro lado, temos testemunho de escravos artesãos. É o caso de um dos cativos pertencentes ao sobrecitado Francisco de Araujo Correia, Feliciano, 40 anos em 1804, empregado, segundo as listas nominativas do mesmo ano, como alfaiate.⁴³⁸ Na rua Direita, na morada de Antonio Joze Gomes, 42 anos em 1804, «sem negocio»⁴³⁹, morava o agregado⁴⁴⁰ forro Luis Teixeira, 73 anos, alfaiate. O Recenseamento que consultámos anota ademais que na mesma casa, para além de o cativo Joaquim, 25 anos, registado como «page» – “pajem”, presumivelmente encontravam-se «mais 3 escravos que pertecem a seus donos»⁴⁴¹, dois dos quais, Thionio e João, de idade não especificada, pertencentes a tal Pedro Afonço, eram alfaiates. Trata-se provavelmente de escravos “de aluguel” ou “de ganho”. Entre as possibilidades de lucro para os proprietários havia a cessão do serviço de seus cativos a terceiros, por tempos e preços determinados: caso o dono estivesse diretamente envolvido nesta operação, os escravos eram ditos “de aluguel”, caso os mesmos tivessem obtido o trabalho independentemente eram ditos “de ganho” e estavam obrigados a entregar um percentual de seus proventos, previamente combinado, a seu senhor.⁴⁴² Supomos que, na habitação de Antonio Joze Gomes, existisse uma oficina, do qual o dono do local devia tirar proveito, em que exerciam a profissão de alfaiate o forro Luis Teixeira e os mancípios Thionio e João. De toda a forma, a constatação de que diversos escravos e forros, entre aqueles sobre os quais conseguimos informações, partilhassem o mesmo ofício, no caso o de alfaiate, e, particularmente, o caso do liberto e dos cativos que trabalhavam lado a lado na morada de Antonio Joze Gomes, parece confirmar «certa superposição entre as funções dos escravos e dos libertos»⁴⁴³.

⁴³⁴ AHMI: Inventário Fundo Cartorial 1830-1860 C4; AHMI: Inventário Ofício I Códice 79 Auto 951.

⁴³⁵ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106.

⁴³⁶ AHMI: Traslado do Testamento Ofício I Códice 72 Auto 853.

⁴³⁷ Entre os bens arrolados havia, para além de outros de menor valor, «Ouro Lavrado», «Pratta», «Louça, e Vidros», «Moveis de Caza», «Gado vacum, e Cavalari», «Escravoz», «Creditoz» e «Bens de rais» (AHMI: Inventário Ofício I Códice 72 Auto 853).

⁴³⁸ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106.

⁴³⁹ *Idem. Ibidem.* p. 110.

⁴⁴⁰ De acordo com Ramos, no Recenseamento de 1804, «52% of the freedman and women were listed as agregados, that is, they lived in someone else's home where they occupied a position on the periphery of the family life» (RAMOS, Donald. Op. Cit. p. 233).

⁴⁴¹ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 110.

⁴⁴² RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. pp. 62-63.

⁴⁴³ *Idem. Ibidem.* p. 290.

É possível identificar outros elementos que colocaram os cativos do contingente mineiro perante seus donos numa posição de força inédita para o Brasil colonial no elevado investimento pecuniário que a compra do escravo representava – sobretudo se especializado, como devia ser uma parte significativa da mão de obra mancipia empregada nas lavras, e sobretudo nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, onde os membros desta categoria chegaram a ter um «custo exorbitante»⁴⁴⁴ – e na possibilidade, prevista pelas leis que vigoravam na Capitania, para o cativo de denunciar seu senhor por evasão do pagamento do quinto e de obrigá-lo, indiretamente, através de seus comportamentos inadequados, a pagar multas.⁴⁴⁵

O aumento do número das alforrias em Minas ao longo dos Setecentos foi relacionada pela historiografia com a dimensão económica. Segundo Stumpf, foi considerado, nas décadas de 1960 e 1970, como «uma consequência natural da abundância do ouro, que teria beneficiado a todos, inclusive aos escravos que, ao fadarem por sua própria conta, conseguiam comprar a liberdade»⁴⁴⁶ e, a partir da publicação, na primeira metade dos anos '80, do trabalho de Souza *Desclassificados do ouro* (1986) – que questionou a ideia de uma distribuição da riqueza, que, para a autora, estava concentrada nas mãos de poucos – como uma estratégia dos senhores para se livrarem do ônus da manutenção de um plantel que o declínio da mineração ia tornando improdutivo.⁴⁴⁷ No entanto, Eduardo Paiva observa que, dada a complexificação vivida pela economia mineira paralelamente à queda da produção de ouro, os escravos teriam podido ser realocados em outros setores. A sua proposta, mais recente, propõe integrar nas interpretações centradas nos aspetos económicos, o fator humano, o que permitiria reconhecer a existência de motivações extra-económicas por trás das escolhas dos senhores e atribuir o devido protagonismo aos escravos.⁴⁴⁸

Vimos, portanto, como muitos cativos, em Minas, «tiveram oportunidade de tomar decisões, negociar e, por seus atos, assumir certo grau de controlo sobre a vida, mesmo no contexto da sociedade escravocrata»⁴⁴⁹. Cabe salientar, ademais, que podiam intervir no processo de alforria também terceiros – um indivíduo, um grupo de indivíduos ou uma irmandade⁴⁵⁰. Temos um exemplo

⁴⁴⁴ *Idem. Ibidem.* p. 163.

⁴⁴⁵ Sobre as particularidades que assumiu a escravatura nas regiões mineradoras, ver o Capítulo “A outra escravidão: a mineração de ouro e a ‘instituição peculiar’”, em *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil. Idem. Ibidem.* pp. 157-187. Ver também: *Idem. Ibidem.* pp. 60-61 e p. 289.

⁴⁴⁶ STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília: 2009. p. 73.

⁴⁴⁷ Segundo Souza, «as alforrias [...] não foram conseguidas pelos escravos, e sim concedidas pelos senhores» (SOUZA, Laura de Mello e Souza. Op. Cit. p. 29 [itálico do autor]). Acerca da relação entre a decadência aurífera e o aumento do número das manumissões, ver também: RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 166 e pp. 300-301 e p. 333.

⁴⁴⁸ Ver: STUMPF, Roberta Giannubilo. *Cavaleiros...* Op. Cit. pp. 73-81.

⁴⁴⁹ *Idem. Ibidem.* p. 345.

⁴⁵⁰ Ver: *Idem. Ibidem.* p. 304. Sobre o papel das irmandades nos processos de aforamento, ver o Capítulo “O comportamento coletivo: as irmandades”, em *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil. Idem. Ibidem.* pp. 191-231.

desta forma de manumissão no testamento da Mina – que deduzimos ser forra⁴⁵¹ – Roza Maria Pinto, de 1806, que compra, «a custa de sua Fazenda», a liberdade de seu filho «Vicente Bandeira que he Captivo do Capitam Sabastiam Francisco Bandeira»⁴⁵².

Russell-Wood frisa, todavia, que, apesar de seu crescimento numérico, «as histórias de sucesso» de forros no Brasil colonial foram «raras»⁴⁵³. De facto, para o historiador, sob o perfil jurídico, económico e social, «a posição do liberto caracterizava-se por sua natureza estática e pela ausência de progresso ascendente geral»⁴⁵⁴. Alguns ex-escravos conseguiram certo grau de autonomia económica e de aceitação social, mas na maioria dos casos estas «foram conquistadas em esferas limitadíssimas»⁴⁵⁵. O *status* das pessoas de cor nascidas livres ou alforriadas – diferentemente do dos escravos – era ambíguo *de iure* e *de facto*, sendo a legislação relativa a este específico segmento da população ausente, nebulosa ou simplesmente ignorada. Os indivíduos de ascendência africana acabaram, portanto, por serem discriminados de forma sistemática apesar da condição jurídica, com restrições mais ou menos estritas ao potencial de realização pessoal.⁴⁵⁶

Abordamos agora a questão do aumento da população forra em Minas Gerais em termos quantitativos. Focando o período de 1776 a 1821, Stumpf evidencia uma franca diminuição da proporção dos escravos na população total da Capitania, notando que, naquele intervalo, eles passaram de 50% para pouco mais de um terço. Embora reconhecendo que as alforrias contribuíram para este resultado, a historiadora destaca o aumento simultâneo da parcela da população feminina e da população parda/mulata⁴⁵⁷ de ambos os sexos, sugerindo que os três fenómenos podem se explicar, de forma conjunta, por um incremento da população mineraria mediante a reprodução natural. Stumpf frisa que o crescimento populacional em Minas após 1776 foi muito menos acentuado do que tinha ocorrido na Capitania antes daquela data e, sobretudo, que foi diferente a nível qualitativo. Isto porque, enquanto na primeira metade dos Setecentos o aumento da população mineira foi determinado principalmente pela imigração de homens brancos do Reino e pela importação de escravos africanos do sexo masculino, «para que a Capitania atingisse, já na segunda metade do século XVIII, a

⁴⁵¹ Com base no princípio de que *partus sequitur ventrem*, na América portuguesa, a condição legal dos filhos era a mesma das mães (RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 313).

⁴⁵² AHMI: Inventário Ofício II Códice 51 Auto 569.

⁴⁵³ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 346.

⁴⁵⁴ *Idem. Ibidem.* pp. 288-289.

⁴⁵⁵ *Idem. Ibidem.* p. 288.

⁴⁵⁶ Sobre a posição jurídica, económica e social dos libertos na sociedade do Brasil colonial, ver o Capítulo “Claro-escuro no Brasil Colonial”, em *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil. Idem. Ibidem.* pp. 285-292. Ver também: *Idem. Ibidem.* p. 70 e pp. 296-297. Ver também: RAMOS, Donald. Op. Cit. pp. 232-237.

⁴⁵⁷ Pardo e mulato são duas categoria de cor utilizadas no Brasil colonial para classificar os filhos das uniões entre brancos e pretos. Stumpf afirma que as fontes relativas ao ano 1776 e ao ano 1821 por ela utilizadas faziam recurso, respetivamente, a estes termos para se referir ao mesmo grupo (STUMPF, Roberta Giannubilo. “Minas...” Op. Cit. p. 10 – nota 14). No entanto, Russell-Wood assinala que «a condição social associada à palavra pardo» era «mais elevada do mulato» (RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op Cit. p. 297). Supomos que o autor queira dizer que o termo “pardo” indicava um indivíduo mais integrado na sociedade dos “brancos e livres” dos designados por “mulatos” – por várias razões, podemos presumir: grau de cor, condição jurídica, social, económica.

reputação de ser a mais populosa da América portuguesa, a miscigenação teve desde então um peso importantíssimo»⁴⁵⁸. Isto está provado sobretudo pelo aumento, em termos absolutos e relativos, da população parda/mulata entre 1776 e 1821. Por outro lado, o número dos homens brancos e pretos, relacionado sobretudo com as entradas do exterior, teve, no mesmo período, o seu ritmo de crescimento abrandado pelo afrouxamento dos fluxos imigratórios e de importação de cativos. Ainda que a sociedade mineira tenha continuado a ser composta maioritariamente por homens – nesta ordem: pretos, pardos/mulatos e brancos – o trabalho de Stumpf demonstra como, de 1776 a 1821, as mulheres elevaram seu contingente de modo considerável, especialmente o grupo das pardas/mulatas. Isto teve implicações na proporção de indivíduos livres presentes na Capitania, dado que as cativas pardas/mulatas⁴⁵⁹ tendiam a ganhar com maior facilidade a liberdade do que as pretas. Cresceu também o número das brancas, independentemente da imigração. Tudo isto, demonstraria, para Stumpf, que a reprodução biológica se traduziu em Minas num aumento da população parda, livre e feminina. Segundo a historiadora, a comarca de Vila Rica, diferentemente de outras comarcas mineiras, teria refletido exatamente esta dinâmica demográfica, válida para a Capitania considerada como um todo.⁴⁶⁰

Restringindo a atenção da comarca de Vila Rica para o núcleo urbano da capital, e voltando ao quadro de sua população em 1804 fornecido pelos trabalhos de Costa e Luna, relativamente à composição por géneros, podemos observar um predomínio numérico dos indivíduos do sexo feminino – que constituíam 51,13% do total dos habitantes, contra 48,87% dos homens. Significativa é a discrepância na participação relativa dos sexos nos segmentos populacionais dos livres e dos escravos: enquanto entre os primeiros o elemento masculino era minoritário – 44,69% – no segundo grupo era maioritário – 57,99%.⁴⁶¹ Em todas as estruturas populacionais identificadas pelos dois autores a propoção das mulheres superou o nível de 50%.⁴⁶² De acordo com Costa e Luna,

⁴⁵⁸ STUMPF, Roberta Giannubilo. “Minas...” Op. Cit. p. 13. Sobre a miscigenação em Minas Gerais, ver também: *Idem. Cavaleiros...* Op. Cit. pp. 70-72.

⁴⁵⁹ Segundo Libby e Paiva, o exame dos róis dos confessados demonstra que, no final do século XVIII, em Minas Gerais, as pardas e as mulatas constituíam a maioria dos alforriados (RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 308). Sobre a predominância numérica das mulheres entre os libertos em Minas na época colonial, ver também: FURTADO, Júnia Ferreira. “Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial” [em linha]. *História da Historiografia/Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, N. 2, 2009. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/11/11. pp. 129-130.

⁴⁶⁰ Ver: STUMPF, Roberta Giannubilo. “Minas...” Op. Cit. pp. 8-21. Sobre a dinâmica demográfica das Minas ao longo do século XVIII e na passagem para o século XIX, ver também RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. pp. 166-169.

⁴⁶¹ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 83; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. p. 5; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. p. 63.

⁴⁶² *Idem.* “Demografia...” Op. Cit. p. 12.

intepretando estes dados convém lembrar, além da reprodução natural da população, o movimento de emigração eminentemente livre e masculina que acompanhou o recesso da atividade mineradora.⁴⁶³

Em Vila Rica, em 1804, apenas uma pequena parcela da população livre – 15,56% – e uma mínima parte da população escrava – 1% – estava casada.⁴⁶⁴ Nesta sociedade, proliferavam os casos de uniões interracialis⁴⁶⁵ e de filhos⁴⁶⁶ ilegítimos. Nos testamentos dos moradores da rua Direita por nós examinados há vários indícios que comprovam isto. Costa observa a predominância das mulheres entre os solteiros com filhos, na vila do princípio do século XIX.⁴⁶⁷ Apesar do seu número reduzido não consentir tirar conclusões estatísticas gerais, as fontes primárias por nós consultadas parecem confirmar este dado. Todas as três moradoras da rua Direita sobre as quais encontramos documentos tinham filhos naturais. Todas são arroladas como solteiras. Antonia Leocadia de Jezus declarou ter tido, em tal estado, três filhos, e as supramencionadas Maria da Conceição e Roza Maria Pinto, três e dois, respetivamente.⁴⁶⁸ Maria da Conceição posteriormente se casou e do matrimónio resultou um filho legítimo, mas na altura da redação do testamento a mulher já vivia na condição de viuvez.⁴⁶⁹ Encontrámos na biografia do morador Joaquim Francisco Corrêa um provável testemunho de um casamento entre uma escrava e seu senhor⁴⁷⁰ – no Recenseamento de 1804 ele é registrado como forro⁴⁷¹ e no seu Testamento declara ser «filho legítimo de Joaquim Francisco Corrêa»⁴⁷². Luiz Villalta realça como, no Brasil colonial, o «patriarcalismo» e a «misoginia que lhe era correlata» implicavam na consideração das «mulheres solteiras (sem família, não castas, ou ainda, índias, negras e mulatas) como aptas para a fornicação» e que o sistema «colocava estímulos e facilidades para as uniões esporádicas, instáveis e ilícitas, tornando perfeitamente aceitáveis algumas delas – adultério masculino, prostituição e concubinato – em particular se vitimassem os *desiguais*, os subalternos»⁴⁷³.

A respeito do concubinado, focando Vila Rica numa época anterior ao período temporal abrangido pela nossa investigação no Arquivo, Costa e Luna evidenciam – baseando-se nas devassas de visitação da Capitania promovida pelo bispado de Rio de Janeiro em 1738 – como os casos denunciados envolveram principalmente solteiros, de ambos os sexos – o 84,6% dos indivíduos de

⁴⁶³ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 13-79 e p. 112; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 20-30;

⁴⁶⁴ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 92-94.

⁴⁶⁵ Ver: RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 172.

⁴⁶⁶ Ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 29-40.

⁴⁶⁷ *Idem. Ibidem.* p. 93.

⁴⁶⁸ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6577; AHMI: Contas do Pio Ofício I Códice 417 Auto 8290; AHMI: Traslado do Testamento Ofício II Códice 51 Auto 569.

⁴⁶⁹ AHMI: Contas do Pio Ofício I Códice 417 Auto 8290.

⁴⁷⁰ Sobre os casamentos em Vila Rica, de 1727 a 1826, ver: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 18-28; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. *Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 23-28.

⁴⁷¹ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 107.

⁴⁷² AHMI: Traslado do Testamento Ofício I Códice 79 Auto 951. Sobre a condição jurídica dos filhos das escravas, ver a nota 450 da presente Dissertação.

⁴⁷³ VILLALTA, Luiz Carlos. Op. Cit. pp. 76-77. [itálico do autor]

gênero masculino e o 90,5% dos de gênero feminino – homens na sua maioria livres – 95,4%, contra 4,3% dos forros e 0,3% dos escravos – mulheres forras em primeiro lugar – 53,9% – a seguir escravas – 27,1% – e livres – 18,3% (ver a **Tabela 15**). Com relação exclusivamente às cativas, os dois autores salientam que havia mancebias sobretudo entre os senhores e suas próprias escravas – 74,7% dos casos – mas também entre livres e escravas de terceiros – 20,5% – e entre forros e escravas de terceiros – 4,8% (ver a **Tabela 14**).⁴⁷⁴

Tabela 15

Casos de concubinato segundo o estado civil dos sentenciados
(Vila Rica – 1738)

Mulheres	Homens			Total
	Livres	Forros	Escravos	
Livres	56	--	--	56
Forras	155	9	1	165
Escravas próprias	62	--	--	62
Escravas de terceiros	17	4	--	21
Indeterminadas	2	--	--	2
TOTAL	292	13	1	306

Fonte: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Devassa...” Op. Cit. p. 6.

Tabela 16

Casos de concubinato segundo a condição jurídica dos sentenciados
(Vila Rica – 1738)

Mulheres	Homens			Total
	Livres	Forros	Escravos	
Livres	56	--	--	56
Forras	155	9	1	165
Escravas próprias	62	--	--	62
Escravas de terceiros	17	4	--	21
Indeterminadas	2	--	--	2
TOTAL	292	13	1	306

Fonte: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Devassa...” Op. Cit. pp. 6-7.

⁴⁷⁴ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Devassa nas Minas Gerais: Observações sobre casos de concubinato”. in BARRETO, Antonio Emilio Muniz (Org.). *História Econômica: Ensaio*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1938.

A condição legal das testadoras na documentação por nós consultada é livre. Acerca de Roza Maria Pinto temos a certeza de que ela era uma ex-escrava. Quanto à cor destas mulheres, relativamente a Maria da Conceição não temos indicações, o Recenseamento de 1804 regista Antonia Leocadia de Jezus como branca⁴⁷⁵, enquanto o testamento de Roza Maria Pinto informa que ela provinha da «Costa da Mina»⁴⁷⁶, depreendemos, portanto, que era preta. O testamento de Antonio Joze Gomes, sobre o qual referimos anteriormente, testemunha um outro caso de relação ilegítima concernente a uma mulher africana: o homem declara que no estado de solteiro teve dois filhos de «Marianna Gomes Preta e Mina»⁴⁷⁷. Sabemos, pelo levantamento populacional de 1804, que se tratava de uma forra solteira, de 35 anos na altura.⁴⁷⁸ Todas as testadoras nomearam herdeiros seus filhos ilegítimos.⁴⁷⁹ No caso de Maria da Conceição não foi feita qualquer distinção entre os filhos naturais e o filho legítimo.⁴⁸⁰ Também todos os habitantes da rua Direita de sexo masculino elegeram como herdeiros os filhos ilegítimos.⁴⁸¹ Furtado evidencia, todavia, como «o abandono ou a exposição de crianças em casas alheias, muitas vezes dos próprios progenitores, familiares ou amigos, foi uma forma comum de impedir o registo das crianças como ilegítimas e de lhes garantir condições mais propícias de sobrevivência e de reinserção social»⁴⁸². Costa frisa como às vezes esta solução representou uma forma de «“preservar” ou “proteger”» as mulheres, mormente as pertencentes aos estratos sociais mais elevados, «da “vergonha” decorrente do reconhecimento público da condição de mães solteiras»⁴⁸³. O fato de que um dos filhos de Antonia Leocadia de Jezus, nas palavras da testadora «nunca existiu em meu(seu) poder»⁴⁸⁴, poderia levar a supor que tivesse sido retirado da mãe a fim de defender sua reputação. Todavia, dado que a criança não era o seu primeiro filho, parece mais plausível que o afastamento tivesse sido motivado pela tutela do rebento. Maria da Conceição, por seu lado, hospedava em sua casa o «enjeitado»⁴⁸⁵ Jeronino, de 10 anos.

Costa e Luna apresentam um quadro da divisão da população vilariquense nos diferentes setores económicos em 1804. Referimos os pontos mais significativos. Na vila, o setor primário – em que os dois autores não incluem a atividade extrativa – absorvia uma parcela minoritária dos habitantes – 7,04%, contra 53,61% do secundário e 39,35% do terciário (ver a **Tabela 17** e a **Figura**

⁴⁷⁵ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111.

⁴⁷⁶ AHMI: Traslado do Testamento Ofício II Códice 51 Auto 569.

⁴⁷⁷ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 304 Auto 6555.

⁴⁷⁸ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109.

⁴⁷⁹ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6577; AHMI: Contas do Pio Ofício I Códice 417 Auto 8290; AHMI: Traslado do Testamento Ofício II Códice 51 Auto 569.

⁴⁸⁰ AHMI: Contas do Pio Ofício I Códice 417 Auto 8290.

⁴⁸¹ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 304 Auto 6555; AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 32 Auto 372; AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 327 Auto 6909.

⁴⁸² FURTADO, Júnia Ferreira. “Novas...” Op. Cit. p. 132.

⁴⁸³ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 170.

⁴⁸⁴ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6577.

⁴⁸⁵ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111.

27). Entre os indivíduos economicamente ativos predominavam os de sexo masculino – representavam 78,41% do total, em face de 21,59% constituído por pessoas de género feminino. Se, ao observar a distribuição percentual nos setores económicos dos homens e das mulheres considerados separadamente, não emerge uma grande disparidade (ver a **Tabela 18** e a **Figura 28**), quando se examinar os dados sobre a participação relativa dos trabalhadores dos dois sexos nos setores económicos, as discrepâncias de género fazem-se acentuadas, sobretudo com relação ao setor secundário e terciário – no caso do secundário, a proporção dos homens era igual ao 79,87% do total dos ocupados e a das mulheres ao 20,13%, no caso do terciário, as percentuais eram iguais ao 80,17% e ao 19,83%, respetivamente (ver a **Tabela 19** e a **Figura 29**). Quanto à participação relativa dos livres e dos escravos nos distintos setores económicos, os primeiros, para além de serem largamente majoritários no setor primário – representavam 70,83% dos ocupados – monopolizavam o secundário e o terciário – constituindo 90,15% e 93,14%, respetivamente, dos trabalhadores dos dois ramos.⁴⁸⁶

Tabela 17

Distribuição percentual dos trabalhadores nos setores económicos
(Vila Rica – 1804)

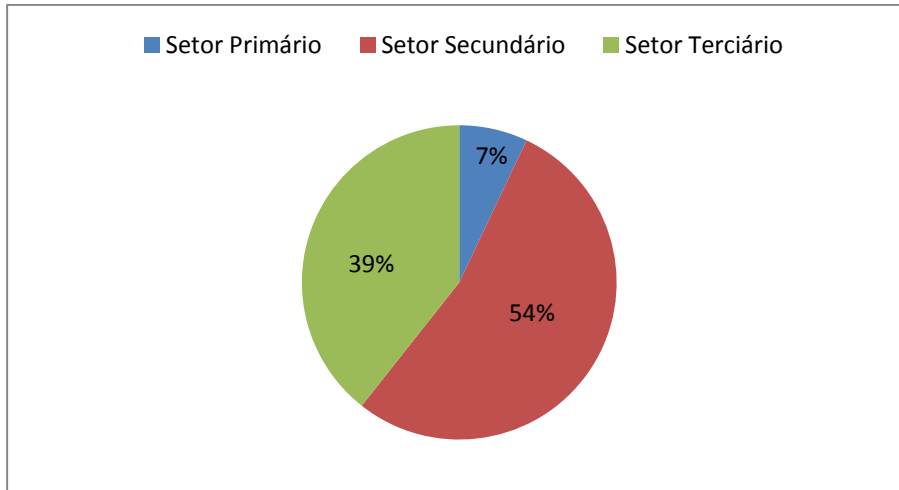
SETORES	HOMENS+MULHERES
Primário	7,04
Secundário	53,61
Terciário	39,35
Total	100,00

Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 106.

⁴⁸⁶ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 104-108; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. pp. 6-7; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 65-66.

Figura 27

Distribuição porcentual dos trabalhadores nos setores económicos
(Vila Rica – 1804)



Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 106.

Tabela 18

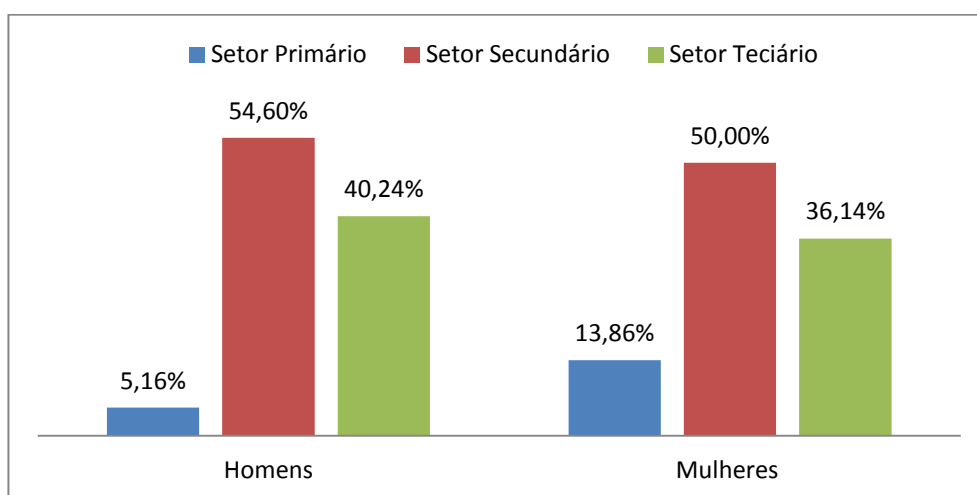
Distribuição porcentual dos homens e das mulheres nos setores económicos
(Vila Rica – 1804)

SETORES	HOMENS	MULHERES
Primário	5,16	13,86
Secundário	54,60	50,00
Terciário	40,24	36,14
Total	100,00	100,00

Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 106.

Figura 28

Distribuição porcentual dos homens e das mulheres nos setores económicos
(Vila Rica – 1804)



Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 106.

Tabela 19

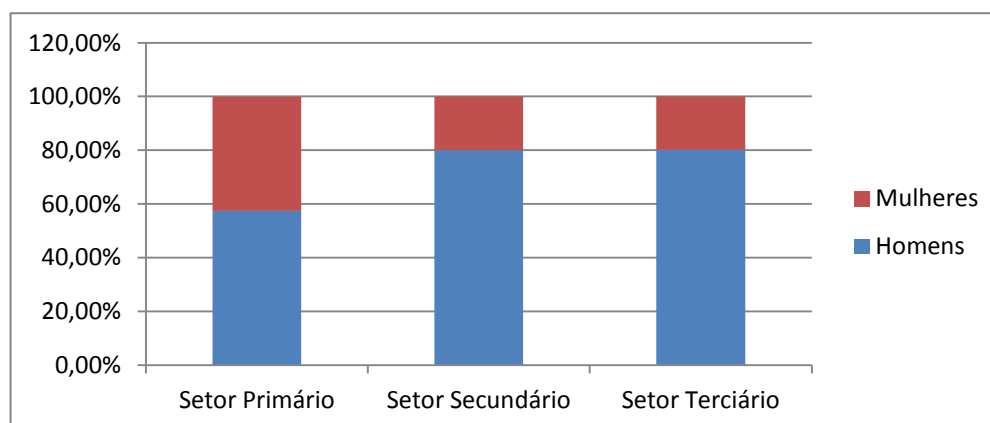
Participação relativa dos trabalhadores dos dois sexos nos diversos setores económicos
(Vila Rica – 1804)

SETORES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Primário	57,50	42,50	100,00
Secundário	79,87	20,13	100,00
Terciário	80,17	19,83	100,00

Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 106-107.

Figura 29

Participação relativa dos trabalhadores dos dois sexos nos diversos setores económicos
(Vila Rica – 1804)



Fonte: COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 106-107.

Resumimos agora algumas das anotações de Costa e Luna relativas ao género e à jurídica dos que exerciam as várias profissões, repartidas nos três setores económicos (ver a **Tabela 20**). Focamos os setores secundário e terciário, pois entre os moradores da rua Direita que nós selecionamos não havia ninguém que fosse empregado no primário.

Começamos com as evidências relativas ao sexo dos indivíduos ativos.

No setor secundário, havia ampla especialização. Existia um número reduzido de ocupações de exclusiva pertinência feminina – a de costureira, doceira, fiandeira e rendeira. Havia algumas tarefas nas quais as mulheres prevaleciam, mas que eram executadas também por homens – como as de padeiros e tecedores – e outras em que se verificava uma situação inversa – era o caso dos tintureiros, mineiros e faiscaidores. Relativamente aos últimos dois mesteres, Costa e Luna frisam seu grande peso relativo – a eles dedicava-se cerca de um quarto de todos os trabalhadores do setor secundário de ambos os sexos – e põem em destaque a preponderância dos faiscaidores sobre os mineiros, o que, na opinião dos dois autores, atestaria a decadência da exploração aurífera em Vila Rica. Havia depois uma maioria de atividades reservados à parcela masculina da população. Isto podia depender dos conhecimentos técnicos que requeriam – era o caso, por exemplo, dos armeiros, dos funileiros e dos fundidores – pelos esforços físicos que exigiam – como no caso dos capineiros e dos ferradores⁴⁸⁷ – ou por uma tradicional associação de género – como era o caso dos alfaiates, sempre homens, e das costureiras, sempre mulheres. Entre estas profissões tinham papel de destaque os alfaiates – como o forro Joaquim Francisco Corrêa, o escravo Feliciano de propriedade do morador da rua Direita Francisco de Araujo Correa, que acima mencionamos, e ainda o forro e os escravos residentes na casa de Antonio Joze Gomes – os carpinteiros, os ferreiros, os latoeiros e os sapateiros – entre os quais o supracitado João Baptista Pereira, homem livre ou forro abastado, distinguia-se por ser «mestre»⁴⁸⁸ – que conjuntamente ocupavam mais da metade dos homens arrolados como trabalhadores do setor secundário.

Também no setor terciário o acesso das mulheres era restrito a um número limitado de tarefas. Na administração civil e eclesiástica a presença masculina era exclusiva – devido à proibição para as mulheres de ocupar cargos ou ofícios naquele âmbito – e nas profissões liberais maciça – únicas exceções no campo eram constituída pelas enfermeiras e as parteiras. Em apresentar sua edição do Recenseamento de 1804, Herculano Mathias assinala a escassez de médicos.⁴⁸⁹ Deve pertencer a este

⁴⁸⁷ Na introdução às listas nominativas que apresenta em *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais. Vila Rica - 1804*, Herculano Mathias insere uma tabela de síntese sobre as profissões declaradas e coloca nela ferreiros e ferradores numa categoria única. Para explicar sua importância numérica, alega a «larga utilização de animais para locomoção e transporte de cargas» (*Idem. Ibidem.* pp. VIII-IX).

⁴⁸⁸ *Idem. Ibidem.* p. 106.

⁴⁸⁹ *Idem. Ibidem.* p. VIII.

grupo o morador da rua Direita Antonio Joze Vieira de Carvalho, sendo registado nas listas nominativas como «cirurgiam Mor»⁴⁹⁰. Os militares constituíam a categoria mais representada pelos homens, seguidos pelos negociantes, os eclesiásticos, os músicos, os funcionários e os escrivões, escreventes e escriturários, estes últimos reunidos por Costa e Luna numa única categoria. Entre os habitantes da rua Direita sobre os quais temos documentação arquivística três pertenciam aos últimos dois grupos: Christovão Marques de Mesquita, «ocupado na Contadoria», e Luis Gomes da Fonseca «Escrivam dos Auzentes», cujos testamentos foram por nós anteriormente abordados, e Manoel Teixeira de Souza, «escrivam da Contadoria», sobrinho do supramencionado Reverendo Padre Domingos Francisco de Carvalho e morador da mesma habitação. No comércio o género feminino encontrava-se melhor representado, por negociantes de seco e molhado e quitadeiras. Dois representantes da categoria dos comerciantes de sexo masculino são os supracitados Antonio Joze Ribeiro⁴⁹¹, «com loge de molhado»⁴⁹², e João Joze da Costa Gesteira que «viva(ia) de sua venda»⁴⁹³. As mulheres representavam a maioria dos cozinheiros e as únicas a exercerem o mester de lavadeira.

A prostituição naturalmente não foi arrolada na lista das atividades económicas registadas pelo recenseamento no qual Costa e Luna fundamentam suas afirmações, mas proliferava nas vilas mineiras.⁴⁹⁴ O arquivo da diocese de Mariana conserva muitas denúncias e inquéritos sobre casos de meretrício.⁴⁹⁵ Segundo Russell-Wood, nestes documentos, «as negras e as mulatas alforriadas aparecem com frequência como proprietárias de casas onde havia prostituição de escravas, ou elas mesmas recebiam homens em casa»⁴⁹⁶. Perguntámo-nos se pode ter sido o caso de Roza Maria Pinto, a qual não declarou, nem ao momento do levantamento populacional, nem no seu testamento, desempenhar nenhuma atividade económica. Em 1804, a mulher residia na rua Direita na casa de seu genro, Antonio Simplicio da Silva Mello, casado com sua filha Jenobeba Anjelica de Jezus.⁴⁹⁷ O testamento da forra, de 1806, a apresenta como «moradora na Rua direita da Praça desta Villa» e regista, para além de diversas dívidas, um bem de raiz que seu inventário informa ser a sua única propriedade e descreve nos seguintes termos: «huma morada de Cazas terreas, Cubertas de telha, sem quintal, nem pateo, Citas na Rua direita desta Villa, que partem de hum lado, com Cazas do Guarda Mor Domingos Alves, e de outro com as de Manoel Corrêa de Sá». Não sabemos se a mulher morreu na morada de seu genro ou na casa que parece ter conseguido comprar em idade tardia – seu

⁴⁹⁰ *Idem. Ibidem.* p. 109.

⁴⁹¹ O facto de Antonio Joze Ribeiro ter nomeado testamenteiro e herdeiro, em primeiro lugar, tal Thome Fernandes Braga, morador «na Corte do Rio de Janeiro» (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 308 Auto 6615), demonstra que entre os dois homens devia uma relação, quiçá alimentada por uma parceira comercial.

⁴⁹² MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 109.

⁴⁹³ *Idem. Ibidem.* p. 111.

⁴⁹⁴ RUSSELL-WOOD, Anthony John. *The black man...* Op. Cit. p. 101 e p. 173

⁴⁹⁵ *Idem. Ibidem.* p. 321.

⁴⁹⁶ *Idem. Ibidem.* p. 321.

⁴⁹⁷ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111.

testamento fala de uma «barra» posta «em Juízo, das Execuções» para o «pagamento destas minahas(suas) cazas»⁴⁹⁸ – de toda a forma ambas se encontravam na rua Direita. Faltam-nos informações acerca da proveniência dos recursos necessários para efetuar a compra. De toda a forma, pelo que vimos, a mulher não podia ser considerada rica. As mulheres, assinalam Costa e Luna, dominavam a camada dos pobres⁴⁹⁹. Um deles, Manuel da Cunha e Mello, 80 anos, arrolado no Recenseamento de 1804 como «homem pobre»⁵⁰⁰, era agregado na morada do Reverendo Padre Domingos Francisco de Carvalho, de cujo testamento analisámos uma parte.⁵⁰¹

Observamos agora a parte cativa da sociedade. Como vimos, os escravos constituíam pouco menos de um terço da população de Vila Rica em 1804 e certamente suportavam o maior peso da atividade económica.⁵⁰²

Todavia eles aparecem, em primeiro lugar, subrepresentados em termo numéricos no levantamento populacional realizado naquele ano. Alguns dos testamentos e dos inventários por nós consultados revelam a existência de escravos que não foram registados no Recenseamento, sem fornecer, no entanto, informações acerca de suas ocupações: por exemplo, os escravos libertados por Antonio Joze Ribeiro⁵⁰³, Christovão Marques de Mesquita⁵⁰⁴, João Joze da Costa Gesteira⁵⁰⁵ e os cinco e sete, respetivamente, cativos arrolados nos inventários de João Baptista Pereira⁵⁰⁶ e Manoel Teixeira de Souza⁵⁰⁷. Isto se explica facilmente se se tem em conta, para além dos possíveis lapsos, os intervalos de tempo que dividem o Recenseamento da redação daqueles documentos: 12 anos, no caso de Antonio Joze Ribeiro, 25, no caso de Christovão Marques de Mesquita, até 56 anos, no caso de João Joze da Costa Gesteira, 10 e 17, respetivamente, no casos de João Baptista Pereira e Manoel Teixeira de Souza. Durante estes períodos, os homens podiam ter se tornado donos de escravos, caso já não o fossem em 1804 – como parece ter sido o caso dos três primeiros – ter incrementado o próprio contingente de mancipios – como poderia ser o caso de João Baptista Pereira – e ter vendido os escravos possuídos em 1804 – quando eles não terem morrido⁵⁰⁸ – e ter comprado novos – como parece ser o caso de Manoel Teixeira de Souza.

⁴⁹⁸ AHMI: Inventário Ofício II Códice 51 Auto 569.

⁴⁹⁹ Sobre a camada dos desclassificados sociais nas Minas, ver SOUZA, Laura de Mello e Souza. Op. Cit. pp. 66-90.

⁵⁰⁰ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106.

⁵⁰¹ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 108-111; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da.

“Contribuição...” Op. Cit. pp. 7-11; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 66-69.

⁵⁰² COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. p. 103.

⁵⁰³ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 308 Auto 6615.

⁵⁰⁴ AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 32 Auto 372.

⁵⁰⁵ AHMI: AHMI: Testamento Ofício I Códice 329 Auto 6929.

⁵⁰⁶ AHMI: Inventário Ofício I Códice 72 Auto 853.

⁵⁰⁷ AHMI: Inventário Ofício II Códice 39 Auto 442.

⁵⁰⁸ É quase certo isto ter acontecido com a escrava Maria, pertencente a Manoel Teixeira de Souza, 80 anos em 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106), ausente no inventário do homem, de 1821 (AHMI: Inventário Ofício II Códice 39 Auto 442).

Ademais, frequentemente, nas listas nominativas de 1804, não aparece nenhuma indicação das tarefas desempenhadas pelos mancipios.⁵⁰⁹ Muitas são as ocorrências de fórmulas vagas como «ocupados no serviço da caza»⁵¹⁰, «ocupado no serviço domestico»⁵¹¹, «serve a caza»⁵¹² ou «ocupados em caza»⁵¹³, que verificámos terem sido referidas também a diversos escravos de propriedade dos moradores da rua Direita por nós selecionados. A última expressão é ainda mais enigmática das precedentes, pois em casa os escravos podiam desempenhar tarefas diferentes dos serviços domésticos – Mathias evidencia que era comum, por exemplo, para alfaiates, costureiras e fianderas exercer sua profissão dentro de residências particulares⁵¹⁴. Apenas um dos documentos por nós consultado, cronologicamente próximo do Recenseamento de 1804, fornece uma informação não contida no levantamento populacional relativamente à atividade desenvolvida, ou melhor, não desenvolvida, por um escravo lá arrolado: o inventário de Luis Gomes da Fonseca, de 1806, que regista que o escravo Luis, na altura 57 anos, «rendido nas virilhas», não tinha «oficio algum»⁵¹⁵.

Voltamos agora ao balanço de Costa e Luna sobre o perfil ocupacional da população de Vila Rica, em particular à parte relativa à sua composição interna segundo a condição jurídica. Sintetizaremos os resultados por eles apresentados. Devemos sempre ter em consideração a subrepresentação dos escravos economicamente ativos acima referida. Começamos por apontar que apenas duas tarefas eram realizadas, em termos absolutos, maioritariamente por indivíduos em condição de cativo: a do capineiro⁵¹⁶ e a do esteireiro, dois trabalhos que exigiam muita força física.

⁵⁰⁹ É o caso de Padro, 30 anos, um dos escravos de aluguel ou de ganho de propriedade de um tal Marcos José Rabelo arrolados na moradia de Antonio Joze Gomes (*Idem. Ibidem.* p. 1110) – neste caso podemos supor o cativo trabalhasse naquele lugar como alfaiate, junto com os outros pertencentes a outro dono sobre os quem já referimos; dos cinco escravos do Reverendo Padre Domingos Francisco de Carvalho (*Idem. Ibidem.* p. 106); dos nove cativos, dos dois sexos – entre os quais afiguram dois meninos – de Luis Gomes da Fonseca (*Idem. Ibidem.* p. 109); dos cinco pertencentes a Manoel Teixeira de Souza (*Idem. Ibidem.* p. 106); e das três escravas de Maria da Conceição (*Idem. Ibidem.* p. 111) – é razoável perguntar-se se a mulher, a qual, ao momento do levantamento populacional, não declarou exercer nenhuma profissão, não tirasse proveito do trabalho sexual de suas escravas.

⁵¹⁰ Como era o caso das três, ou quatro, escravas, de idade compreendida entre os 10 e os 40 anos, todas mulheres, à exceção de um menino, pertencentes a Antonia Leocadia de Jezus (*Idem. Ibidem.* p. 111). Incerta é a identificação da escrava Maria Paula, crioula, mencionada no seu testamento (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 306 Auto 6577) com a cativa Maria, crioula, arrolada pelo Recenseamento de 1804 (MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 111). É razoável perguntar-se se a mulher, a qual, ao momento do levantamento populacional, não declarou exercer nenhuma profissão (*Idem. Ibidem.* p. 111), não tirasse proveito do trabalho sexual de suas escravas.

⁵¹¹ Circunstância certamente esquisita, isto foi o que declarou Maria da Conceição relativamente ao seu escravo Adam, de apenas 3 anos (*Idem. Ibidem.* p. 111).

⁵¹² Como afirmado por João Baptista Pereira relativamente à sua escrava Rita, angolana, de 28 anos (*Idem. Ibidem.* p. 106). Neste caso aparece plausível que a cativa se dedicasse efetivamente aos serviços domésticos.

⁵¹³ Como os seis escravos de Antonio Joze Vieira de Carvalho (*Idem. Ibidem.* p. 109). Supomos que homem, que era, como vimos, «cirurgiam Mor» e dono de uma fábrica de louça, se encontrasse em situação económica de relativa prosperidade. Consequentemente sua morada poderia ter sido suficientemente vasta para justificar o emprego de um certo número de escravos nos serviços domésticos. Não encontramos, todavia, evidências que possam suportar esta conjectura.

⁵¹⁴ *Idem. Ibidem.* p. VIII.

⁵¹⁵ AHMI: Inventário Ofício II Códice 33 Auto 376.

⁵¹⁶ «Aquele que capina» (Dicionário Porto Editora de Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/capineiro), ou seja, «corta» ou

Pelo contrário, como acontecia para as mulheres, eles eram excluídos de várias profissões. A maioria concentrava-se no setor terciário: por exemplo, aos escravos eram precludidas as profissões liberais e as relacionadas com a administração civil e eclesiástica. Naquele setor, o contingente mancipio apenas ganhavam relevância no campo comercial e dos serviços, graças ao trabalho das quitadeiras e das cozinheiras – uma das segundas era a escrava Antonia, Mina, com 50 anos de idade, pertencente a Francisco de Araujo Correa.⁵¹⁷ Havia, depois, algum caso de escravo barbeiro e de cativa lavadeira. Também no setor secundário existiam atividades de exclusiva pertinência dos livres, todavia havia um certo número de ocupações compartilhadas por indivíduos de diferente condição jurídica, como a do sapateiro e do faiscador, entre os quais se registou uma presença de escravos bastante expressiva – como vimos, verificámos a presença de um escravo faiscador entre os moradores da rua Direita⁵¹⁸ – e como a de alfaiate, carpinteiro, ferrador, ferreiro e pedreiro, entre os quais, de toda a forma, predominavam os livres – demonstrámos a presença tanto de indivíduos livre, forros nos casos por nós examinados, como de escravos na categoria de alfaiates. A ocorrência de casos de escravos relojeiros⁵¹⁹, seleiros e serralheiros demonstra como parte do contingente mancipio fosse em grau de se dedicar a tarefas também com outro nível de especialização.⁵²⁰

«limpa» o capim (Dicionário Porto Editora de Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/capinar).

⁵¹⁷ MATHIAS, Herculano Gomes. Op. Cit. p. 106.

⁵¹⁸ *Idem. Ibidem.* p. 106.

⁵¹⁹ Segundo o Recenseamento de 1804 estavam presentes em Vila Rica 3 relojeiros, dois livre e um escravo. Entre os primeiros: Antonio Joze Velloso, morador da rua Direita, 40 anos (*Idem. Ibidem.* p. 106). Seu testamento proporciona poucas informações adicionais. Português, natural de Braga, nasceu de uma união ilegítima e morreu no estado de solteiro, sem filhos (AHMI: Contas Testamentariás Ofício I Códice 307 Auto 6588).

⁵²⁰ COSTA, Iraci del Nero da. Op. Cit. pp. 108-111; LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. “Contribuição...” Op. Cit. pp. 7-11; *Idem. Minas Colonial...* Op. Cit. pp. 66-69.

Tabela 20

Repartição dos habitantes por setores produtivos
segundo atividade, género e condição jurídica
(Vila Rica – 1804)

<i>Setores e Atividades</i>	<i>Sexo</i>		<i>Situação social</i>		<i>Total</i>
	<i>H</i>	<i>M</i>	<i>Livres</i>	<i>Escravos</i>	
<i>I - Setor Primário</i>					
Roceiros, Lavradores e Hortelãos	27	51	77	1	78
Lenheiros	41	-	7	34	41
Caçador	1	-	1	-	1
Total	69	51	85	35	120
<i>II - Setor Secundário</i>					
Alfaiates e Aprendizes	113	-	106	7	113
Armeiro	1	-	1	-	1
Almofaris	1	-	1	-	1
Costureiras e Aprendizes	-	93	92	1	93
Carpinteiros	69	-	61	8	69
Capineiros	11	-	3	8	11
Caldeireiros e Aprendizes	7	-	7	-	7
Chupeteiros	2	-	2	-	2
Canteiro	1	-	1	-	1
Coronheiro	1	-	1	-	1
Cirreiro	1	-	1	-	1
Doceira	-	1	1	-	1
Entalhador	1	-	1	-	1
Esteireiro	1	-	-	1	1
Ensaizador e Praticante	2	-	2	-	2
Encadernador	1	-	1	-	1
Fiandeiras	-	24	24	-	24
Fogueteiros	2	-	2	-	2
Funileiro	1	-	1	-	1
Fundidores	6	-	6	-	6
Faiscadores	130	39	148	21	169
Ferradores e Aprendizes	9	-	9	-	9
Ferreiros e Aprendizes	48	-	42	6	48
Latoeiros e Aprendizes	51	-	48	3	51
Marceneiros	8	-	8	-	8
Madeireiros	3	-	3	-	3
Mineiros	42	17	58	1	59
Oleiro	1	-	1	-	1
Pedreiros e Serventes	31	-	24	7	31
Pintores	7	-	7	-	7

Padeiros	1	4	5	-	5
Relojoeiros	3	-	2	1	3
Rendeira	-	1	1	-	1
Sapateiros e Aprendizizes	145	-	123	22	145
Seleiros e Aprendizizes	13	-	11	2	13
Sirgueiros e Aprendizizes	3	-	3	-	3
Serralheiros	5	-	3	2	5
Serrador	1	-	1	-	1
Sombreireiro	1	-	1	-	1
Torneiros	3	-	3	-	3
Tintureiros	3	1	4	-	4
Tecedores	1	4	5	-	5
Total	730	184	824	90	914

III - Setor Terciário

III.1 Profissões Liberais

Advogados e Solicitadores	10	-	10	-	10
Boticários	7	-	7	-	7
Cirurgiões e Médicos	7	-	7	-	7
Enfermeiros	5	2	7	-	7
Escultores	3	-	3	-	3
Músicos e Aprendizizes	31	-	31	-	31
Parteiras	-	2	2	-	2
Requerentes	4	-	4	-	4
Tabeliões	5	-	5	-	5

III.2 Igreja

Eclesiásticos	40	-	40	-	40
Sacristães	7	-	7	-	7

III.3 Administração Civil

Alcaide	1	-	1	-	1
Carcereiro	1	-	1	-	1
Contadoria - Oficial e Ajudantes	5	-	5	-	5
Escrivões, Escreventes e Escriturários	27	-	27	-	27
Funcionários em Geral	28	-	28	-	28
Militares	125	-	125	-	125
Meirinhos	8	-	8	-	8
Porteiros	2	-	2	-	2
Professores	4	-	4	-	4

III.4 Comércio

Botequineiro	1	-	1	-	1
Estalajadeiros	7	-	7	-	7
Mascates	3	-	3	-	3
Negociantes em Geral	62	43	105	-	105
Fazenda Seca	21	2	23	-	23
Fazenda Molhados	14	-	14	-	14
Quitandeiros	2	36	23	15	38

III.5 Transporte

Boleiro	1	-	1	-	1
Carreiros e Carreteiros	10	2	12	-	12
Carregadores	2	-	2	-	2
Tropeiros	3	-	3	-	3

III.6 Outros Serviços

Andadores	7	-	7	-	7
Barbeiros e Cabeleireiros	18	-	14	4	18
Caixeiros	19	2	21	-	21
Cobradores	13	-	13	-	13
Criados	3	4	7	-	7

Cozinheiros	7	12	2	17	19
Feitores ou Administradores	14	-	14	-	14
Jornaleiros	7	-	-	7	7
Lavadeiras	-	28	25	3	28
Viajantes	4	-	4	-	4
Total	538	133	625	46	671
Total Geral	1.337	368	1.534	171	1.705

Obs.: Computados apenas os habitantes para os quais se explicitou a atividade.

Fonte: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da. "Contribuição..." Op. Cit. pp. 9-11.

Conclusões

A presente Dissertação não deve ser considerada um trabalho de pesquisa completo e concluído. Insere-se num processo de aproximação à história de Minas colonial que acompanhou, nos últimos anos, meu percurso académico e que não considero fechado. Foi precedida por uma Dissertação defendida junto à Facoltà di Lettere e Filosofia da Università degli Studi di Roma Tre no ano letivo de 2012-2013, intitulada *Verso Minas Gerais: la colonizzazione portoghese del Brasile dalle origini al ciclo dell'oro*, que almejava proporcionar uma síntese da construção do Império português e um balanço dos primeiros dois séculos de história do Brasil colonial, e espero possa dar-lhe seguimento uma investigação ao nível doutoral.

Neste texto abordei o “nascimento” das Minas Gerais – a sua descoberta, a sua ocupação e o seu enquadramento político-administrativo – e as evoluções que a Capitania, após 1822 Província, viveu ao longo dos Setecentos, na passagem para o século XIX e na primeira metade desta centúria, focando essencialmente duas dimensões: a urbanização e o urbanismo e a economia.

A extração aurífera foi a atividade económica nuclear nas Minas setecentistas, impulsionando a sua ocupação e determinando as suas formas materiais, que resultaram distintas do padrão dominante na América portuguesa. A mineração deu lugar a uma pronunciada urbanização, ou seja, à «formação de núcleos de povoamento mais densos que as áreas rurais, e com atividade econômica significativa nos setores secundários e terciários»⁵²¹, estimulando uma concentração populacional que alimentou o comércio e a demanda por serviços. A “cidade mineradora” se caracterizou, portanto, por uma sobreposição dos espaços, contendo no seu interior o *locus* da produção. Se o povoamento e a exploração económica dos sertões que se transformaram no território da Capitania de Minas Gerais foram marcados pelo protagonismo da iniciativa particular, o poder monárquico português não tardou a se estender para a área ultramarina recém-descoberta, por meio da imposição do modelo de organização político-administrativa reinol, fundado nos concelhos, que estabeleceu uma hierarquia política entre os centros de povoamento mineiros.

O declínio da produção aurífera, que começou a se manifestar a partir da década de 1760, correspondeu a uma inversão de papéis entre a mineração e a agropecuária – cujo enraizamento se deu em Minas Gerais desde os primórdios – quer como «eixo dinâmico» da economia, quer como «elemento organizador»⁵²² do espaço. Considerada como um todo, a Capitania viveu, a partir da segunda metade do século XVIII, uma gradual ruralização, mas se olharmos para as diferenças

⁵²¹ Ver a nota 86 da presente Dissertação.

⁵²² Ver a nota 109 da presente Dissertação.

regionais, que se fizeram progressivamente mais nítidas na viragem dos Setecentos para os Oitocentos, o quadro complexifica-se. Focando a atenção na Zona Mineradora Central, pudemos verificar que esta região conservou nas primeiras décadas do século XIX um alto nível de desenvolvimento económico e de urbanização, pois seus núcleos populacionais se mantiveram como importantes centros comerciais, também de intermediação entre as outras regiões mineiras e o exterior, e de prestação de serviços. Isto pôde ser verificado no caso de Vila Rica-Ouro Preto.

O estudo da vila, elevada a cidade em 1823, da sua formação e de seu desenvolvimento como “lugar”, como produto social e força modeladora da sociedade simultaneamente, que incluiu o exame do perfil socioeconómico de sua população nas primeiras décadas dos Oitocentos, foi inserido nesta contextualização mais ampla. Tudo isto constitui um trabalho propedêutico para a leitura dos documentos recolhidos no Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência no ano letivo de 2011-2012, referentes a uma parcela de moradores da rua Direita, a sua rua principal.

Conjuntamente com outros trabalhos que exploraram a fundo o levantamento populacional de 1804, no qual a nossa pesquisa também se baseou, as fontes primárias consultadas proporcionaram entender a capital de Minas Gerais na primeira metade século XIX como tendo sido fortemente impactada pela crise do setor extrativo. Isto implicou, para a “cidade mineradora” setecentista por excelência, um redimensionamento da sua importância económica e uma redução demográfica. Contudo, a análise da composição por género, condição jurídica e social de sua população e de seu perfil ocupacional permitiu evidenciar significativos sinais de vitalidade económica e uma notável diversificação socioeconómica, matizando a ideia de uma decadência associada à vila-cidade na época pós-auge minerador. Paralelamente, observámos tanto elementos de continuidade como de ruptura na conduta social destes indivíduos, relativamente ao tratamento dos escravos, dos libertos e das mulheres, tendo conferido nossa análise particular ênfase ao fenómeno da miscigenação.

A grande limitação da Dissertação é certamente constituída pelo carácter circunscrito da investigação da qual procede. Seria oportuno, num futuro trabalho, através de uma nova e mais aprofundada pesquisa nos Arquivos mineiros, ampliar a fração de habitantes da rua Direita a ser considerados e alargar a perspectiva, identificando outros “lugares”, dentro dos confins do núcleo urbano de Vila Rica-Ouro Preto e/ou, para além deles, no território de jurisdição da mesma câmara, que tenham características distintas daquelas apresentadas pelo eixo viário cardinal, no que se refere à sua localização, orientação económica e composição populacional.

Isto possibilitaria uma comparação que permitiria verificar as modalidades por meio das quais se manifestou, na vila-cidade e/ou em seu termo na primeira metade do século XIX, a reconversão económica subsequente à progressiva extinção das oportunidades económicas relacionadas com a extração aurífera. Seria possível averiguar, assim, a tese da gradual ruralização da economia mineira e,

por outro lado, a da persistência, e do ulterior desenvolvimento, de um forte setor terciário. Dado que, como vimos, Vila Rica-Ouro Preto conservou, no período posterior ao apogeu da mineração, para além de um importante papel político-administrativo, uma posição comercial de destaque, sobretudo como entreposto, seria interessante, ademais, focar a atenção no grupo dos homens de negócio para verificar de que forma eles conseguiram se inserir nas redes mercantis que, como vimos, sulcava as Minas oitocentistas, conectando as diversas regiões mineiras entre si e com o exterior.

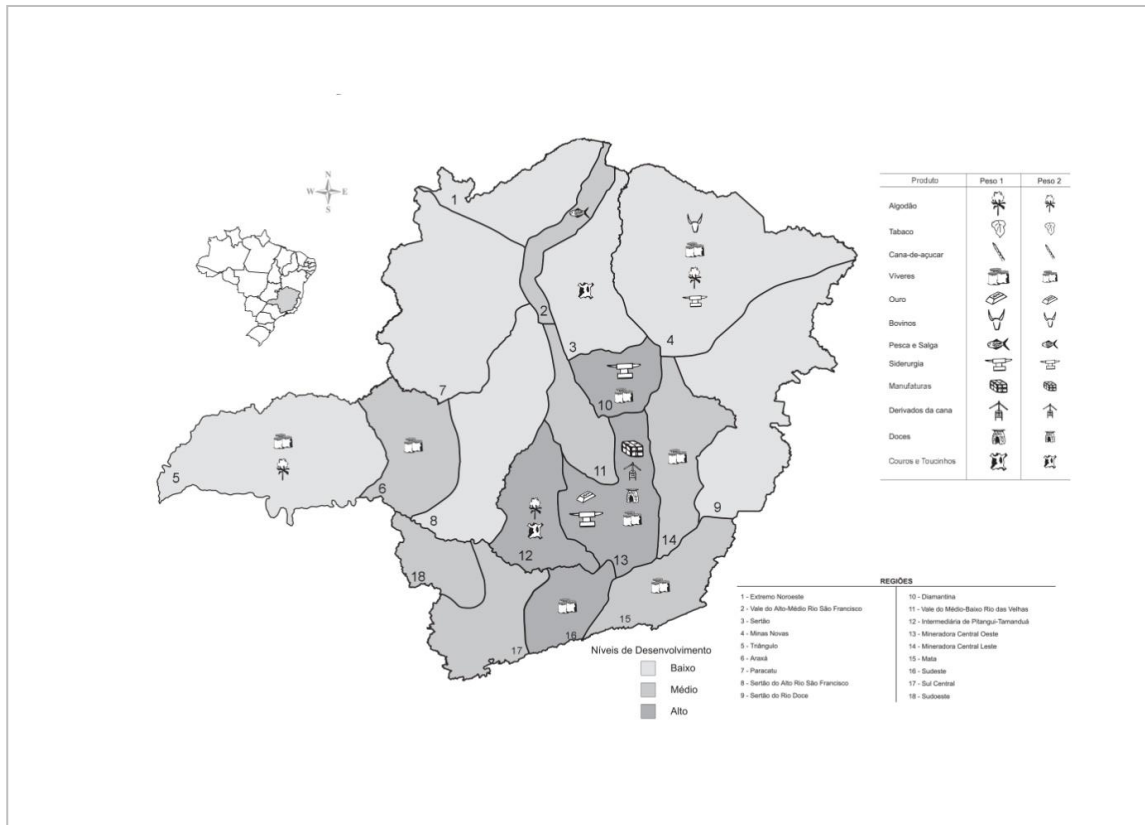
Por esta via, a presente Dissertação apresenta-se como um trabalho que quis conjugar o estudo de alguns dos grandes temas tratados pela historiografia sobre as Minas setecentistas e oitocentistas e uma sua primeira abordagem no terreno, ou seja, nos arquivos, cuja frequência auspiciamos possa estar na origem de novas e estimulantes investigações.

Anexo

Figura 16

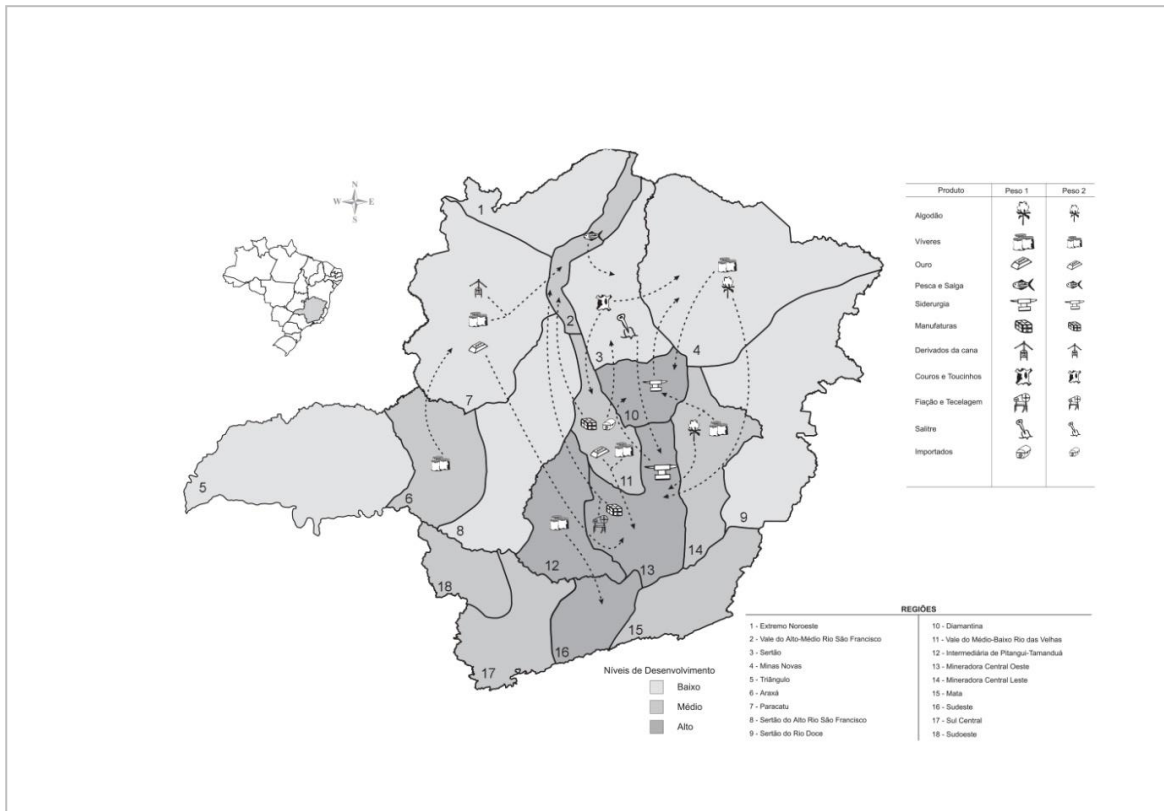
Comércio intraregional

(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



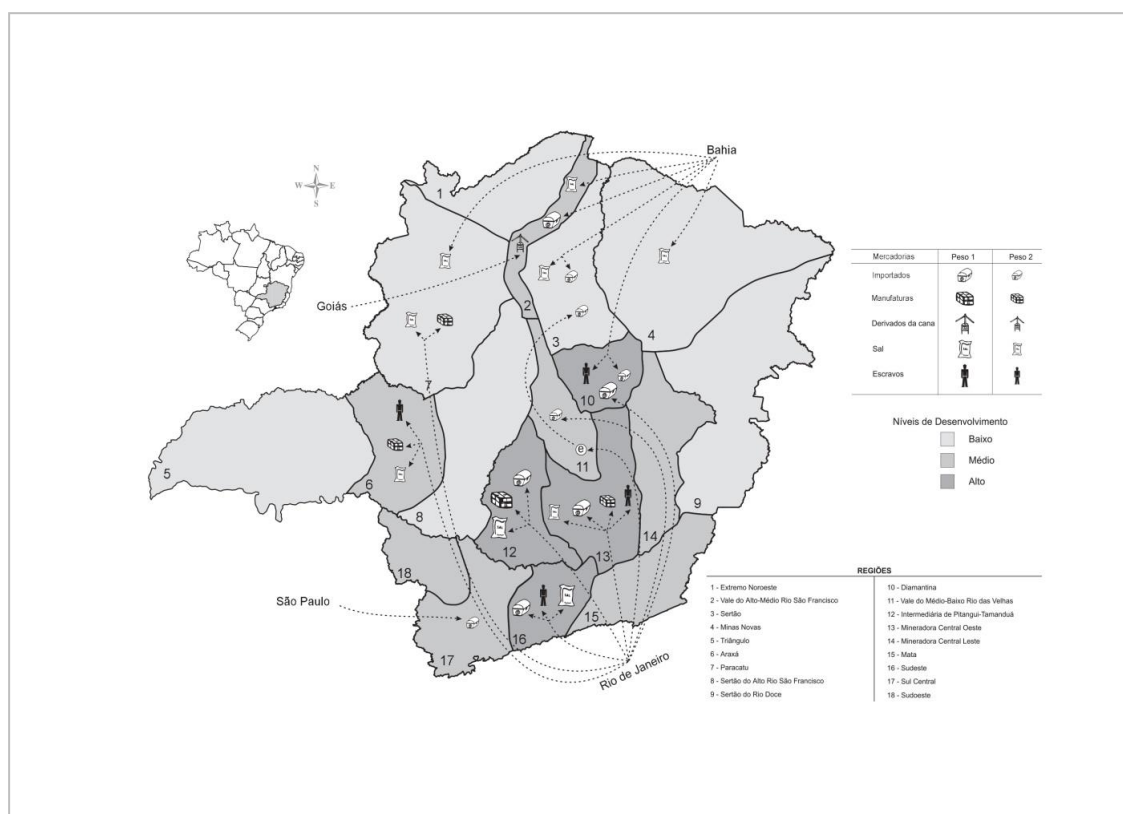
Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 25.

Figura 17
Comércio interregional
 (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



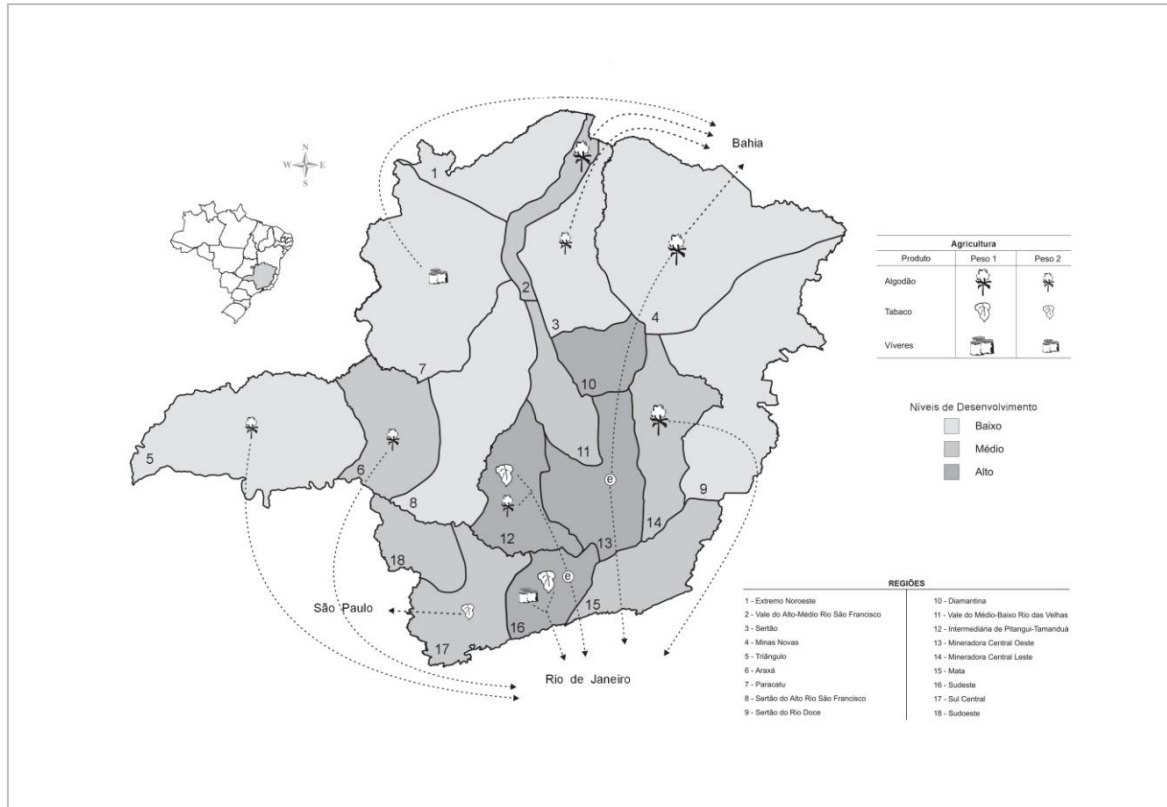
Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 26.

Figura 18
Comércio interprovincial de importação
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 27.

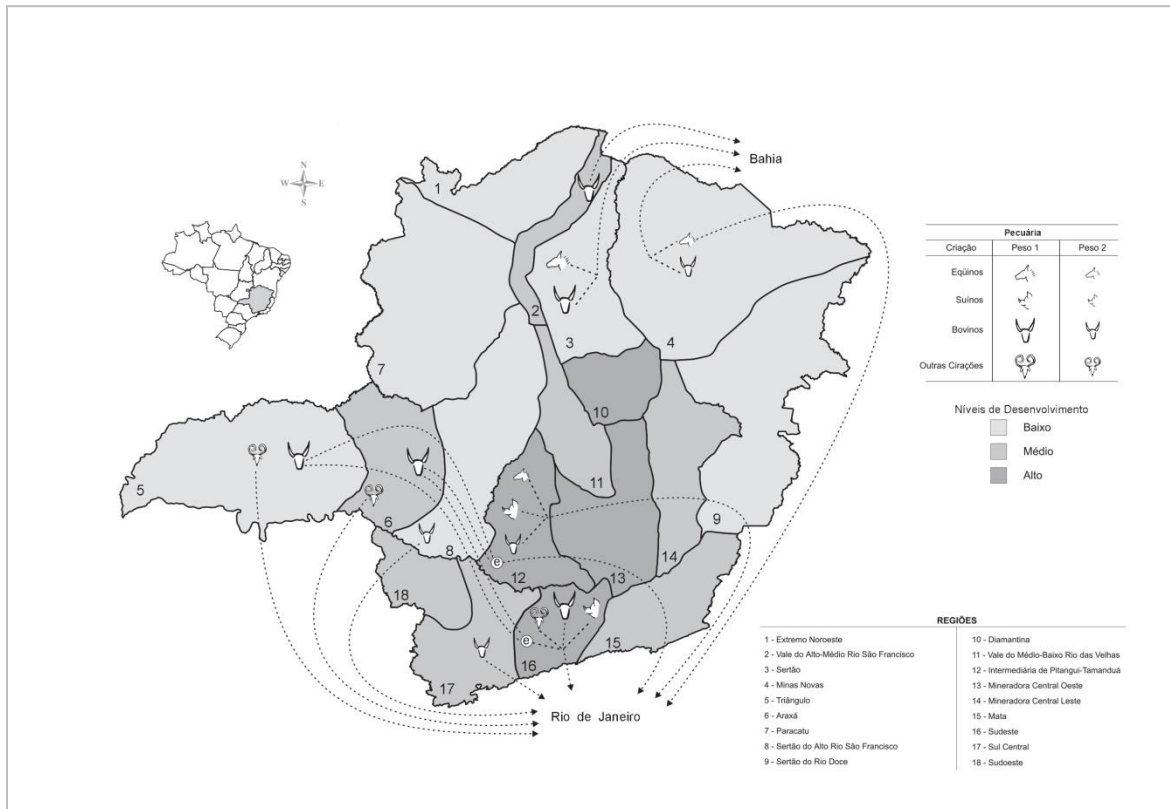
Figura 19
 Comércio interprovincial de exportação – Agricultura
 (Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 28.

Figura 20

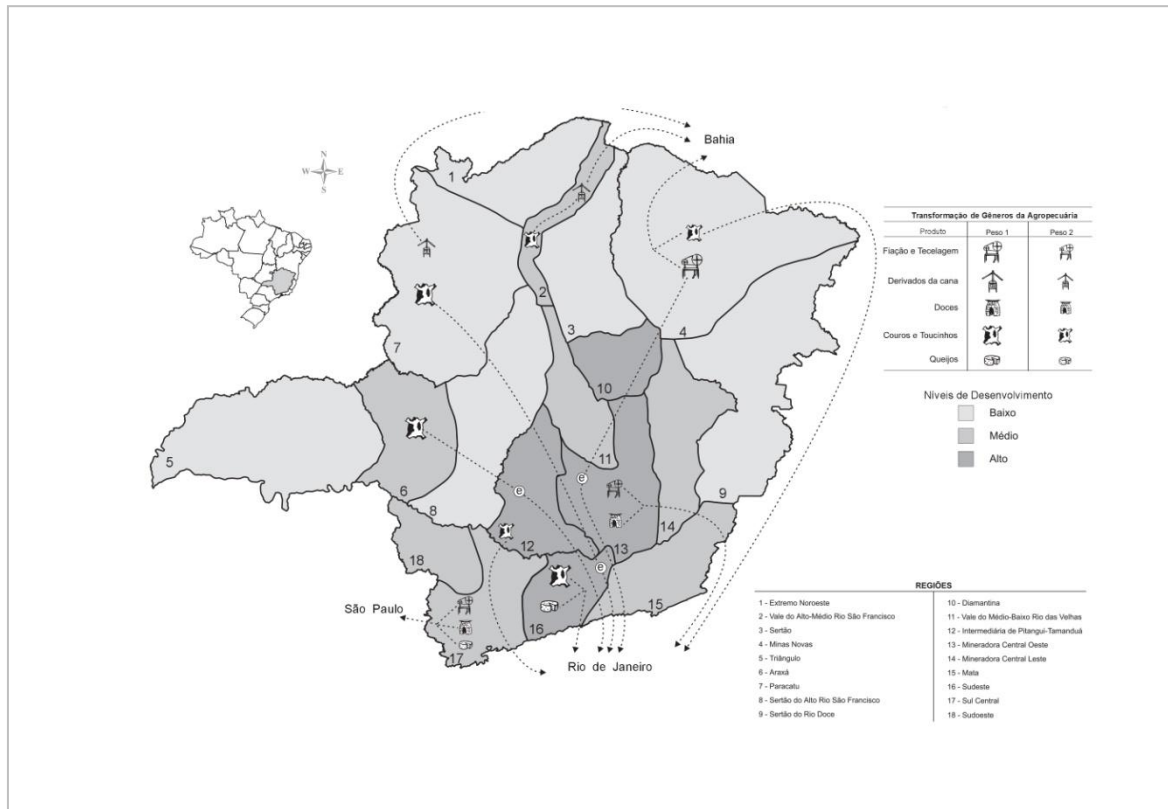
Comércio interprovincial de exportação – Pecuária
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 29.

Figura 21

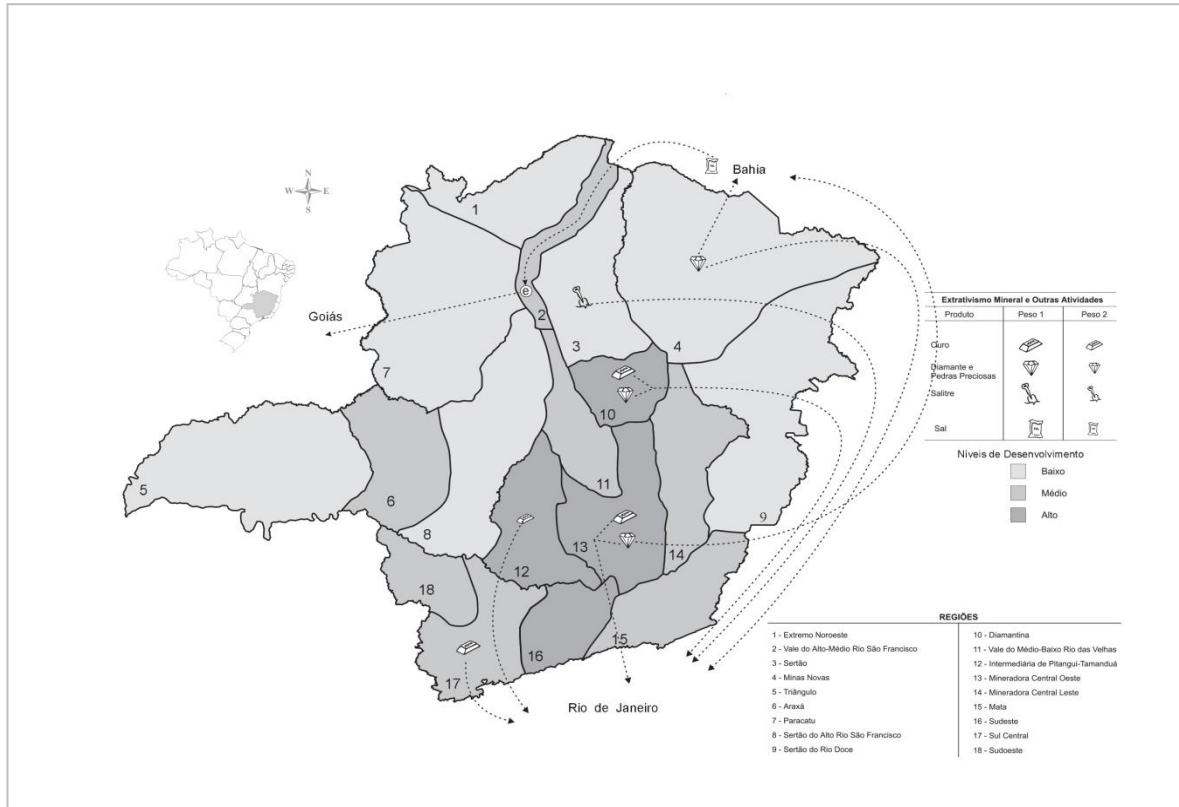
Comércio interprovincial de exportação – Transformação de géneros da agropecuária
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 30.

Figura 22

Comércio interprovincial de exportação – Extractivismo mineral e outras atividades
(Minas Gerais – primeira metade do século XIX)



Fonte: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Op. Cit. p. 31.

Referências bibliográficas

Fontes primárias (impressas)

“Alvará de 2 de março de 1785” [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf.

Fontes primárias (manuscritas)

Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência, Ouro Preto

Fundos:

- Contas Testamentárias, Testamentos e Contas do Pio Ofício1:

- Codíce 32 Auto 372 (Christovão Marques de Mesquita)
- Codíce 304 Auto 6555 (Antonio Joze Gomes)
- Codíce 306 Auto 6576 (Antonio Joze Vieira de Carvalho)
- Codíce 306 Auto 6577 (Antonia Leocadia de Jezus)
- Codíce 307 Auto 6588 (Antonio Joze Velloso)
- Codíce 308 Auto 6615 (Antonio Joze Ribeiro)
- Codíce 327 Auto 6909 (Francisco de Araujo Correia)
- Codíce 329 Auto 6929 (João Joze da Costa Gesteira)
- Codíce 334 Auto 7023 (Domingos Francisco de Carvalho)
- Codíce 341 Auto 7130 (Manoel Antonio de Magalhaens)
- Codíce 417 Auto 8290 (Maria da Conceição)

- Inventários Ofício 1:

- Codíce 30 Auto 340 (Christovão Marques de Mesquita)
- Codíce 33 Auto 376 (Luis Gomes da Fonseca)
- Codíce 35 Auto 414 (Eufrazio Manço dos Sanctos)
- Codíce 45 Auto 546 (Francisco de Araujo Correia)
- Codíce 72 Auto 853 (João Baptista Pereira)
- Codíce 79 Auto 951 (Joaquim Francisco Corrêa)
- Codíce 91 Auto 1101 (João Joze da Costa Gesteira)

- Inventários Ofício 2:

- Codíce 51 Auto569 (Roza Maria Pinta)
- Codíce 239 Auto 442 (Luis Gomes da Fonseca)

- Fundo Cartorial 1830-1860

- Codíce 4 (Felipe Santhiago de Araujo)

Obras de referência

Dicionário Porto Editora de Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa.

Dicionário Priberam de Língua Portuguesa [em linha] [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.priberam.pt/dlpo.

Fontes secundárias

ABREU, Maurício de Almeida

- “A apropriação do território no Brasil colonial”. in CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) - *Explorações geográficas: percursos no fim do século*. 1^a ed. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro: 1997. p. 197-245.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de

- *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 1994.

ANASTASIA, Carla Maria Junho

- *Vassalos rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. 1^a ed. Editora C/Arte, Belo Horizonte: 1998.

ANDRADE, Leandro Braga de

- “A formação econômica de Minas Gerais e a perspectiva regional: encontros e desencontros da historiografia sobre os séculos XVIII e XIX” [em linha]. *Caminhos da História/Universidade Severino Sombra*, Vol. 6, N. 1, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.uss.br/pages/revistas/revistacaminhosdahistoria/revistahistoria2010/revistaelectronica/arquivos/A_formacao_economica.pdf.

- “A Historiografia sobre o debate acerca da economia colonial brasileira” [em linha]. *I Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana*, 2004. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.researchgate.net/publication/266525309_A_Historiografia_sobre_o_debate_acerca_da_economia_colonial_brasileira.

- “Dissertando Mariana para entender o Brasil: historiografia regional e História econômica de Minas Gerais após o auge da mineração” [em linha]. *Revista de História Regional/Universidade Estadual de Ponta Grossa*, Vol. 15, N. 2, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2378/1873.

BASTOS, Rodrigo Almeida

- “O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII” [em linha]. *Anais do Museu Paulista/Universidade de São Paulo*, Vol. 20, N. 2, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a08.

- “Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII” [em linha]. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros/Universidade de São Paulo*, N. 44, 2007. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas.usp.br/rieb/article/viewFile/34561/37299.

BELTRÃO, Maria

- *Os caminhos do ouro: o Caminho novo e a Fazenda do governo* [em linha]. *Brasilis*[s. n.], Vol. 2, N. 1, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.preservale.com.br/files/artigo_mariabeltrao.pdf.

BICALHO, Maria Fernanda

- “Câmaras” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em edittip.net/2015/06/02/camaras/.

- “As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro” [em linha]. *Revista Brasileira de História/Associação Nacional de História*, Vol. 18, N. 36, 1998. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200011.

BONIFÁCIO, Mária de Fátima

- “Antônio Sérgio: «o historiador comprometido»” [em linha]. *Penélope: fazer e desfazer história/Cooperativa Penélope*, N. 2, 1989 [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Maria%20de%20F%C3%A1tima%20Bonif%C3%A1cio%20-%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201989,%20n%C2%BA1.pdf.

BONNICI, Thomas

- “Encontros coloniais na literatura de viagens no Brasil do século XVI” [em linha]. *Mimesis/Universidade do Sagrado Coração*, Vol. 21, N. 1, 2000. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v21_n1_2000_art_01.pdf.

BOXER, Charles

- *The Golden Age of Brazil – 1695-1750: Growing Pains of a Colonial Society*. University of California Press, in collaboration with the Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro Segundo, Berkeley: 1962. tr. pt. LACERDA, Nair de - *A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª ed. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 2000.

- *The Portuguese seaborne empire, 1415-1825*, Hutchinson, London: 1969. tr. pt. BARRETO, Anna Olga de Barros - *O império marítimo português, 1415-1825*. 1ª ed. Companhia das Letras, São Paulo: 2002.

BUENO, Beatriz Siqueira

- “A última década, novos rumos. Balanço da historiografia sobre urbanização no Brasil-Colônia. A contribuição dos estudos regionais recentes”. in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.) - *A Construção da Cidade Portuguesa na América*. 1ª ed. Pod Editora, Rio de Janeiro: 2011. p. 31-40.

CABRAL, Dilma

- “Regimento das Câmaras Municipais” [em linha]. in *Dicionário Online da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889)*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em linux.an.gov.br/mapa/?p=5751.

CAMPOS, Kátia Maria Nunes

- “Antônio Dias de Vila Rica: aspectos demográficos de uma paróquia colonial (1763-1773)” [em linha]. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais/Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Caxambu, 2008 [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

[www.academia.edu/2299441/Antônio Dias de Vila Rica aspectos demográficos de uma paróquia colonial 1763-1773](http://www.academia.edu/2299441/Ant%C3%B4nio_Dias_de_Vila_Rica_aspectos_demogr%C3%A1ficos_de_uma_par%C3%B3quia_colonial_1763-1773).

- “Vila Rica Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista” [em linha]. *IX Jornada Setecentista/Universidade Federal do Paraná, Curitiba*, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

[www.academia.edu/4081212/Vila Rica Formas Espontâneas e Planejadas num Traçado Urbano Setecentista](http://www.academia.edu/4081212/Vila_Rica_Formas_Espont%C3%A2neas_e_Planejadas_num_Tra%C3%A7ado_Urbano_Setecentista).

- *Sem dados não há demografia: uma proposta para a criação de um banco de dados demográficos e sua aplicação em uma paróquia mineira (1760-1804)*. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia

- “A cidade como história” [em linha]. *História: Questões & Debates/Universidade Federal do Paraná*, N. 50, 2009. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em revistas.ufpr.br/historia/article/download/15672/10413.

CARRARA, Ângelo Alves

- “A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária” [em linha]. *História Econômica & História de Empresas/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica*, Vol. 3, N. 2, 2000. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=138&path%5B%5D=94.

- “Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais (Séculos XVIII-XIX)”. *Série Estudos/Universidade Federal de Ouro Preto*, 1, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: 1999.

- “Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais (1808-1835)”. *Varia historia/Universidade Federal de Minas Gerais*, N. 25, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001.

- “Mineração, produção rural e espaços urbanos em Minas Gerais (1808-1835)” [em linha]. *XII Seminário sobre a Economia Mineira/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Diamantina*, 2006. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2006/D06A085.pdf.

- “Minería, moneda y mercado interno en Brasil, siglo XVIII” [em linha]. *Revista Complutense de Historia de América/Universidad Complutense de Madrid*, Vol. 38, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/download/40233/38623.

CASEY, Edward

- “Between Geography and Philosophy: What Does It Mean to Be in the Place-World?” [em linha]. *Annals of the Association of American Geographers/Association of American Geographers*, Vol. 91, N. 4, 2004. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.jstor.org/stable/pdf/3651229.pdf.

COSENTINO, Daniel do Val

- “A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre” [em linha]. *Revista Debate Econômico/Universidade Federal de Alfenas*, Vol. 1, N. 2, 2013. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

[www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3726/1/ARTIGO_EconomiaMineiraSéculo.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3726/1/ARTIGO_EconomiaMineiraS%C3%A9culo.pdf).

COSTA, Iraci del Nero da

- *Vila Rica: População (1719-1826)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, São Paulo: 1979.

CRESSWELL, Tim

- *Place: a short introduction*. 1ª ed. Blackwell Publishing, Bodmin: 2004.

CUNHA, Alexandre Mendes

- *Minas Gerais da Capitania à Província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2007.

- *Vila Rica-São João del Rey: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói: 2002.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida

- "Derrama e política fiscal ilustrada" [em linha]. Revista do Arquivo Público Mineiro, Vol. XLI, 2005 [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/Derrama_e_politica_fiscal_ilustrada.PDF.

FLEXOR, Maria Helena Ochi

- "Inventários e testamentos como fontes de pesquisa" [em linha]. *Navegando na história da educação brasileira*/Universidade Federal de Campinas, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_074.html.

- "Repovoamento e urbanização do Brasil no século XVIII". in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.) - *A Construção da Cidade Portuguesa na América*. 1ª ed. Pod Editora, Rio de Janeiro: 2011. p. 69-90.

FONSECA, Cláudia Damasceno

- *Des terres aux villes de l'or: pouvoir et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle)*. Fundação Calouste Gulbenkian, Paris: 2003. tr. pt. TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi - *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. 1ª ed. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

- "Ouro Preto, Vila Rica. Enquadramento Histórico e Urbanismo" [em linha]. in *Heritage of Portuguese Influence Portal(HPIP)*/Fundação Calouste Gulbenkian. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

www.hpip.org/def/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponimica/Localidade?a=180.

FURTADO, Júnia Ferreira

- "Diálogos Atlânticos: Minas Gerais e as novas abordagens para o império marítimo português no século XVIII" [em linha]. *Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades/Instituto de Investigação Científica Tropical – Universidade Nova de Lisboa*, Lisboa, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em [cvc.instituto-](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf)

[camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/junia_ferreira_furtado.pdf).

- "Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial" [em linha]. *História da Historiografia/Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, N. 2, 2009. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/11/11.

- "Teias de negócio: Conexões mercantis entre as minas de ouro e a Bahia, durante o século XVIII". in FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Orgs.) - *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. 2ª ed. Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória: 2014. p. 151-176.

GODOY, Marcelo Magalhães

- *Intrépidos Viajantes e a Construção do Espaço: Uma Proposta de Regionalização para as Minas Gerais do Século XIX* [em linha]. Texto para discussão, N. 109. Centro de Desenvolvimento e

Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20109.pdf.

GODOY, Marcelo Magalhães; PAIVA, Clotilde Andrade

- “Um estudo da qualidade da informação censitária em listas nominativas e uma aproximação da estrutura ocupacional da província de Minas Gerais” [em linha]. *Revista Brasileira de Estudos de População/Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Vol. 27, N. 1, 2010. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/10.pdf.

GODOY, Marcelo Magalhães; RODARTE, Mario Marcos Sampaio

- “Urbanização, desenvolvimento econômico e comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX” [em linha]. *XI Seminário sobre a Economia Mineira/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais*, Diamantina, 2004. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2004/textos/D04A041.PDF.

GONÇALVES, Andréa Lisly

- “Algumas Perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos Séculos XVIII e XIX”. in - *Termo de Mariana: história e documentação*, 1ª ed. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: 1998. p. 7-21.

GUIMARÃES, Carlos Magno; REIS, Flávia Maria da Mata

- “Agricultura e mineração no século XVIII”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 321-335.

HESPANHA, António Manuel; SANTOS, Maria Catarina

- “Os Poderes num Império Oceânico”. in MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. 1ª ed. Editorial Estampa, Lisboa: 1998, Vol. 4. p. 351-366.

HOLANDA, Sérgio Buarque de

- *Raízes do Brasil*. 25ª ed. Companhia das Letras, São Paulo: 1995.

LENHARO, Alcir

- *As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)*. 2ª ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural – Divisão de Editoração, Rio de Janeiro: 1993.

LOUSADA, Maria Alexandre

- “Espacialidade em debate: práticas sociais e representações em Lisboa nos finais do Antigo Regime” [em linha]. *Ler História/Instituto Universitário de Lisboa*, N. 48, 2005. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em [www.academia.edu/3684018/Espacialidade em debate práticas sociais e representações em Lisboa a nos finais do Antigo Regime](http://www.academia.edu/3684018/Espacialidade_em_debate_pr%C3%A1ticas_sociais_e_representa%C3%A7%C3%B5es_em_Lisboa_nos_finais_do_Antigo_Regime).

LUNA, Francisco Vidal

- “Minas Gerais: escravos e senhores”. *Ensaio Econômico/Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo*, 8, Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo: 1981.

LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da

- “Contribuição ao Estudo de um Núcleo Urbano Colonial (Vila Rica: 1804)” [em linha]. *Estudos Econômicos/Universidade de São Paulo*, Vol. 8, N. 3, 1978. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível

em

www.academia.edu/7926732/CONTRIBUI%C3%87%C3%83O_AO_ESTUDO_DE_UM_N%C3%9ACLEO_URBANO_COLONIAL_VILA_RICA_1804 .

- “Demografia Histórica de Minas Gerais no Período Colonial” [em linha]. *Revista Brasileira de Assuntos Políticos*/Universidade Federal de Minas Gerais, N. 58, 1984. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em historia_demografica.tripod.com/pesquisadores/paco/pdf-paco/ar27.pdf.

- “Devassa nas Minas Gerais: Observações sobre casos de concubinato”. in BARRETO, Antonio Emilio Muniz (Org.) - *História Econômica: Ensaios*. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Universidade de São Paulo, São Paulo: 1938. p. 43-58.

- *Minas Colonial: Economia & Sociedade*. 1ª ed. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Editora Pioneira, São Paulo: 1982.

MACHADO, Marina

- “Duas gerações de caminhos pelos sertões: Francisco Dias Paes e Garcia Rodrigues Paes”. in MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina (Orgs.) - *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. 1ª ed. Editora Horizonte, Vinhedo: 2013. p. 23-53.

MACHADO, Rafael Palhares

- *Os processos de (re)estruturação do tecido urbano de Vila Rica: a influência da Igreja Católica*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2011.

MATA, Sérgio da

- *Chão de Deus: Catolicismo popular, espaço e proto-urbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII - XIX*. 1ª ed. Wissenschaftliche Verlag Berlin, Berlin: 2002.

MATHIAS, Herculano Gomes

- *Um recenseamento na Capitania de Minas Gerais. Vila Rica - 1804*. 1ª ed. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro: 1969.

MAXWELL, Kenneth

- *Conflicts and conspiracies: Brazil & Portugal, 1750-1808*. Cambridge University Press, Cambridge: 1973. tr. pt. MAIA, João - *A Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira (Brasil – Portugal, 1750-1808)*. 2ª ed. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1978.

MENESES, José Newton Coelho

- “A terra de quem lava e semeia: alimento e cotidiano em Minas Colonial”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 337-358.

- “Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 377-399.

MONTEIRO, Charles

- “Entre história urbana e história da cidade: questões e debates” [em linha]. *Oficina do Historiador*/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Vol. 5, N. 1, 2012. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11835/8320.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo

- “Os Concelhos e as Comunidades”. in HESPAÑA, António Manuel (Coord.) - *O Antigo Regime (1620-1807)*. in MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. 1ª ed. Editorial Estampa, Lisboa: 1998, Vol. 4. p. 269-295.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo

- “Gênese e estrutura da cidade mineradora” [em linha]. Texto para a discussão, N. 164. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, 2001. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20164.pdf.

MORAES, Fernanda Borges de

- “De arraiais, vilas, caminhos: a rede urbana das Minas coloniais”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 55-85.

MOTTA, Márcia

- “Sesmarias (Brasil)” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em edittip.net/2013/12/28/sesmarias-brasil/.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães

- “Territórios de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX” [em linha]. X *Seminário sobre a Economia Mineira*/Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Diamantina, 2002. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D17.PDF.

PAULA, João Antonio de

- “A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII”. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 279-301.

- “O mercado e o mercado interno no Brasil: conceito e história” [em linha]. *História Econômica & História de Empresas*/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, Vol. 5, N. 1, 2002. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=126&path%5B%5D=158.

- *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. 1ª ed. Editora Autêntica, Belo Horizonte: 2000.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes

- “Ambivalências da sociedade política do Antigo Regime: cultura político-jurídica no Brasil do século XVIII” [em linha]. *Mneme. Revista de Humanidades*/Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Vol. 9, N. 24, 2008. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em docplayer.com.br/6915537-Ambivalencias-da-sociedade-politica-do-antigo-regime-cultura-politico-juridica-no-brasil-do-seculo-xviii.html.

PINTO, Virgílio Noja [em linha]

- *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português. Uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII*. Companhia Editora Nacional – Ministério da educação, São Paulo: 1979. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.brasiliana.com.br/obras/o-ouro-brasileiro-e-o-comercio-anglo-portugues-uma-contribuicao-aos-estudos-da-economia-atlantica-no-seculo-xviii/preambulo/3/texto.

RAMOS, Donald

- *A social history of Ouro Preto: stresses of dynamic urbanization in colonial Brazil*. Ph. D. Thesis presented to the Graduate Council of the University of Florida, Ann Arbor: 1972.

- "Do Minho a Minas" [em linha]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Vol. XLIV, 2008. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/RAPM%2006%202008_do%20minho%20a%20minas.pdf.

REIS FILHO, Nestor Goulart

- "A urbanização e o urbanismo na região das Minas". *Cadernos de pesquisa do LAP/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo*, São Paulo: 1999.

RENGEN, Friedrich

- "A origem histórica das estradas reais nas Minas Setecentistas". in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 127-145.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de

- "Itinerários e interditos na territorialização das Geraes". in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 25-53.

RESTITUTTI, Cristiano Corte

- *As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista, Araraquara: 2006.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio

- *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 1999.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães

- "A Reinvenção das Minas pelas Gerais: Transformações Econômicas e Demográficas nas Regiões das Minas Gerais Oitocentistas" [em linha]. *XIV Encontro Nacional da Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional/Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*, Rio de Janeiro, 2011. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3351/3284.

ROMEIRO, Adriana

- "A Febre do Ouro". *Revista Nossa História/Fundação Biblioteca Nacional*, N. 36, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: 2006. p. 13-18.

- "A Guerra dos Emboabas: novas abordagens e interpretações". in RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (Orgs.) - *As Minas setecentistas*. in RESENDE, Maria Efigênia Lage de (Org.) - *História de Minas Gerais*. 1ª ed. Autêntica – Companhia do Tempo, Belo Horizonte: 2007, Vol. 1. p. 529-548.

- *Paulistas e emboabas no coração das minas: idéias, práticas e imaginário político no século XVIII*. 1ª ed. Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2008.

RUSSELL-WOOD, Anthony John

- “Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808” [em linha]. *Revista Brasileira de História/Associação Nacional de História*, Vol. 18, N. 36, 1998. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200010.

- *The black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*. Oneworld Publications, Oxford: 1982. tr. pt. MEDINA, Maria Beatriz - *Escravos e libertos no Brasil colonial*. 1ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2005.

- “Identidade, etnia e autoridade nas Minas Gerais do século XVIII: leituras do Códice Costa Matoso” [em linha]. *Varia Historia/Universidade Federal de Minas Gerais*, N. 21, 1999. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em

static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b4c714d088e15d9334c00/1462455410642/7_Wood%2C+A.J.R.Russell.pdf.

- “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural” [em linha]. *Revista de História/Universidade de São Paulo*, Vol. 55, N. 109, 1977. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/77329/81186.

SÁ, Victor de

- *A Historiografia Sociológica de António Sérgio*, 1ª ed. Instituto de Cultura Portuguesa – Secretaria de Estado da Cultura – Presidência do Conselho de Ministros, Amadora: 1979.

SERRÃO, José Vicente

- “Capitanias, tipos de” [em linha]. in *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. [Consult. 15 de agosto 2017] Disponível em editip.net/2016/04/03/capitanias-tipos-de/.

SILVA, Fabiano Gomes da

- *Pedra e cal: os construtores de Vila Rica no século XVIII (1730-1800)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2007.

SOJA, Edward William

- *Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory*. 1ª ed. Verso, London – New York: 1989.

STUMPF, Roberta Giannubilo

- *Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, Brasília: 2009.

- *Filhos das Minas, americanos e portugueses: Identidades coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763-1792)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2001.

- “Minas contada em números. A Capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas”. *Revista Brasileira de Estudos da População*, Vol. 34, N. 3, 2017 (no prelo).

SOUZA, Laura de Mello e

- *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. 2ª ed. Edições Graal, Rio de Janeiro: 1986.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro

- *Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2011.

TEIXEIRA, Manuel

- “Os modelos urbanos brasileiros”. in PESSOTTI, Luciene; RIBEIRO, Nelson Pôrto (Orgs.) - *A Construção da Cidade Portuguesa na América*. 1ª ed. Pod Editora, Rio de Janeiro: 2011. p. 151-169.

VILLALTA, Luiz Carlos

- “O Cenário Urbano em Minas Gerais Setecentista: Outeiros do Sagrado e do Profano”. in - *Termo de Mariana: história e documentação*, 1ª ed. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana: 1998. p. 65-85.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel

- “As redes clientelares” in HESPANHA, António Manuel (Coord.) - *O Antigo Regime (1620-1807)*. in MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. 1ª ed. Editorial Estampa, Lisboa: 1998, Vol. 4. p. 339- 349.

Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990.

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.